



O Ideário Patrimonial

O идеарио

Culturas oriundas da África,
América e Europa



www.cta.ipt.pt

N. 15 // outubro 2021 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa
(CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

André Luis Ramos Soares, Professor Doutor Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Carlos Costa, Professor Catedrático Universidade de Aveiro
Carlos Cupeto, Professor Doutor Universidade de Évora
Fabio Negrino, Professor Doutor Università degli Studi di Genova
Hália Santos, Professora Doutora Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Luiz M. Oosterbeek, Professor Cordenador Instituto Politécnico de Tomar
Maria João Bom, Professora Doutora Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

ANOTADA NA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.



Índice

Editorial	05
O Letreiro da Capela de S. Sebastião, em Moimenta da Beira José d'Encarnação, José Carlos Santos	08
Os Lusíadas: o Projeto de uma Edição e as Pinturas de Vieira Portuense (1765-1805) Gabriel Peres Marques	15
O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga. 110 anos de história do edifício e da instituição (1911-2021) Henrique Martins	44
Perspectivas: Instituições, Planeamento e Desenvolvimento da Rota Portuguesa a Santiago de Compostela Leandro Gomes	78
El Tropiezo de la Hidalguía: La Manifestación de una Tensión Social Patente Carlos Augusto Rodríguez Martínez	103
La Palmeraie de Marrakech Un Paysage Culturel face aux Enjeux de L'Urbanisme Hicham Saddou	135
A Moenda e o Rio: Um Estudo da Paisagem Cultural do Engenho São João em Arari - Maranhão (Brasil) Willian Carboni Viana, Josué Lopes Santos	166
Artifacts, heritage, identity, and site protection: A journey into public archaeology in the Middle Senegal Valley Alioune Deme, Moustapha Sall, Ousmane Sow, Mariama Ba, Aissata Thiam, Oumar Sow	184
Impact du tourisme sur le Patrimoine Culturel Immatériel: Cas de la Place Jamaï El Fna à Marrakech Mina El Hilali, Abdelilah Lissaneddine	204
Mobilisation des ressources territoriales dans les projets touristiques et développement des espaces marginaux Nour Eddine Nachouane, Hicham Saddou, Aicha Knidiri	225
Cemitérios Históricos em Santo Augusto, Rio Grande do Sul, Brasil: Aspectos de Simbologia e Cultura Material em Três Espaços Cemiteriais Ana Gabriela Ribeiro de Souza Padilha, Jaisson Teixeira Lino	250
“Esse Chão tem Fundamento de Preto Velho” As territorialidades invisíveis e invisibilizadas da Charqueada São João, Pelotas/RS-Brasil Estefânia Jaekel da Rosa	267
A Psychogeography of Tomar Cityscape Mihaela Moțăianu	304

EDITORIAL



Editorial

Para além dos contributos portugueses dedicados ao Património Cultural, Artístico e Arquitectura, este número 15 da revista “O Ideário Patrimonial” conta também com contributos da América do Sul (Brasil e Colômbia) e de África (Marrocos e Senegal).

São abordadas temáticas diversas que se enquadram em inscrições na pedra da Capela do século XVII em Moimenta da Beira, na pintura e esboços em grafite de Vieira Portuense integrados na Ilustração de “Os Lusíadas”, detalhes de Arquitectura observados no Palácio do Alvor e sua adequação ao Museu Nacional de Arte Antiga. Património Cultural Construído e Património Cultural Imaterial.

O primeiro conjunto de contributos nesta revista trata: a) Património Epigráfico Quinhentista identificado na torre sineira da capela de S. Sebastião, em Moimenta da Beira; b) Património Ilustrado Português, mais concretamente relativo á pintura ilustrativa de Vieira Portuense realizada para uma edição dos Lusíadas a ser publicada entre os séculos XVIII – XIX. Porém, este projecto não foi bem-sucedido; c) Património Edificado Português traz-nos *O Palácio Alvor* transformado no Museu Nacional de Arte Antiga. Este Museu, sob a direcção de José de Figueiredo e João Couto, estava inicialmente instalado no Palácio dos Condes de Alvor. Hoje é um contributo arquitectónico e museográfico para a História de Arte portuguesa dos finais do século XVIII, inícios do século XIX; d) Património Português Religioso trata da transformação e apresentação de cenários aplicados á apresentação do Caminho de Santiago Português subordinado a dois eventos organizados em meio Ibérico, desta feita comprehende-se a institucionalização desta rota, o seu planeamento e desenvolvimento enquadrando-o na História da Cultura e Sociedade Portuguesa.

O segundo conjunto de contributos é dedicado ao Património Cultural nas suas facetas: a) Vandalizadora, na América do Sul (Colômbia). Deste País apresenta-se um contributo de cariz sociológico acerca do Património Cultural ou da sua destruição com um cariz ideológico que se auto-caracteriza como quem resgata o País Pré-Colombiano. A danificação e o vandalismo realizado em vários lugares da Colômbia apresentam opiniões pró-demolição de esculturas dos Conquistadores ou “Colonizadores” e as opiniões dos que entendem estas acções como vandalização do Património do País. Este artigo reporta para as ideias políticas e sociológicas de quem no século XXI discute os efeitos e consequências de um sistema colonizador com 500 anos de História; b) Estado



da Paisagem Cultural no Palmeiral de Marraquexe face ao avanço do Urbanismo no Norte de África (Marrocos). Discutem-se os efeitos perniciosos que o Turismo enquanto actividade mal integrada está a causar no Palmeiral, por um lado, e à expansão urbanística descontrolada e sem gestão dos espaços, por outro. A raiz de fundo desta situação está apresentado cientificamente na segunda parte do artigo; c) O texto vindo do Maranhão, Brasil, reporta-nos ao empreendimento açucareiro enquadrado cronologicamente no século XVI, dando a conhecer a importância dos engenhos de açúcar e o conceito de paisagem cultural marítima; d) O Património Cultural da Arqueologia no Vale do Médio Senegalense (Walalde, Meri, Diongui – Thikite), está patente em artefactos, na Protecção de Sítio Arqueológico e de Identidade. Discute-se a ameaça existente nos dias de hoje sobre os sítios arqueológicos devido à ausência da importância cultural das populações locais; e) O seguinte artigo discute o Património Cultural Imaterial da Praça Jamaä El Fna em Marraquexe, apresentando argumentos acerca do impacto do Turismo sobre o Património; f) o Turismo continua a ser o tópico forte deste grupo de artigos ao discutir a mobilização de recursos territoriais nos projectos turísticos e o desenvolvimento dos espaços marginais. Apresenta-se a realidade dos resultados sociais e económicos do turismo em zonas rurais. O que realmente importa compreender é a relação entre as acções transversais e as intenções colectivas para a avaliação dos reflexos em meios rurais e marginais.

O terceiro grupo dedica-se: a) á Simbologia do Património Cultural Funerário. Este contributo é dedicado aos aspectos escultóricos no lugar-Cemitério, (“arte cemiterial”), e respectiva simbologia nos jazidos dos cemitérios Paivas, dos Prates e do Municipal Papa João XXIII, em Santo Augusto (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil); b) Património Imaterial sobre um tipo específico de religiosidade esclavagista acompanhado de reflexões sobre os elementos da diáspora africana presentes no século XIX na charqueada São João; c) A psicografia da paisagem urbana de Tomar apresenta seis imagens que pretendem captar as imagens que estão relacionadas com os poemas de Fernando Pessoa.

O LETREIRO DA CAPELA DE S. SEBASTIÃO, EM MOIMENTA DA BEIRA

THE SAINT SEBASTIAN'S CHAPEL AT MOIMENTA DA BEIRA (PORTUGAL) AND HIS INSCRIPTION

Recebido a 28 de setembro de 2021
Revisto a 29 de setembro de 2021
Aceite a 01 de outubro de 2021

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Rua Eça de Queiroz, 89
Pampilheira
P – 2750-662 Cascais
jde@fl.uc.pt

José Carlos Santos

Licenciado em Arqueologia
Av. da Liberdade, 34
P – 3620-373 Moimenta da Beira
turiotas@gmail.com



Resumo

Existe na torre sineira da capela de S. Sebastião, em Moimenta da Beira, uma inscrição que ainda não fora estudada. Aí se identifica o orago do templo, a data da sua construção e também lá poderá estar a «assinatura» do canteiro que a gravou.

Palavras-chave: Capela de S. Sebastião; Moimenta da Beira, inscrição quinhentista.

Abstract

At the little steeple of the Saint Sebastian's chapel, at Moimenta da Beira (Portugal), we can see an unusual inscription, in what, nevertheless, is the name of the saint patron, the date of the construction and, perhaps, the name of the stonemason.

Keywords: St. Sebastian's chapel; Moimenta da Beira; inscription.

«Senhora das Mercês, Senhora do Amparo, Capela do Mártil... três lugares, três capelas integradas no património que identificava Moimenta da Beira como Povo» – escreve António Bento da Guia (2001, p. 278).

E, depois de lamentar que «os estratos superiores da sociedade local, em nome de uma cultura agressivamente invasora e colonizante, os relegue para espaços vazios de conteúdo humano, sintetiza-lhes assim o seu significado: S. Sebastião, «o acabar com todas as guerras»; Senhora das Mercês, «libertação de todos os cativeiros»; a Senhora do Amparo, «a misericórdia vigilante para todas as carências».

Debrucemo-nos, pois, sobre a capela de S. Sebastião, depois de já termos escrito acerca da Senhora das Mercês (2021). É um santo de grande devoção das gentes (Santos, 2009), com festa anual que António Bento da Guia enaltece por ser, em sua opinião, um dos «símbolos culturais» do Povo, «que os doutos não sabem ler» (p. 299). E conta: «Depois de uma noite de folguedos, à volta da capela do Mártil, sete Marias dão os pontos rituais na bandeira que sete Manuéis levantam com orgulho e fé, frente à capela de S.

Sebastião [...] e «llevam o Santo, entre foguetes e música, ao ritmo hierático que vem do tempo dos Celtas» (*ibidem*).

Emerge, singela, da paisagem, com seu telhado de duas águas (Figura 1).



Figura 1 – Capela de S. Sebastião. Fonte: JCSantos

Paredes de pedras graníticas irregulares (excepto na fachada, onde se teve maior preocupação geométrica), ligadas por argamassa. Portal em arco de volta perfeita. Dois bancos de pedra, um de cada lado da entrada. Do lado direito, uma abertura para donativos.

«Ao lado direito da capela» – escreve o Abade dos Arcozelos, António Francisco de Andrade (1926, p. 73) – ergue-se um alto cruzeiro de granito, ao pé, há uma laje natural, vendo-se ali duas fundas recravas, onde se armava a forca, para execução dos facínoras, conforme a lei daqueles tempos». Ainda lá estão; contudo, como tivemos ocasião de referir (Santos, 2009), tratar-se-á de um lagar rupestre e aí se põe o tradicional cepo durante a festa. À semelhança de outras estruturas do género existentes na região, apresenta duas cavidades (que serviriam de base de apoio a uma prensa); daí que a população associe essa estrutura à forca.

Único elemento que chama a atenção é um simulacro de torre sineira (sem sino), que encima a fachada e serve de pedestal a uma cruz patada: dois pilares sustentam o fastígio triangular com rebordo nas arestas e semicircular na parte inferior média, a simular uma entrada (Figura 2).



Figura 2 – A torre Sineira. Fonte: JCSantos

Tem a cruz cinco estrelas gravadas, uma em cada braço e uma ao centro. Poderão simbolizar as cinco chagas de Cristo ou as cicatrizes que se vêem nas representações do santo mártir cravejado de setas.

É nessa superfície triangular que foi gravada uma inscrição em caracteres cursivos sem obediência a qualquer rigor geométrico quer no traçado quer na disposição espacial. Dá mesmo a impressão de que se tratou de iniciativa pessoal do canteiro, que, por autorrecriação, terá decidido ocupar com o letreiro o espaço vazio, que não fora pensado para incorporar qualquer escrito, nele inscrevendo o nome do orago e a data da construção.

As letras, maiúsculas, quase se aninharam na superfície disponível, “caminhando” para a direita (Figura 3):

SE/bASTI/A/M



Figura 3 – A inscrição. Fonte: JCSantos

O S está levemente inclinado para diante; o B é minúsculo; o A tem barra superior, assemelhando-se muito ao A uncial que Cordeiro de Sousa apresenta nos seus *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa* (4^a edição, Coimbra, 1983, p. 18); M bem aberto, de vértice inferior quedando-se a meio.

Registe-se que, entre o I e o A, parece ter sido gravado um sinal (letra?), cujo sentido se não descortina.

Do lado esquerdo, ao nível do arco, começará uma palavra cuja interpretação de momento se desconhece: uma espécie de 8 deitado – qual sinal de infinito com haste a meio, assim: *db*; depois, TEA, estando o A sensivelmente no topo do arco.

Em baixo, cremos não haver dúvidas, é a data: 1596 – com dois dígitos de cada lado do arco, estando o 5 grafado em jeito de S inclinado para diante, como era hábito na época.

Constitui, pois, um enigma o que se poderá ter querido inserir antes da data. E também não deixa de ser estranho ter-se aproveitado este «pedestal», bem no cimo, para dar uma informação, em princípio, «oficial», pois identifica o orago do templo e a data em que terá sido construído. Quiçá o canteiro construtor haja verificado tal omissão e desta forma a tenha querido suprir. Acrescentou, todavia, umas letras cujo ignoto significado nos deixa perplexos. E se for a sua «assinatura»? As iniciais do seu nome? Não seria nada de espantar!

Voltando à data, que é um dado importante. O Abade dos Arcozelos leu «S. Sebastião – 1196», data que lhe serviu para mostrar a grande antiguidade de Moimenta. De resto, também na capela de Nossa Senhora das Mercês se lera 1164, o que corroborava essa hipótese. Ao ler-se 1596, confirma-se o que Bento da Guia escreve (p. 278): a capela «deve ter sido construída» «à volta do ano 1500». Anote-se, porém, que o pároco de Moimenta, Francisco Gonçalves, quando, a 20 de Maio de 1758, responde ao questionário ordenado pelo Marquês de Pombal, menciona, sob o nº 13 – «se tem algumas ermida e de santos e se estão dentro ou fora do lugar e a quem pertencem» – a de S. Sebastião, «fora da vila», mas não se detém na descrição do seu interior, certamente por nada ter de mencionável (Gouveia, 2008, p. 101).

Em conclusão:

Gravada como está, no cimo da pequena torre sineira e na sua modesta aparência – quase de apontamento que, em jeito de ‘desabafo’, o canteiro se lembrou de fazer, para que os vindouros soubessem – a inscrição sobre que ora nos debruçámos tem duas informações importantes: uma, que assim se precisou, a data da construção da capela; outra, a de o seu orago ser S. Sebastião. O enigma mantém-se em relação ao que está escrito imediatamente antes da data. A possibilidade de ser a «assinatura» desse canteiro previdente não se nos afigura, pois, despicienda.

Bibliografia

- Andrade, A. (1926). *Descripção e Historia do Concelho de Moimenta da Beira*. Viseu.
- Encarnaçao, J. d' e Santos, J. C. (2021). Se a Senhora das Mercês nos dá uma mercê!... *Terras do Demo* [Moimenta da Beira], 19 de Agosto de 2021, 6.
- Gouveia, J. (2008). *Memórias Paroquiais e Descrições Setecentistas do concelho de Moimenta da Beira*. Câmara Municipal de Moimenta da Beira.
- Guia, A. (2001). As vinte freguesias do concelho de Moimenta da Beira. Câmara Municipal de Moimenta da Beira (3^a edição).
- Santos, J. C. (2009). À descoberta do património: O culto ao Mártil São Sebastião em Moimenta da Beira. *Jornal Beirão*. 18, 24-07-2009.

OS LUSÍADAS: O PROJETO DE UMA EDIÇÃO E AS PINTURAS DE VIEIRA PORTUENSE (1765-1805)

THE LUSIADS: THE CONCEPTION OF AN EDITION AND THE PAINTINGS BY VIEIRA PORTUENSE (1765-1805)

Recebido a 28 de agosto de 2021
Revisto a 06 de setembro de 2021
Aceite a 10 de setembro de 2021

Gabriel Peres Marques¹

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal
gabr.marques@hotmail.com

¹ A investigação para o presente artigo foi realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Como tal, tenho a agradecer o apoio e orientação Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e coorientação da Doutora Alexandra Reis Gomes Markl.

Resumo

Nos finais do século XVIII, o pintor Vieira Portuense (1765-1805) viu-se envolvido num projeto de ilustrar *Os Lusíadas* de Luís de Camões, numa edição projetada pelo mecenas e diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) e o tipógrafo Giambattista Bodoni (1740-1813). Tal edição nunca seria materializada, ficando como seu testemunho documentação relativa à mesma e uma série de esboços a óleo feitos pelo artista. O presente artigo é dedicado a esta iniciativa, abordando as principais questões levantadas pelas fontes primárias, e ao conjunto de esboços, dos quais três foram selecionados para análise como representantes do conjunto.

Palavras-chave: Vieira Portuense; Os Lusíadas; Camões; Pintura de História; Ilustração.

Abstract

In the late eighteenth century, the painter Vieira Portuense (1765-1805) saw himself involved in a project to illustrate *The Lusiads* by Luís de Camões, in an edition projected by the patron and diplomat D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) and the typographer Giambattista Bodoni (1740-1813). Such edition would never come to fruition, leaving as its testimony the letters exchanged about it as well as a series of oil sketches painted by the artist. This article is dedicated to this initiative, aiming to address the main issues raised by the primary sources, as well as the series of sketches, three of which were selected for analysis as representatives of the set.

Keywords: Vieira Portuense, The Lusiadas, Camões, History Painting, Illustration.

Introdução

Francisco Vieira (1765-1805), mais conhecido como Vieira Portuense, foi um pintor natural do Porto, ativo durante a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX¹. Foi aprendiz de Jean-Baptiste Pillement (1728-1808), frequentou a Aula Régia de Desenho em Lisboa e, em 1789, como outros artistas do seu tempo, encontrava-se em Roma a estudar os mestres italianos, com uma bolsa da Feitoria Inglesa do Porto. Viajou por diferentes cidades italianas, como Parma e Bolonha, e europeias — desde Viena de Áustria, Dresden, Berlim, Hamburgo, até finalmente se instalar em Londres em 1797, onde reside durante cerca de quatro anos. Já artista consagrado pela altura a que regressa a Portugal, em 1803 é nomeado pintor da Real Câmara pelo Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, ficando encarregue de dirigir, em parceria com Domingos Sequeira (1768-1837), a campanha de obras decorativas do Paço Real da Ajuda. Executava uma tela destinada ao Palácio de Mafra quando contrai tuberculose e parte para o Funchal por ordens médicas, onde acaba por falecer em maio de 1805. Não tendo vivido os eventos maiores e as novidades que o século XIX trouxe a Portugal e à Europa, a obra de Vieira Portuense reflete, acima de tudo, a experiência de um artista integrado no seu tempo. Embora seja celebrado como um grande pintor português é, sobretudo, o seu cosmopolitismo que o distingue: com uma formação assente no classicismo romano, a sua produção pictórica demonstra um olhar atento e adaptabilidade às tendências e oportunidades que os diferentes meios onde circulou ofereciam.

É principalmente durante o seu período londrino que floresce a sua carreira no crescente mercado da gravura e do livro ilustrado. E na união da sua prática enquanto pintor com o mundo editorial, associa-se a um projeto, surgido por iniciativa do diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), 1.º Conde de Linhares, e do tipógrafo e impressor Giambattista Bodoni (1740-1813), de ilustrar *Os Lusíadas* que, embora nunca fosse verdadeiramente realizado, não deixaria de dar frutos: dez composições esboçadas a óleo, uma tela de grandes dimensões, e a sugestão de que este empreendimento transcenderia a publicação de um livro.

¹ O catálogo da exposição Francisco Vieira, o Portuense: 1765-1805, patente no Museu Nacional Soares dos Reis em 2001, coordenado por Elisa Soares e José Alberto Seabra Carvalho e no qual colaboraram diferentes autores, é, até ao momento, a publicação mais exaustiva e atualizada sobre a obra e biografia do pintor.

1. *Os Lusíadas ilustrados de Faria e Sousa ao Morgado de Mateus e o projeto de uma magnífica edição*

Das múltiplas edições que *Os Lusíadas* teve, anteriormente ao século XIX somente algumas ilustraram visualmente os seus episódios ao leitor. A primeira iniciativa de o fazer atribui-se a Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), que em 1639 publica em Madrid uma edição comentada pelo próprio em castelhano, e onde figuram gravuras de Pedro de Vila Franca (c.1615-1684)¹ (Coutinho, 1946, pp. 45-57). O posicionamento de Faria e Sousa na corte madrilena, justifica, segundo Maria Lourdes Cidraes (2007), a ausência de episódios de pendor nacionalista, confinando os temas à narrativa extradiegética e mitológica (Cidraes, 2007, p. 656). Conservando este repertório temático surge em 1735 a primeira edição francesa ilustrada, por Robert François Bonnart (1683-1771) e Jean-Baptiste Scotin (1698-c.1755)² (Coutinho, 1946, pp. 85-94), e a segunda em 1776, com ilustrações atribuídas a Charles Eisen (1720-1778)³ (*idem*, pp. 114-120). Já em 1807, em Londres, é publicada uma edição traduzida por William Julius Mickle (1734-1788) com desenhos do artista J. W. Harding (?-?)⁴ (*idem*, pp. 175-181) onde, numa escolha pouco convencional, encontramos episódios de carga trágica e dramática em vez de heroica, onde se impõe a violência, como Geraldo sem Pavor, as mortes de Inês de Castro e Dona Leonor, ou até Vasco da Gama preso perante o Samorim, substituindo a chegada à Índia (Cidraes, 2007, p. 665).

A primeira edição ilustrada d'*Os Lusíadas* de iniciativa portuguesa não seria publicada até 1817, em Paris. Neste projeto do Morgado de Mateus⁵, D. José Maria do

¹ *Lusiadas de Luis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor Felipe Quarto el Grande. Comentadas por Manuel de Faria i Sousa. Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. En Madrid, por Juan Sanchez, A costa de Pedro Coello, Mercader de libros, 4 tomos. 1639.*

² *La Lusiade de Camoens, Poème heroique sur le découverte des Indes Orientales, Traduit du portugais par Mr. Duperron de Castera, Amsterdam, 1735, 2^a edição, Paris, 1769.*

³ NYON, J., LA HARPE, J. de., HERMILLY, V. d'. *La Lusiade de Louis Camoëns: poëme héroïque, en dix chants. A Paris. 1776.*

⁴ *The Lusiad or the discovery of Indie: an epic poem. Translated from the portuguese of Luis de Camoens. With an historical introduction and notes by William Julius Mickle. A new edition in three volumes. London, Printed for Joseph Harding, 1807*

⁵ *Os Lusíadas: poema épico de Luis de Camões. Nova edição correcta e dada á luz por D. José Maria de Souza Botelho, Morgado de Mattheus, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Paris: na Officina Typographica de Firmin Didot, impressor do Rei, e do Instituto, 1817*

Carmo de Souza Botelho Mourão (1758-1825), interveio uma equipa de artistas franceses dirigidos por François Gérard (1770-1837), algo que não deixou de ser alvo de críticas¹ apesar do sucesso com a qual foi recebida, e de numa fase inicial a intenção fosse de雇用 artistas portugueses, nomeadamente Domingos Sequeira (1768-137) e Vieira Portuense (Soares & Carvalho, 2001, p. 219).

Mas o projeto editorial que o presente artigo trata remonta, pelo menos, a abril de 1792, quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho escreve a Bodoni afirmando que “(...) *não se esqueceria de nenhum dos seus interesses, nem do Camões*” (apud Araújo, 1991, p. 202). Para além da sua carreira política e diplomática, há que salientar a ação mecenática do Conde de Linhares enquanto protetor da Casa Literária do Arco do Cego. Esta tipografia, ativa entre 1799 e 1801, publicou um vasto número de livros e funcionou simultaneamente como uma oficina de aprendizagem de técnicas de gravura e tipografia — especializando-se em publicações de cariz científico, uma das suas marcas mais distintas era, precisamente, o uso intensivo de imagens e da ilustração como instrumento didático. Porém, o apoio de D. Rodrigo estendeu-se a outros tipos de edições, que se constituíam como livros de aparato, externas à Casa Literária (Faria, 2005, pp. 425-429).

Ao longo dos anos, a correspondência entre Bodoni e D. Rodrigo demonstra o contínuo adiamento deste projeto, sem aparente inovação ou desenvolvimento, e sem qualquer alusão a ilustrações (Soares & Carvalho, 2001, pp. 216-217). Mas a situação muda a 17 de junho de 1798: nessa data, Vieira dirige-se a D. Rodrigo, numa longa carta onde se propõe conceber para a edição uma série de dez estampas que acompanhariam cada um dos cantos:

“(...) Porem pensando eu q no meyo desta entrapeza posso servir a entroduzir alguma obra mais digna de fazer honra, tanto a mim como a minha Patria, pensei de entrapreender e ilustrar o nosso grde Poetta Camoins, com huma magnifica edição a companhada dos fattos mais celebres e honrozos da nação abertos pellos mais famozos

¹ Numa recensão crítica sobre esta obra, Francisco Solano Constâncio lamenta a ausência de artistas nacionais: "Ora, sem menosprezar os artistas que contribuirão a afformosear a obra, creio que tanto nacionaes como estrangeiros terião visto com satisfação, que na patria de Camões ainda hoje não estavam inteiramente extintas as Artes. Creio, pelo menos, que hum ou dois debuxos do Snr. Sequeira, e de alguns dos artistas seus collegas, bem poderião ter figurado a par dos desenhos que adornão aquella bella edição" (Constâncio, 1819, p. 7). Mas o Morgado de Mateus havia-se instalado em Paris desde 1807, justificação para uma preferência por artistas locais tendo em conta o contexto político europeu. A esta crítica responde Bento Luiz Vianna: “(...) Longe de nós desconhecer o merito do Senhor Sequeira; mas estando o nobre editor em Pariz n'um tempo, em que a guerra tantos paizes assolava, havia grandes meios de obter de Lisboa esses desenhos? E dado que os houvesse, onde iria parar a unidade de concepção, a identidade de estilo, absolutamente necessarias nas artes de bom gosto? (...)” (Vianna, 1819, p. 3).

abridores deste Paiz tanto na figura como na paizage deq ha aqui Ingleses muito celebres (...)” (apud Blanco, 1948, p. 150).

Para além de um notável empreendorismo, ressalta, desde logo, um sentimento patriótico por parte de Vieira — afinal, como já vimos, até ao momento não existia uma única edição portuguesa do poema que ilustrasse os episódios da história nacional, e julgando pela correspondência que se segue a resposta de D. Rodrigo a esta proposta terá sido positiva. Poderíamos afirmar que aqui a sua sensibilidade artística se une à sua ação política e reformista — no final do século XVIII, segundo Foteini Vlachou (2019), o desejo de uma reforma e afirmação da monarquia portuguesa encontra-se intimamente ligado com o desenvolver de uma *nova pintura de história*¹ onde a arte está ao serviço do império e da nação (Vlachou: 2019, pp. 97-125). Podemos assim compreender como uma “magnífica edição” do poema nacional por excelência, onde os episódios mais marcantes da formação do império são descritos espelharia uma imagem grandiosa da monarquia que o encabeçava.

Não era a primeira vez que Vieira colaborava com Bodoni e D. Rodrigo: em 1796 conceberam em conjunto uma edição de uma *Cantata* dedicada ao Príncipe Regente, encontrava-se Vieira em Parma. Mas foi em Londres, com Francesco Bartolozzi (1725-1815) e o seu discípulo Gregório Queirós (1768-1841), com quem o Portuense teve um maior número de colaborações — terá ido oficialmente para Londres, aliás, não como pintor mas para se aperfeiçoar na arte de *abridor*, tendo chegado a executar alguns trabalhos de gravura, embora a sua obra nesta área tenha incidido principalmente no desenho (Faria, 2005, p. 189). A sua participação numa edição ilustrada da obra de Virgílio, *The Works of Virgil translated into english verse* (1803), algures entre 1798 e 1800, para a qual desenhou três gravuras abertas por Bartolozzi, chega aos nossos dias como exemplo de Vieira na qualidade de ilustrador, expressando neste trabalho determinadas fórmulas compostivas que também utilizou nas suas pinturas camonianas (Figura 1).

¹ A expressão “nova pintura de história”, cunhada por Foteini Vlachou, alude ao conjunto de produção pictórica no período que antecede a transferência da corte real para o Rio de Janeiro, mais concretamente entre 1799 e 1807. Face à ameaça francesa e espanhola que culminaria na Guerra Peninsular (1807-1814), a linguagem adotada na arte portuguesa deste tempo remete para um posicionamento defensivo e discurso de propaganda política que procura expressar poder e uma segurança justificada pelo “passado glorioso” de Portugal que começava a escapar à nação. A autora considera que com a obra *Juramento de Viriato* (1799) Vieira Portuense inaugura este género de pintura nacional, verificando-se pela primeira vez na obra de um pintor português um interesse pela representação secularizada do passado nacional, afastando-se do uso da linguagem alegórica como meio narrativo. Este tema encontra-se desenvolvido no livro *The disappointed writer: selected essays* (2019), que compila múltiplos ensaios da autora.

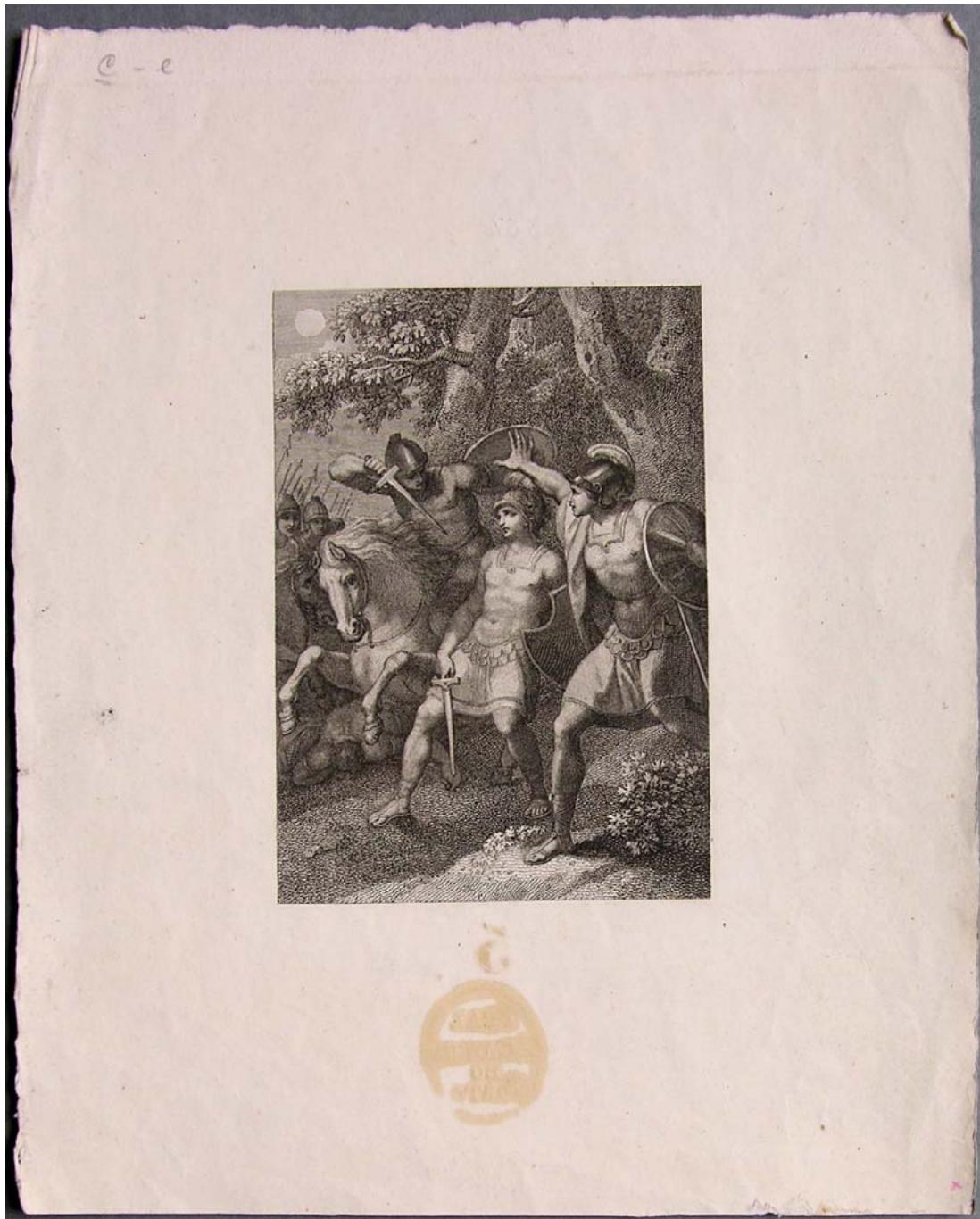


Figura 1 - *Morte de Euríalo*. Vieira Portuense (des.) e Francesco Bartolozzi (grav.). Gravura em água-forte e buril. 140 x 98 mm. *The works of Virgil... (Londres, 1803)*. Fonte: Biblioteca Geral da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Mas apesar da expressa força de vontade de Vieira que, segundo o próprio, já tinha “todos os pensamentos delineados” (*apud* Blanco, 1948, p. 150), a edição nunca chega a ser materializada. As cartas revelam a vontade dos três intervenientes, que não perdem a questão de vista, chegando Vieira mesmo a escrever a Bodoni, em agosto de 1800, que

iniciara as gravuras (Araújo, 1991, p. 190) — de facto, no mesmo dia enviara uma carta a Rosaspina, relatando que publicava na altura muitas coisas com Bartolozzi (*idem*, p. 191). Porém, a ausência de desenhos ou estampas que apontem para tal cria sérias dúvidas.

Após a morte de Vieira em 1805, tanto Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823) como José da Cunha Taborda (1766-1836), que imortalizaram a memória do pintor nas suas respetivas coletâneas biográficas, referem que Bartolozzi foi efetivamente chamado a Lisboa para lecionar a nova aula de gravura, e onde abriria as estampas da edição camoniana na Imprensa Régia (Machado, 1823, p. 290 e Taborda, 1815, p. 248). De facto, a vinda do gravador para Portugal deveu-se à iniciativa de António Araújo de Azevedo (1754-1817), 1.º Conde da Barca, com o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, convite que em 1802 é respaldado por nomeação régia (Faria, 2005, p. 506). Não seria, porém, o único gravador a ser convocado para a referida aula, acontecendo o mesmo a Gregório Queirós, que ocuparia o lugar de substituto, e Benjamin Comte (1762-1851), especializado em paisagem (*idem*, p. 193). Mas para além das afirmações de Cyrillo e Taborda, e dos autores que as replicam posteriormente, não é possível confirmar ou determinar o papel que o projeto da edição teve na sua vinda para Portugal, e desconhece-se qualquer correspondência ou trabalho do mesmo sobre o tema.

2. Sobre as pinturas e a sua circulação

Atualmente são conhecidas dez composições distintas esboçadas a óleo por Vieira, cada uma delas correspondendo a um dos dez cantos de *Os Lusíadas*¹. A série encontra-se distribuída entre proprietários privados, sendo que dessas composições três existem duplicadas nas reservas do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) de Lisboa. No mesmo museu está exposta a tela *Súplica de Inês de Castro*, cuja composição corresponde, embora não seja completamente idêntica, ao esboço para o Canto III. Tanto o reaparecimento desta última tela em 2008², após o seu desaparecimento há mais de um

¹ Os temas são os seguintes: *Canto I: Combate na Ilha de Moçambique*; *Canto II: Os Emissários de Gama perante o Rei de Melinde*; *Canto III: Súplica de Inês de Castro*; *Canto IV: A audiência de D. Manuel a Vasco da Gama*; *Canto V: Vasco da Gama interpela o Adamastor*; *Canto VI: Vénus e as ninfas salvam a frota portuguesa*; *Canto VII: O Catual recebe Vasco da Gama na Índia*; *Canto VIII: Os arúspices tentam adivinhar o futuro dos portugueses*; *Canto IX: Chegada à Ilha dos Amores*; *Canto X: Banquete na Ilha dos Amores*;

² A obra foi comprada em 2008 num leilão da Pierre Bergé & Associés (Paris), pela Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos e encontra-se atualmente depositada no MNAA.

século, como as fontes documentais respetivas a este tema levantam algumas questões relativamente à finalidade destes esboços e a sua circulação.

O mais antigo indicador do seu destino remonta ao arrolamento de bens realizado após a morte do 1.º Visconde de Santarém, João Diogo de Barros (1757-1818). Segundo este inventário¹, datado de 1818, encontravam-se entre os bens do Visconde dez esboços de Vieira respetivos a *Os Lusíadas* e dois representando Duarte Pacheco Pereira na Índia. Mais tarde, regista-se o testemunho de João Baptista Ribeiro (1790-1868), numa notícia histórica sobre o pintor publicada em 1859 no periódico portuense *O Mundo Elegante* (Nº11) (Passos, 1953, p. 47). O autor alega que no ano de 1824 vira estes esboços na casa de um relojoeiro na Rua Augusta “(...) o qual os vendeu para o estrangeiro por avultada somma (...)” (Ribeiro, 1859, p. 85). A referência doze esboços em vez de dez poderá ser explicada pelos dois que têm Duarte Pacheco Pereira como tema, se considerarmos estes os mesmos que integravam a coleção do Visconde de Santarém. Desconhecemos a identidade deste relojoeiro² e por que razão os esboços passaram para a sua posse, no entanto, a venda a que se refere poderá ter servido de um intermédio para as pinturas terem posteriormente chegado ao 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850).

Em 1851 é publicado na *Revista Universal Lisbonense* um catálogo da pinacoteca do Duque de Palmela, falecido no ano anterior, no contexto de uma Exposição Filantrópica na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, onde terão figurado dez esboços camonianos de Vieira. Um novo inventário é publicado em 1903, por Gabriel Pereira, onde constam novamente estas obras. Alternativamente a terem vindo a integrar esta coleção através do relojoeiro, Paulo Varela Gomes coloca a possibilidade de a família tê-las adquirido quando o filho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho — a quem Vieira poderia ter enviado “mostras” das composições para a edição — casa com a irmã do 1.º Duque de Palmela (Gomes, 2001, p. 66). De qualquer forma, são estes os esboços atualmente em posse particular.

¹ ANTT, Fundo Ministério da Justiça (MJ), Fundo Cível Antigo de Lisboa, 1^a vara, 3^a Secção, Maço N.º 107, Caixa 323, Inventário Orfanológico do 1º Visconde de Santarém, 1º Vol., apêndice 11º, fl. 12 f. Agradecemos à doutora Alexandra Gomes Markl por esta informação.

² Uma pesquisa nos registos de arruamentos da Freguesia de São Nicolau no Arquivo do Tribunal de Contas não deu resultados.

Os esboços que encontramos hoje no MNAA correspondem aos cantos I, II e IX. Na sua génese, o Museu integra o antigo acervo da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa (ANBA), no qual foram incorporados os bens artísticos confiscados no evento da extinção das ordens religiosas masculinas em 1834 (Carvalho & Soromenho, 2019, pp. 182-184). Segundo os inventários da ANBA¹, estas pinturas são provenientes da Ordem de Malta, onde possivelmente terão chegado por via de D. Rodrigo ou de um dos seus parentes². Nos mesmos inventários encontramos referência a uma “*Uma batalha de portugues contra mouros*”, obra integrada na galeria em 1865, proveniente da coleção de Silva Oeirense (1797-1868)³.

Quanto a *Súplica de Inês de Castro*, decorava o Paço da Ajuda até ser levada para o Brasil com a Família Real em 1807, aquando das invasões francesas, tal como aconteceu com múltiplas outras obras de Vieira e de seus contemporâneos. Isto remete-nos novamente para João Diogo de Barros, que exerceu o cargo de Inspetor de Obras dos Paços e Quintas Reais, sendo-lhe incumbida a superintendência das obras no Paço da Ajuda (Markl, 2014, p. 172). Tendo isto em consideração perguntamo-nos se teria na sua posse os esboços de Vieira precisamente como uma “mostra” das obras que propunha para decorar o paço, na hipótese de os esboços terem sido realizados com uma série de quadros em mente. Também ao Portuense havia sido encomendada uma pintura sobre Duarte Pacheco Pereira para a Sala das Descobertas do Palácio de Mafra, obra que nunca terminaria, mas da qual, como já referimos, se encontravam dois estudos na coleção do Visconde de Santarém.

Após terem chegado ao Brasil, as pinturas das coleções reais foram guardadas no Tesouro Real até 1822 serem transferidas para o Museu Nacional, e em 1828 para o Paço

¹ ANTT, ANBA/L1/Doc.1: “Nº 3, 4, 5 – *Trez Esboços de Vieira Portuense, dos Cantos de Camões, tendo cada hum de alt^a 49 centimtr^s, e de larg^a 38 ditos, sem molduras, pertencerão á Caza de Malta*”; ANTT, ANBA/L4/Doc.1: “319/320/321: Um esboço q. representa um dos cantos dos Lusiadas”.

² Dagoberto L. Markl propõe que terão sido oferecidas pelo pintor a D. Rodrigo de Sousa Coutinho como uma amostra do seu trabalho ou, em alternativa, ao irmão, D. Domingos António de Sousa Coutinho (Soares & Carvalho, 2001, p. 220).

³ Assim como diversas outras obras no inventário associadas ao colecionador, a doação explica-se por este ter sido Académico de Mérito desta Academia. Foi também aluno na aula de gravura de Bartolozzi em 1811, que sabemos ter estado envolvido no projeto, e poderá ter sido por essa via que adquiriu esta obra, bem como o esboço de Juramento de Viriato, que tinha em mãos na década de 40. Em alternativa, acresce-se que terá “confessado” ao viajante alemão Gustav Adolf von Heeringen (1799 □ 1851), segundo o relato do mesmo, que adquiriu várias obras confiscadas na extinção das ordens religiosas e militares. Silva Oeirense foi encarregue, com António Manuel da Fonseca (1796-1890) de fazer a devida classificação dos quadros recolhidos nesse contexto pela Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias, Cartórios e Pinturas dos extintos Conventos, criada a 30 de dezembro de 1836 (Moraes, 2016, pp. 169-170). Estivesse esta obra no acervo da Ordem de Malta, como as três cópias já referidas, não seria impossível ter de feito um desvio dos esboços.



de São Cristóvão e o Paço da Cidade. Com a Implantação da República Brasileira a 15 de novembro de 1889 e o consequente exílio da família imperial, os bens de D. Pedro II são reunidos num grande leilão em 1890 — porém, na listagem de bens leiloados¹ não se encontram quaisquer referências às pinturas de Vieira, as quais, imaginamos, seriam de maior importância. O mais provável, segundo Sónia Pereira, é terem sido dispersas pelos herdeiros de D. Pedro II na Europa — uma das suas filhas, D. Isabel, casa-se com o Conde D’Eu em 1864, e passam a ocupar o Castelo d’Eu na Normandia, que se torna residência da família imperial exilada. Em suporte desta afirmação, recorda que em 1985 José-Augusto França revelou a presença da obra *O Milagre de Ourique* (1793) de Domingos Sequeira na coleção do Museu Louis-Philippe², sediado no dito Castelo (Pereira, 2018, pp. 7-18).

Sabemos, a partir de um artigo de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), que durante o reinado de D. Pedro II do Brasil, a *Súplica de Inês de Castro* encontrava-se no “torreão de prata” do Paço de São Cristóvão, a par de outra tela representando *O Desembarque de Vasco da Gama na Índia* (Silva, 1865, p. 51). O Paço de São Cristóvão contava com dois grandes torreões, a norte e a sul, e mesmo desconhecendo que sala corresponde este nome, integrar-se-ia no conjunto decorativo do palácio. Em 1857 a Sala do Trono e a Sala do Corpo Diplomático são transferidas do piso térreo para o segundo piso do torreão norte — sendo a primeira o mais importante palco de poder de D. Pedro II nas ritualizações na monarquia, o programa decorativo deste espaço servia esta função, exaltando a coroa (Dantas, 2007, pp. 125-132). As pinturas não terão sido vistas por Inocêncio, mas, segundo o próprio, por Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), pintor da câmara imperial de D. Pedro II.

O artigo de Inocêncio não é a única referência de um segundo quadro de Vieira Portuense como par de *Súplica de Inês de Castro*. Outra informação chega-nos através do catálogo da Exposição Camonianana na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 1880 que lista, a par de “*Ignez de Castro e seus filhos implorando a clemencia de d. Affonso o IV*”, “*O desembarque dos portuguezes em Moçambique. Quadro a oleo de F. Vieira Portuense. (De S. M. o Imperador)*”. Nesse mesmo ano, no âmbito das celebrações

¹ Santos, F. M. dos. (1940). O Leilão do Paço de São Cristóvão. *Anuário do Museu Imperial Vol.1. Petrópolis*, 151-316.

² França, J.-A. 1985. Deux tableaux de D. A. Sequeira (1768-1837). *La revue du Louvre*, 3.

camonianas no Palácio de Cristal no Porto, é publicada uma *Bibliographia Camoniana Servindo de Catologo Official Da Exposição Camoniana Do Centenario* também com uma entrada respetiva ao pintor: “867 – Estava encarregado das estampas que deviam servir á ed. dos *Lusiadas* promovida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Os desenhos estão hoje em poder da casa Palmella. Pintou ainda dous quadros: / Desembarque de Vasco da Gama na India. / D. Ignez de Castro ajoelhada diante do rei, / Existentes no Rio, Palacio R. de S. Christovão. J. I, p.424.” (p. 127). Também a documentação do arquivo histórico do Museu Nacional respetiva aos quadros do Paço refere um *Desembarque de Vasco da Gama na Índia*¹.

Por enquanto não nos é possível adiantar mais. No entanto, os dados que temos não deixam de ser úteis, sabendo agora que as pinturas de Vieira não foram simplesmente esquecidas e arrumadas após a sua morte. Terão tido alguma visibilidade na Academia Real de Belas Artes, na Exposição da Sala do Risco, onde estiveram os esboços pertencentes à Casa Palmela, e na exposição centenária do Rio de Janeiro. Não obstante de Vieira se ter inspirado diretamente na edição parisiense de 1776 para a maioria dos cantos, não deixa de ter elementos originais, e no domínio da pintura são, de facto, pioneiras.

¹ MN, Pasta 1, Doc. 16 e MN, Pasta 78. Doc.2. Não nos foi possível consultar diretamente esta documentação, pelo assinalamos a cota indicada por Sónia Pereira. Entre as obras de Vieira refere *Duarte Pacheco Pereira defendendo o passo de Cambalão*, *Desembarque de Vasco da Gama na Índia*, *Inês de Castro com os filhos perante D. Afonso IV*, *Juramento de Viriato*, mas também as telas da Sala das Descoberta e diversas obras de Sequeira. Perguntamo-nos se a pintura de Duarte Pacheco listada será um esboço de Vieira ou a tela que Sequeira acabou por fazer para o conjunto de Mafra.

3. Casos de estudo

Analisaremos agora três das obras que compõem a série, mais concretamente os esboços que encontramos no Museu Nacional de Arte Antiga — *O Combate na Ilha de Moçambique* (Figura 2),



Figura 2 - Canto I: Combate na Ilha de Moçambique. Vieira Portuense. Óleo sobre tela. 49,5 x 38 cm. Inv. 320 Pint. Museu Nacional de Arte Antiga. Fonte: Fot. José Pessoa, 2001 © DGPC

Os Emissários de Gama perante o Rei de Melinde (Figura 3),

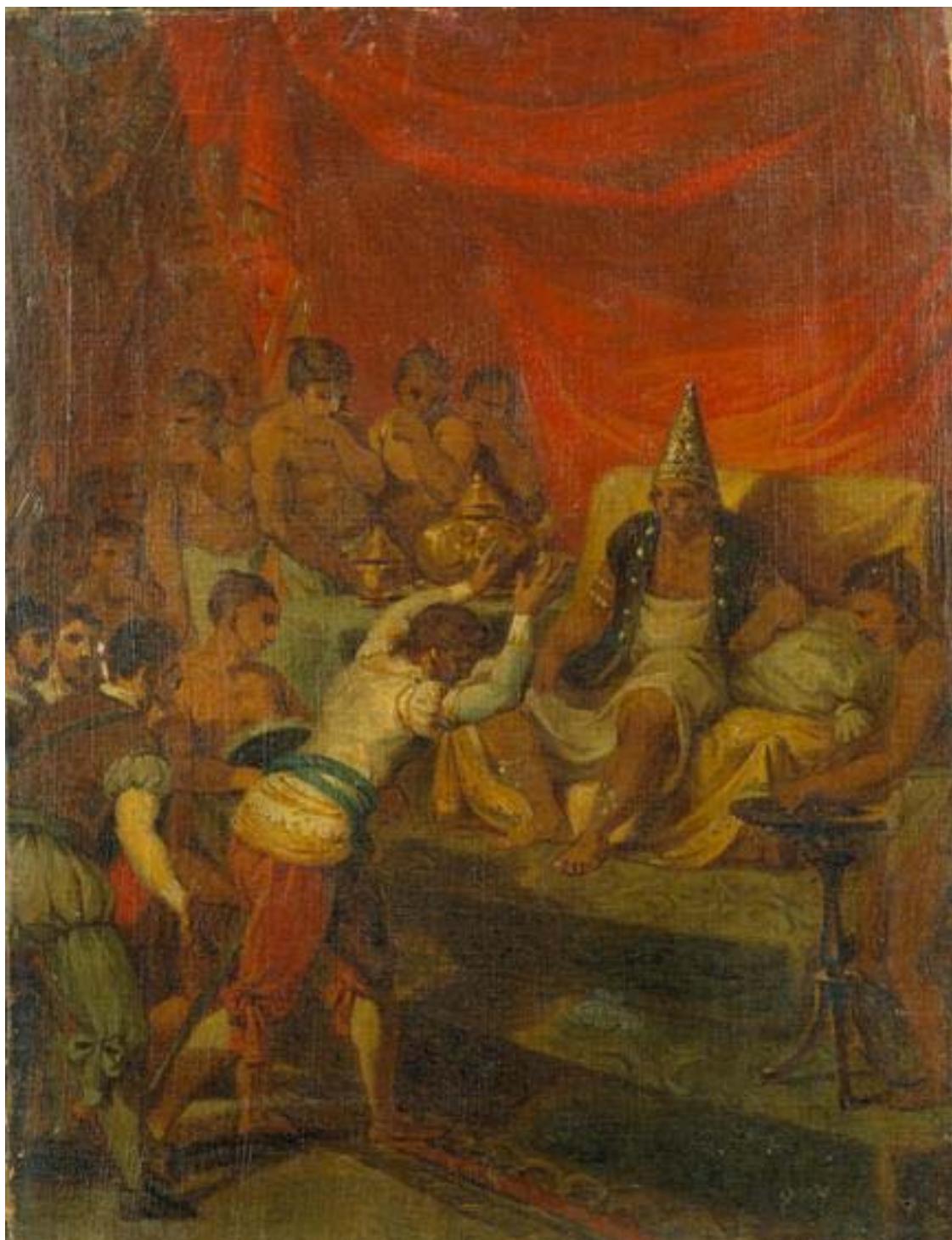


Figura 3 - Canto II: *Os Emissários de Gama perante o Rei de Melinde*. Vieira Portuense. Óleo sobre tela. 45,5 x 38 cm. Fonte: Inv. 321 Pint. Museu Nacional de Arte Antiga. Fonte: Fot. José Pessoa, 2001 © DGPC

e *A Chegada à Ilha dos Amores* (Figura 4) —, tendo em consideração a obra de Vieira Portuense e a evolução da iconografia camonianiana.



Figura 4 - *Canto IX: Chegada à Ilha dos Amores*. Vieira Portuense. Óleo sobre tela. 49,5 x 38 cm. Inv. 319. Pint. Museu Nacional de Arte Antiga. Fonte: Fot. José Pessoa, 2001 © DGPC

3.1. Canto I: Combate na Ilha de Moçambique

Camões dá abertura à narrativa *in media res*, transportando o leitor de encontro aos navegadores portugueses em pleno Oceano Índico à costa leste africana. O tema escolhido por Vieira Portuense para o Canto I reporta ao episódio da passagem pela Ilha de Moçambique, mais concretamente entre as estrofes 84 e 89 — apesar do inicial encontro amigável entre os portugueses e o governador da pequena cidade, as relações tornam-se hostis ao descobrirem que se tratavam de visitantes cristãos e não muçulmanos. O confronto retratado na pintura tem lugar quando são enviados alguns navegadores em batéis até à costa na necessidade de reabastecer os navios de água potável antes de prosseguirem com a sua viagem. O poeta descreve: “*Eis nos batéis o fogo se levanta / Na furiosa e dura artilheria / A plúmbea péla mata, o brado espanta, / Ferido, o ar retumba e assavia. / O coração dos Mouros se quebranta, / O temor grande o sangue lhe resfria. / Já foge o escondido, de medroso, / E morre o descoberto aventuroso.*” (I-89)¹.

A primeira representação conhecida do Canto I remonta à já referida edição madrilena de 1639, comentada por Faria e Sousa, na qual o artista optou pela narrativa mitológica paralela à história principal: o “Concílio dos Deuses” no qual os deuses do Olimpo discutem o futuro do povo português e o apoio que lhes prestariam, ou não, na sua jornada. Também assim se sucede na edição parisiense de 1735 e, posteriormente, na do Morgado de Mateus. É à edição de 1776, ilustrada por Charles Eisen, que Vieira deve as linhas gerais da sua composição e a escolha do tema — apesar da cena bélica que representa, acabam por incorporar a dimensão mitológica.

Na zona superior da gravura, uma figura feminina sentada num carro puxado por dois pássaros sobrevoa o campo de batalha, personagem que o pintor também representa em apontamento, com menos centralidade, mas cujo tom claro da pele não deixa de se destacar entre as velas e o fundo escuro. Trata-se de Vénus, deusa romana do amor e da beleza, que acompanha e zela pela viagem dos portugueses ao longo da história. É introduzida desde o início, no concílio, reconhecendo o valor deste povo herdeiro dos romanos: “*Sustentava contra ele Vénus bela, / Afeiçoada à gente Lusitana, / Por quantas qualidades via nela / Da antiga, tão amada sua, Romana;*” (I-33). Vieira reutiliza o elemento da carruagem e das pombas brancas, atributos da iconografia da deusa, no esboço do Canto VI, *Vénus e as ninfas salvam a frota portuguesa* — em ambas pinturas,

¹ Para efeitos de citação do poema utilizamos o formato CANTO – ESTÂNCIA, neste caso Canto Primeiro - Estância oitenta e nove.

o tratamento das figuras é característico do nu feminino na obra de Vieira. Tanto as poses com a fisionomia remetem-nos para *Júpiter e Leda* (1798), obra onde prevalece um gosto rococó de matriz clássica influenciada por Poussin, artista que o Portuense estudou atentivamente nos seus anos formativos.

Tapada por Vénus e pelos limites da pintura, figura no óleo de Vieira uma segunda personagem que não aparece na gravura em que se inspira: envergando um escudo e armadura metálica, será Marte, deus da guerra, também presente no concílio e figura de destaque nas ilustrações anteriores. Embora o esboçado de Vieira impeça uma grande definição dos seus traços, é referido no poema o seu “*forte escudo ao colo pendurado*” (I-36) e “*elmo de diamante*” (I-37), sendo habitualmente representado como um guerreiro romano. Admirador dos portugueses e apaixonado por Vénus, está do seu lado durante o concílio — “*Mas Marte, que da Deusa sustentava / Entre todos as partes em porfia / Ou porque o amor antigo o obrigava, / Ou porque a gente forte o merecia (...)*” (I-36) — e aqui a acompanha, sobrevoando o lado do campo de batalha que apoiam. Ao incluir esta personagem, Vieira complementa a narrativa visual da composição, sublinhando o seu apoio prestado não apenas neste episódio, mas também nas diferentes campanhas militares relatadas por Camões.

Em oposição, no meio da multidão de ilhéus, uma terceira figura mitológica se destaca: Baco, deus das festas e do vinho, é o antagonista da história, que desde início se opõe às ideias de Vénus e Marte, no receio que no seu êxito fosse perdido aquilo que havia conquistado — “*O padre Baco ali não consentia / No que Júpiter disse, conhecendo / Que esquecerão seus feitos no Oriente, / Se lá passar a Lusitana gente.*” (I-30). Assim, ao longo da narrativa faz os possíveis para armadilhar Vasco da Gama, chegando até a manipular os povos com quem contacta, como é o caso do evento representado — “*Mas o Mouro, instruído nos enganos / Que o malévolos Baco lhe ensinara, (...)*” (I-97). O pintor aqui o insere envergando a sua característica iconografia da coroa de oliveira, ou *kotinos*, e o tirso. No meio da multidão, Baco levanta a mão em gesto de avante ou saudação romana, indicando claramente de que lado está e o seu afrontamento às outras divindades. Na gravura de 1776 aparece também, mas em primeiro plano, dotando-o de protagonismo embora de costas para o observador: com o tirso erguido orquestra o ataque dos guerreiros africanos, vestindo peles de leopardo, meramente sugeridas no esboço de Vieira.

A composição pode ser dividida em três secções — a do canto superior esquerdo com o carro de Vénus, em baixo a tripulação portuguesa, e à direita os seus oponentes. Os três grupos são intermediados pela nau e o fumo da pólvora que densificam o centro da pintura, conferindo uma atmosfera à obra que não se verifica na gravura, de um desenho mais limpo, onde é sugerido o espaço aberto, contrariamente da proximidade do observador com a ação e os aglomerados de figuras em movimento na pintura de Vieira. Na gravura o plano de fundo representa os navios, indicando que a cena se passa à beira-mar, servindo-se do plano intermédio para a batalha em si, e na frente, bem delineado, o Baco comandante. Aqui o “outro”, isto é, o povo moçambicano, parece ter um maior destaque que o português, impondo-se também na composição as figuras dos deuses. Já na pintura de Vieira, o agrupamento de figuras em baixo protagoniza composição, dotando esta zona de um maior acabamento pictórico em comparação com o resto.

No batel vemos três figuras masculinas seminuas e musculadas, das quais duas remam a embarcação, e outro auxilia um quarto homem que caiu na água — portugueses ou não, tratam-se dos condenados às galés que cumpriam pena através de trabalhos forçados, personagens que voltam a surgir em *O Catual recebe Vasco da Gama na Índia* e *Vasco da Gama na Ilha dos Amores*. Dois soldados vestidos com trajes do século XVI apontam espingardas — em frente, a figura mais trabalhada da pintura, está um de mangas azuis e chapéu de pluma, e atrás deste um de mangas vermelhas e elmo metálico. Um terceiro tripulante, já fora do barco, ergue a espada e com outra mão agarra a cabeça de um ilhéu caído por terra que está prestes a golpear — através deste homem se faz a ponte entre os dois grupos, sendo assaltado por mais dois portugueses de espada e punhal.

Os adversários, pelo seu lado, disparam flechas de arcos representados apenas sobre leve apontamento, tal como os próprios homens, moldados em manchas de cor que aos poucos se esbatem com o fundo. A atmosfera da composição é dominada por tons de castanho, na pele, na nau e na água, e também se apontam leves tonalidades de azuis e verdes, tal como o branco sujo da nuvem de pólvora. Entre os neutros destacam-se vermelhos e azuis vivos utilizados na secção inferior da pintura, equilibrados no topo pelas mesmas cores no carro de Vénus. Um dos elementos unificadores desta série é, aliás, o destaque dado a determinados elementos através do uso de vermelho em maior ou menor quantidade.

Torna-se também evidente nestas obras o resultado dos inúmeros estudos de armas e adereços históricos que se encontram nos seus álbuns de desenho — embora a própria

qualidade da pincelada do esboço não se adeque ao nível de detalhe dos desenhos, vemos espingardas, pistolas, baionetas, até estudos dos pormenores dos mecanismos de gatilho, que tanto numa tela de grandes dimensões como numa gravura teriam certamente um tipo de acabamento mais nítido e pormenorizado.



Figura 5 - Cavaleiro (c.1796-1800). Vieira Portuense. Desenho a lápis sobre papel / 185 x 116 mm. Inv. 833 / Vlv. Fonte: Des. Museu Nacional de Arte Antiga. Fot. Luísa Oliveira, 2020 © DGPC/ADF

O mesmo acontece com o estudo de vestes, armas brancas, e peças de armadura, e estudos de personagens, como é o caso de um estudo feito a partir do retrato equestre do Duque de Arenberg (Figura 5), que lhe serviu como modelo para D. Pedro na *Súplica de Inês de Castro* (Bule, 2019, p. 43), ou um eventual estudo para a figura de Vasco da Gama (Figura 6), que muito se aproxima da fisionomia que lhe confere nas diferentes pinturas, particularmente no Canto IV.



Figura 6 - Busto (1796-1800). Vieira Portuense. Desenho a lápis sobre papel / 185 x 116 mm. Inv 833/37. Fonte: Des. Museu Nacional de Arte Antiga. Fot. Luísa Oliveira, 2020 © DGPC/ADF

3.2. Canto II: Os Emissários de Gama perante o Rei de Melinde

Após a passagem por Moçambique e Mombaça, no final do Canto II os portugueses avistam o porto de Melinde e resolvem ancorar perto da cidade — ao aperceber-se das intenções convidativas do rei de Melinde, Vasco da Gama envia os seus emissários a terra com oferendas e mensagens de paz. A cena composta por Vieira passa-se no interior dos aposentos do rei, onde o fundo é preenchido por um panejamento vermelho vivo com pormenores bordados a dourado. No plano frontal da composição, do lado esquerdo, estão quatro portugueses — um deles dá um passo em direção ao governador, com um equilíbrio que não se parece enquadrar bem no seu meio, de cabeça baixa em sinal de respeito e os braços erguidos enquanto a ele se dirige: “*Manda mais um, na prática elegante, / Que co Rei nobre as pazes concertasse / E que de não sair, naquele instante, / De suas naus em terra, o desculpasse. / Partido assi o embaixador prestante, / Como na terra ao Rei se apresentasse, / Com estilo, que Palas lhe ensinava, / Estas palavras tais falando orava:*” (II-8).

O ambiente representado manifesta com clareza a intenção do pintor de criar uma obra de efeito “orientalista” — os diferentes acessórios que compõem a obra, tanto pelo cenário como pelas figuras, povoam a cena de uma ideia de *exótico*. Este género de pintura, como analisou Paulo Varela Gomes (1990), encontrava-se em voga na cultura artística britânica onde Vieira Portuense estanciou no final do século XVIII. Nesta época cada vez mais circulavam pela Europa livros e coletâneas de gravuras representando paisagens naturais e edificadas, povos e o seu modo de vestir, sendo a Índia um dos principais alvos desse interesse (Gomes, 1990, p. 118). Estas obras serviam de referências para artistas como Vieira que, mesmo nunca tendo visitado o continente asiático ou o leste africano, contribuíam para o imaginário ocidental destes países, com maior ou menor rigor histórico. De facto, o próprio Vieira justifica a sua iniciativa quando escreve a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que “*m^{tos} abridores já dezejarião dar principio atal obra pelo pinturesco que ha não só no nosso vistuario mas Paizes da costa de Africa e Asia onde a nação abordou*” (*apud* Blanco, 1948, p. 150). Com esta afirmação sintetiza a intenção desta pintura, assim como *O Catual recebe Vasco da Gama na Índia* e *Os arúspices tentam adivinhar o futuro dos portugueses*, obras nas quais caminha para uma conceção de orientalismo que marcará determinadas vertentes românticas no século XIX.

Também o seu contemporâneo Domingos Sequeira assumiu esta tendência, talvez melhor expressa nas suas obras *A Adoração dos Magos* (1828), embora enquanto tema bíblico, e o *Desembarque de Afonso de Albuquerque* (c.1802-1820). Mais tarde, pintores como Francisco Metrass (1816-1861), Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), José Malhoa (1855-1933) e Veloso Salgado (1864-1945) — os três últimos no programa decorativo do Museu Militar — recuperam a temática camoniana e, à sua maneira, dão continuidade a este género de representação (Porfírio, 1999, p. 130).

No entanto, podemos simultaneamente considerar que aqui o interesse não é meramente estético, assumindo de igual modo um papel relevante na pintura de história em Portugal deste tempo. Está patente na representação destes episódios uma ideia de riqueza associada ao *Oriente*, remetendo para a dimensão e valor do império português e dos lugares que “a nação abordou” — e mais do que por questões comerciais ou estratégicas, a receção positiva que os melindanos e mais tarde o Catual demonstram para com os portugueses é compreendida como resultado ou recompensa pelos seus feitos heroicos.

Nesse sentido, o ponto mais atrativo desta pintura é, sem dúvida, a figura do rei de Melinde. Não é tratado como uma personagem com identidade e vontade própria, apresenta-se enquanto objeto representativo do *outro*, do *exótico*, e ao mesmo tempo de beleza e fascínio. A maneira como é representado — sentado num plano elevado e passivo à ação que acontece em seu redor — diferencia-se da ilustração de 1776, onde a sua caracterização é bastante discreta, e da edição do Morgado de Mateus, onde o autor optou pela cena *Visita do Rei de Melinde a Vasco da Gama*, na qual o soberano está ao nível do português, recebendo-o de braços abertos. Ao contrapor o amarelo do panejamento que reveste o cadeirão com o fundo vermelho, e ao despir os seus servos de caracterização ou ações que os distinga, o artista emoldura a figura central. Para além da veste branca e do colete negro, a ostentação do rei é evidenciada no grande chapéu em cone e nos diferentes acessórios de ourivesaria, desde os botões do colete, os brincos, as braceletes, estendendo-se até às pernas e aos pés, pormenores que conjugam com os bordados a dourado dos panejamentos.

3.3. Canto IX: Chegada à Ilha dos Amores

Após terem sido atingidos os objetivos da missão e ultrapassadas as dificuldades na Índia, os portugueses embarcam novamente em viagem, agora de regresso a Portugal.



Porém, antes disso, Camões introduz no final do Canto IX um episódio idílico-erótico: Vénus havia preparado uma *Ilha dos Amores* para receber Vasco da Gama e os seus marinheiros, um lugar paradisíaco onde são calorosamente hospedados por Tétis e as suas ninfas — “*Tomando-o pela mão, o leva e guia / Pera o cume dum monte alto e divino, / No qual hua rica fábrica se erguia, / De cristal toda e de ouro puro e fino. / A maior parte aqui passam do dia, / Em doces jogos e em prazer contíno. / Ela nos paços logra seus amores, / As outras pelas sombras, entre as flores*” (IX-87).

No centro da composição estão as personagens principais — interessante a indumentária de Vasco da Gama, não saindo por inteiro da iconografia das outras pinturas, mas é aparente um maior nível de conforto e informalidade. Está envolto num longo manto vermelho vivo e não há qualquer armadura visível, notabilizando-se também a ausência da expressão carregada e barba farta que o caracterizaram nas representações anteriores. Vem de braço dado com uma ninfa vestida de amarelo com os seios descobertos, porventura Tétis, que aponta para o seu destino. Esta pintura apresenta alguns elementos comuns com outro esboço de Vieira, erroneamente identificado como “Luiz de Camões na Ilha dos Amores” no já referido catálogo da galeria do Duque de Palmela (Soares & Carvalho, 2001, pp. 189-190). A obra representa, na realidade, Vénus mostrando a seu filho Eneias o caminho para Cartago, cena tirada do Canto I de *A Eneida*, mas atendendo às semelhanças em termos compositivos e da figura feminina o engano não é de surpreender.

Do lado direito da composição, emergindo da água, vêm os marinheiros numa pequena embarcação — encontram-se obstruídos pelas figuras principais e pelas velas do barco, mas distinguem-se, pelo menos, quatro a seis cabeças com elmos e armaduras. Vieira concentra um grande número de figuras no mesmo lugar, dificultando uma leitura espacial, verificando-se um aparente corte abrupto entre a água e a areia da praia. Um dos homens, seminu, rema com esforço para manter o barco à costa, enquanto outro, dentro de água, acaba de colocar uma tábua que sirva de ponte para o capitão pisar a terra seca. Em primeiro plano, na parte inferior da composição, estão dois tritões dentro de água soprando cornetas, figuras fantásticas que são, no entanto, representadas de forma semelhante aos condenados que remam as embarcações.

Poderíamos dividir a composição entre um lado masculino e um lado feminino, reunidos ao centro: o primeiro, à direita de Gama e no plano frontal, onde predominam

castanhos e azuis escuros e carregados, e o segundo, à esquerda da ninfa, onde estão três outras a dançar e a tocar instrumentos, caracterizadas com grande leveza e brilho, onde se distinguem os amarelos e azuis claros. Esta, aliás, acaba por ser a composição mais luminosa da série — o céu é aberto e limpo, emoldurado do lado esquerdo por uma palmeira e observando-se ao fundo o apontamento de um dos navios —, efeito que contribui para o clima idílico da cena.

Porém, Vieira omite todo o erotismo do Canto IX e transportando-o, embora contidamente, para o Canto X, ao contrário dos seus antecedentes que representam os marinheiros perseguindo as mulheres, como uma festa bacanal entre ninfas e sátiros. Já a ilustração publicada na edição do Morgado de Mateus salienta também toda a ideia de triunfo e da Ilha dos Amores como um *prémio*, situando Vasco da Gama ao centro, segurando numa mão a espada e na outra Tétis, que lhe coloca uma coroa de louros sobre a cabeça. Este conceito aproxima-se da interpretação de Vieira, que representa um desembarque e entrada na Ilha com direito a cortejo, embora não retrate as ninfas por si só como uma recompensa pelo sucesso da missão, mas sim como calorosas anfitriãs.

Por fim, fazemos também referência a uma posterior representação, da autoria de Alfredo Roque Gameiro (1864-1935) e Manuel de Macedo (1839-1915), publicada na edição de 1900 coordenada por Sousa Viterbo¹, obra que já assimila uma vasta produção artística camoniana desenvolvida ao longo do século XIX. Contém uma ilustração do mesmo tema que apresenta semelhanças notáveis com o esboço do Portuense — sabendo que a Academia de Belas-Artes integrava nas suas coleções uma cópia desta obra, e que Roque Gameiro terá frequentado o ensino noturno da mesma no início da década de oitenta, poder-se-ia admitir que esta tenha informado o seu imaginário ao ilustrar o episódio.

Considerações finais

Este conjunto de obras, consideramos, é valioso tanto para o entendimento da obra de Vieira Portuense como também da arte em Portugal — tanto Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823) como José da Cunha Taborda (1766-1836), que imortalizam a memória do pintor nas suas respetivas coletâneas biográficas, referem a promessa da grande edição, o

¹ *Os Lusíadas de Luís de Camões. Grande Edição Ilustrada / Revista e Prefaciada Pelo Dr. Sousa Viterbo.* 1900. Lisboa: Empreza da História de Portugal.

segundo com lamento: “*Roubou-nos a sua morte o gosto de a vermos executada, que ainda que outra perda não tivéssemos, esta só bastára, para o chorarmos com sentidíssimas lagrimas (...)*” (Taborda, 1815, p. 248). O testemunho poderia ter ficado apenas pela correspondência entre os intervenientes diretos no projeto e, tendo este caído por terra, tratar-se hoje de não mais do que um episódio anedótico da vida do artista, o que não acontece. Nestas pinturas encontramos indícios de um romantismo intrínseco ao interesse por Camões, talvez mais evidente na teatralidade do Canto III, mas também o observamos no orientalismo e efeito historicista obtido através da profusão de adereços nas suas composições. Estes elementos acabam por entrar em confronto com a “nova pintura de história” conforme definida nos ensaios de Foteini Vlachou — trata-se, sem dúvida, de pintura de história, mas salvo *A audiência de D. Manuel a Vasco da Gama*, existe sempre a inserção de uma figura fantástica ou, noutro caso, de um prevalente interesse pelo décor e pelo pitoresco que se sobrepõe à veracidade histórica.

Embora Vieira se tenha inspirado diretamente na edição parisiense de 1776 para a maioria dos cantos, a sua série não deixa de ter elementos originais, e no domínio da pintura são, de facto, pioneiras. Não vemos razões para duvidar que as composições tenham sido realmente pensadas com a publicação de um livro em mente, tendo Bartolozzi como gravador, mas ao mesmo tempo parece-nos claro que planeava simultaneamente, desde o início, realizar uma série de quadros. Apesar do seu carácter ilustrativo, Vieira quis através deste tema afirmar-se como um grande pintor nacional: uma série com os dez cantos de *Os Lusíadas*, principalmente com as dimensões e qualidade de *Súplica de Inês de Castro*, muito acrescentaria ao seu prestígio como pintor régio.

Bibliografia

ANTT, ANBA/L1/ Doc.1

ANTT, ANBA/L4/ Doc.1

ANTT, Fundo Ministério da Justiça (MJ), Fundo Cível Antigo de Lisboa, 1^a vara, 3^a Secção, Maço n.^o 107, Caixa 323, Inventário Orfanológico do 1º Visconde de Santarém, 1º Vol., apêndice 11º, fl. 12 f.

Araújo, A. (1991). *Experiência da natureza e sensibilidade pré-romântica em Portugal: Temas de pintura e seu consumo (1780-1825)*. Vol. 2. (Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal). Obtido na <http://hdl.handle.net/10216/13668>.

Bibliographia Camoniana Servindo de Catologo Official Da Exposição Camoniana Do Centenario Coordenada Pela Comissão Litteraria Das Festas. (1880). Porto, Portugal: Typographia Occidental.

Blanco, F. C. (1948). Uma carta inédita de Vieira Portuense. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, I* (3), 147-151. Obtido na http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/BoletimdoMuseuNacionaldeArteAntiga/Vol1/Fasc03/Fasc03_item1/P38.html.

Bule, L. M. (2019). *Inês de Castro. A imagem e o mito nas artes visuais* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Lisboa, Portugal). Obtido na <http://hdl.handle.net/10362/85759>.

Carey, J. (Ed.) (1803). *The works of Virgil translated into English Verse by Mr. Dryden*. Londres, Reino Unido: Vernor & Hood.

Carvalho, J. A. S. & Soromenho, M. (Coords.). (2019). *Museu das Descobertas*. Lisboa, Portugal: Museu Nacional de Arte Antiga. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Catalogo dos quadros antigos e modernos, que formam parte da Galeria do exm.^o Duque de Palmella, em Lisboa. (1851). *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa. 2^a Série. Tomo IV-12, 142–143.* Obtido na <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>.

Catalogo Exposição Camoneana Realizada Pela Bibliotheca Nacional Do Rio de Janeiro a 6 de Junho de 1880 Por Occasião Do Centenário de Camões. (1880). Rio de Janeiro, Brasil: Typographia Nacional.

- Cidraes, M. de L. (2007). Da imagem ausente à multiplicidade da representação: o Adamastor na iconografia camoniana dos séculos XVII e XVIII. In I. Almeida, & Rocheta, M. I., & T. Amado (Orgs.), *Estudos: Para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*. Lisboa, Portugal: Faculdade de Letras, Departamento de Literaturas Românticas, 649–671.
- Constâncio, F. S. (1819). Resenha analytica: Os Lusiadas, poema epico de Luis de Camões. Nova edição correcta, e dada á luz, confirme á de 1817, in-4º., por Dom Joze Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Paris, na officina typographica de Firmino Ditot, Impresso do Rei, e do Instituto. *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras por huma Sociedade de Portuguezes Residentes Em Paris, Tomo IV*, 3–37. Obtido na <https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015034730641>.
- Coutinho, B. X. (1946). *Camões e as artes plásticas: Subsídios para a iconografia camoneana*. (Vol. 1). Porto, Portugal: Livraria Figueirinhas.
- Dantas, R. M. M. C. (2007). *A casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil). Obtido na <http://www.memoriasocial.pro.br/dissertacoes-teses.php>.
- Faria, M. F. de. (2005). *A imagem impressa: Produção, comércio e consumo de gravura no final do antigo regime* (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal).
- Gomes, P. V. (1990). “Os Lusíadas” segundo Vieira Portuense. *OCEANOS*. 4, 116–122.
- Gomes, P. V. (2001). *Vieira Portuense*. Lisboa, Portugal: Edições Inapa.
- Machado, C. V. (1823). *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, pintor ao serviço de S. Magestade o senhor D. João VI*. Lisboa, Portugal: Impressão Victorino Rodrigues da Silva. Obtido na <https://purl.pt/28030>.
- Markl, A. G. (2014). *A obra gráfica de Domingos António de Sequeira no contexto da produção europeia do seu tempo* (Tese de doutoramento, Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Portugal). Obtido na <http://hdl.handle.net/10451/11981>.

- Morais, A. P. B. (2016). Francisco António da Silva Oeirense (1797-1868). Um pintor lisboeta no Porto Romântico. In G. V. Sousa (Coord.), *II Congresso “O Porto Romântico” – Actas* (pp.). Porto, Portugal: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes. Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 161–174. Obtido na <http://hdl.handle.net/10400.14/23484>.
- Passos, C. de. (1953). *Vieira Portuense*. Porto: Portugal: Portucalense Editora.
- Pereira, G. (1903). *A Collecção de Pinturas do Sr. Duque de Palmella*. Lisboa, Portugal: Typographia Lallemant. Obtido na <https://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?ID=461>.
- Pereira, S. G. (2018). Coleção real em Portugal - Coleção D. João VI no Brasil: Novas questões. In M. J. Neto & M. Malta (Eds.), *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: Coleções em exílio*. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 7–18.
- Porfírio, J. L. (1999). Fragmentos em torno de um perfumador árabe. Orientalismos nas artes plásticas em Portugal (1800-1918). In A. M. Rodrigues (Coord.), *O Orientalismo em Portugal: Séculos XVI-XX*. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 127–143.
- Ramos, E. P. (Ed.) (1972). *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Ribeiro, J. B. (1859, março, 27). Francisco Vieira. *O Mundo Elegante: periodico semanal de modas, litteratura, theatros, bellas artes*, 85–86. Obtido na <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RealGabObrasRaras&page=24409>.
- Silva, I. F. da. (1865). Francisco Vieira Portuense: Esboço biographico. *Archivo pittoresco: semanário illustrado*, Tomo VIII. Obtido na http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArchivoPittoresco_TomoVIII.htm.
- Soares, E., & Carvalho, J. A. S. (Coords.). (2001). *Francisco Vieira, o Portuense. 1765-1805*. Porto, Portugal: Museu Nacional Soares dos Reis.
- Taborda, J. da C. (1815). *Regras da arte da pintura: com breves reflexões criticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas: vidas e quadros dos seus mais célebres professores: escritas na lingua italiana por Micael Angelo Prunetti dedicadas as*

excellentissimo senhor Marquez e Borba. Lisboa, Portugal: Impressão Régia.
Obtido na <https://purl.pt/6251>.

Vianna, B. L. (1819). *Breve resposta à crítica da nova edição dos Lusiadas publicada em 8º n'este anno, por Firmino Didot, e conforme em tudo á que em 4.º deo á luz, em 1817, O ill.mo e ex.mo S.nr D. J. M. de Souza-Botelho: a qual critica appareceo no 4.º vol. dos Annáes das Artes, das Sciencias e das Letras publicadas em Pariz.* Paris, França: P. N. Rougeron.

Viterbo, S. (Ed.). (1900). *Os Lusiadas de Luís de Camões. Grande edição ilustrada.* Lisboa, Portugal: Empreza da História de Portugal.

Vlachou, F. (2019). *The disappointed writer - Selected essays.* Lisboa, Portugal: Edições do Saguão.

O PALÁCIO ALVOR COMO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA. 110 ANOS DE HISTÓRIA DO EDIFÍCIO E DA INSTITUIÇÃO (1911-2021)

THE PALÁCIO ALVOR AS MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA. 110 YEARS OF HISTORY OF THE BUILDING AND THE INSTITUTION (1911-2021)

Recebido a 31 de agosto de 2021
Revisto a 02 de setembro de 2021
Aceite a 22 de setembro de 2021

Henrique Martins

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de História da Arte
1099-032 Lisboa, Portugal
henriqueepmartins@gmail.com



Resumo

Este artigo centra-se na forma como o Palácio dos Condes de Alvor, edifício que alberga o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) desde a sua criação, foi evoluindo a par da instituição museal, do ponto de vista arquitetónico e museográfico. Numa primeira parte revemos brevemente a história do Palácio anterior à criação do MNAA, referindo os vestígios que subsistem e a adaptação do edifício à função museal, com a Exposição Retrospetiva de Arte Ornamental (1882) e o Museu Nacional de Belas Artes (1884), numa segunda abordamos as importantes alterações que o Palácio sofreu nos primeiros tempos do MNAA, durante a direção de José de Figueiredo e a luta deste para expandir o Museu, numa terceira a conceção de João Couto, 2.º diretor do MNAA, tendo em conta a definitiva implementação do Museu no Palácio Alvor, ao ser ampliado no seu corpo e anexado a um novo (sob projetos do arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade), numa quarta, elencamos as mudanças no edifício e exposição permanente entre as décadas de 1950 e 1980 e numa quinta enumeramos as alterações ocorridas no Palácio / Museu desde a década de 1990 e que lhe dão a feição atual. Como conclusão refletimos sobre a permanente necessidade de aumento de espaço do Museu e a importância do Palácio Alvor como lugar de memória do MNAA.

Palavras-chave: Palácio Alvor, Museu Nacional de Arte Antiga, edifício, exposição permanente, projeto de arquitetura

Abstract

This paper focuses on how the Palácio dos Condes de Alvor, the building that has housed the Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) since its creation, has evolved along with the museum institution, from an architectural and museographic point of view. In the first part we briefly review the history of the Palace before the creation of the MNAA, referring to the vestiges that remain and the adaptation of the building to the museum function, with the Retrospective Exhibition of Ornamental Art (1882) and the Museu Nacional de Belas Artes (1884), in a second part we address the important changes that the Palace underwent in the early days of the MNAA, during the direction of José de Figueiredo and his struggle to expand the Museum, in a third part the conception of João Couto, 2nd director of the MNAA, taking into account the definitive implementation of the Museum in the Palácio Alvor, when it was expanded in its body

and annexed to a new one (under designs by the architect Guilherme Rebelo de Andrade), in a fourth part, we list the changes in the building and permanent exhibition between the 1950s and 1980s and in a fifth part, we enumerate the changes that have occurred in the Palace / Museum since the 1990s and that give it its current features. In conclusion we reflect on the permanent need to increase the Museum's space and the importance of the Palácio Alvor as a place of memory of the MNAA.

Keywords: Palácio Alvor, Museu Nacional de Arte Antiga, museum's building, permanent exhibition, architectural project.

Introdução

Este artigo retoma, corrige e atualiza parte de uma investigação realizada acerca da história do(s) edifício(s) do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)¹, centrando-se na problemática sobre de que forma o Palácio dos Condes de Alvor, edifício que albergou esta instituição museal, foi evoluindo, a par da mesma, desde a sua criação (1911) até à atualidade, do ponto de vista arquitetónico, museográfico e da organização dos espaços. Tendo em conta a data dos 110 anos da instituição museal e das esperadas obras de requalificação previstas nos próximos anos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (2022-2025) e no Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027), cuja lista de intervenção prioritária integra o MNAA, julga-se relevante focar o tema desta história comum.

¹ Martins, Henrique Manuel Lopes Escudeiro Pereira (2014). *O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história: contributos para um projeto de comunicação*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [Texto policopiado], 2 Vols.



1. O Palácio Alvor antes do Museu Nacional de Arte Antiga: breves notas

O Palácio dos Condes de Alvor, atualmente ocupado pelo Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) (Figura 1), deve o seu nome ao 1.º conde de Alvor, D. Francisco de Távora (1646-1710), que o mandou construir, no final do século XVII, contíguo ao Convento de Santo Alberto, cuja Igreja lhe servia de capela, sobre a Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa. Neste palácio urbano barroco destacam-se na fachada norte, virada à

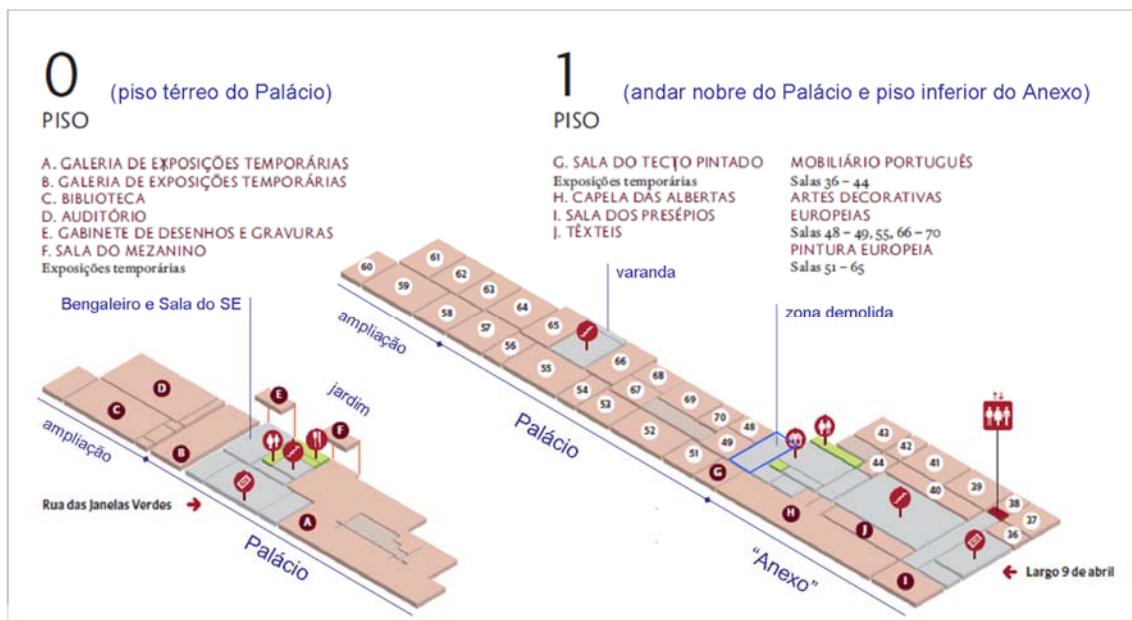


Figura 1 - Planta atual do Museu Nacional de Arte Antiga (pormenor), com indicações do autor a azul, relativas ao texto do artigo.
Fonte: MNAA. Museu Nacional de Arte Antiga. [2020].

Rua das Janelas Verdes, os dois portais que permitiam a circulação interior das carruagens. Do projeto inicial existem dois tetos pintados em perspetiva arquitetónica, de Vincenzo Bacherelli (1672-1745), executados entre 1701 e 1718 (um visível na “Sala do Tecto Pintado” do MNAA e o outro entaipado, na sala 51, devido ao mau estado de conservação). Da época em que o Palácio esteve na posse do 1.º Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), subsistem três tetos com estuques decorativos rococó, na escadaria e nas atuais salas 68 e 69 do MNAA, e as pedras de armas dos Carvalho nos dois portais exteriores e no do salão nobre (atual sala 55), no piso superior do Palácio, trabalhos atribuídos ao italiano Giovanni Grossi (1719-1781), executados entre 1774 e 1775.

Em 1879, o Palácio Alvor (nessa época designado Palácio do Marquês de Pombal) é arrendado à Academia Real de Belas Artes de Lisboa (ARBAL), em nome do Governo,

pelo 5.º Marquês de Pombal, a fim de ali se instalar o primeiro museu nacional do país. Dois anos depois, é decretada a realização da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola no Palácio Alvor, «destinado para museu de bellas artes»², procedendo-se a obras de adaptação. Apesar do sucesso da exposição, ocorrida em 1882, onde fez furor a iluminação elétrica, surgem críticas à escolha do edifício. Ainda assim, no ano seguinte, o Palácio é comprado pelo Estado e procede-se a novas obras de adaptação. Com a substituição da iluminação elétrica por iluminação natural zenital, na ala norte do piso superior do Palácio desapareceram as composições centrais dos tetos pintados em perspetiva.

Em 1884 o Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA) abre oficialmente. A exposição ocupa o piso superior do Palácio e parte do inferior, mas o aumento das coleções leva à necessidade de mais espaço. Em 1891, a pedido da ARBAL, o Convento de Santo Alberto e a sua cerca são-lhe cedidos para alargamento do Museu e a ARBAL deposita naquele edifício as reservas. Decorrem obras no piso inferior do Palácio, constrói-se uma escada no topo poente para acesso à “sobre-loja”, o piso intermédio que se localizava na ala sul do lado poente, e inauguram-se novas salas.

2. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: primeiras alterações

A Lei republicana de 26 de maio de 1911 extingue o MNBA e cria o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e o Museu Nacional de Arte Contemporânea, mantendo-se o primeiro no Palácio Alvor. O historiador de arte José de Figueiredo (1871-1937) é nomeado primeiro diretor do MNAA. Para o edifício propõe o “complemento” do Palácio, pois considerava que “o que está construído é apenas a parte central e o lado poente, faltando-lhe o braço nascente. Ora essa parte já podia ser feita em condições de servir para museu”³. Para as coleções defende a sua divisão em secções, para uma melhor apresentação das obras.

Logo nesse ano, iniciam-se, sob projeto do arquiteto Adães Bermudes (1864-1948), obras de remodelação em várias salas do andar nobre do Palácio e é pedido ao arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942) um estudo da sala contígua ao átrio do piso

² *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Hespanhola e Portuguesa em Lisboa*, AMJM-AHMNAA, pasta 79.

³ «Entrevista», O Século, 2 de setembro de 1911. Cit. por Manãcas 1991, I, p. 43.



terreiro (hoje designada Sala dos Passos Perdidos e integrante da galeria de exposições temporárias), para sala de ourivesaria francesa do século XVIII, a instalar a baixela Germain, o que vem a acontecer apenas em 1926 (Manaças 1991, I, p. 48).

A 24 de março de 1912 inauguram as duas primeiras novas salas do MNAA (*Museografias*, 2008, [4]): a Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), com os recém-descobertos *Painéis de São Vicente* (Figura 2) e a Sala da Escola Portuguesa de

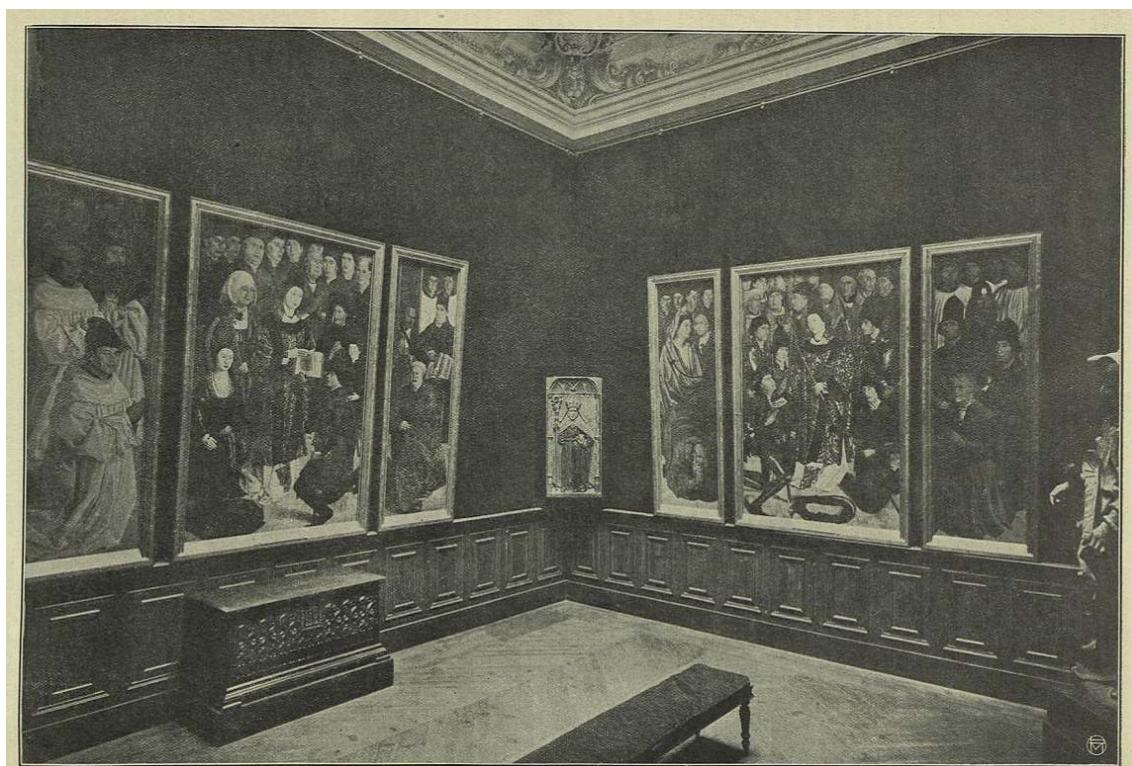


Figura 2 - Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), andar nobre do Palácio, vista de sueste para noroeste, entre 1912 e 1930. Fonte: *O Ocidente*, nº 1221, 30 de novembro de 1912.

pintura do século XVI. Nessa ocasião José de Figueiredo reivindica “a dotação orçamental necessária para devolver a dignidade às velhas instalações”⁴, dizendo que “com esse dinheiro, todo esse esfarrapado e desbotado papel que forra as altas paredes poderia ser substituído por um tecido próprio, sobre o qual se destacasse toda a beleza dos quadros expostos” (*Museografias*, 2008, [4]).

Em junho, o diretor assume que “visto não haver dinheiro para a construção de um novo museu já apropriado a esse fim, o que há a fazer é completar o edifício das

⁴ «Entrevista», *O Século*, 24 de março de 1912. Cit. por Bastos & Carvalho, 2012, p. 36.

Janelas Verdes, o único que apezar de não ter sido construído para museu pode com pequena despesa, revestir as condições necessárias (...) de forma a constituir um museu que seja simultaneamente instrutivo e agradável”⁵. E em novembro, apesar da “ridiculissima” e “mesquinha” dotação atribuída pelo Estado ao MNAA, nas palavras de Figueiredo, as mudanças continuam e procede-se à reorganização de três salas, onde aquele determina resguardar os quadros a expor através de “três caixas de ar confinado, o que é o melhor e mais seguro regularizador da temperatura”⁶.

Em 1913, em consequência do equilíbrio financeiro alcançado pelo Ministério das Finanças, a dotação ao MNAA aumenta (Manaças 1991, I, p. 112). É desse ano a redecoração do salão nobre (à data “sala E” e atualmente sala 55), por Adães Bermudes (Figura 3). O teto, que no tempo da Exposição de Arte Ornamental apresentava um



Figura 3 - Sala E (atual sala 55), andar nobre do Palácio, vista de este para oeste, entre 1913 e 1925. À esquerda a porta para o alto da escadaria e ao fundo a Sala de Nuno Gonçalves, com os *Painéis de S. Vicente*. Fonte: fotografia AFMNA.

estuque decorativo, provavelmente, contemporâneo dos do tempo do Marquês de Pombal, passa a ser decorado apenas na sanca⁷. O salão e as duas pequenas salas contíguas (atuais

⁵ «Entrevista», O Século, 2 de junho de 1912. Cit. por Manaças 1991, I, p. 110.

⁶ *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912, p. 258.

⁷ O projeto (de 7 de abril) tem ligeiras diferenças em relação ao que se vê concretizado em fotografias da época. Deste modo, a sala terá tido duas intervenções ou a execução não respeitou plenamente o projeto.

54 e 56) vêm a abrir ao público, com pintura sobretudo europeia. Mais tarde, é acrescentado ao andar nobre do Palácio, no topo nascente do edifício (no espaço atualmente ocupado pela sala 63), uma pequena sala com um terraço pouco profundo, para expor desenhos.

Até ao fim da década e nas seguintes Figueiredo renova telhados, escadarias, paredes e tetos (Noé et al.), o que, para João Couto (1892-1968), o segundo diretor do MNAA, «acabou por diminuir o carácter da construção» (*BMNAA*, I, 2, 1939, p. 48). Retiram-se as guarnições das portas e, mais tarde, algumas das próprias portas e colocam-se mármores nos vãos (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 5). Substituem-se os forros adamascados das paredes, primeiro por outros carmesim⁸ e depois por panos de fundos neutros e tons mais claros (Couto, 1958). Os lambris de madeira são substituídos, bem como os pavimentos em soalho de espinha de peixe por parquet de motivos decorativos geométricos, como irá suceder na Sala de Nuno Gonçalves, em 1930. Conta João Couto que José de Figueiredo chamava a atenção «para [as] novas salas bem iluminadas, bem assoalhadas e com as paredes magnificamente revestidas por tecidos de qualidade», em contraste com as de ourivesaria «forradas de papel lavrado de tom muito escuro» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 5).

De modo a ampliar a superfície expositiva, Figueiredo coloca painéis que cortam os cantos das salas (Figura 3), «solução revolucionária aclamada pela crítica estrangeira» (*Museografias*, 2008, [4 e 5]). Inicialmente os painéis ficavam acima dos lambris de madeira e, mais tarde, quando os lambris e o soalho são modificados, erguem-se do chão até quase à cimalha, continuando na sua base o correr dos novos lambris. Quando nos anos 1970, os painéis e lambris são retirados, mantém-se no desenho do parquet os “cantos cortados”, nome que entrou na gíria do Museu. Podemosvê-los nas atuais salas 55 e 57.

Sobre as primeiras intervenções no MNAA, considera José de Figueiredo, em 1930, que “estão bem e são as que deram fama ao museu lá fora”⁹.

⁸ *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912, p. 257.

⁹ Ofício de José de Figueiredo ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, 31 de março de 1930. Cit. por Manaças, 1991, p. 47 e p. 48.

A par das alterações no Palácio, José de Figueiredo pugnava pelo prolongamento do Museu a poente, para o espaço do Convento de Santo Alberto, mantendo a Igreja, e, de facto, entre o final da década de 1910 e início da seguinte, o Convento é demolido, a Igreja mantida, e o espaço entregue pelo Governo para ampliação do MNAA. Realizam-se vários projetos para ali construir o “Anexo” do Museu, que integraria a “Igreja das Albertas”, e chega-se a erguer uma cave e o pavimento do piso inferior, sob projeto do arquiteto Adães Bermudes, mas os trabalhos são interrompidos.

No final de 1924, o diretor reforçava a necessidade não só da construção do Anexo como da expansão do Palácio, «quando, como é inevitável, ela for preciso mais tarde»¹⁰. Ao defender a ampliação do Museu, determinava a sua localização definitiva no Palácio Alvor. Uma conceção fixada em modelos já ultrapassados, como afirmará João Couto (Manaças, 1991, I, p. 45) e que, segundo o mesmo, se prendia com o facto de José de Figueiredo ter «sempre no seu espírito a tradição da Exposição de Arte Ornamental, a do Museu das Belas-Artes e a ideia de que a Rocha do Conde de Óbidos era sólido alicerce que fizera resistir ao terramoto as construções sobre ele edificadas», para além da «vista admirável do Tejo» (BMNAA, I, 2, 1939, p. 45).

Em 1929 é criada a 1ª Comissão Administrativa das Obras do MNAA (CAOMNAA)¹¹, presidida por José de Figueiredo. Quando no ano seguinte o ministro das Finanças Oliveira Salazar desbloqueia os meios financeiros necessários para as obras de ampliação do Museu (Noé et al...) o diretor entrega o projeto ao arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969) que nesse mesmo ano inicia os estudos para o novo Anexo do MNAA, de acordo com o programa de Figueiredo (BMNAA, I, 2, 1939, p. 46).

Nos seus desenhos dos alçados do Palácio, realizados em 1931¹², provavelmente parte dos estudos para a ampliação do MNAA, temos uma visão global da aparência das fachadas naquela data (Figura 4).

¹⁰ Carta de 13 de dezembro de 1924. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – AHMNA.

¹¹ Pasta 11, AMJM-AHMNA.

¹² Plantas do edifício do MNAA, AMJM-AHMNA, pasta 67.

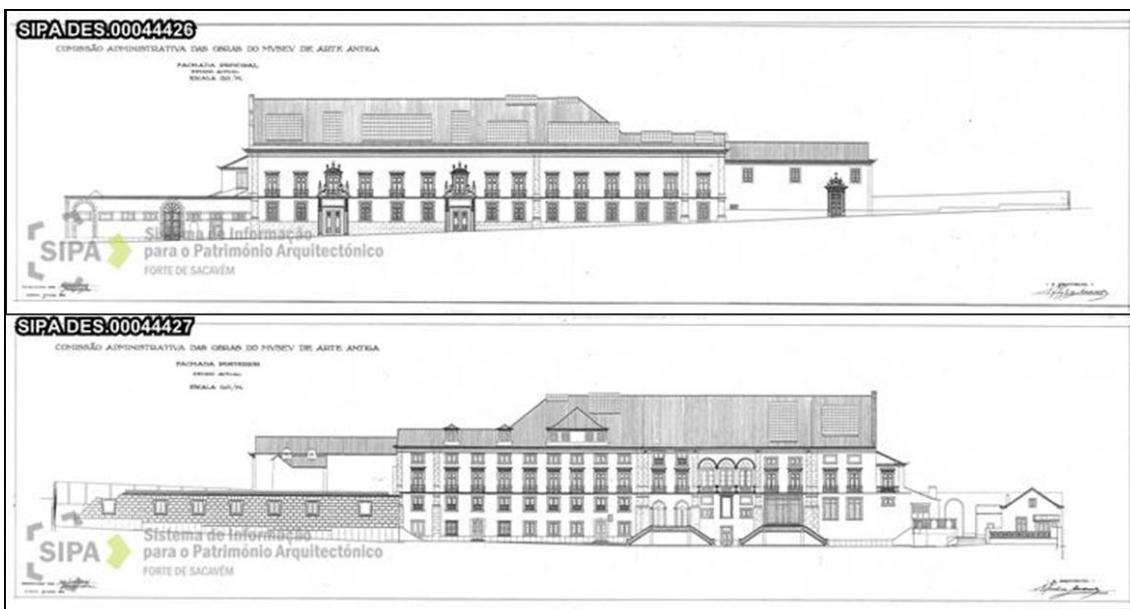


Figura 4 - Fachadas norte e sul do Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga, Comissão Administrativa das Obras do Museu de Arte Antiga, 1931. Fonte: SIPADES.00044426 e SIPADES.00044427.

A fachada sul, virada ao jardim do Palácio, apresentava mesaninos nos dois pisos. O topo nascente do edifício era rematado pela habitação do chefe do pessoal menor, que tinha acima, ao nível do andar nobre do Palácio a pequena sala de desenhos, com terraço. O corpo avançado, ao centro da fachada, tinha uma porta central, ladeada por duas escadas duplas, paralelas à parede, que davam acesso a um patim cada. O da esquerda levava a duas portas de arco de volta perfeita, o da direita a três altas janelas, separadas por colunas (mas que em tempos deviam ter sido igualmente portas). Acima da porta central existia uma alta janela, ladeada por dois conjuntos de duas mais pequenas. No andar nobre, uma varanda com tríplice arcaria, fechada com janelas (Figura 1). O telhado apresenta mansardas mas já não existem as duas chaminés visíveis num desenho do pintor inglês Charles Landseer (1799-1879), datável de 1825-26 (Figura 5).



Figura 5 - Desenho da fachada sul e jardim do Palácio Alvor, Charles Landseer, c. 1825-26. À esquerda, parte do edifício e cerca do Convento de Santo Alberto. Fonte: reprodução fotográfica, 4.1.2, nº 119, gav. 12, AFMNA.

Na fachada norte, a principal do Museu, já não se encontram o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes” nem os frisos com medalhões de efígies de artistas, realizados para a Exposição de Arte Ornamental (Figura 6).



Figura 6 - Fachada norte do Palácio Alvor como Museu Nacional de Belas Artes, vista da Rua das Janelas Verdes, entre 1884 e 1911. Note-se o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes”, os frisos com medalhões de efígies de artistas e o rendilhado no remate da fachada. Fonte: fotografia 4.1.2, nº 7, gav. 12, AFMNA.

O primeiro ainda existia em 1913 (Costa, 1913, p. 27) e os segundos em 1924 (Proença, 1924, p. 365). Nesta data, o corpo poente da fachada ainda tinha mesaninos no andar nobre mas já não no térreo, como no tempo do MNBA. A poente do Palácio mantinham-se a “Igreja das Albertas” e a cave construída, do projeto de Adães Bermudes.

A nascente do Palácio existia uma fachada com um portão em arco e as janelas e outro arco entaipados. Encostados àquela, do lado do recinto do MNAA, havia várias construções.

É em 1931 ou no ano anterior que a fachada norte é intervencionada «no sentido de a repôr no seu estado primitivo»¹³. Tendo em conta o referido desenho do alçado, de 1931, terá sido nessa intervenção que foram eliminados o rendilhado que rematava a fachada, o dístico e os frisos decorativos e substituídas as guardas das janelas de sacada pelas atuais, que terão ido buscar o modelo às das janelas de sacada da fachada sul (visíveis, por exemplo, no desenho de Landseer).

Durante aquela intervenção foram encontrados, «na parede que fica entre a verga da janela que marca o centro do Palácio e a parte da cimalha que lhe corresponde»¹⁴ vestígios de uma pedra de armas dos Távora, da época da fundação do edifício. É estudada a sua reconstituição e modelada em barro e gesso, para vir a ser recolocada¹⁵. No entanto, em 1932, a dotação para as obras do Museu é cortada pelo Ministério das Obras Públicas e, talvez por isso, não chega a ser realizada a colocação da pedra. Ainda em 1934, Figueiredo considerava que sem aquela não podia ser feita «a fotografia de conjunto do edifício que é indispensável como elemento de propaganda do museu»¹⁶.

¹³ PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/06, IHRU. Ver também PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/03, IHRU.

¹⁴ Carta de José de Figueiredo à DGEMN, 8 de setembro de 1932, PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/03, IHRU. Penso que Figueiredo se refere à janela central das três que são ladeadas pelos dois portais da fachada. Seria aí o centro do edifício, visto considerar-se que lhe faltava o corpo nascente, correspondente ao do lado poente.

¹⁵ PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/06, IHRU.

¹⁶ PT-MNAA-AJF-APF-MNAA-C-001-00001_m0021_derivada (2), ANTT.

3. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: remodelação e ampliação na década de 1940

Em 1935, quando Rebelo de Andrade realiza um segundo projeto para o Anexo do MNAA estuda simultaneamente o acabamento do lado nascente do Palácio¹⁷. Nos alçados do estado do edifício, que fazem parte daquele projeto, a fachada norte parece manter-se igual em relação aos desenhos do levantamento de 1931, mas a virada a sul apresenta algumas diferenças. No telhado já não se encontram as mansardas e os mesaninos do andar nobre foram eliminados, bem como três janelas no piso inferior do corpo avançado.

O «Ante projecto [do] acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga», elaborado por Rebelo de Andrade no ano seguinte, espelhava uma significativa alteração da organização das coleções e serviços do MNAA, determinada por Figueiredo. No complemento do edifício do lado nascente haveria no andar nobre seis novas salas e no térreo espaços para biblioteca (constituída por Figueiredo em 1911) e sala de conferências, serviços de que o diretor necessitava para fazer do MNAA “um museu laboratório ou museu oficina”, “complemento do ponto de vista artístico, das escolas de todos os graus e especialidades de ensino”¹⁸.

Em julho de 1939, após a morte de José de Figueiredo, João Couto, como novo diretor, defende que o ante-projecto elaborado, “embora tivesse tido várias aprovações oficiais, não [correspondia] às necessidades do novo museu”¹⁹. Deste modo, apresenta um relatório ao Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, propondo modificações, tendo em conta também o aumento do pessoal técnico que pressupunham as novas atividades que determinara para o MNAA²⁰.

Couto critica no ante-projeto a “defeituosa circulação dos visitantes no museu devido, entre outros problemas, às ligações defeituosas do edifício novo [o Anexo] com

¹⁷ Memória Justificativa do Projecto, [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

¹⁸ Memória descritiva e justificativa do projeto de ampliação do MNAA. Cit. por Manãcas 1991, I, 52 e reproduzida no vol. II, como Documento nº 10.

¹⁹ Parecer de João Couto dirigido à Comissão de Obras do Museu das Janelas Verdes, 6 de julho de 1939. Cit. por Manãcas 1991, I, 78 e reproduzido no vol. II como Documento nº 17.

²⁰ Em 1932 fora criado o estágio para conservadores, em 1936, o laboratório de análise de obras de arte e, mais tarde, o Serviço de Educação, em 1953 e o Curso de Conservadores, em 1956, culminando na classificação do MNAA como “Museu normal” para preparação de técnicos de museus, em 1965.

o Palácio”²¹, a dificuldade de vigiar certas salas e passagens e as deficientes instalações do pessoal e destaca a necessidade de “dar à sala de conferências um vestíbulo próprio”²², pois o ante-projeto pressupunha o seu acesso através da Biblioteca, a única das duas salas que teria vestíbulo. Deste modo, propõe suprimir as salas para exposição permanente no piso térreo, localizando na ala norte do lado poente salas para exposições temporárias. Reduzindo a exposição permanente ao andar nobre do Palácio e ao Anexo, permitia anular a circulação de público pela ligação entre os edifícios através da sacristia da “Igreja das Albertas” (Manaças, 1991, I, p. 122), que passava a integrar o percurso expositivo (atualmente chamada Capela das Albertas). Esta ligação entre o Palácio e a Igreja será mantida mas deixa de ser usada, pois passa a comunicar com a última sala da galeria de exposições temporárias, do lado do Palácio (situação que se mantém).

O novo diretor pretendia criar no piso térreo do Palácio um “departamento de estudo e divulgação das obras de arte”²³ semelhante à *École du Louvre*, «ligado mas, de certo modo, independente do Museu», apoiado pela biblioteca, a sala de conferências, gabinetes para estudiosos e serviços de informação (*BMNAA*, I, 2, 1939, p. 54; *BMNAA*, III, 9-10, 1944, p. 54). Dotando o piso de uma entrada independente pela Rua das Janelas Verdes, isolava-o das restantes instalações (passando a escadaria nobre a servir apenas os funcionários) e possibilitava a sua utilização fora do horário habitual do Museu (Manaças 1991, I, p. 122). O átrio e a antiga sala Germain (atual Sala dos Passos Perdidos), mantida a toda a largura do edifício, passando a servir, simultaneamente, de antecâmara à Biblioteca e à Sala de Conferências (Couto, 1958), seriam reservados «para uma espécie de “Centro Social”» de convívio (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 17).

Tendo em conta estas alterações, Rebelo de Andrade apresenta um novo «Projecto do acabamento do actual edifício», em 1940. Comparando os alçados deste projeto com os do ante-projeto de 1935, verificam-se apenas pequenas alterações no que concerne a algumas janelas e à varanda do andar nobre, do lado sul.

A adjudicação da obra de remodelação e ampliação do Palácio é feita em dezembro de 1940 (*BMNAA*, I, 4, 1941, p. 181), mas ainda entre agosto e setembro

²¹ Cit. por Manaças 1991, I, 117-118.

²² Cit. por Manaças 1991, I, 78.

²³ Couto, João «Justificação do Arranjo de um Museu», 16. Cit. por Manaças 1991, I, 93.

elimina-se «o piso de betonilha do lado da fachada Este»²⁴, ou seja, a sala de desenhos com terraço e a casa do chefe de pessoal menor, bem como outras construções contíguas ao topo nascente do Palácio, como um gabinete de raios-x, o ateliê dos arquitetos da CAOMNAA, a guarita do porteiro, a fachada com o portão para a Rua das Janelas Verdes ou um pavilhão, situado no jardim²⁵.

Também em agosto de 1940 se procede à demolição do ângulo sudoeste do Palácio²⁶ para o ligar ao Anexo (construído entre setembro de 1937 e dezembro de 1939). Aqui existia, no andar nobre, uma sala comprida com 3 janelas e entre esta e a atual Sala do Tecto Pintado um compartimento, com duas janelas para um pátio interior, «ao nível da sobre-loja» (Pinto, 1940, p. 12), e pé direito baixo, com outra sala por cima. Eliminado aquele compartimento e aproximadamente um terço da sala comprida (atual sala 48), desapareceu o último tramo da fachada, com uma porta no piso térreo, de acesso ao jardim, e uma escada interior de madeira que dava acesso à sobre-loja, tendo o novo cunhal recuado para o lugar da pilastra, que separava este tramo do pano seguinte da fachada (Pinto, 1940, p. 12), levando, assim, ao isolamento da atual Sala do Tecto Pintado no ângulo noroeste do piso nobre (Figura 1). Durante a demolição da sala do ângulo sudoeste do andar nobre descobre-se, sob o papel que revestia as paredes, uma pintura a têmpera sobre estuque, da época de D. Maria I (Pinto, 1940, p. 13), à moda de Pillement, atribuível a este pintor francês, que trabalhou em Portugal na segunda metade do séc. XVIII.

Antes do início das obras, já o Palácio Alvor «quasi nada conserva das antigas decorações interiores. Nas diversas transformações por que passou, as pinturas murais e os revestimentos de azulejo, foram destruídos, arrancados ou desapareceram sob sucessivas camadas de cal e papel pintado» (Pinto, 1940, p. 108), como, no andar nobre, em que «aquilo que resta oculta-se sob os lambris e tecidos que guarnecem as salas» (Pinto, 1940, p. 108). No entanto, ainda se conservavam «Em vários compartimentos e escadas interiores (...) silhares de azulejo de padrão do último quartel do século XVIII em

²⁴ Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Capítulo V (datilografado), AJMM, pasta 15, AHMNA; [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

²⁵ AFMNA, 4.2.3.2.1, nº 171.

²⁶ AFMNA, 4.2.3.2.1, nº 171.

que há faltas preenchidas com azulejos provenientes de painéis com motivos de composição e figura» (Pinto, 1940, p. 108, n.)²⁷ e também subsistia um teto do século XIX, com estuque estilo Império, na antiga Sala Sequeira (atual sala 66), embora já pintado de branco²⁸.

As obras de remodelação do Palácio iniciam-se do lado poente do piso térreo, decorrendo de 1940 a 1942. A ala norte é adaptada para a galeria de exposições temporárias, com cinco salas, onde estava exposta a coleção de cerâmica (que é instalada no Anexo), sendo o chão de azulejos de padrão geométrico branco e preto substituído por soalho. Na ala sul criam-se os espaços para o gabinete e sala de visitas do diretor (no local da Sala Maria Emilia, organizada em 1923, com o legado de Luís Fernandes²⁹) e gabinetes de estudo para cinco conservadores (em vez dos dois previstos no ante-projeto). Constrói-se uma única escada de serviço para todos os pisos «que estabelecesse rápida comunicação entre o departamento dos serviços técnicos, os andares superiores e o sótão» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14) e suprimem-se as escadas interiores que davam acesso à sobre-loja, onde até funcionava uma câmara escura improvisada, o que, como chama a atenção João Couto, punha o Museu em perigo, em caso de incêndio (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14). Tal como previa o ante-projeto, graças à supressão da sobre-loja, aumenta-se o espaço para salas de exposição, em ambos os pisos, mas desiste-se de uma grande sala, no andar nobre, que Figueiredo havia reservado para os Painéis de Nuno Gonçalves e cópias das tapeçarias de Pastrana.

Em junho de 1942, entrega-se o Palácio «completamente vazio» às Obras Públicas, «tornando mais fácil e rápida a intervenção» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14). As coleções são transferidas para a cave do Anexo e os serviços administrativos e técnicos, a biblioteca, os arquivos e os objetos das «arrecadações, entre as quais a pseudo-casa forte» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14), situados na sobre-loja, passam para o edifício do Serviço de Restauro (atual Instituto José de Figueiredo), construído a nascente do MNAA, entre 1938 e 1940.

²⁷ Quando nos anos 1990 se escava um monte de entulho ao nível da cave do Palácio, para ampliação do restaurante do MNAA, são encontrados azulejos (informação oral de Celina Bastos, abril 2014).

²⁸ Uma fotografia do AFMNA (gav. 12, 4.1.3.1, nº 30) mostra o estuque do teto ainda pintado e tem a nota «arranjo antes da obra de Junho de 1934» e outra publicada no *BMNAA* I, 3, 1940, referente a outubro de 1939, mostra já o estuque a branco, levando a crer que a pintura tenha ocorrido no arranjo de 1934.

²⁹ O colecionador Luís Fernandes (1859-1922) foi também 1.º presidente do Grupo dos Amigos do MNAA. O nome da sala homenageia a sua filha.

As obras de remodelação do piso nobre e de ampliação do lado nascente do Palácio decorrem de junho de 1942 ao início de 1945. Como previsto, no corpo ampliado ganham-se mais seis salas para exposição permanente no piso nobre e no térreo os espaços da Biblioteca (que terá instalado ao fundo o Gabinete de Estampas) e da Sala de Conferências, com a antecâmara na forma proposta por João Couto. Na antiga sala de exposição contígua à escadaria (atual sala do Serviço de Educação) serão instalados a secretaria e o arquivo fotográfico.

No exterior o projeto é cumprido quase totalmente. Resultado da eliminação da sobre-loja e do aumento do pé direito da ala sul do lado poente do piso térreo, desaparecem da fachada as respetivas janelas, bem como as do piso térreo, que têm de ser reniveladas. As novas janelas vão-se situar sensivelmente a meia altura entre as duas ordens das antigas, mantendo o mesmo número e simetria com as de sacada do andar nobre. Assim, em menos de uma década, a fachada sul do Palácio reduz o número de ordem de janelas de quatro para duas. Nesta fachada são também eliminadas as duas portas remanescentes do lado poente (visto que a do extremo desse lado já havia sido eliminada quando da demolição dessa parte do edifício). No corpo central retiram-se pequenas janelas do piso inferior. As duas portas e as três janelas separadas por colunas que davam para as duas escadas duplas do jardim são substituídas por duas janelas de peito, simétricas às duas de sacada do andar nobre e iguais às abertas no piso térreo. Mantém-se «ao nível do terreno uma única porta de toda esta frontaria» (Araújo, 1946) e quanto à tríplice arcaria da varanda do andar nobre, conforme o projetado, passa a ser aberta, mantendo-se os 3 janelões envidraçados do fundo, de topo em arco, que ainda hoje se vêem do interior do Palácio, no patamar da escadaria nobre. Tanto a fachada sul como a norte são uniformizadas, ficando cada braço com 8 janelas nos pisos térreo e nobre.

Na cobertura, como já era previsto no ante-projeto, substitui-se «a velha e densa floresta do complicado travejamento de castanho» por material incombustível, e «as anacrónicas clarabóias» por «uma simples armação de asnas de ferro com a sua esteira corrida de vidraça» (BMNAA, II, 1, 1950, p. 15), apoiada em grades de cimento armado, de forma a iluminar mais eficazmente o andar nobre do Palácio. Para regulação da luz zenital encomendam-se, em 1944, toldos lamelares a aplicar sobre as esteiras do teto³⁰, ficando o mecanismo de regulação montado à entrada de cada sala (opção já aplicada no

³⁰ PT DGEMN:CAM-0035/13, IHRU.

Anexo). A sala do ângulo sudeste (atual 61) e as duas que ladeiam o salão nobre recebem luz lateral, das janelas. As salas do topo poente (atuais 50 e 51) mantêm a claraboia aberta quando da adaptação do Palácio a Museu e o restante teto original, com a pintura em perspetiva. A galeria de exposições temporárias, no piso térreo, recebe luz natural das janelas do lado norte e luz artificial de candeeiros (semelhantes aos que ainda se encontram na Biblioteca).

No interior, procede-se à «simplificação da decoração» dos tetos (Couto, 1958). Desistindo-se da grande Sala dos Painéis de Nuno Gonçalves, subsistiram os estuques dos tetos das atuais salas 68 e 69, como elemento «importante para uma reconstituição (...) de interiores setecentistas para apresentação de conjuntos de arte decorativa desta época» (Pinto, 1940, p. 16). Talvez nesta data esses tetos tenham sido pintados de branco (à semelhança do que fora feito na antiga Sala Sequeira), mantendo-se o teto da escadaria a duas cores, pelo menos, até 1961³¹. Ainda antes ou durante esta campanha de 1942-45, a sanca decorativa do salão nobre, de Adães Bermudes, e o teto do átrio das Janelas Verdes, pintado por Eugénio Cotrim e José Malhoa para a Exposição de Arte Ornamental, são eliminados, bem como o pavimento geométrico do átrio (Figura 7).



Figura 7 - Átrio do Museu Nacional de Belas Artes (atual átrio das Janelas Verdes do Museu Nacional de Arte Antiga), piso térreo do Palácio, visto de este para oeste, c. 1900. Note-se o teto, pintado por Eugénio Cotrim e José Malhoa (1881), e o pavimento.
Fonte: fotografia 4.1.3.1, nº 13, gav. 12, AFMNA.

³¹ Fotografia de Abreu Nunes em dossiê O Museu tal como o fiz, AHMNA.

Os forros das paredes e alguns rodapés são substituídos. Nas novas salas do andar nobre, correspondentes à ampliação, o interior é mais simples que no restante piso. O pavimento é de soalho em espinha de peixe (como ainda hoje) e os apainelados menos decorados. Como nas restantes salas do andar, o soalho cria composições geométricas nas áreas de passagem mas só a uma cor. A espessura das paredes também é diferente, sendo os vãos das novas salas menos profundos, exceto entre as atuais salas 57 e 58 (ala sul) e 64 e 63 (ala norte), onde terminava o edifício, a nascente.

Apainelados semelhantes aos das novas salas são colocados também nas salas do lado poente, reformuladas, devido à demolição do ângulo sudoeste. O pavimento destas será de um terceiro tipo de soalho, de quadrados de pranchas de madeira, alternados perpendicularmente, exceto na Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), que mantém o parquet de composição geométrica, assente em 1930 (atualmente, nestas salas, incluindo na do Tecto Pintado, o soalho é de pranchas corridas de madeira). As paredes das salas de exposições temporárias, no piso térreo, são forradas a tecido e o rodapé é simples.

Estas alterações interiores denotam, por parte de João Couto, um afastamento da ideia de José de Figueiredo de “reorganizando o Museu, reconstituir simultaneamente” o Palácio³², pois, “para adaptar o Palácio a museu houve necessidade de introduzir naquele profundos e dispendiosos arranjos (...) os quais, sendo absolutamente indispensáveis para o fim em vista, alteraram naturalmente o carácter da construção”³³.

Quanto ao jardim do Palácio, no ante-projeto de Rebelo de Andrade, de 1935, estava incluída uma reformulação que, tal como as alterações ao restante espaço envolvente do MNAA, apoiadas pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco³⁴, não é realizada. No entanto, em 1938, é remodelado (*BMNAA*, I, 1, 1939, p. 7), apeando-se os barracões e demolindo-se as construções ali existentes conservando-se apenas as espécies plantadas. Em 1953 virá a ser requalificado «para

³² Cit. por Manaças, 1991, I, p. 81.

³³ Cit. por Manaças, 1991, I, p. 128.

³⁴ Em abril de 1935 Duarte Pacheco apoiara um plano de conjunto para o MNAA que contava, para além das construções previstas no projeto de Rebelo de Andrade, com uma intervenção urbanística na envolvente que incluía novo arranjo do Jardim 9 de Abril e do jardim do Museu, que seriam ligados através de um portão, uma nova escadaria de ligação do primeiro à Av. 24 de Julho, com um ascensor interior, o nivelamento do muro que limita os jardins a sul, desde a escadaria até aos edifícios a nascente do atual Laboratório José de Figueiredo, ao longo do qual, depois de demolidos os edifícios da Av. 24 de Julho, ficaria uma estrada e passeio em rampa, ligando a Avenida à R. das Janelas Verdes, através da atual Travessa José António Pereira.

prolongar as áreas expositivas e permitir a mostra de estatuária em pedra» (Carvalho & Carvalho 2019, p. 186), proveniente do Convento das Trinas e do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras (Couto, 1962, pp. 235-236).

Terminadas as obras de remodelação e ampliação do Palácio, a 24 de março de 1945 inauguram as primeiras salas, situadas na ala sul do andar nobre e organizadas por João Couto³⁵: as 5 de ourivesaria, entre elas a nova sala da baixela Germain, na sala maior com estuques decorativos (atual 69, onde ainda se encontra) e, no seguimento destas, depois de uma estreita antecâmara, a nova sala do Legado Luís Fernandes (atual 66) (Figura 8), em cujo lado sul é aberta a porta para a veranda sobranceira ao jardim, «quebrando assim a monotonia duma série de salas de enfiamento» (*BMNAA*, III, 3, 1957, p. 42).



Figura 8 - Sala do Legado Luís Fernandes (atual sala 66), andar nobre do Palácio, vista de sul para norte, c. 1961. Ao fundo a antecâmara da sala. Fonte: fotografia: Abreu Nunes, dossier O Museu tal como o fiz, AHMNA.

Apesar do aumento da área de exposição, João Couto continua com dificuldade em adaptar a coleção de pintura ao espaço compartimentado do Palácio, que “se mantinha

³⁵ Dossier História do Museu depois de 1882, AHMNA.

inadequado para salas de exposição”³⁶ mas, em 1945, anuncia a organização da exposição de pintura, separando a europeia da portuguesa, mantendo a primeira no andar nobre do Palácio e passando a segunda para o Anexo (organização que se mantém até hoje). A exposição de pintura estrangeira vai sendo instalada e em setembro de 1948 inaugura a totalidade das salas do andar nobre do Palácio, incluindo as novas 6 do acrescento a nascente. Devido à sucessão de salas e ao facto de todas as janelas da ala norte terem sido anteriormente fechadas, João Couto considerava o percurso de visita demasiado longo (Manaças, 1991, I, p. 85) e, para evitar a monotonia (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 18) abre as janelas das “pequenas salas” imediatamente antes e depois do salão nobre (atuais 54 e 56), que, dando para o Largo do Dr. José de Figueiredo, permitiriam ao visitante “descansar a atenção durante a alongada visita”³⁷.

Terminada a instalação do MNAA, João Couto acabava por aceitar a adaptação do Palácio a museu e a construção do Anexo, dizendo que «se a esses edifícios se anexarem outros, obedecendo muitas vezes os planos mais à dignidade do aspecto exterior ou à incorporação forçada de certas dependências, como foi no caso, a igreja de Santo Alberto, o aspecto da questão modifica-se de forma singular» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 20). Acrescenta que, malgrado a proximidade do rio, nociva para as obras, e da linha dos elétricos, «com ruídos e trepidações», a dificuldade de acesso, a vizinhança de fábricas e oficinas «carregando de impurezas a atmosfera», a sujeição à implantação no terreno e a impossibilidade de alargamento, «No Museu das Janelas Verdes, as consequências não foram tão más como à primeira vista se podiam ter apresentado» podendo «mesmo louvar-se a possibilidade de isolar o Museu, se um dia se realizar o grandioso plano concebido pelo engenheiro Duarte Pacheco» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 20).

³⁶ Couto, João. «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria –II. As escolas estrangeiras», 2. Cit. por Manaças, 1991, I, p. 86.

³⁷ Couto, João. «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria –II. As Escolas estrangeiras», 2. Cit. por Manaças, 1991, I, p. 85.

4. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: intervenções nas décadas de 1950 a 1980

Embora o debate em torno do Palácio volte a ser colocado, face ao aumento das coleções e à necessidade de mudar a exposição e desenvolver serviços³⁸, durante as décadas de 1950 a 1980, o edifício manteve-se praticamente inalterado estruturalmente, apenas sofrendo algumas alterações museográficas importantes.

Logo em 1953, resultado das ofertas de Calouste Gulbenkian (1869-1955) ao MNAA no ano anterior, são introduzidas no percurso expositivo do andar nobre duas salas reservadas à doação, «que transcendiam cronologicamente os horizontes» (Carvalho & Carvalho, 2019, p. 186) da exposição. A primeira (atual sala 64), ostentando o dístico “Sala Calouste Gulbenkian” na parede sul, expunha pintura, escultura e mobiliário e a segunda (atual sala 65) escultura, cerâmica e azulejos. Nesta, abre-se uma porta para a “varanda-loggia” do lado sul do Palácio (*BMNAA*, III, 3, 1957, p. 42), atualmente visível mas encerrada ao público.

Em 1960, a fim de organizar no piso nobre do Palácio uma exposição de pinturas do futuro Museu da Fundação Calouste Gulbenkian no ano seguinte, procede-se à limpeza e arranjo do sistema de iluminação, paredes, tetos e pavimentos. As sete salas ocupadas pela exposição serão as de pintura espanhola, francesa e italiana (atuais 57 a 63), no seguimento das duas salas com a doação Gulbenkian. As obras retiradas passam para a galeria de exposições temporárias (*BMNAA*, IV, 3, 1962). A própria Fundação procede ao melhoramento das salas das exposições temporárias, entre 1965 e 1966, onde realiza várias mostras durante 2 anos (*BMNAA*, V, 3-4, 1969).

De 1963 a 1965 a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) intervém em toda a cobertura do Museu. No Palácio, alargam-se as clarabóias das salas de pintura estrangeira e reparam-se os sistemas de regulação de luz, procedendo-se ainda à eletrificação daquelas salas e das de ourivesaria. No exterior, pintam-se as janelas e varandas da fachada sul do Palácio (*BMNAA*, V, 2, 1966, p. 72).

Em 1968, o diplomata e colecionador boliviano Antenor Patiño (1896-1982) doa ao Estado Português uma sala rocaille de c. 11m x 7m do seu Palácio de Paris que é

³⁸ Em 1956, João Couto propõe que o Palácio seja alargado ligando a sua frontaria nascente ao edifício do Serviço de Restauro (a nascente do MNAA), que seria adaptado para «salas, arrecadações e várias dependências», construindo-se um novo edifício para aquele serviço, próximo do Museu (*BMNAA*, III, 2, 1956, pp. 57-58). A proposta não é concretizada.

instalada no andar nobre do Palácio, no espaço da Sala do Legado Luís Fernandes (atual 66). Para proceder à instalação abrem-se vãos nas paredes, suprime-se o teto com estuques estilo Império, demole-se a parede que separava a sala da antecâmara, entaipa-se o vão que a ligava à sala de ourivesaria e substitui-se o soalho por parquet, em madeira exótica³⁹. O acesso à sala passa a fazer-se não pelo vão da parede poente, no enfiamento das salas seguintes, mas por um novo vão aberto na mesma parede, no lado contrário. A passagem para a varanda da fachada sul foi vedada, pois as portas da sala montada passaram a dar para aquela, através de um desvão (situação que se mantém). A “Sala Patiño” é inaugurada em 1974, tornando-se um “period room” do séc. XVIII que, devido à sua imobilidade, passou a condicionar o percurso museológico do Museu (Pereira 2012). Aliás, em 1977, as duas salas contíguas reabrem como salas de artes decorativas francesas do séc. XVIII.

Entretanto, em 1970, dera-se a primeira alteração ao discurso museográfico após a direção de João Couto (Manaças 1991, I, p. 150), com a inauguração da nova Sala Calouste Gulbenkian, com escultura estrangeira (atual sala 65) (Figura 9), que se irá manter até à década de 1990. Sob projeto museológico da nova diretora do MNAA Maria José de Mendonça (1905-1984) e museografia do pintor e designer Cruz de Carvalho (1930-2015), uma nova conceção, «através da cenografia, dos suportes dos objectos e da sua iluminação» (Carvalho, 2011, p. 113), destacava as obras individualmente. A entrada de luz zenital foi mantida, mas complementada por uma estrutura no teto com iluminação artificial. A porta da sala para a varanda da fachada sul é tapada por uma persiana.

³⁹ SIPA TXT.00496516.



Figura 9 - Sala Calouste Gulbenkian (atual 65), andar nobre do Palácio, vista de sul para norte, 1971. Fonte: fotografia: Mário Novais, 1971, CFT003.122041, BAFCG.

Em 1971, a DGEMN procede a obras na escadaria e átrio do Palácio e remodelam-se as instalações administrativas com novo mobiliário⁴⁰. Nesse ano, Maria José de Mendonça, em carta ao Ministro da Educação Nacional, diz ser necessário remodelar as galerias do Palácio, renovando o revestimento das paredes, o material de exposição e o sistema de iluminação artificial, destacando o facto de essa remodelação já se ter iniciado na nova Sala Calouste Gulbenkian, mas com verbas do Museu⁴¹.

Só em 1975 são realizadas obras de renovação no andar nobre, com remoção do tecido de parede, já degradado, tratamento das infiltrações, arranque dos lambris de madeira, pintura das paredes, arranjo dos estuques decorativos e beneficiação dos telhados. Por razões orçamentais, a intervenção não foi faseada e, por isso, o andar teve de ser desmontado na totalidade e encerrado ao público. Durante as obras expõe-se na primeira sala da galeria de exposições temporárias uma pequena mostra de pintura da segunda metade do século XV e primeira do XVI e no Anexo uma exposição provisória

40 PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005, ANTT.

41 PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005, ANTT.

de pintura europeia, que serviu para repensar a futura exposição, quando terminassem as obras (Porfírio, 2005, pp. 30-31). Em dezembro do ano seguinte reabrem, no andar nobre do Palácio, as quatro primeiras salas de um percurso de 15, numa organização da exposição permanente de pintura estrangeira que irá manter-se até às obras de requalificação do Museu, nos anos 1990.

Entre 1982 e 1983 o Anexo do MNAA sofre uma profunda reestruturação, no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, sob projeto da Arqui III (arquitetos João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz da Silva). Com esta intervenção, a ligação ao Palácio é substituída por outra com cobertura envidraçada e cria-se ali uma “sala de fumo” (Cabello, 1992, p. 22). As lanternas que se encontram atualmente na escadaria nobre do Palácio foram retiradas do Anexo durante esta intervenção. A exposição de arte oriental na sala a nascente da escadaria do piso térreo do Palácio é transferida para o Anexo e é ali instalado o Serviço de Educação (até hoje).

5. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: intervenções da década de 1990 à actualidade

Em dezembro de 1991, o recém-criado Instituto Português de Museus (IPM) contacta a Arqui III, a equipa de arquitetos que reestruturara o Anexo do MNAA na década anterior, a fim de projetarem a exposição *No Tempo das Feitorias* (apresentada na Europália 91, em Bruxelas), no andar nobre do Palácio. O relatório realizado pela equipa, em janeiro do ano seguinte⁴², alerta para a falta de segurança e acentuado estado de degradação do edifício e aconselha a realização da exposição no Anexo. Diz ainda que no projeto de renovação e ampliação do Anexo (1982) a equipa havia analisado o Museu no seu conjunto, «na perspectiva de um futuro desenvolvimento global e integral» e a análise às instalações do Palácio revelavam-nas já precárias. No entanto, alegadamente por falta de verbas, a intervenção não se estendera ao Palácio, permitindo a sua degradação. A entrada de luz era afetada pela sujidade das esteiras de vidro, que não estavam acessíveis para limpeza, e o seu controle impossibilitado pela ruína do sistema de regulação.

⁴² Relatório (17 de janeiro de 1992), Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

A pintura das paredes e tetos estava envelhecida, suja e com manchas de humidade e os pavimentos em mau estado, tal como os vãos das janelas. A equipa considerava ainda os serviços administrativos superlotados e desorganizados, ocupando desnecessariamente uma zona nobre do Palácio, no piso térreo, e que havia um «mau aproveitamento do espaço do jardim como extensão do restaurante» do Museu, instalado entretanto ao nível da cave, do lado sul.

Face ao relatório, o IPM convida a equipa a formular um projeto de remodelação do Palácio⁴³, que é apresentado em julho de 1992, com as seguintes propostas: ampliação e reorganização do restaurante, recuperação do jardim como espaço de ampliação daquele, criação de novos espaços em áreas a recuperar no embasamento do Palácio, passagem dos serviços técnicos e administrativos para um espaço não aproveitado no desvão do telhado e aproveitamento daquele espaço libertado para ligação à galeria de exposições temporárias, duplicando-a.

Sendo a área de intervenção «muito mais extensa e profunda do que a inicialmente prevista», o IPM solicita à equipa de arquitetos «um programa de obras e respectivo faseamento (...) que permita a utilização máxima de espaços para exposição de modo a gradualmente se recuperarem zonas desactivadas»⁴⁴. Em janeiro de 1993 mudam-se os serviços administrativos para o piso térreo do Anexo e desmonta-se a exposição de pintura estrangeira, entregando-se o Palácio para obras a 1 de fevereiro. A intervenção foi executada pela Teixeira Duarte S.A., apoiada pelo Instituto Português do Património Cultural e co-financiada pela União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional / Programa Operacional de Cultura.

O projeto da Arqui III para o restaurante (outubro de 1992) incluía uma grande sala de refeições, com acesso subterrâneo pela Sala dos Passos Perdidos, que não é concretizada⁴⁵. A ampliação é obtida ao nível da cave do Palácio através da escavação de um monte de entulho (Pereira, 2012), o que leva à abertura de novos vãos na fachada sul.

⁴³ O financiamento externo decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986) e a criação do IPM (1991), possibilitaram a requalificação de vários museus sob tutela do Instituto, a quase totalidade instalada em edifícios históricos, como é o caso do MNAA (Herdade, 2005, p. 28; *Museu Nacional de Arte Antiga* 1999, p. 42).

⁴⁴ Carta do arquiteto João de Almeida ao IPPC, 6 de fevereiro de 1992, Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

⁴⁵ MNAA. Projecto de Execução. Palácio. Restaurante. Arqui III, 1992, ADEPOF-DGPC.

A esplanada é instalada no jardim, que é recuperado e valorizado sob o projeto dos arquitetos Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral (junho de 1993). O jardim prolonga-se sobre o terraço do armazém que lhe é contíguo e aí constroem-se duas estruturas metálicas, utilizadas como esplanada, que permitem uma cobertura permeável⁴⁶. Deste modo, o jardim vê acentuadas as suas características de miradouro e reabre-se às atividades do Museu (Roberto, 1994, VII), como acontece ainda hoje.

Uma das intervenções mais profundas desta campanha de obras deu ao Palácio, cerca de 50 anos depois, uma “nova sobre-loja”, para reinstalar o Gabinete de Estampas, agora chamado Gabinete de Desenhos e Gravuras. Nas zonas contíguas à escadaria, o pé direito do piso térreo foi cortado em dois, criando um piso intermédio com 3m de altura, ficando o térreo com 2,80m⁴⁷. Com acesso pelo patamar intermédio da escadaria, o Gabinete é instalado a nascente (com sala de consulta, gabinete de trabalho, arquivo e sala de conservação) e a poente a Sala do Mezanino (sala de exposições temporárias daquela coleção) (Figura 1).

Nas zonas correspondentes do piso térreo, a nascente da escadaria, a sala do Serviço de Educação (SE) é reduzida num quarto do tamanho, a norte, para ali ser instalado um bengaleiro, cujo pequeno átrio dá acesso à sala. No espaço a poente fica a última sala da galeria de exposições temporárias (que se estendeu à ala sul), com um pé direito mais baixo que as restantes em, sensivelmente, metade da sua área. Essa zona, abaixo da Sala do Mezanino está, atualmente, entaipada, servindo de arrumos. Na parede nascente do gabinete de trabalho do Gabinete de Desenhos e Gravuras ainda pode ser visto o topo esquerdo da moldura da porta que ligava a sala do SE à Sala dos Passos Perdidos e nesta, no piso térreo, é visível o topo da moldura da porta cortado (do lado da sala do SE a porta foi entaipada) (Figura 10).

⁴⁶ MNAA. Arranjo paisagístico do jardim. Memória descritiva, Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral, 15 de dezembro de 1993 (Pasta MNAA. Recuperação do jardim. Projeto de execução, dezembro de 1993, ADEPOF-DGPC).

⁴⁷ Projecto de execução (desenho 20), Arqui III, 1991 (AHMNA).



Figura 10 - Sala de ourivesaria francesa do séc. XVIII (atual bengaleiro e Sala do Serviço de Educação do MNAA), piso térreo do Palácio, vista de sul para norte, entre 1926 e 1945. Note-se à esquerda os degraus do atual bengaleiro e à direita a porta de acesso à atual Sala dos Passos Perdidos. Fonte: fotografia s/nº, gav. 12, AFMNA.

No andar nobre procede-se à renovação do mobiliário e equipamento expositivo, introduzem-se estruturas de redução da iluminação natural nos tetos e recuperam-se os tetos das salas com estuques decorativos, onde é reinstalada a exposição permanente de Artes Decorativas Europeias (o que se mantém). A atual sala 48 que, antes das obras, funcionava como área de repouso para os visitantes, isolada das salas contíguas por portas de vidro (como atualmente) e com a janela desimpedida (atualmente entaipada), passa a integrar o circuito expositivo como uma das salas de “Núcleos cronológicos”⁴⁸, onde, a par da pintura europeia se integraram obras de outras disciplinas artísticas (Carvalho & Carvalho 2019, p. 192). À exceção desta e da sala contígua (atual sala 70), o projeto não altera praticamente os espaços da exposição permanente do Palácio, mas as obras são um pretexto para reorganizá-la.

⁴⁸ “Planta geral” em O Museu Nacional de Arte Antiga. 1994.

Apesar de não ser o previsto⁴⁹, o MNAA acabou por encerrar totalmente, de janeiro a maio de 1994 (Porfírio, 2005, p. 39, n.), coincidindo a reabertura com a iniciativa Lisboa, Capital Europeia da Cultura, 1994.

Nos últimos 20 anos, as intervenções no Palácio têm passado, sobretudo, pela requalificação do edifício, da exposição e de espaços de apoio aos visitantes, tornando-os mais acessíveis, como foi o caso do átrio do piso térreo⁵⁰, com vista à reabertura da entrada da Rua das Janelas Verdes (2004-2005) e da renovação do restaurante (2009-2011)⁵¹.

Entre novembro e dezembro de 2008, o andar nobre do Palácio é encerrado para requalificação da exposição permanente e do equipamento museográfico, na configuração que mantém atualmente. Sob projeto da arquiteta Célia Anica, respeitou, até «por razões orçamentais» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades*, 2008), a intervenção de 1994, da Arqui III. «Todos os apainelados das paredes com planos recuados para receber peças específicas e que já não estavam expostas, foram nivelados e rematados inferior [sic] e superiormente, de modo a dar unidade e limpidez visual aos espaços. Do mesmo modo todas as salas tiveram um tratamento cromático luminoso [substitui-se o castanho-claro por cinzento], reforçado pela reposição das luzes zenitais e pela substituição das envelhecidas películas dos tectos. Outra decisão foi a de desimpedir completamente as vistas do enfiamento das portas do palácio, criando generosas perspectivas do edifício» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades*, 2008). Em cada sala foi colocada uma pilastra de madeira pintada com o número e conteúdo respetivo e um rasgo lateral para folhas informativas. A separar a sala 49 da 51, foi colocada uma porta de vidro, garantindo um maior controlo ambiental, bem como na sala 50 (Sala do Tecto Pintado), para permitir o seu fecho durante a montagem de exposições, pois passa a ser destinada a pequenas exposições temporárias, sobretudo de desenho e gravura.

Em 2010 começa o programa de exposições temporárias na Sala do Tecto Pintado, cuja pintura em perspetiva arquitetónica havia sido restaurada entre 1994 e 1998. Três anos depois é desmontada a estrutura de suporte de iluminação do teto e o aparelho de ar condicionado do óculo, no âmbito da exposição *Ilusionismos. Os Tetros Pintados do*

⁴⁹ IPPC – DPO, Proc. N° 178 / (0), ADEPOF-DGPC.

⁵⁰ Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

⁵¹ Memória descritiva e justificativa, 27 de agosto de 2008. Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

Palácio Alvor. A exposição abordou precisamente a pintura do teto, único vestígio visível do interior primitivo do Palácio dos Condes de Alvor. No catálogo dizia o então diretor do MNAA, António Filipe Pimentel, «ser mais que tempo de tomar por objeto [no programa de exposições] a própria sala (no teto que a identifica) (...) parte integrante do acervo do Museu» (Pimentel, 2013, p. 8).

Para tentar fazer face às necessidades atuais do MNAA, em 2017, a Câmara Municipal de Lisboa executou um estudo de viabilidade para um projeto de ampliação, da autoria do arquiteto Vasco Melo, que duplica o espaço do Museu (Carvalho & Carvalho, 2019, p. 238). O recente projeto espelha a relação Palácio-MNAA: a luta pelo aumento de espaço, a sua concretização em soluções originais e a importância do seu edifício primeiro, o Palácio Alvor, como lugar de memória, a preservar.

Conclusão

A história centenária do MNAA foi, e continua a ser, pautada pela incessante luta por aumentar o seu espaço, facto que se deve à implementação, desde a sua criação, no Palácio dos Condes de Alvor e à precária dotação orçamental ao Museu. A adaptação do edifício ao aumento das coleções do Museu e às necessidades de concretização da sua missão passou por soluções arquitetónicas e museográficas a par, e até originais, no contexto museológico europeu. Se numa época anterior ao MNAA o edifício sofreu adaptações que o lesaram em termos patrimoniais, as alterações seguintes, tiveram em conta a sua importância histórica, aumentando-o, “completando-o”, mudando-lhe a feição, mas mantendo-o na sua essência. Cada alteração teve, como não podia ser de outra forma, as marcas do seu tempo. Para José de Figueiredo era necessário manter a aparência palaciana no interior e devolver ao exterior a sua “traça original”, mas completando o edifício. João Couto preocupou-se em multiplicar as valências do Museu e abri-lo a um público mais vasto, depurando o edifício. A partir da segunda metade do século XX as seguintes direções vêm-se a braços com os mesmos problemas de espaço e reduzido orçamento (pese embora importantes investimentos públicos) para além dos de modernização da exposição e conservação e acessibilidade do edifício e, de forma inteligente, as grandes alterações estruturais no MNAA, nas décadas de 1980-90 foram radicais no Anexo, mas “invisíveis” no Palácio.

O Palácio Alvor-Pombal dos séculos XVII-XIX já não existe mas a sua memória está preservada, por isso o balanço destes 110 anos de história comum é positivo. Tendo em conta os projetos previstos conta-se que o MNAA mantenha esta memória que é também a sua própria, enquanto instituição museal.

Fontes:

Arquivos:

ADEPOF-DGPC: Arquivo do Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização da Direção-Geral do Património Cultural (documentação dos extintos Instituto Português dos Museus e Instituto dos Museus e da Conservação).

AFMNAA: Arquivo Fotográfico do MNAA.

AHMNAA: Arquivo Histórico do MNAA.

AMJM-AHMNAA: Arquivo de Maria José de Mendonça.

Dossiê *História do Museu depois de 1882* [org. e notas de João Couto].

Dossiê *O Museu tal como o fiz, inspirado pelo Dr. José de Figueiredo. Oferta do Abreu Nunes no dia 24 de Abril de 1962, data em que deixei a direcção do Museu*⁵².

ANTT: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

BAFCG: Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian / Coleções Fotográficas / Estúdio Mário Novais. [em linha] [consult. 17 jan. 2014] Obtido na <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=13959KX7427D9.34&profile=ba&menu=tab13&submenu=subtab66&ts=1395962748966#>.

PT DGEMN: Arquivo da ex-Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob a responsabilidade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. [em linha] [consult. 7 mai. 2014]. Obtido na http://www.monumentos.pt/Website/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003153.

⁵² Fotografias do MNAA durante a Exposição de “Pintura” da Colecção da Fundação Calouste Gulbenkian, no andar nobre do Palácio, 1961.

Fontes impressas e em linha:

Costa, L. de Mendonça e (1913). *Manual do Viajante em Portugal*, 4^a ed. *Completamente remodelada e augmentada*, 27-31. Lisboa: [s.n.].

Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades. 2008. [em linha] [consult. 6 mai. 2014]. Obtido na http://www.imc-ip.pt/pt-PT/o_imc/imc_inf_gestao/inf_gestao_relatorios/ContentDetail.aspx.

MNAA. *Museu Nacional de Arte Antiga*. [2020]. Lisboa: DGPC/ADF [desdoblável]. [em linha] [consult. 25 ago. 2021]. Obtido na http://museudearteantiga.pt/content/files/2020_desdobravel_pt_duotone-jan2020-low.pdf?nonce=afa1888d17eed4ccc8c4b893588b494f.

O Ocidente, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912.

O Museu Nacional de Arte Antiga. 1994. Lisboa: IPM / Electa.

Proença, Raul. [s.d]. *Guia de Portugal*. vol. 1: *Generalidades. Lisboa e arredores*, 365-383. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (reprodução da 1^a ed. 1924. Biblioteca Nacional de Lisboa).

Fontes orais:

Pereira, Teresa Pacheco, 2012. Entrevista conduzida pelo autor a 17 de dezembro, no Museu Nacional de Arte Antiga.

Referências bibliográficas:

Araújo, N. [1938]. *Peregrinações em Lisboa*, livro 7. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Bastos, C. & Carvalho, M. B. (2012). *Por Amor à Arte. Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. 100 anos. 1912-2012*. Lisboa: GAMNAA.

BMNAA, I, 1, 1939: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº1, 1939 (jan. 1939). Lisboa.

BMNAA, I, 2, 1939: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº2, 1939 (jul. 1939). Lisboa.

BMNAA I, 3, 1940: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº3, 1940 (dez 1939). Lisboa.

- BMNAA*, I, 4, 1941: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº4, 1941 (jan-dez. 1940). Lisboa.
- BMNAA*, II, 1, 1950: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, nº 1, 1950 (jan-dez. 1948). Lisboa.
- BMNAA*, III, 9-10, 1944: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. III, nºs 9-10, 1944 (jan-dez. 1943). Lisboa.
- BMNAA*, III, 2, 1956: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, nº 2, 1956 (jan. 1954 a dez. 1955). Lisboa.
- BMNAA*, III, 3, 1957: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, nº 3, 1957 (jan-dez. 1956).
- BMNAA*, IV, 3, 1962: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. IV, nº3, 1962 (jan-dez. 1960). Lisboa.
- BMNAA*, V, 2, 1966: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº2, 1966 (1963/64). Lisboa: Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- BMNAA*, V, 3-4, 1969: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº 3 e 4, 1969 (1965/66). Lisboa: Ministério da Educação Nacional / Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- Cabello, J. (coord.) (1992). *Grandes Museus de Portugal*. Lisboa: Público / Editorial Presença, 9-72.
- Carvalho, J. A. S. & Carvalho, M. J. V. (2019). Projetar. *Museu das Descobertas*. Lisboa: MNAA e INCM [Catálogo de exposição], 181-249.
- Carvalho, M. J. V. (2011). Sérgio Guimarães de Andrade, o conservador e a sua coleção. A imaginária como conceito. *Revista de História da Arte*. nº 8, 110-125.
- Couto, J. (1958). *O Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa / Le Musée National d'Arte Ancien de Lisbonne / The Museu Nacional de Arte Antiga, of Lisbon National Museum of Ancient Arte*. Porto: Marques Abreu.
- Couto, J. (1962). O Jardim do Museu das Janelas Verdes. *Ocidente: revista portuguesa*, vol. 62, jan-jun., 235-236. Lisboa.
- Herdade, J. (2005). Adaptação de edifícios históricos a museus. *Actas do Colóquio Adaptação de edifícios históricos a museus. Faro, 2003*. Faro: Museu Municipal / Câmara Municipal de Faro.

- Manaças, V. M. T. (1991). *Museu Nacional de Arte Antiga: uma leitura da sua história. 1911-1962*. Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa [Texto policopiado], 3 vols.
- Museografias*. (2008). Texto de Celina Bastos e Conceição Borges de Sousa. [s.l.]: MNAA [brochura da exposição].
- Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa*. (1999). Lisboa: Inapa [Catálogo de exposição].
- Noé et al. «Convento de Santo Alberto / Palácio Alvor / Museu Nacional de Arte Antiga». [em linha] [Consult. 7 mai. 2014]. Obtido na http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3153.
- Pimentel, A. F. (2013). Introdução ao catálogo da exposição *Ilusionismos. Os Tetos Pintados do Palácio Alvor*. Lisboa: MNAA.
- Pinto, A. C. (1940). Dois tetos estucados do Palácio das Janelas Verdes e as obras realizadas pelo inquilino Gildemeester. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Lisboa. vol. 1, nº3, 107-114.
- Porfírio, J. L. (2005). *Pintura Europeia. Roteiro. Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: IPM.
- Roberto, M. M. (1994). Lisboa e os seus bairros. Santos-o-Velho. *Dia*. Lisboa, novembro 29.

PERSPECTIVAS: INSTITUIÇÕES, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ROTA PORTUGUESA A SANTIAGO DE COMPOSTELA

PERSPECTIVES: INSTITUTIONS, PLANNING AND DEVELOPMENT OF THE PORTUGUESE ROUTE TO SANTIAGO DE COMPOSTELA

Recebido a 01 de junho de 2021
Revisto a 08 de julho de 2021
Aceite a 29 de setembro de 2021

Leandro Gomes

Universidade Federal do Amazonas - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social Grupo NAURBE - Cidades, Culturas Populares e Patrimônios. Campus Universitário/UFAM, Setor Norte, Pavilhão Prof. Eulálio Chaves. Av. General Rodrigo Otávio, 6200, Coroado I, CEP: 69080-900, Manaus/AM/ Brasil.
Rua Pinto Ferreira nº 48 R/C Esq. - Alcântara – Lisboa – 1300.465
leandroegomes@gmail.com



Resumo

Neste artigo buscamos apresentar cenários que esboçam perspectivas sobre o caminho português a Santiago de Compostela. Perspectivas essas que consistem da participação em dois eventos, o “Colóquio Caminhos de Santiago”, realizado em Pinhel/Portugal e o “dia das associações jacobéias portuguesas em Santiago de Compostela” realizado na cidade Santiago de Compostela/Espanha. Com ambos os eventos buscamos apresentar parte das perspectivas sobre o caminho de santiago no contexto português, ou seja, quanto as ações das instituições no planeamento e desenvolvimento dessa rota e dos elementos históricos, culturais e sociais ligados a ela.

Palavras-Chave: Caminho de Santiago, Caminho Português, Perspectivas, Eventos, Património.

Abstract

In this article we seek to present scenarios that outline perspectives on the Portuguese Way to Santiago de Compostela. These perspectives consist of participation in two events, the “way of saint james colloquium”, held in Pinhel / Portugal and the “day of portuguese jacobeus associations in santiago de compostela” held in the city of Santiago de Compostela / Spain. With both events we seek to present part of the perspectives on the camino de Santiago in the Portuguese context, that is, regarding the actions of the institutions in the planning and development of this route and the historical, cultural and social elements linked to it.

Keywords: Way of Saint James, Portuguese Way, Perspectives, Events, Heritage.



1. Introdução

O Caminho de Santiago de Compostela foi proclamado em 1987 pelo Conselho da Europa como sendo o primeiro itinerário cultural europeu; o Caminho de Santiago espanhol já foi reconhecido pela UNESCO como património da humanidade em 1993 e o Caminho Francês recebeu o título em 1998. (UNESCO, 2007). Em setembro do ano de 2015, foi apresentada a proposta para reconhecimento do Caminho Português a Patrimônio da Humanidade, pedido esse que tem como representantes institucionais, duas associações, a Associação e Espaço Jacobeus (A.E.J)¹ e a Associação de Peregrinos Via Lusitana (A.P.V.L)².

No dia 30 de maio de 2016, foi divulgado a Lista Indicativa, pré-requisito para reconhecimento a Patrimônio da Humanidade, a lista atualizada consta, juntamente com outros 21 bens, os “*Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*” (CNUNESCO- MNE, 2016).

Esse cenário e processo de reconhecimento do Caminho Português a Patrimônio da Humanidade junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, foram elementos centrais da investigação realizada no âmbito do doutorado em antropologia social e cultural autor desse artigo. Mas, destaca-se que os pontos apresentados são parte dos objetivos da investigação realizada, trazendo elementos observados durante o trabalho de campo através da contraposição e justaposição de vivências sobre o Caminho Português.

Para construção deste artigo, destacamos três trabalhos de campos, em que foi utilizada como instrumento metodológico a observação participante.

¹ A Associação Espaço Jacobeus – Confraria de São Tiago (adiante designada, abreviadamente, por AEJ) é uma Associação Católica Portuguesa, Privada, de Fieis, de âmbito nacional e com sede em Braga, constituída por Peregrinos e Amigos do Caminho de Santiago. A AEJ centra a sua atividade, desde 2004, na Informação e Preparação de Peregrinos que pretendam Peregrinar a Santiago de Compostela, especialmente, percorrendo o Caminho Português de Santiago. Obtido na: <https://www.aej.pt/about-us/>

² Associação de Peregrinos Via Lusitana: Associação não religiosa que tem dentre outros objetivos divulgar e promover a peregrinação a Santiago de Compostela, preservar e promover o Caminho Português e auxiliar os peregrinos. Obtido na: <https://www.vialusitana.org/>

O primeiro trabalho foi a realização do evento “Colóquio Caminhos de Santiago”, organizado pela Câmara Municipal de Pinhel, realizado na cidade de Pinhel³, Portugal, na Casa da Cultura, no dia 29 de agosto de 2015, às 21:00 horas.

A anteceder o evento, foi realizada, no mesmo dia já referenciado, a viagem de peregrinação com 12 etapas do Caminho de Torres, etapa essa de 24 km (vinte e quatro quilómetros), entre as outras pessoas, entre elas, membros da associação e outros convidados, por uma das cidades de Almeida⁴ e Pinhel, que também foi um momento de observação participante.

O segundo momento consta, também a convite da Associação e Espaço Jacobeus, a participação no evento de comemoração do Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela, que, como o título diz, foi realizada na cidade de Santiago de Compostela, no dia 11 de outubro de 2015, sendo que, antecedendo ao evento, realizou-se e acompanhou-se a última etapa de peregrinação, entre Padrón e Santiago de Compostela. Esta foi realizada por membros da Associação e Espaço Jacobeus, entre outros convidados.

A anteceder ao evento, foi realizado, no dia 10 de outubro de 2015, o acompanhamento da última das várias etapas⁵ feitas a pé, realizadas por pessoas e grupos de diversas localidades, entre elas, Guimarães, Braga, Amarante, Vila Verde, Barcelos, Vairão, Oliveira das Azeméis, membros ou não das associações, que realizaram desde as suas localidades, aos finais de semana, etapas de peregrinação pelo Caminho Português. Esta última etapa contou com a participação de 42 pessoas, sendo que, foi realizada a viagem de autocarro, com partida da cidade de Guimarães, com destino a Padrón, para a realização da última etapa a pé da peregrinação entre Padrón e Santiago de Compostela, etapa essa com, aproximadamente, 24 km (vinte e quatro quilómetros).

³ Pinhel: Município localizada na Região Centro e sub-região Beira Interior Norte de Portugal e faz parte dos 14 municípios que compõem o distrito da Guarda. Obtido na: www.cm-pinhel.pt/

⁴ Almeida: Município localizado na Região Centro e sub-região Beira Interior Norte de Portugal e faz parte dos 14 municípios que compõem o distrito da Guarda. Obtido na: <http://www.cm-almeida.pt/Paginas/default.x>

⁵ Etapas - Abril: dia 11- Amarante/Filgueiras; dia 12 Filgueiras/ Guimarães, Fafe/Guimarães, Vizela/ Guimarães; dia 25 - Guimarães/ Braga; Póvoa de Lanhoso/ Braga; dia 26 - Braga/ Ponte de Lima.

Junho: dia 13 - Ponte de Lima/ Rubiães; dia 14 - Rubiães /Tui.

Julho: dia 4 - Tui/ Redondela; dia 5 - Redondela/ Pontevedra.

Setembro: dia 19 - Pontevedra/ Calda de Reis; dia 20 - Calda de Reis/ Padrón.

Outubro: dia 11: Padrón/ Santiago de Compostela.

Em suma, os trabalhos de campo realizados objetivaram ter a experiência de peregrinação (observação participante) e através dela realizar a observação do comportamento, práticas e comportamentos dos peregrinos, condições e características do trajetos, através de registro do trajeto em vídeo, fotografia e georreferenciamento, além de participar dos eventos mencionadas e conduzir entrevistas livres com participantes das caminhadas, ao longo dos caminhos e nos eventos sobre o Caminho Português a Santiago de Compostela.

1. A Observação Participante Como Método Antropológico

Em (Geertz, 1973) é dito que, para compreender a ciência, deve olhar-se ao que os praticantes de ciência fazem, e em antropologia social deve-se olhar e compreender o que é a etnografia e em que consiste a prática etnográfica, o que representa este processo e como se forma este conhecimento. Contudo, Geertz destaca que a etnografia não se resume a métodos, que a etnografia vai além, sendo uma prática investigativa de interação e leitura dos elementos em campo, das relações com as pessoas, da busca e registo dessas informações, um processo de infiltração na cultura para possibilitar o que este chama de “descrição densa”, termo utilizado por Gilbert Ryle que Geertz apropriou.

Neste ponto, (Geertz, 1973) traz à luz a necessidade de se fazer uma leitura muito mais profunda, uma vez que ao estar distante, a leitura pode-se tornar muito superficial, e consequentemente, estar vulnerável ao erro e a distorções. Já numa descrição densa, torna-se possível infiltrar e aproximar mais o olhar do investigador ao olhar do “nativo”.

Com isso, pode-se reduzir o erro das leituras e interpretações, pois procura-se compreender o real significado das ações, o que são frutos de ensaios, de imitações e o que são tiques nervosos, como também e o porquê dos mesmos.

Assim, temos um caminho para tal “descrição densa” a observação participante, que, de acordo com (Rivière, 2013) consiste em: *“Partilhar a vida quotidiana do observado, os seus trabalhos, as suas conversas, as suas festas, impõe-se a todo aquele que deseja aprender a sua visão do universo, captar as motivações dos seus atos e compreender o seu sistema de valores (...).”* (Rivière, 2013, p. 25).

Em (Moreira, 1994) é evidenciada a importância da observação, onde o mesmo apresenta os elementos básicos que compõem a observação *“Embora se deva admitir que a maior parte do conhecimento científico social tem origem na observação, em etnografia tal conhecimento respeita tanto à observação de fenómenos culturais como à informação*

que é proporcionada pelo informante (...), (Moreira, 1994, p. 106). E segue a dizer: Em qualquer ciência a situação de observação compõe-se como se sabe pelo menos, de quatro elementos: 1) o observador; 2) os fenómenos observados; 3) a informação pretendida e 4) o papel do observador (...)” (Moreira, 1994, p. 106).

Em Costa (1989) faz-se uma abordagem sobre esta prática de terreno, onde o autor apresenta o que é que faz um investigador em terreno, ou seja, o seu trabalho de campo, e apresenta as práticas comumente utilizadas, o seu papel direto de interação, busca e obtenção de fontes de informações. Assim, afirma que o investigador em campo:

“Observa os locais, os objetos e os símbolos, observa as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, dum a maneira ou de outra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas; por vezes entrevista-as mais formalmente. E frequentemente arranja “informantes privilegiados”, interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspetos a que não pode ter acesso direto.” (Costa, 1989, p. 132).

Emerson, Fretz & Shaw (1995), afirmam que a etnografia se define em duas etapas, uma das quais é a imersão e interação em determinada cultura, em que o etnógrafo participa em atividades da vida quotidiana da cultura em questão, a fim de observar e aprender. A segunda etapa consiste no facto de o etnógrafo registar, de forma sistemática, toda a aprendizagem. Estes métodos unidos, segundo os autores, constituem o núcleo do que é a etnografia.

Através da imersão e dessa experiência em si, o etnógrafo procura compreender, através da vivência das rotinas de determinada cultura, transportar os seus sentidos e perceber da maneira mais próxima possível a realidade cultural, mas é necessário que o etnógrafo seja sensível e perspicaz (Emerson, Fretz & Shaw, 1995).

Como é dito por Moreira (2007), este método de investigação está atrelado a algumas técnicas, ou seja, a um conjunto de atividades comumente utilizadas a fim de infiltrar neste universo investigado.

A expressão **observação participante** tem sido usada na literatura antropológica e sociológica para designar uma estratégia metodológica, composta por uma série de técnicas de obtenção e análise de dados. No seu clássico manual sobre métodos de investigação “The research act” (1970), Denzin di-lo claramente: «*Há uma curiosa*

mistura de técnicas de pesquisa na observação participante: entrevistam-se pessoas, analisam-se documentos, compilam-se estatísticas, recorre-se a informantes e realiza-se observação direta. Sendo assim, a observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina simultaneamente a entrevista, a participação, a análise de documentos e a introspeção (p. 185-186)». (Moreira, 2007, p. 178).

Destaca também (Moreira, 2007) que esta pode ser uma poderosa ferramenta de investigação para recolha de informações, entretanto, se a mesma “*a) for orientada e focalizada para um objecto concreto de pesquisa, previamente formulado; b) planificada sistematicamente em fase, lugares e pessoas; c) controlada e relacionada com proposições teóricas; d) submetida a controles de objectividade, fiabilidade e previsão*” (Moreira, 2007, p. 177). Em Fife (2005) é dito que a observação participante consiste em observar as atividades, pessoas, aspectos físicos e situações, de forma a conseguir captar e compreender as regras e linguagens que não estão escritas nas interações humanas, e desta forma, fazer um registo minucioso.

Desta forma, Iturra (1989) apresenta a observação participante como uma ferramenta ou técnica de investigação gradativa que permite infiltrar nas tramas do tecido cultural, como meio de compreender de forma mais densa os elementos que compõem determinada cultura.

“*(...) Esta penetração lenta e mesmo ritualizada na outra cultura, é o que ensina a etnografia específica do povo que se estuda, do seu corpo central de conhecimento e ação, bem como da heterogeneidade das práticas com que a vida social é construída e encarada. Nos aspectos práticos, é só no convívio com o quotidiano cultural que se obtêm os elementos que constituem um facto, que separam um fenômeno de outro, e definem a estrutura e o processo específico daquilo que constitui a vida social de um grupo.*

(Iturra, 1989, p.157).

Outro ponto que Iturra (1989), esclarece é a questão da comparação, que ele afirma ser normalmente comum, que se faz entre o trabalho de terreno e a observação participante. Para isso, apresenta os dois casos e as suas diferenças:

Faz-se normalmente referência ao trabalho de campo e a observação participante como se fossem um mesmo assunto. A diferença é simples: a observação participante é o envolvimento direto que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro de parâmetros das próprias normas do grupo; o trabalho de campo é um processo que envolve mais aspectos da conduta social, dentro dos quais o comportamento manifesto

é observado. O trabalho de campo procura, no conjunto de informações sobre o presente e o passado, contextualizar as relações sociais que observa; a observação participante é pontual, o trabalho de campo é envolvente (Iturra, 1989, p. 149).

Em Iturra (1989) deixa-se bem claro que a observação participante pode estar contida no trabalho de campo, e que ela, a observação participante, é uma leitura presencial, isto é, uma observação realizada de forma direta, em primeira mão, num determinado período temporal estabelecido, de convivência e observação.

Assim, em Burgess (1997) afirma-se que a observação participante faz parte de um processo de construção e busca de informações, ou seja, que a observação participante e outros métodos são ferramentas e mecanismos de investigação que, somados, permitem traçar um panorama mais claro e abrangente, pelo que o autor afirma:

“Apesar de os cientistas sociais usarem várias abordagens para estudar o mundo social-métodos experimentais, medidas estatísticas e inquéritos por questionário- nenhum destes métodos pode completamente abranger os elementos subjetivos da vida social. Deste modo, os investigadores viraram-se para observação participante como forma a terem acesso aos significados que os participantes atribuem às situações sociais. Nestas circunstâncias, o investigador aprende em primeira mão uma dada situação social utilizando a observação participante.” (Burgess, 1997, p. 86).

Como principal instrumento da investigação na observação participante, o investigador é apresentado por Burgess (1997), o qual também ressalta que a observação participante é uma grande oportunidade para o investigador recolher informações pormenorizadas, acrescentando que:

“Na investigação que envolve o uso de observação participante é o investigador que é o principal instrumento da investigação social. Nesta base a observação participante facilita a colheita de dados sobre interação social: na situação em que ocorrem e não em situações artificiais (como na investigação experimental) nem em situações artificialmente construídas que são criadas pelo investigador (como pesquisa através de inquérito). A vantagem de ser um observador participante reside na oportunidade de estar disponível para recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação de contextos naturais. Além disso, o observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias (...).” (Burgess, 1997, p. 86).

Em Iturra (1989) a figura do investigador que realiza a observação participante aparece como um ser vulnerável, exposto: “(...) *A observação participante caracteriza-se como sendo uma situação dum investigador que é adulto como é, saltita desajeitamente no meio do que já sabem há muito tempo como orientar-se e que, idealmente, querem ajudá-lo explicando o seu cotidiano rotineiro (...)*” (Iturra, 1989, p. 155). No entanto, sabe-se que estes casos não são generalizados, uma vez que existem investigações que estudam o familiar, ou mesmo as chamadas “investigações ao pé de casa”, mas esta visão apresentada por Iturra (1989) é relevante, uma vez que demonstra a observação participante com um tatear com que se é conduzido, e assim pode-se construir uma imagem e leitura.

3. Os Caminhos Portugueses

O Caminho Português é o segundo itinerário Jacobeu mais praticado, para termos a dimensão do fluxo de peregrinos e da importância desse caminho, no ano de 2019, do total 347.578 peregrinos registados pela Oficina del Peregrino, 94.648 (27, 23 %) percorreram esse caminho. (Oficina del Peregrino, 2020). Os caminhos a Santiago de Compostela foram moldados ao longo dos séculos, moldes esse que como já elencamos desenvolveram diversos elementos culturais ligados a adoração ao Santiago e o auxílio aos peregrinos.

Através de dados estatísticos dos últimos 15 anos (Quadro I), podemos identificar a crescente importância e procura pelos Caminhos Portugueses, seja no número de peregrinos, seja em número percentual do total de peregrinos a Santiago de Compostela.

<i>Ano</i>	<i>Nº de Peregrinos (%)</i>
2004	15.831 (8,80%)
2005	5.507 (5,86%)
2006	6.513 (6,44%)
2007	8.140 (7,11%)
2008	9.814 (7,80%)
2009	12.055 (8,17%)
2010	34.255 (12,57%)
2011	22.062 (12,03%)
2012	25.624 (13,31%)
2013	29.550 (13,69%)
2014	35.501 (14,92%)
2015	43.151 (16,44%)
2016	52.138 (18,77%)
2017	66.562 (22,11%)
2018	81.663 (24,95%)
2019	94.648 (7,23 %)

Quadro I: Peregrinos pelo Caminho Português.⁶ Fonte: Oficina del Peregrino (2020).

4. O Colóquio

Nesta sessão constam as sínteses dos discursos de alguns dos participantes do “Colóquio dos Caminhos de Santiago”, em que são apresentadas as falas⁷ e respetivos temas: Técnico do Município de Barcelos: “A Importância dos Caminhos para os Municípios”; Delegado da Associação e Espaço Jacobeus em Amarante: “Revitalização do Património Cultural dos Caminhos de Santiago”; Membro da Associação e Espaço Jacobeus: “Experiências do Caminho”; Frei Franciscano: “Espiritualidade no Caminho de Santiago”.

4.1. Técnico do Município de Barcelos: “A importância dos Caminhos para os Municípios”

Falou-se da importância dos Caminho a Santiago e destacou-se, como sendo o primeiro Itinerário Cultural Europeu, que também proporciona desenvolvimento por onde passa e que chegam a Santiago de Compostela milhares de peregrinos mensalmente, oriundo dessa diversidade de caminhos e de diferentes nacionalidades.

⁶ A divulgação das informações estatísticas da Oficina del Peregrino tem como primeiro ano 2004. Os anos apresentados em negrito (2004 / 2010), são referentes ao Ano Santo, ou seja, anos com maior fluxo de peregrinos, sendo o próximo Ano Santo em 2021. Obtido na <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>

⁷ As falas seguem a ordem de apresentação realizada no evento.

Foi dito que, devido ao fluxo de peregrinos, cabe aos municípios adotarem, enquanto políticas e planeamento, tomarem um posicionamento para o desenvolvimento do Caminho de Santiago. No entanto, foi dito que não há uma política nacional para tal, tampouco há uma entidade para dar uma uniformidade e regras, organizar, planear e definir o caminho e fazer conhecer todo esse património a ele indexado.

Segundo o técnico do Município de Barcelos, os Caminhos de Santiago perpassam por um conjunto de dez regras básicas para o seu planeamento de desenvolvimento, estruturantes, para que o Caminho assuma um posicionamento estratégico para o território, e que, cabe aos municípios procurar e proporcionar aos peregrinos a melhor experiência do caminho, nos seus territórios.

4.1.1. Primeiro ponto: pressuposto quando a criação e abertura de caminhos, não se deve criar caminhos sem ter uma base patrimonial, histórica ou mesmo arqueológica, sendo necessário respeitar a identidade histórica dos caminhos, sendo que essas bases ajudam a valorizar esse património. Assim, fez-se uma crítica às invenções dos caminhos seguirem por praias. Exemplo este, que ele disse saber que existe e que podem vir a existir novos.

4.1.2. Segundo ponto: respeitar a alma e essência do caminho, assim, sabe-se que há cada vez mais peregrinos, contudo, não se pode nortear o caminho através do interesse monetário.

4.1.3. Terceiro ponto: ter como foco os peregrinos, e não o imediatismo, pensar o caminho em função dos peregrinos e não dos interesses pontuais, económicos e momentâneos. Deu como exemplo, o desviar o caminho para que este passasse e em frente a determinados estabelecimentos comerciais. Disse que se deve respeitar quem faz o caminho e não mover o caminho e os peregrinos de acordo com interesses. Com isso, reforçou a ideia de não desvirtuar a essência do caminho. Sendo assim, segundo ele, o peregrino deve ser sempre o foco das atenções, das ações e estruturas que o município venha proporcionar. Mas que também é preciso pensar quais são as necessidades dos peregrinos que são diferentes das dos turistas, ou seja, as informações e condições que precisam os peregrinos são bem distintas, o que procuram os peregrinos é diferente, pois sua procura é por uma experiência mais espiritual.

4.1.4. Quarto ponto: promover a pedagogia dos locais, isto é, promover a cultura dos caminhos, pois a exemplo do Caminho Francês e do Caminho Central, há uma cultura

do caminho, pois as pessoas conhecem e respeitam os peregrinos e procuram auxiliá-los, mas também sabem a importância dos peregrinos como agentes dinamizadores da economia local, revitalizadores das aldeias e localidades rurais. Assim, as pessoas do território devem conhecer para valorizar os peregrinos e o caminho, como um elemento de identidade da sua localidade. Apenas assim, através dessa sensibilização, que ele aponta que um caminho não é feito de um dia para outro, é devendo-se pensar em desenvolvimento para o caminho.

4.1.5. Quinto ponto: respeitar as regras já criadas, no que diz respeito à sinalização, seguindo, por exemplo o que já foi instituído pelo Conselho da Europa⁸.

4.1.6. Sexto ponto: É necessário pensar além de uma demarcação e delimitação com base e validade histórica. Os municípios devem, na medida do possível, incorporar a validade histórica ao Plano Diretor Municipal, pois se de facto se quer tê-lo como um dos eixos de desenvolvimento no município, é necessária esta ação, a fim de o proteger e promovê-lo.

Contudo, ressalta também neste ponto, a necessidade de diálogo e planeamento entre os municípios, já que ações isoladas não fazem o caminho, e se um município fizer a sua parte, e se, no troço seguinte, o outro município não fizer, não há caminho. E também neste ponto destacou a necessidade de uniformidade das sinalizações nos diferentes municípios.

4.1.7. Sétimo ponto: o poder político dos municípios deve procurar dialogar para desenvolver ações em conjunto com as associações e entidades, sendo esses importantes elementos de auxílio na gestão de desenvolvimento dos caminhos, tanto como agentes promotores como de fiscalização no que tange às necessidades de manutenção, seja quanto a limpeza, sinalização, entre outras questões.

4.1.8. Oitavo ponto: os municípios devem entender a diversidade de origem dos peregrinos, isto é, diversas nacionalidades. Assim, a produção de conteúdos informativos, em que destacou, as informações sobre o património nos municípios, e as ações, em que devem ter em conta essa diversidade.

⁸ Conselho da Europa: Conselho com sede Estrasburgo (França), formado no ano de 1949, após o final da II Guerra Mundial, com objetivo promover a defesa dos Direitos Humanos e concluir acordos na Europa quanto a questões sociais e jurídicas. Atualmente integra 47 Estados-membros. Obtido na: <http://www.coe.int/pt/web/portal/home>

4.1.9. Nono ponto: O efeito no peregrino após a sua experiência, em que é necessário pensar e entender que esses peregrinos que passam pelo território podem, num outro momento, voltar ao território, mas dessa vez como turista, sozinho, ou até mesmo acompanhado, na procura de viver ou de partilhar com os seus, os momentos e experiências que tiveram ao longo do caminho, sendo esse um grande ponto dinamizador do caminho, já que, para além da peregrinação, é possível desenvolver outros pontos de valorização e promoção dos municípios. Com isso, destacou que o Caminho de Santiago pode ser uma âncora de desenvolvimento dos municípios.

4.1.10. Décimo ponto: não abordar o Caminho de Santiago como um produto turístico, pois o caminho não é um produto turístico. Disse que a essência do caminho não passa pelo turismo, e que, se a sua essência for entendida ou vendida como turismo está fadada ao fim, e esta alma do caminho estará perdida, sendo que, não se deve fazer do caminho um produto turístico, muito menos um turismo de massa, pois o caminho proporciona, como já mencionado, experiências distintas a nível cultural e espiritual. Assim, segundo ele, cabe aos municípios seguirem esses passos bases para entenderem, planearem e desenvolverem o Caminho de Santiago.

4.2. Delegado da Associação e Espaço Jacobeus em Amarante: “Revitalização do Património Cultural dos Caminhos de Santiago”

Iniciou o seu discurso com a apresentação da história da lenda de Santiago, aquando da sua morte, e sobre o parecer técnico das ruínas românicas que estão por baixo da catedral, que valida a história sobre o túmulo de Santiago e da construção inicial, no século IX da igreja, em homenagem a Santiago, que é anexada a um mosteiro – Mosteiro de Altares.

Proseguiu, falando sobre o momento histórico de conflito em que Santiago, na Batalha de Clavijo, montado num cavalo, seguiu à frente dos cristãos para matar os mouros (muçulmanos), daí o nome de Santiago Mata-Mouros, isso no ano de 844, sendo que, nas batalhas que se seguem, o seu nome era invocado.

Falou do período de 1175, em que foi então construída a Catedral de Santiago, mas não da forma que se conhece hoje. No entanto, há elementos que foram preservados, e que, no ano de 1962, tanto a catedral como a cidade de Santiago são reconhecidas como um conjunto artístico, e, de seguida, no ano de 1985, o Caminho Francês, que entra pelo norte de Espanha, foi reconhecido como Património da Humanidade pela UNESCO.



Neste contexto cronológico, foi considerado que, ao longo destes tempos, os Caminhos de Santiago eram também percorridos por artistas provenientes de várias partes da Europa, os quais, para além de procurarem matérias-primas a exemplo da Pedra de Ançã⁹, em Portugal, difundiam e procuravam conhecimento, por onde passavam, além do comércio de obras de artes nesta parte ocidental da Europa.

Foi dito que ao longo dos caminhos, a seguir ao século IX, houve um crescente fluxo de peregrinos, surgindo locais de auxílio para os mesmos, desde albergarias, mosteiros, grupos de ordens religiosas, hospitais e outros pontos de acolhimentos aos peregrinos, assim como, nobres que contribuem com a construção e revitalização de alguns trechos e de pontes ao longo dos caminhos.

Falou-se sobre o principal ponto de início das peregrinações em Portugal, a Catedral do Porto, local de saída de milhares de peregrinos pelo Caminho Central. E após essa descrição, em tom de crítica, falou-se sobre o “Caminho das Areias” apontado de forma polémica, pois segue pelas praias.

Disse sobre a cidade de Coimbra, a peregrinação da Rainha Santa Isabel que, por duas vezes, seguiu a cidade de Santiago, sendo que, a primeira quando o Rei Dom Diniz ainda era vivo, e a segunda após a sua morte. Sendo que, outro facto que se liga à peregrinação surge aquando do falecimento da Rainha, foi colocado junto ao seu corpo o bastão que ela utilizou nas peregrinações a Santiago, encontrando-se, também, a sua coroa na Catedral de Santiago. Acrescentou que, no ano de 2014, foi criado um albergue de peregrinos no Mosteiro de Santa Clara a Nova, em Coimbra, e, em sequência disso, foi criado um núcleo museológico no mosteiro dedicado à Rainha Peregrina.

Falou-se sobre São Salvador de Vairão, mosteiro anterior ao século IX e do seu ciclo de vida até seu fechamento, por completo, e da abertura de um albergue no local, onde também se criou um núcleo museológico do peregrino, no ano de 2015.

Destacou-se, sobre seu município, o Município de Amarante, local onde se desenvolveu uma procura e levantamento histórico quanto à sua ligação histórica com as

⁹ Pedra de Ançã: Pedra de formação calcária que tem como tons de cores o amarelo ao branco azulado, encontrada na região do Concelho de Cantanhede/Portugal, tido como bom material para esculpir por ser macia e sem veios.

xperegrinações a Santiago de Compostela, em que, essa ligação é feita através dos Caminhos de São Gonçalo, caminho realizado por São Gonçalo, e que, ao longo dos tempos, surgiram locais para atender aos peregrinos, tais como, pontes, albergarias, gafarias, hospitais...

Ao falar de Pinhel, apontou locais e pontos na cidade que têm ligação com Santiago, desde vieiras, pórticos e a nave da Igreja Matriz, que tem a imagem do Santo.

Assim, fez-se o encerramento, concluindo que o Caminho de Santiago é um caminho que leva a Espanha, mas para além disso é um caminho de história, de partilha, de cultura, que traz património e preserva a identidade portuguesa.

4.3. Membro da Associação e Espaço Jacobeus: “Experiências do Caminho”

Descreveu as suas experiências de viagens pelo mundo (Índia, América do Sul, América Central, Médio Oriente, Sul de África e Europa).

Quanto à sua viagem à Índia, foi confrontado a dizer o que procurava por lá, e a sua resposta foi que procurava encontrar-se, como uma viagem espiritual. Já em tom de contrarresposta, foi-lhe dito que não era necessário ir tão longe, pois havia, próximo dele, o Caminho de Santiago.

Disse que a sua motivação inicial para fazer o Caminho de Santiago foi por causa da depressão que sentia e procurava no caminho uma resposta para superar este momento de doença e a peregrinação possibilitou-lhe essa “cura” pois, segundo ele, o mundo conturbado em que se vive, repleto de violência e de pessoas, num ritmo acelerado, sem tempo para pensar, refletir e para olharem para elas próprias.

Segundo ele, o caminho é a oportunidade de se ouvir e de ouvir o outro, de ser solidário e ter mais amor ao próximo, ir ao encontro de algo que mais procuram ou que mais precisam. No caminho abdica-se dos confortos habituais, das vaidades e consegue-se viver com pouco, com o mínimo ou o máximo que se consegue carregar às costas, nas mochilas, e assim rever algumas posturas e modo de viver e de se relacionar com o outro.

Neste sentido do caminho, disse e sugeriu aos presentes que quando virem, ou estiverem com peregrinos, que os tratem bem, que não é preciso muito, que dizer-lhes um simples “Bom Caminho!” tem grande efeito, pois revigora as energias e conforta.

Também destacou a necessidade de ter condições mínimas para a peregrinação e, a título de exemplo, disse que a sinalização é algo fundamental. Quanto à hospedagem, o

peregrino não procura luxo, mas um local simples para poder fazer as suas necessidades básicas de higiene e descanso.

Ele disse que, a forma como se trata os peregrinos, sejam elas boas ou más, se propaga rapidamente, e que os peregrinos, quando retornam às suas localidades de origem, podem ser vistos como uma espécie de “embaixadores do caminho”, pois relatam e propagam as experiências que viveram e presenciaram.

Foi dito, em linhas gerais, que os peregrinos são pessoas boas, que estão à procura de uma paz espiritual e que todo o auxílio que é dado aos peregrinos extrapola fronteiras e cria uma boa imagem para a localidade. Esta boa imagem pode atrair novas pessoas e turistas.

4.4. Frei Franciscano: “Espiritualidade no Caminho de Santiago”

A fim de sintetizar a ideia de espiritualidade no Caminho de Santiago, o frei apresentou um trecho inicial do filme *Tres en el Camino*¹⁰ (Três no Caminho), filme esse que conta a história de três peregrinos no Caminho de Santiago, em três estações do ano, Verão, inverno e primavera, sendo uma peregrina brasileira, um peregrino holandês e uma peregrina japonesa. A primeira, segue a religião da umbanda, o segundo, o catolicismo e a terceira, sem religião indicada. Três peregrinos de destintas localidades e destintas crenças, mas que procuram no caminho, um momento de encontro consigo mesmo e com a espiritualidade.

O Frei deu início à sua conversa, dizendo que há duas questões distintas entre espiritualidade no Caminho de Santiago e espiritualidade do Caminho de Santiago, sendo que, escolhe falar sobre a primeira, uma vez que para a segunda, seria necessário recorrer a documentos históricos que remontam aos séculos.

Ao falar de peregrinação, falou das suas experiências e afirmou já ter realizado doze peregrinações a Santiago de Compostela, entre os anos de 2002 e 2014, duas delas realizadas em Itália, no Caminho de São Francisco de Assis. Eventos nos quais ele afirmou ter vivido momentos de espiritualidade, de contemplação e partilha de vida com os outros e também de contemplação de todas as coisas criadas por Deus.

¹⁰ *Tres en el Canino*: Filme documental lançado no ano de 2004, que conta história de três peregrinos, Milena Salgado/Brasileira, RobJorritsma/ holandês e Madoka Mayuzumi /Japonesa.

Num sentido filosófico, disse que, no Caminho de Santiago não se olha apenas para a frente ou para trás, olha-se para os lados, em que o caminho é um todo, e não somente aquilo que se pisa com os pés, sendo este um momento de introspeção para ver mais além.

Assim, ele falou das vivências e observações durante as suas peregrinações. Relata sobre: uma jovem peregrina à beira do caminho a ler um livro volumoso, e indagou se poderia ser uma bíblia; um jovem peregrino, que tinha por hábito rezar o terço nos primeiros quilómetros de cada dia de caminhada; um peregrino solitário a tocar gaita irlandesa; jovens peregrinos sentados num templo a ler poemas de Fernando Pessoa. Então, com estas observações, ele abre a questão: Podem ser, estes casos apresentados considerados momentos de espiritualidade? As três histórias do filme inicialmente apresentadas podem serem consideradas como momentos de espiritualidade?

Ele afirmou que sim, pois disse que, hoje não existe uma espiritualidade padrão como houve no passado, cujo objetivo era expurgar os pecados. Hoje, a seu ver, tudo o que faz o peregrino, transcender-se, pode ser considerado espiritualidade.

Indagou se haverá lugar para uma espiritualidade diferente no Caminho de Santiago? Ele mais uma vez afirmou que sim, pois sendo Santiago um dos 12 apóstolos a espalhar a Boa Nova da sua ressurreição, há espaço para uma nova espiritualidade com fundamentação bíblica.

Com isso, ele também afirmou que está a fazer um guia de espiritualidade para peregrinos, que é um diário, mas também um itinerário para 30 dias de peregrinação, composto de pensamentos, salmos, entre outros textos bíblicos, e orações, destinado a crentes ou não na fé católica, mas crentes nas palavras de Deus.

4.5. Síntese do Colóquio

Nos discursos são apresentadas, entre as questões, a necessidade de organização do Caminho Português para o seu desenvolvimento, um planeamento que perpassa por várias esferas de poderes e organizações, bem como, de uma mobilização social, num carácter construtivo e de sensibilização.

Dentre essas estão, a necessidade de criação e manutenção de condições mínimas para a realização da peregrinação, como a criação de uma sinalização adequada, condições de segurança, locais para alojamento e alimentação, mas além dessas questões

de cunho mais material, abordou-se a necessidade de se criar e manter uma boa relação com o peregrino. Isto é, recebê-lo bem e compreender as suas necessidades e anseios.

Falou-se da necessidade de identificar os elementos históricos/culturais ligados a Santiago e às peregrinações e como estes bens são relevantes para legitimar a passagem do Caminho de Santiago pelas localidades ou da existência de tais itinerários.

Foram apresentadas, entre as conversas, as diversidades de perfis dos peregrinos, as diferentes motivações que os levam a fazer o Caminho, as diferentes formas de procura e percepção das peregrinações, com isso sucinta a necessidade de compreender esta diversidade. Mas além dessas diversidades supracitadas, há também a diversidade cultural dos peregrinos, de distintas e distantes localidades, nacionalidades e países.

São também apresentados alguns dos benefícios que as peregrinações geram nas localidades. Dentre eles, os benefícios económicos, em que o peregrino de forma direta faz uso de produtos e serviços nas localidades. Também é importante divulgar as localidades e que o peregrino pode ser um agente dinamizador do turismo, pois, este pode auxiliar na promoção das localidades. Contudo, também foi feita a advertência sobre a exploração económica excessiva, ou seja, pensar os peregrinos apenas como fator de exploração económica.

5. Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela

No dia seguinte, 11 de outubro de 2015, foi realizado o evento “dia das associações Jacobeias portuguesas em Santiago de Compostela”, sendo esta iniciativa da Associação e Espaço Jacobeus e Associação de Peregrino Via Lusitana. Foram convidadas todas as associações do Caminho Português e outras instituições e organizações, tais como gestores dos albergues, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, entre outras, para comemorar o “Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela”, e também como oportunidade de união/discussão no interior do Associativismo Jacobeu.

Um dos objetivos, e como já mencionado, foi fazer um ponto da situação sobre a convergência das associações e organizações envolvidas com o Caminho Português pois, segundo apresentado pelas associações organizadoras, há a necessidade de um diálogo maior entre as associações sobre convergência de ações, assim como, de conhecimento dos objetivos de cada associação e assim fazer uma união para um trabalho conjunto.

A comemoração teve como momento principal, na Catedral de Santiago, a celebração da Missa do Peregrino, com a participação de representantes das associações do Caminho Português, a assumirem os locais de honra e também a realizarem as leituras durante a celebração, assim como, a leitura rogativa (carta que foi lida) a Santiago, para auxiliá-los na tarefa de fomento das peregrinações e auxílio aos peregrinos.

A celebração terminou com *Botafumeiro*¹¹ (turíbulo), que desta forma, se fez acontecer com a oferta (patrocínio) da Associação e Espaço Jacobeus.

Após a celebração, ocorreu um almoço ao lado da catedral, na Hospedaria San Martin Pinário¹² (Seminário Maior), almoço esse de confraternização das associações do Caminho Português, que contou com a participação de 260 pessoas das diferentes associações, entre outros convidados.

Após o almoço, houve discursos feitos pelos membros da organização, que abordaram o evento, e lamentaram o facto de algumas questões não terem corridos da melhor forma, pois, devido às novas regras, houve uma redução no número máximo de pessoas dentro da catedral, e alguns membros das associações não conseguiram entrar.

Segundo alegado pela organização do evento do Dia das Associações Jacobeias Portuguesas em Santiago de Compostela, isso ocorreu por questões de segurança, em que, em toda a Espanha, como na Europa, os locais de grande concentração e manifestações religiosas estão sob uma maior vigilância.

Sendo que, em Santiago não era diferente, em que se percebeu um número maior de seguranças internos na catedral, e de forças policiais no exterior. E como não aconteceu anteriormente, há uma maior restrição quanto à entrada de objetos na catedral, sendo que os peregrinos não podem entrar com as mochilas, e as bolsas e sacos menores, são agora verificados pelos seguranças junto às portas de entradas da catedral.

Melhor forma, pois, devido às novas regras, houve uma redução no número máximo de pessoas dentro da catedral, e alguns membros das associações não conseguiram entrar.

¹¹ *Botafumeiro*: Segundo a própria descrição do cônego responsável pela celebração, representa a acensão dos pedidos e rogativas ao céu.

¹² Hospedaria San Martin Pinário: Prédio que desde o século XVI abriga os peregrinos, localizado ao lado da Catedral de Santiago. É agora um espaço dedicado a hospedagem e eventos. Obtido na: <http://www.sanmartinpinario.eu/>



Figura 1 - Imagem I: Celebração Missa do Peregrino

Fonte: Trabalho de Campo 2015



Figura 2 - Imagem II: Almoço de Confraternização I

Fonte: Trabalho de Campo 2015.



Figura 3 - Imagem III: Almoço de Confraternização II
Fonte: Trabalho de Campo 2015

Para finalizar, falou o Presidente da Associação e Espaço Jacobeus, que agradeceu a presença de todos, e destacou a necessidade de união das associações, para uma cooperação e ações em conjunto, para fomentar as peregrinações e auxiliar os peregrinos, através de um “espírito de associativismo Jacobeus”.



Figura 4 - Imagem XXI: Almoço de Confraternização - Presidentes da APVL e AEJ
Fonte: Trabalho de Campo 2015

5.1. Síntese “Dia das Associações”

Através do encontro, foi possível perceber um exemplo de peregrinação realizada por um grupo como este, como se organizaram e as formas hierárquicas de condução nesta etapa, assim como as motivações e as percepções sobre o Caminho de Santiago. Algumas das observações, percepções e interpretações sobre o trajeto, de interação entre os peregrinos e os convívios, e os diálogos durante a peregrinação.

Para além disso, foi possível perceber, não só as questões do Caminho Português e das pessoas que estavam a realizá-lo, mas também, das experiências e relatos de percepções de outras pessoas e de outros caminhos, das motivações variadas de entendê-los e fazê-los.

Na comemoração, isto é, na Missa do Peregrinos e no almoço de confraternização, foi possível presenciar um número considerável de associações ligadas ao Caminho Português, através dos membros presentes e da convergência de interesse em prol da adoração a Santiago e do desenvolvimento das peregrinações a Santiago de Compostela.

Foi possível perceber também a ligação das associações com os membros da administração da Catedral e o seu papel no Caminho Português, como representantes reconhecidos pela ordem religiosa, no papel de auxílio aos peregrinos.

Nos discursos e na intenção de realização do evento, foi dito que, para além de ser um dia comemorativo e de encontro das associações, também foi um dia para fortalecer os laços e aproximar as associações e os membros para se conhecerem, pois, a intenção que se procura, segundo eles, é um trabalho cooperativo e de sinergia das associações em prol do Caminho Português. Também foi observado e descrito, sobre as questões de segurança, que se torna delicado alguns factos atribuídos à construção simbólica de Santiago, e que, no cenário atual, requer maiores atenções perante aos conflitos latentes, por questões religiosas/políticas.

6. Conclusões

6.1. Torres (*Colóquio dos Caminhos de Santiago*)

Nos discursos são apresentadas, entre as questões, a necessidade de uma organização do Caminho Português para o seu desenvolvimento, um planeamento que

perpassa por várias esferas de poderes e organizações, bem como de uma mobilização social, num carácter construtivo e de sensibilização.

Dentre esses estão a necessidade de criação e manutenção de condições mínimas para a realização da peregrinação, como a criação de uma sinalização adequada, condições de segurança, locais para alojamento e alimentação, mas além dessas questões de cunho mais material, abordou-se a necessidade de se criar e manter uma boa relação com o peregrino. Isto é, recebê-lo bem e compreender as suas necessidades e anseios.

Falou-se da necessidade de identificar os elementos históricos/culturais ligados a Santiago e às peregrinações e como estes bens são relevantes para legitimar a passagem do Caminho de Santiago pelas localidades, ou da existência de tais itinerários.

Foram apresentadas, entre as conversas, as diversidades de perfis dos peregrinos, as diferentes motivações que os levam a fazer o Caminho, as diferentes formas de procura e percepção das peregrinações, com isso sucinta a necessidade de compreender esta diversidade. Mas além dessas diversidades supracitadas, há também a diversidade cultural dos peregrinos, peregrinos de distintas e distantes localidades, nacionalidades e países.

São também apresentados alguns dos benefícios que as peregrinações geram nas localidades, dentre eles, os benefícios económicos, em que o peregrino de forma direta faz uso de produtos e serviços nas localidades, assim como, também é importante divulgar as localidades, e que, desta forma, pode ser um agente dinamizador do turismo, pois, este pode auxiliar na promoção das localidades. Contudo, também foi feita a advertência sobre a exploração económica excessiva, ou seja, pensar os peregrinos apenas como fator de exploração económica.

6.2. Dia das Associações

Através do encontro, foi possível perceber um exemplo de peregrinação realizada por um grupo como este, como se organizaram e as formas hierárquicas de condução nesta etapa, assim como as motivações e as percepções sobre o Caminho de Santiago. Algumas das observações, percepções e interpretações sobre o trajeto, de interação entre os peregrinos e os convívios, e os diálogos durante a peregrinação.

Para além disso, foi possível perceber, não só, as questões do Caminho Português e das pessoas que estavam a realizá-lo, mas também, das experiências e relatos de percepções de outras pessoas e de outros caminhos, das motivações variadas de entendê-los e fazê-los.



Na comemoração, isto é, na Missa do Peregrinos e no almoço de confraternização, foi possível presenciar um número considerável de associações ligadas ao Caminho Português, através dos membros presentes e da convergência de interesse em prol da adoração a Santiago e do desenvolvimento das peregrinações a Santiago de Compostela.

Foi possível perceber também a ligação das associações com os membros da administração da Catedral e o seu papel no Caminho Português, como representantes reconhecidos pela ordem religiosa, no papel de auxílio aos peregrinos.

Nos discursos e na intenção de realização do evento, foi dito que, para além de ser um dia comemorativo e de encontro das associações, também foi um dia para fortalecer os laços e aproximar as associações e os membros para se conhecerem, pois, a intenção que se procura, segundo eles, é um trabalho cooperativo e de sinergia das associações em prol do Caminho Português.

Também foi observado e descrito, sobre as questões de segurança, que se torna delicado alguns factos atribuídos à construção simbólica de Santiago, e que, no cenário atual, requer maiores atenções perante aos conflitos latentes, questões religiosas/políticas.

Referências

- Burgess, R. G. (1997) [1994]. *A Pesquisa de Terreno*. Oeiras: Editora Celta.
- Costa, A. F. (1989). *A Pesquisa de Terreno em Sociologia. Cap. V. Metodologia das Ciências Sociais*. 3^a Edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Duque, J. (2005). A Peregrinação a Pé na Perspectiva da Conversão. *Compostellanum, Revista de la Arquidiócesis de Santiago de Compostela*, Volumen L numeros 1-4 Santiago de Enero – Diciembre. Salamanca: Editora Imprenta KADMOS, 233 - 241.
- Emerson, R. M., Fretz, R. I. & Shaw, L. L. (1995). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago. Chicago: University of Chicago.
- Fife, W. (2005). Doing Fieldwork - Ethnographic Methods for Research. *Developing Countries and Beyond*. New York: Palgrave Macmillan.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books

- Gomes, L. (2018). *Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela - O Património em Processo*. 1^a ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas.
- Iturra, R. (1989). *Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia. Cap. VI. Metodologia das Ciências Sociais*, 3^a edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Oficina del Peregrino. 2020. *Dados Estatísticos*. Obtida na <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>. [Consultado a 07 de abr. de 2021].
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO 2007. Caminho de Santiago de Compostela. Obtida na <http://whc.unesco.org/en/list/669>. [Consultado a 06 abr. 2021].
- Rivière, C. (2013) [1995]. *Introdução à Antropologia*. Lisboa: Edições 70.

EL TROPIEZO DE LA HIDALGUÍA LA MANIFESTACIÓN DE UNA TENSIÓN SOCIAL PATENTE

THE SQUIREARCHY'S SETBACK A SELF-EVIDENT MANIFESTATION OF SOCIAL TENSION

Recebido a 06 de agosto de 2021
Revisto a 11 de agosto de 2021
Aceite a 16 de agosto de 2021

Carlos Augusto Rodríguez Martínez

Investigador GIPRI Colombia
Docente Universidad Pedagógica Nacional
Docente Universidad Distrital Francisco José de Caldas
Grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências
Doctorado en Patrimonio Universidad de Extremadura
carlosrupestre@hotmail.com



Resumen

El presente trabajo tiene como punto de partida, la sorpresa por la respuesta de la sociedad colombiana frente a las acciones realizadas por la comunidad Misak en los últimos meses. Ellos han derribado varias esculturas de Conquistadores Ibéricos en distintos lugares del país, lo que ha sido interpretado de distintas maneras, algunos consideran que esos actos son vandálicos y que atentan contra la cultura nacional, otros apoyan esas acciones, y las consideran como reivindicativas. Una y otra posición expresa la fractura social de Colombia, y los lugares de un desencuentro que se ha tejido por más de 500 años de historia. Los espacios públicos han sido nombrados, apropiados y marcados por las élites tradicionales del país para construir una idea de Estado y Nación, que poco o nada tiene que ver con la realidad que ha vivido la mayor parte de la sociedad. Dar sentido al espacio público sigue siendo esencial para mantener los privilegios y conservar las estructuras de poder, las que habían sido instauradas desde la Colonia y que aún permanecen vigentes. Por lo mismo, es que es tan significativo el que los Misak derribaran varias esculturas, pues no se trata sólo de los monumentos, sino de interrogarse sobre el sentido de lo público, y también, de lo que se ha querido instaurar como fundamento de la Nación, y por lo tanto, como parte del patrimonio.

Palabras clave: Exclusión, desarraigo, espacio público, hidalguía, resignificación.

Resumo

O presente trabalho tem como ponto de partida a surpresa com a resposta da sociedade colombiana às ações realizadas pela comunidade Misak nos últimos meses. Demoliram várias esculturas de Conquistadores Ibéricos em diferentes partes do país, o que foi interpretado de maneiras diferentes, alguns consideram que estes atos são vandalismo e que ameaçam a cultura nacional, outros apoiam essas ações, e consideram-nos reivindicação. Ambas posições expressam a fratura social da Colômbia e os lugares de um desacordo que se tece há mais de 500 anos de História. Os espaços públicos foram nomeados, apropriados e marcados pelas élites tradicionais do país para construir uma ideia de Estado e de Nação que pouco ou nada tem a ver com a realidade que grande parte da sociedade viveu. Dar sentido ao espaço público continua a ser imprescindível para a manutenção de privilégios e preservação das estruturas de poder, aquelas que foram estabelecidas desde a formação da colónia e que ainda estão em vigor. Pelo



mesmo motivo, é tão significativo que os Misak tenham demolido várias esculturas, pois não se trata apenas de monumentos, mas de questionar o sentido do público, e também daquilo que o Estado pretende estabelecer como fundamento da Nação e, portanto, como parte do Património.

Palavras-chave: Exclusão, desenraizamento, espaço público, nobreza, ressignificação.

Abstract

The take-off point of this study is an astonishment when seeing Colombian society's reaction at the actions by Misak community in the last months. They tore down various sculptures by Iberian conquerors in different places around the country, which has been interpreted in diverse ways. Some consider it as vandalism acts that undermine national culture, and others view it as vindictive. Both vintage manifests the Colombian social divide and the point of contention that have been weaved throughout 500 years of history. The public spaces have been named, appropriated and marked by traditional elites of the country to build up an idea of state and nation that little, if nothing, has to do with the reality that most of the society has lived. Giving sense to the public space keeps on being paramount to maintain the privileges and to preserve power structures that were established during colonial times and that are still valid to this day. It is then meaningful, that the Misak tore down various sculptures since it is not only a matter of a memorial structure but a valid questioning of the sense of what is public and what has been established as foundation for the nation and that has become heritage.

Keywords: Exclusion, uprooting, public space, setback, resignification.

EL TROPIEZO DE LA HIDALGUÍA la manifestación de una tensión social patente



Figura 1 - Eran cerca de las 5 am cuando la noticia del derriboamiento de la escultura a Gonzalo Jiménez de Quesada había sido divulgada. En la plazoleta del Rosario sólo quedaron las preguntas y la admiración, pues los Misak no esperaron la prensa; no hubo en el derribamiento ninguna intención de protagonismo mediático (C.A.R.M). Fuente: Fotografías tomadas por C.A.R.M

Introducción

El pasado 7 de mayo de 2021 una parte de la comunidad Misak derribó en horas de la mañana la escultura a Gonzalo Jiménez de Quesada, que estaba en la plaza del Rosario. Este sitio es central en la capital de Colombia; hacia el lado sur se encuentra la entrada del Claustro Colegio Mayor del Rosario, hoy universidad del Rosario, que entre otras cosas tiene una capilla anexa de “La Bordadita”. A no más de 100 metros, en sentido nor-occidental esta la iglesia de “San Francisco”, y justo detrás de ella la “Iglesia de la Veracruz” y al frente de la misma la iglesia de “La Tercera” o iglesia de “Los Estigmas”. en el mismo sector está el antiguo edificio del periódico El Tiempo y el banco de la Republica. Caminando hacia el sur a unos 400 metros esta la plaza de Bolívar, rodeada por la Catedral Mayor de Bogotá, el congreso de la Republica, el Palacio de Justicia y el Palacio Liévano, sede de la alcaldía del distrito capital. En la esquina oriental de la plaza de Bolívar el colegio de San Bartolomé y en el costado opuesto hacia el norte, la casa Museo del Florero, lugar emblemático del grito de Independencia. Como se advierte un conjunto amplio de edificios y lugares, que se han denominado insignias del Estado y la

religión católica hacen parte del conjunto general que acompañaba la mencionada escultura a Gonzalo Jiménez de Quesada.

El presente trabajo busca las raíces profundas de la construcción del Estado y de la cultura nacional, y por lo mismo, se detiene en momentos y circunstancias que son determinantes, y que permiten elaborar un camino explicativo que permita dar cuenta de las razones por las cuales miembros de la comunidad Misak han emprendido un camino de resignificación de los espacios públicos. El derrumbamiento de esculturas icónicas en Colombia no ha de ser entendido como un asunto coyuntural, y menos aún como una respuesta poco pensada, por el contrario, es el resultado de cientos de años de exclusión y desarraigamiento, como también de pobreza y silenciamiento. Lo que parece estar en el fondo es una tensión social, que se fue madurando durante siglos, y que ahora se hace patente. Dicha tensión es un síntoma de una sociedad escindida, donde los espacios públicos fueron apropiados de manera casi única por un sector de la sociedad, esto es, por los “hidalgos” y “doctores”. Es perfectamente claro que el derribamiento de la mencionada escultura y de otras en el territorio nacional, tiene un carácter simbólico de primer orden, y por lo mismo, exige un intento explicativo que se adentre en la historia y abandone la coyuntura y los discursos superficiales que se han hecho a favor y en contra.



Figura 2 - Aunque llegaron con los Ibéricos, y fueron usados en la Conquista para el aperreamiento, hoy hacen parte de la nueva sociedad, esa que se ha estado construyendo en los últimos 500 años. Fuente: C.A.R.M.

Primer momento

“Ante el nuevo paisaje y los nuevos pueblos sometidos, cada porquerizo sueña con un gobierno feudal, con una tropa de vasallos y de siervos y con ese “Don”, tanpreciado, que va perdiendo importancia a fuerza de ser alcanzado por cualquiera” (F. Guillén Martínez).

Desde los albores de la Conquista y la Colonia el proyecto español tenía un principio claro, y era “...instaurar sobre una naturaleza vacía una nueva Europa, a cuyos montes, ríos y provincias ordenaba una real cédula que se les pusieran nombres como si nunca los hubieran tenido.” (Romero, 1999). De esa manera, los antiguos contenidos sociales, lingüísticos, estéticos y en general de la vida de los pueblos nativos del ahora Nuevo Continente deberían ser anulados, o por lo menos, silenciados de manera sistemática. Para lo mismo se usaron varias estrategias, una de ellas consistió en entender casi todo el comportamiento social de los nativos como evidencia clara de la presencia del demonio al interior de las conciencias y formas de comportamiento de los aborígenes americanos. Así, las formas complejas de dar cuenta del mundo y la realidad fueron prohibidas y perseguidas; una sola forma de objetividad, la católica contrareformista sería la que se podría instaurar en las ahora tierras vacías de contenido.

La construcción de América estaría consagrada a la misma forma religiosa que le había dado unidad e identidad a la península; no era una formula nueva, ya había servido para enfrentar la fuerza de los musulmanes y sarracenos. La identidad de la península Ibérica se había hecho desde la iglesia, sobre todo, gracias al control que la misma tuvo de la vida privada y pública. Los pulpitos y confesionarios, junto con el conjunto general de sacramentos había tejido el fondo estructural de la identidad peninsular. Esas mismas estrategias fueron aplicadas en los más recónditos lugares de la naciente América. Las situaciones, gentes y territorios eran distintas; un continente amplio y diverso en donde los recién llegados desconocían los idiomas y la naturaleza particular de cada contexto ambiental del trópico, a lo que se sumaba la premura del tiempo, pues se requería de procesos rápidos de evangelización y de reorganización de las comunidades. Las diversas etapas de envío de misioneros antes de la firma del Patronato (1574) hacen evidente lo mencionado. Los misioneros de las distintas comunidades se fueron acomodando lentamente a las nuevas realidades poblaciones y geográficas, y como bien lo advierten Pedro Borges Moran (1977) y Rafael Gómez Hoyos (1961) estaban más interesados en vivir en las regiones más densamente pobladas, pues



ellos venían en busca de Destino, eran en buena medida hidalgos o hijos de aquellos, que buscaban conservar privilegios y adquirir honores (Guillén, 2017). Así, Mercedarios, Franciscanos, Agustinos, Carmelitas Descalzos y luego Jesuitas compusieron las diversas comunidades religiosas encargadas de la evangelización.

Junto con la fuerza de los religiosos y las cruces se hizo uso de las armas, tanto arcabuces, perros y caballos acompañaron el filo de las espadas, además se contó con la inesperada ayuda de los virus y bacterias (Tovar, 1997). Lo cierto es que en los primeros momentos de la Conquista y luego, en la instauración de la Colonia se fueron reorganizando los territorios y se implantó un nuevo orden territorial. Los otrora habitantes de los territorios fueron desplazados, perseguidos, asesinados y finalmente, concentrados en lugares donde podían ser evangelizados, y se podrían convertir en siervos tutelados, de tal manera que pagaran con servicios personales e impuestos los “beneficios” del nuevo orden social. De esa manera los cuerpos religiosos, jurídicos y administrativos, junto con las nuevas gentes fueron acomodándose a la realidad del nuevo continente. Así se fue configurando una nueva sociedad (Henríquez Ureña, 1954), una donde las comunidades originarias tenían un lugar ajeno y cada vez más distante de los centros de poder, apenas reconocidos como seres que deberían ser reducidos por la fuerza y el evangelio, y que requerían de la constante tutela.

Los procesos fueron diversos en las distintas áreas del continente, las diferencias tuvieron que ver con las características especiales del medio y de las sociedades que las habitaban. Numerosos trabajos se han dedicado a estudiar las implicaciones y consecuencias de la Conquista y posterior instauración de un régimen peninsular en las nuevas tierras. Tzvetan Todorov (1987) ha llamado la atención en lo que él denomina el problema del *Otro*, esto es, los nuevos, los que no se podían acomodar de manera simple a las formas cristianas de entender lo humano. Sin duda, el momento mismo de la expansión europea responde a la estructura interna de la historia y de la necesidad de recursos y gentes para el naciente mercado de larga distancia, que con América se convertirá en el inicio de la gestación el mercado mundial (Marx, 1972) y que como bien ha denominado Rubén Jaramillo Vélez, provocó la universalización de la historia. Por su parte, Luis Weckmann (1983) ha estudiado con sumo cuidado las herencias medievales en la Conquista y sociedad mejicanas:

“(...) los frutos tardíos que el espíritu medieval español produjo en plena Edad Moderna (en ambos lados del Atlántico) son numerosos e incluyen entre otros la concepción del Imperio universal, la nueva mística de Teresa de Ávila y Juan de la Cruz, la nueva Escolástica, la novela caballeresca, el romancero y el teatro. De parte mía, cabría añadir a esa enumeración el latín, que siguió siendo la lengua de enseñanza universitaria en todo el Imperio español hasta los días de Fernando VI; las gestas; ceremonias de origen godo; la organización gremial; el municipio y el cabildo; el trazado regular de las primeras ciudades americanas, en el cual está presente el recuerdo romano y medieval; la inmensa devoción a la Virgen María que habría sido muy del agrado de San Bernardo de Claraval; las bases medievales de la estructura de la sociedad (encomienda, señorío, repartimiento); la esclavitud; la música; el arte de la navegación cuyos cálculos, todavía en 1583, en los escritos de Diego García de Palacio, se basaban en las tablas medievales; y el sistema jurídico-administrativo-comercial de ultramar.” (Weckmann, 1983).

Como se advierte, un conjunto amplio de elementos medievales hace parte del proceso de configuración de los nuevos ordenes, las nuevas tierras y sociedad. Lo cual no es extraño, pues los conquistadores y luego colonizadores ibéricos no podían deshacerse de lo que los había constituido, por lo mismo buscaban “*... más bien la confirmación de la existencia de lo maravilloso que habían aprendido de sus maestros antiguos y medievales.*” (Weckmann, 1983). Entonces, no es extraño que pretendieran encontrar en las tierras de occidente los elementos que componían los bestiarios y por ello, aparecían acéfalos, sirenas y amazonas, entre otros elementos presentes, los cuales iban incorporando en los relatos de las “hazañas” y conquistas.

De esa manera, lo nuevo que significaba el continente que se iba conquistando apareció bajo el manto de las formas antiguas de interpretar el mundo. Por lo tanto, “*La conquista de América no significó tan sólo la trasmisión, por parte de Europa, de instituciones medievales, sino en algunas ocasiones el renacer de éstas, como fue el caso del señorío y del cabildo que, en franca decadencia de la Península, adquirieron carta de naturalización y nueva vigencia en el continente americano.*” (Weckmann, 1983). Es importante anotar que la medievalidad de la península Ibérica, como bien aclara Guillén Martínez es muy particular. Ya que, “*Al llegar al siglo XV, España está invadida por pequeños hidalgos, sin rentas ni oficio, que odian el trabajo manual, que no están sujetos a tributación, que no son vasallos perpetuos de nadie, que están sometidos a una justicia*

privilegiada y que solamente legan a sus hijos la desesperada vanidad de su estatuto nobiliario ínfimo y el deseo insatisfecho de hallar con qué comer” (Guillén, 2017). Los desposeídos de bienes y rentas tienen un “orgullo” acompañado de privilegios que no les son útiles, pero que están presentes en sus formas de reconocimiento y de comportamiento social, a lo cual ha de sumarse la fe católica, la misma que usaron primero contra los judíos y luego contra las comunidades en América y África. Ese hidalguismo siempre hizo uso de todas las fuerzas para defender a los que estaban por encima en la escala social y atacó a los que se encontraban debajo, lo que sin duda llevó a un “completo” individualismo, donde la solidaridad social no tenía cabida.

“El «hidalguismo» suscita un deseo exasperado de desdeñar y destruir a los competidores en la carrera hacia el privilegio y una indiferencia total por la suerte de aquellos a quienes considera como el piso y sustento necesario para que los privilegios existan. El» hidalguismo «promueve la aparición de una serie gradual e interminable de estamentos sociales, solo unidos entre sí por el odio hacia los de abajo y la envidia pretensiosa hacia los de arriba. Cada estamento necesita deprimir y tratar de oprimir a los estamentos inferiores y solidarizarse con los intereses de los estamentos superiores, para ratificar su propia importancia. La suma de estas actitudes es una aplastante fuerza social que empuja en favor de la injusticia y del privilegio y que ahoga y atomiza toda posibilidad de protesta o de reacción contra ellos.” (Guillén, 2017).

Entonces, la España que conquistó el Nuevo Mundo (Puiggros, 1965) estuvo plenaria de gentes que buscaban destino, en donde el trabajo manual no parece ser el camino buscado, por el contrario, se querían mantener los privilegios. Esas hidalguías se trasladaron al Nuevo Mundo, donde pudieron realizar sus sueños de grandeza, y tuvieron disponibles ingentes masas de pueblos para hacerlos siervos y esclavos. Así, la nueva sociedad, con jerarquías que renacían y con nuevas formas de organización del poder y de los privilegios se fue configurando. En principio se dio una división en dos órdenes, los recién llegados, que en adelante se fueron autonombrando como gentes, y los otros, esto es, las masas de aborígenes que rápidamente se clasificaron el despectivo término de indios. Los primeros se consideraron a sí mismos como quienes deberían detentar el poder y administrar tanto los bienes públicos como la vida privada y productiva de los diversos grupos humanos que componían el caleidoscopio de la nueva sociedad. Los segundos deberían ser tutelados y aceptar de manera definitiva las nuevas reglas de organización

social, sus cotidianidades se vieron seriamente afectadas y en muchos casos simplemente trasformadas de manera definitiva. Más adelante esclavos africanos y mestizos acabaron de completar el panorama social. Las particulares formas de organización social y mental impuestas por los recién llegados implicaron:

“Requerir del indio servicios económicos y personales y sentir el placer psicológico de colocarlo en una situación sumisa y servil: hay una oscura delicia en el colono español que consigue obtener de la Corona leyes o mandamientos judiciales que le permitan directa o sotiladamente construir grupos indefensos de siervos perpetuos sobre los cuales descargar su nostalgia de preeminencias y altanerías. La opresión contra el indio no es tanto el resultado de una calculada explotación económica, sino el anhelo de sentirse miembro de la casta opresora. Las diversas formas, larvadas o clamorosas, de la servidumbre aborigen están teñidas de esa ansiedad psíquica plebeya de superioridad.” (Guillén, 2017).

Por lo mismo, la arquitectura de los nuevos espacios urbanos, la organización de las formas de explotación y transporte, junto con la incorporación de la jurisprudencia peninsular se convirtieron en mecanismos de engranaje en la configuración social (Herrera, 2007). La nueva sociedad estaba muy lejos de los principios del racionalismo económico, y aún más alejada de las formas del moderno Estado que se empezaba a configurar al norte de los Pirineos.

Como ya se ha sugerido, especial importancia tuvo la incorporación de la religión de corte católico. La presencia de evangelizadores, curas, conventos y demás cuerpo religioso se fue estableciendo como parte integrante de la nueva sociedad. Las tensiones que pronto se dieron en el mundo europeo por la Reforma se vieron reflejadas en América por vía de la contrarreforma, y en particular por las políticas emanadas del Concilio de Trento (Lutz, 2001, Trevor-Roper, 2009, Jaramillo, 1998). América se veía ceñida al fuerte control de los religiosos, y en especial, de las comunidades que habían sobrevivido a las primeras etapas de la Conquista. La nueva sociedad ahora se enfrentaba a un nuevo orden, impuesto por la vigilancia constante de los religiosos y administrativos de la corona. Se podría pensar que los grupos originarios del continente fueron pasivos frente a la presencia de los europeos, y que simplemente relegaron o abandonaron las formas más antiguas de entender y significar el mundo, sin embargo, diversos estudios han mostrado que se dieron distintos mecanismos de resistencia y respuesta, los mismos van desde estrategias de simulación y apariencia o de huida a territorios no accesibles a las

fuerzas conquistadoras (Tovar, 1993, Labastida, 1999). Como se advierte, no se trató sólo de una relación formal o de una mera trasmisión, en general las implicaciones de la Conquista en el mundo espiritual, cultural y material fueron amplias y en muchos sentidos, siguen gravitando en la realidad de América (Richard, 2005, Gruzinski, 2010, 2007a, 2007b, 2006, Bernand & Gruzinski, 1992, 2005, Bernand, 1998).

Las tensiones mencionadas entre religiosos (evangelizadores, curas y conventos) y las comunidades nativas del territorio se vieron agravadas por las fuertes disputas entre encomenderos, administradores y sacerdotes, los cuales batallaron de manera casi constante por el dominio de los grupos humanos, que entre otras representaban la fuerza productiva. Controlar las comunidades era fundamental para preservar y ampliar los privilegios. Las comunidades originarias fueron quedando en medio de disputas que, si bien podían o no entender a profundidad, si les afectaban de manera continua. No gratuitamente habían sido objetivados como fuerza de trabajo, y sobre sus hombros y brazos descansaban las posibilidades de ostentar el prestigio y de ufanarse de los privilegios. Mercedes López (2001) ha llamado la atención sobre estas disputas:

“Entender las dimensiones de la cristianización en la vida cotidiana de los indígenas va más allá de indagar detalles acerca de lo que comían o cómo se vestían o qué hacían cada día los cristianos coloniales. Es necesario ir más lejos, examinar la forma como la colonización y la evangelización afectaban la vida de las comunidades inscritas en los conflictos surgidos de los intentos de imposición colonial. Por ejemplo, la presencia de los doctrineros afectaba los tiempos porque imponían a los niños la asistencia a la doctrina, variaba la cotidianidad introduciendo nuevas obligaciones (...).” (López, 2001).

Las comunidades se vieron obligadas a trabajar para varios “patrones”, por un lado, la corona española que exigía por vía de impuestos dividendos; los encomenderos que les demandaban cuotas de producción y servicios personales, y la iglesia, que a su vez les obligaba al mantenimiento del sacerdote o evangelizador y la construcción y mantenimiento del ornamento y edificio religioso. A lo mencionado habría que adicionar la constante imposición de formas de vestir, comportarse y pensar, como también, del control del árbol de las pasiones, para usar el nombre del libro de Emilio Temprano (1994). De esa forma, se fueron tejiendo los lazos de la sociedad, en donde unos pocos eran detentores de los privilegios, mientras los más llegaban a la simple sobrevivencia.

Los primeros ocuparon los centros urbanos y los demás fueron conducidos a la periferia, esto no sólo en la arquitectura física, sino en todo el organigrama social. Los edificios administrativos, religiosos y las casas de los principales estaban en el centro, la plaza al frente y más lejos, en un estricto orden, los demás grupos humanos. De esta manera, el orden arquitectónico respondía a las formas de la organización social. Como se advirtió, los privilegiados se ubicaron espacialmente en el centro, los demás tenían un lugar en los espacios más apartados. Unos se convirtieron en DON (de origen noble) y los demás se vieron obligados a comunicarse con aquellos mediante el apelativo de su merced, que remitía a la sumisión y el estado servir a que se vieron forzados. De esta manera “*(...) toda la estructura social hispanoamericana se fundamenta en el andamiaje de la burocracia y esta, a su vez, se sostiene mediante el tenso esfuerzo de intentar mantener en la práctica una mano de obra rural servil o semiservil.*” (Guillén, 2017).

Al final la exclusión, el desarraigo y el olvido se convirtieron en los elementos reiterativos en la continuidad del tiempo (Rodríguez, 2012). Los eslabones íntimos de la memoria -que habían durado siglos en constituirse con el territorio- fueron condenados al olvido. La memoria conducida a una especie de trastienda que poco o nada tenía que ver con los nuevos modos del comportamiento y de entender la realidad, se fue desgajando hasta llegar al olvido. La sola idea de preservar los lenguajes y formas de vida antiguos no eran posibles en el nuevo mundo social, apenas quedaban como la evidencia de la resistencia o la terquedad de esas comunidades originarias, que en opinión de los nuevos no lograban entender la importancia y beneficios del catolicismo y la administración española).

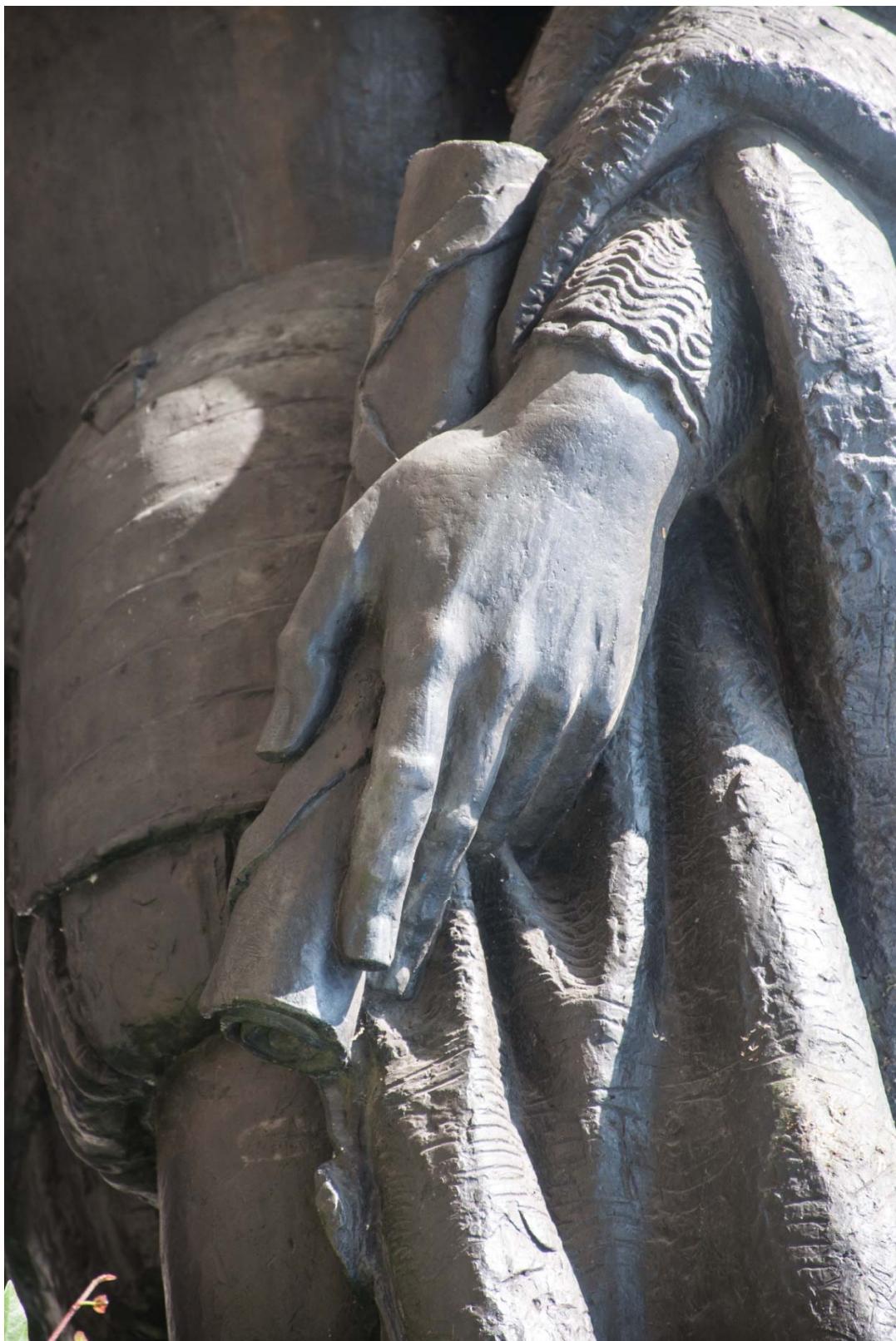


Figura 3 - “Pareciole a un doctrinero que todo aquello debía de ser hechizos y arte mágica. Y porfió que se habían de quemar, y quemáronse aquellos libros, lo cual sintieron no sólo los indios sino españoles curiosos, que deseaban saber secretos de aquella tierra. Lo mismo ha acaecido en otras cosas que penando los nuestros que todo es superstición, han perdido muchas memorias de cosas antiguas y ocultas que pudieran no poco aprovechar. Esto sucede de un celo necio, que sin saber y aun querer saber de las cosas de los indios, a carga cerrada dicen que todas son hechicerías, y que éstos son todos unos borrachos, que qué pueden saber, ni entender”. Fuente: José de Acosta. Historia natural y moral de las indias. Editorial Dastin S.L. 2003.

Segundo momento



Figura 4 - La tensión entre la institucionalidad y la ciudadanía. Fuente: C.A.R.M.

“(...) conducta típica del terrateniente: ocio constante, magnanimitad arbitraria e irracional, presión sostenida para mantener a los vasallos en estado de sumisión moral; espíritu violento y revoltoso en sus relaciones sociales. Estas normas de conducta se convirtieron en un “ethos” social, es decir, que no son solamente causa de envidia y de admiración por el cuerpo social, sino también la suprema vocación humana a la cual se siente llamados todos los pobladores, incluso los indios y los negros, cuando han sido absorbidos por la cultura hispánica.” (Guillén, 2017).

Se podría esperar que la sociedad cambiará con el inicio de la Republica, con la consolidación del nuevo estado-nación. Sin embargo, la situación siguió siendo casi la misma. La iglesia salió prácticamente intacta de las luchas de independencia, de tal forma que conservó su poder y en general la sociedad mantuvo sus mismos ordenes, esto es, un grupo reducido de individuos con un nivel económico elevado frente a una masa general de población en estado de pobreza o miseria. Lo que si cambió fue el orden de las disputas por la posesión de los cargos públicos y por la administración del Estado. Desde muy temprano las elites lucharon de forma continua por el mantenimiento del poder, y por la “administración” de los bienes públicos, que en casi todos los casos los siguieron

utilizando para conservar los privilegios y heredarlos como si fueran bienes nobiliarios. “La base del régimen político que sucedió a la Independencia es la herencia centralizadora de la burocracia borbónica. Se mudan los nombres de los funcionarios y los colores y figuras de las banderas. Se habla de gobiernos »ilustrados «y de» amigos del pueblo.«*Pero tras de los oropeles, el viejo latifundista-burócrata sigue ejerciendo su constante oficio acumulador de dinero para fingidos blasones.*” (Guillén, 2017).

Las familias que se habían auto-denominado como gente, siguieron usando todos los recursos del naciente Estado para mantener el orden establecido. Asuntos de vital importancia y que eran urgentes no se atendieron, la infraestructura de caminos y vías siguió siendo deficiente, lo que ayudaba al aislamiento regional y local. La producción se mantuvo en completa autarquía, y el mercado nacional no se logró consolidar, mucho menos, se hizo un trabajo importante para insertar los productos nacionales en el mercado internacional. No se emprendió lo necesario para ampliar y diversificar la producción, de tal manera que el nuevo Estado simplemente arrastró las lastras heredadas de los períodos anteriores. Las consecuencias fueron bastante notorias, pues la pobreza era el común denominador, incluso en las clases más poderosas. Si se les compara con las de otros países de la América Hispano-Lusitana es notoria la distancia:

El sector privado era casi igualmente podre. En comparación con los niveles de Río de Janeiro, México o Lima, la clase rica de Colombia era, sin duda alguna, una clase indigente. Las rentas de la clase alta de Bogotá en la primera mitad del siglo XIX frecuentemente alcanzaban a solo unos \$5.000 anuales por persona, y las personas en Bogotá con un capital mayor de \$100.000 podrían contarse con los dedos de la mano. Los ingresos de las clases medias y baja eran correlativamente pequeños. Los pocos elementos de que se componía la clase media, militares y oficiales de bajo rango, pequeños negociantes y artesanos, ganaban entre \$150 y \$700 al año. La mayor parte de la mano de obra campesina, así como la gente dedicada al servicio doméstico y los trabajadores no calificados de las ciudades, ganaban entre \$70 y \$75 al año, (Safford 1977).

Más allá de la desigualdad entre Colombia y los otros territorios del contexto latinoamericano, vale la pena hacer espacial énfasis en las diferencias existentes entre los grupos humanos al interior de la nación. Las brechas eran más que notorias, y estas se vieron reflejadas en todos los campos, pues los que trabajaban y producían la riqueza eran cada vez más pobres, mientras que las “élites”, por demás escasas, gozaban de unos

privilegios que provenían de la renta y no del trabajo directo. Los que dedicaban sus días a la producción real y concreta se vieron abocados a la falta de alimentos, donde las proteínas eran escasas y ocasionales, acaso sólo vistas en las festividades y los cumpleaños. Estos vivían en la constante incertidumbre y en la periferia social. Por su parte, la clase media, estaba muy por encima de los más pobres, sin embargo, tampoco se encontraba compuesta por una amplia cantidad de individuos, en todos los casos se trataba de individuos dedicados a actividades de comercio o de vida militar, y por lo mismo, una especie de bisagra en el intercambio o en el control social. De esa manera, el mundo de los privilegios siguió siendo un elemento reiterativo del orden social.

A de advertirse que los más pobres no sólo fueron conducidos a los mencionados estados de inequidad, sino que además durante toda la República ellos han sido la carne de cañón de los incontables conflictos, que todas las veces han agenciado y patrocinado las mismas clases detentoras de poder. Durante mucho tiempo fueron “soldados voluntarios” a los que se les amarraba para llevarlos al combate, y luego fueron obligados al servicio militar (Stübel y Reiss. 1994. Tovar, 2016). De cualquiera de las formas, la sangre derramada en cada uno de los lugares de los diferentes combates fue aportada por la masa ingente de los mismos desarraigados, esto es, aquellos que habían nacido en un mundo que pocas o ninguna oportunidad brindaba. Por su parte, los que componían las élites gastaban el tiempo en la vida religiosa y en una formación por demás escasa. Sus aspiraciones estaban en ocupar los cargos públicos y no en la vida práctica (Safford, 1989. Mayor, 1997. López 1976), buscaban con ilusión visitar los países Allende el mar. Se podría afirmar que sufrían de una xenofilia, similar a la que ha descrito Fernando del Paso para el caso de México (2011).

En el campo de la ciencia y la educación las cosas no eran ni mucho mejores; mantener la población en estado de analfabetismo fue una premisa para garantizar la continuidad del mundo social heredado del período colonial. Diana Obregón (1992) ha dicho con acierto que lo que se hizo fue inventar una tradición científica, que poco o nada tenía que ver con la producción real de la ciencia. No había necesidad social de la ciencia y sus producciones, además había una casi total carencia de un verdadero ethos científico, del escepticismo que caracteriza la producción científica, de la secularización del pensamiento y de una comunidad dedicada al conocimiento (Restrepo, 1990-1991). A mediados del siglo XIX Manuel Ancizar (1956) hace una radiografía de la lamentable situación del país en todos los campos, y advierte que el nivel de analfabetismo era de

más del 90% de la población. Los niveles más notorios de ese atraso se advierten con mayor grado en las zonas periféricas. En este sentido, en el mundo rural no hay escuelas de primeras letras, y donde las hay, sus alcances no son los de esperarse:

“En punto a instrucción pública, nada tiene de lisonjero el estado en que se encuentra el cantón. De los 26.600 habitantes 177 niños y 56 niñas reciben instrucción primaria, y 62 jóvenes concurren al Colegio de Chiquinquirá a viciarse el entendimiento con el estudio del latín, metafísica y algo de leyes. Por tanto, la Instrucción buena o mala es a la base general de la ignorancia como uno y medio es a ciento.”

Más adelante:

“Solo en el distrito de Moniquirá es lisonjero el estado de la instrucción primaria: en los demás no alcanzan a sesenta los educandos; por manera que la ignorancia cuenta con una mayoría de 98 individuos sobre cada 100; y aún hay que añadir muchos de los que han concurrido a las escuelas, por cuanto salen muy mal enseñados, y en breve olvidan la indigesta instrucción que recibieron sin método y sin hacerles conocer cómo habrían de aplicarla a los negocios. Generalmente, por lo que he visto en la provincia, la tal enseñanza se reduce a fatigar la memoria de los niños con preguntas y respuestas que sobre religión, gramática y aritmética aprenden al pie de la letra, y a la lectura y escritura, en cuyo aprendizaje gastan tres o cuatro años. He presenciado los exámenes de varias escuelas, y en todas he notado que a los niños se les pregunta por una especie de catecismo rutinero que denominan programa, fuera del cual no se puede preguntar nada, pues no aciertan a responder; prueba de que la instrucción propiamente dicha, que consiste en el ejercicio del entendimiento, no existe, reduciéndose a un estéril recargo de la memoria con palabras que para el alumno carecen de significación bien entendida. De aquí procede que en saliendo de la escuela olvidan el necio catecismo y con él toda la ciencia postiza que sacaron; y el padre de familia que se ha privado de los servicios de su hijo durante cuatro años, manteniéndolo en aprendizaje, se encuentra con un mocetón que no acierta a sacarle una cuenta en el mercado ni a leerle una carta, visto lo cual forma el propósito de no mandar los otros muchachos a la llamada escuela, origen de gastos inútiles y de hábitos de haraganería. Tal es la situación de la pretendida enseñanza primaria, con raras excepciones: tal la base de esperanzas con que contamos para realizar el sistema de elecciones por medio del sufragio universal directo, único verdadero, siempre que se apoye, no en la renta, sino en la instrucción, siquiera primaria,

de los sufragantes. Y lo peor es que las Escuelas Normales no han dado hasta ahora los frutos que de ellas se aguardaban: la rutina y el empirismo antiguos se perpetúan de unos en otros: la ciencia de enseñar no ha penetrado todavía en nuestro país, y al paso que vamos no penetrará en mucho tiempo.” (Ancizar, 1956).

Si la situación educativa y económica eran poco halagüeñas, no más se podría esperar de los demás sectores de la vida cotidiana de la nación. La mayor parte de la vida se pasaba en la rutina continua, alimentada por el calendario religioso y por los contantes chismes que alimentaban la vida social. Los viajeros extranjeros que durante el siglo XIX recorrieron el territorio de la naciente nación registraron el deplorable estado de los caminos y la poca vida social y cultural que había en las ciudades principales. De igual forma, han mostraron las constantes pugnas entre los partidarios de cada grupo político y la vida superficial de las élites, que se gastaban la mayor parte del tiempo en sostener el mundo de las apariencias y los privilegios. Rafael Gutiérrez Girardot no sólo lo advierte en la producción literaria, sino que lo encuentra en el triunfo definitivo del conservatismo y el catolicismo durante la hegemonía conservadora, (Gutiérrez, 2018, 2000).

El mundo conservador que se asentó de manera definitiva después del fracaso liberal de medio siglo XIX debe de ser tenido en cuenta en lo que acá se ha venido exponiendo, pues permitió la reconstrucción de hábitos y formas de entender la realidad desde el horizonte de la tradición del catolicismo militante y dogmático, que a su vez permeó todas las capas sociales y que posibilitó el mantenimiento de los privilegios. Lo que evidentemente contrastaba con los inicios de la modernización del país. El siglo XIX había significado un conjunto de cambios que no se podían frenar, y que al final del mismo siglo ya eran evidentes y necesarios (Mejía, 2000, Urrego, 1997). El aislamiento de Colombia del mundo no era posible, sin embargo, las élites tradicionales con ayuda de la iglesia estructuraron un fuerte rechazo a los cambios que provocaba esa modernización técnica y social. Miguel Ángel Urrego considera que el proceso de consolidación de la Hegemonía Conservadora implicó la construcción de una cultura nacional, esto es, un discurso agenciado mediante acciones claras y efectivas para generar una identificación nacionalista, algo que por lo demás hace parte del corazón del siglo XIX, que es sin duda alguna el siglo de los nacionalismos, con todas sus implicaciones.

Para el caso de la Colombia conservadora la “(...) construcción de la cultura nacional se desarrolla desde varios ejes (...) hispanización de la cultura, cristianización de la cultura, conformación de un Estado sin nación y maniqueización de la política”



(Urrego, 1997). Esos cuatro elementos se articularon de tal manera que la sociedad clasista que emergía sería una continuación del mundo colonial, y que por lo mismo valoró como fundamento de la nación la herencia hispánica. El dogmatismo propio del catolicismo contra-reformista fue ampliado con las consideraciones de clase que las élites impondrán como generales, y que se emanaran desde Bogotá para todo el país, pues el centralismo político fue igualmente cultural, no se entendió que “Colombia no es exclusivamente Santa Fe, y esta no es el «cerebro de Colombia»” (Gutiérrez, 2018). De tal manera que:

“...de la secular pobreza hidalgas que real o simuladamente padeció la alta clase media bogotana hasta el momento en que sus familiares o amigos, con conciencia de clase, como lo demuestra el caso de José Asunción Silva tras su ruina, la suavizaron en forma considerable desde el poder de la República, haciéndola participe del magno presupuesto nacional. Gracias a este clientelismo de tipo señorial, la República conservadora salvó a los más brillantes hijos de la alta clase media, cuando llegaba el caso, de compartir la pobreza del pueblo, que este soportaba con impuesta resignación cristiana. Para los campesinos y trabajadores especialmente, resignación cristiana significó una paradójicamente descontenta sumisión a la sociedad señorial, que mucho más tarde fue interpretada ontológicamente como innata »melancolía de la raza indígena» (Para la clase alta señorial, campesinos y trabajadores eran todos »indios«).” (Gutiérrez, 2018).

De esta manera, los miembros de las clases dirigentes y tradicionales imponían con la fuerza del pulpito y la cátedra (Gutiérrez, 2018) principios que ellos consideraban universales, pues “(...) la tendencia de toda sociedad clasista a presentar sus propios intereses como los de toda la humanidad.” (Bloch, 2004), se cumplía a cabalidad en la República conservadora de finales del siglo XIX. No de otra manera se podrían conservar los privilegios que la hacienda había heredado de la encomienda (Guillén, 1996, 2017) y que habían sido el pasto de enormes disputas durante todo el período colonial. Para los herederos de los privilegios tratar de alejar el fantasma del mestizaje fue esencial, pues era indigna la mezcla de las sangres (Jaramillo, 1989). Las haciendas se convirtieron en el lugar que expresaban de mejor manera la mentalidad añeja que se había estructurado con el pasar de los siglos, eran el fundamento social de la República donde estaba clara la jerarquía y el lugar de siervos y señores. Esto no contrastaba con la vida urbana que

apenas empezaba a nacer, ya que la ciudad no respondió a los principios de la ciudad moderna e industrial, por el contrario, era una prolongación de la hacienda, lo que implica que “*para las señoras y lo que ellas representaba, la hacienda tiene un doble valor: garantiza el tradicional paternalismo de la clase señorial de hacendados, y justifica su dominio en cuanto identifica la cultura popular de sus siervos con la hacienda y esta con la nacionalidad.*” (Gutiérrez, 2018). El tránsito del siglo XIX al XX implicó un proceso de modernización técnica, de incorporación de algunas industrias y de servicios públicos, pero ello no repercutió en un cambio de la mentalidad y para muchos, tampoco se alteró la vida material. Los más seguían excluidos y los beneficios de las nuevas industrias escasamente les pertenecían.

El nuevo siglo estaba atravesado por el dominio absoluto de la iglesia en el sistema educativo nacional. Se podría acudir a Miguel Antonio Caro para exemplificarlo, aunque mejor será recordar la desastrosa presencia de Rafael María Carrasquilla, quien fuera director de Instrucción Pública y por lo mismo, en buena medida responsable de dirigir la cristianización de la cultura en el ámbito escolar. Él afirmaba que “La república, instituida por los hombres, no es enemiga de la familia y de la Iglesia, fundadas directamente por Dios; al contrario: su misión es protegerlas en el ejercicio de sus legítimos derechos, y suplir a lo que ellas no alcanzan” (Carrasquilla, 1958). El mundo dogmático que se deriva de la mentalidad contrarreformista y militante tendrá consecuencias en todo el ámbito nacional, y es de especial importancia advertir que la “maniqueización de la política” fue una de ellas, pues las violencias partidistas tendrían una continuidad que se expresara en su modo más cruel a mediados del siglo XX. No se trató de una sola violencia, la que estuviera dirigida de manera exclusiva a los cuerpos, sino que se hizo real en múltiples formas.

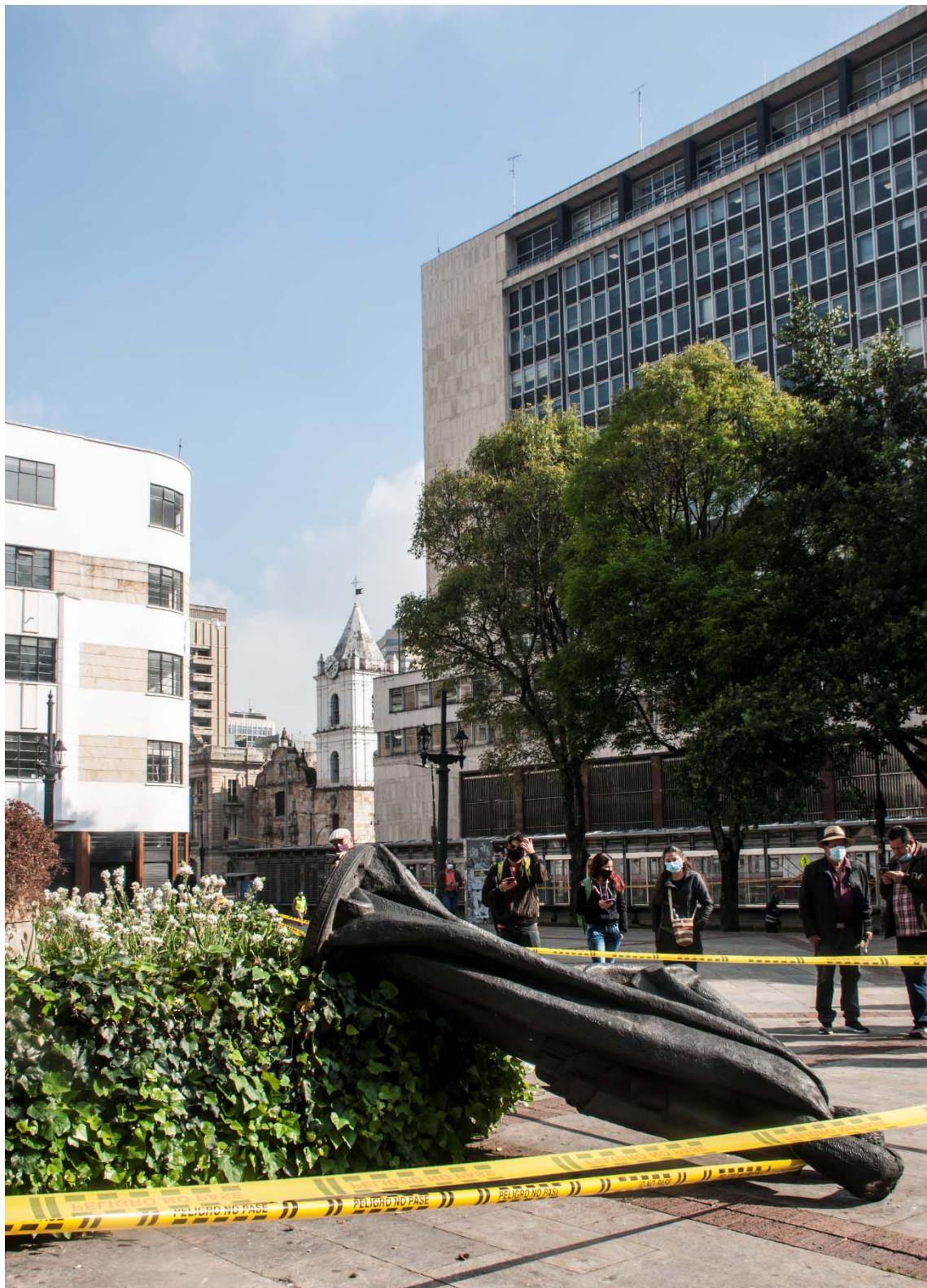


Figura 5 - “En lugares mediterráneos no se fabrique el templo en la plaza sino algo distante de ella, donde esté separado de otro cualquier edificio... y porque de todas partes sea visto y mejor venerado, esté algo levantado de suelo, de forma que se haya de entrar por gradas, y entre la plaza mayor y el templo se edifiquen las Casas Reales, Cabildo o Consejo... en tal distancia que autoricen al templo...”. Fuente: Citado por: Rafael Gómez Hoyos, Pbro. “La iglesia de América en las leyes de indias”. Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, e Instituto de Cultura Hispánica de Bogotá. Madrid 1961.

Tercer momento



Figura 6 - Al final, el interrogante sobre el espacio público y su uso. Fuente: C.A.R.M.

“Con lo cual, es necesario concluir que el Sagrado Corazón no es un símbolo de la religiosidad popular. Por el contrario, es un símbolo del poder que no surge de abajo hacia arriba, no surge de las clases populares, sino que se impone desde las instituciones que están en manos de las clases altas del país. Por otra parte, el carácter católico de la educación en Colombia, oficializado por el Estado, determinó que generaciones sucesivas de colombianos se formaran en el culto al Sagrado Corazón.

El correlato necesario de la masculinización del culto va apuntalándose a lo largo del siglo.” (Henríquez, 1996).

Hasta finales del siglo XIX, los espacios públicos dentro del mundo urbano estuvieron centrados en las plazas de mercado y en las edificaciones de la vida religiosa, pocos o casi ningún teatro se había construido, en términos generales las ciudades eran lugares de habitación, comercio y mundo religioso, las calles eran usadas por los transeúntes y en las festividades se ocupaban por las procesiones, siendo la más importante la del Corpus Cristi. La infraestructura general de las ciudades era poco menos

que deficiente, no había servicios públicos y si bien la población había crecido, el espacio urbano seguía ocupando casi las mismas áreas que al principio del siglo. La industrialización incipiente obligó a cambios importantes, entre ellos, la planificación de las ciudades y la determinación de nuevas formas arquitectónicas. Un ejemplo de ello fue el nacimiento de la industria cervecera, que no sólo implicó la construcción de un espacio dedicado expresamente a la fábrica y las oficinas, sino que permitió el nacimiento del primer barrio obrero de Bogotá, esto es, la Perseverancia. Las tensiones sociales se manifestaron en la llamada lucha contrala chicha (Urrego, 1997, Bejarano, 1950), la cual tuvo componentes racistas, clasistas de higiene y políticos.

La hispanización de la cultura a finales del siglo XIX coincidió con la celebración de los cuatrocientos años del descubrimiento, esto es, la Exposición Histórico-Americanica de Madrid de 1892, la Exposición Colombina de Chicago 1893 y la Exposición Italo-Americanica de 1892 (Bedoya, 2021, Botero, 2006, Langebaek, 2003). De igual manera, ha de tenerse en cuenta que el final del siglo XIX estuvo enmarcado por una de las peores invenciones del decimonónico siglo, la idea de la nación y su derivado el nacionalismo. En el caso de la América hispánica es importante anotar que la idea rectora era valorar las herencias hispánicas, las cuales según la opinión de muchos “académicos e intelectuales”, y de los gobiernos eran evidentes en todos los territorios, pues habían permitido edificar el destino de América, lo que en términos prácticos e ideológicos significó que la religión católica, el castellano y la organización de la sociedad debidamente jerarquizada eran las herencias peninsulares que se tenían que promocionar y defender como principios fundantes y fundamentales de las naciones, “...hacia mediados y finales del siglo XIX, ...las élites volcaron su interés en los héroes independentistas, así como en la recuperación de los conquistadores para la tradición historiográfica local, y así pusieron los orígenes culturales de Hispanoamérica en el período colonial.” (Bedoya, 2021). Lo que implicaba la construcción de una nación que se fundaba sobre una particular periodización histórica, en donde los personajes de culto deberían cumplir un papel fundamental y por lo mismo algunos objetos de valía deberían resaltarse como fundamentales. Lo cual explica el impulso que se dio a los Museos Nacionales, y determina el enfoque de las colecciones y cómo habrían de exponerse.

Si bien lo mencionado es notorio en toda América, en el caso específico de Colombia guarda particularidades que han de ser resaltadas ya que Vicente Restrepo y

Ernesto Restrepo Tirado (padre e hijo) pertenecieron a la Subcomisión de Protohistoria, y por lo mismo tuvieron relación con las tres exposiciones mencionadas, a donde se enviaron objetos de las antiguas comunidades aborígenes, las cuales fueron donadas o vendidas en el mercado internacional, pocas piezas volvieron al país. Juntos terminaron siendo directores del Museo Nacional en distintos momentos y fueron reconocidos como parte central de la historia de la arqueología nacional. Sin embargo, ellos mismos encarnan las ambivalencias de las personalidades colombianas, y sobre todo de las élites. Como bien lo advierte María Elena Bedoya (2021) Vicente Restrepo inicia su vida pública bajo las filas del liberalismo, pero no muy tarde se pasa al partido conservador, que le da mejores dividendos y en donde obtiene los más importantes puestos públicos. No sólo fue secretario del Tesoro durante el gobierno de Rafael Núñez, sino que también fue ministro de Relaciones exteriores y de Hacienda. Años antes, en 1970 había fundado la Sociedad Católica. Entonces el otrora liberal se terminó convirtiendo en un fervoroso conservador. “En su función como ministro de Relaciones Exteriores del gobierno de Rafael Núñez en 1887, firmó el Concordato con la Santa Sede. En el *Informe que el Ministro de Relaciones Exteriores de Colombia dirige al Congreso Constitucional de 1888*, publicado por Vicente Restrepo en calidad de ministro, se reconoce la necesidad de la presencia de la Iglesia y se enfoca en la firma del Concordato, señalando que «el gobierno procurará que la enseñanza científica no sea de propaganda contra las verdades esenciales de la religión que profesan los colombianos» (Restrepo, 1888, 136). En dicho informe Restrepo presenta los beneficios de reconocer los dogmas católicos y la educación moral de los pueblos. Este hecho lo hizo merecedor de la condecoración Gran Cruz de la Orden de San Gregorio Magno, otorgada por el papa León XIII. Este tipo de condecoraciones se entregaba a personas que habían mostrado llevar una vida “intachable”, según la doctrina cristiana, y que, a la vez, promovieran los intereses de la sociedad, de la Iglesia católica y de la Santa Sede.” (Bedoya, 2021).

Es fácil advertir la coincidencia y sobrevivencia de los títulos “nobiliarios” que eran corrientes en la Colonia. Un individuo de la élite, que se había educado en París y visitó las minas de plata de Sajonia, que fue encargado de la producción y exportación de oro en Antioquia, que pertenecía a las familias más adineradas de Medellín recibía los blasones de reconocimiento de una sociedad conservadora. Lo mencionado contrasta con la vida y obra de dos intelectuales del liberalismo radical, que por lo mismo fueron condenados a la trastienda de la historia nacional, esto es, Jorge Isaacs y Miguel Triana

(Rodríguez 2012, Langebaek & Robledo, 2014). Si ello sucedía con dos reconocidos liberales, qué se podría esperar respecto del reconocimiento del resto de la población, esto es, de la mayor parte de aquellos que ni siquiera figurarían en la historia nacional, y que sólo fueron importantes como carne de cañón en las guerras que inauguraron el siglo XX, y que se recuerdan por la cruenta batalla de Palonegro. Como bien lo advierte Hermes Tovar Pinzón (2016) los excluidos y desarraigados fueron conducidos a un conflicto que no entendían, y en el que poco importaban (Tovar, 2016). Bajo la fuerza de las banderas de cada partido político cientos de miles llegaron a los campos de batalla, pocos sobrevivieron y los más quedaron en el anonimato. Las familias siguieron esperando el regreso de sus seres amados mientras los políticos de turno seguían disputándose una nación inventada, que no reconocían y menos aún habían viajado.

Mientras las familias esperaban el regreso de sus seres amados, los políticos emprendieron la reconstrucción de un país que ellos mismos habían destruido. La consagración de la nación al Sagrado Corazón de Jesús en 1902, – que había sido precedida por una serie de consagraciones municipales (Henríquez, 1996) – estuvo acompañada con la fundación de la Academia de Historia y Antigüedades de Colombia y con su órgano de difusión el Boletín de Historia y Antigüedades. La Academia de Historia advirtió la necesidad de hacer museos y aumentar las colecciones del Museo Nacional de Bogotá, además de obtener información acerca de “*(...) los idiomas, tradiciones, usos y costumbres de las tribus indígenas del territorio colombiano, para lo cual se solicitará, previos los permisos del caso, la cooperación de los religiosos misioneros*” (Boletín de Historia y antigüedades 1902. Cit. por Bedoya, 2021). No había un verdadero plan de trabajo o investigación, por el contrario, se contaba con la colaboración de donantes, que poco a poco irían entendiendo la importancia de las colecciones, y por lo mismo, entregarián a la tutela del Estado los objetos de “verdadero valor”. Desde principios del siglo XX se marcó el camino que habrían de seguir esas donaciones, pues no se trataba de colectar todos los objetos, sino sólo aquellos que merecían ser exhibidos; lo que implicó una rigurosa selección, que en últimas repercutió, en esa primera década del siglo en el centenario de la independencia.

Los tiempos sucesivos no serían un aliciente para los grupos menos favorecidos en el reparto económico y social. Los más seguían estando excluidos de los beneficios de las exportaciones y las rentas nacionales, a estos acaso sólo les quedó el uso del

escapulario, que se hizo general. Si bien se fue modernizando el territorio, no sucedió lo mismo con los políticos y la política, por el contrario, la radicalización de las creencias e ideologías se fue haciendo cada vez más notoria. Los triunfos liberales de inicios de la década del 30 del siglo XX no implicaron un cambio de vida para las masas sociales. Reformas necesarias se implementaron, pero el resultado fue poco menos que duradero, la fuerza de la tradición, de la hidalguía y del mundo hacendatario marcaron de nuevo los destinos de la sociedad (Henderson, 2006, Gómez, 2006, Silva, 2006), pronto el territorio estuvo de nuevo en llamas, y como en ocasiones anteriores los campesinos y pobres volvieron a poner la sangre. Como bien lo advierte F. Guillén “Los dominadores ya no aspiraban ha ser marqueses: deseaban ser doctores. Y renació la pugna por el enajenamiento, con verdadera fúria.” (Guillén, 2017).



Figura 7 - “El General Jiménez de Quesada, como llevaba mucho oro, quiso primero ver a Granada, su patria, y holgarse con sus parientes y amigos. Al cabo de algún tiempo fue a la Corte a sus negocios, en tiempo que estaba enlutada por muerte de la Emperatriz. Dijeron en este reino que el Adelantado había entrado con un vestido de grana que se usaba en aquellos tiempos, con mucho franjón de oro.” Y más adelante: “Los soldados que se fueron con los generales, como iban ricos, echaron fama en Castilla y en las demás partes a donde arribaron, diciendo que las casas del Nuevo Reino de Granada estaban colgadas y entapizadas con racimos de oro; con lo cual levantaron el ánimo a muchos para que dejases las suyas, colgadas de paño de corte, por venir a Indias, viéndolos ir cargados de oro...”. Fuente: Rodríguez Freyle, Juan. *El carnero*. Edición del Ministerio de Educación Nacional Colombiano. Bogotá, Editorial Santafé, 1955.

Algunas conclusiones



Figura 8 - Es necesario discutir acerca del espacio público, su sentido y significado en la Colombia contemporánea. Fuente: C.A.R.M.

“La mezquindad, aunque está dorada por la apariencia, constituye el elemento vital de estas hidalguias aparentes” (Gutiérrez, 2018).

Quizá después de lo mencionado no hace falta referirse a los acontecimientos recientes en Colombia, que son los que dieron inicio a este escrito. Sin embargo, son necesarias algunas líneas, pues en Colombia dar algo por supuesto es siempre un error, ya que uno de los modos del comportamiento de los “hidalgos” y “doctores” nacionales sigue siendo suponer que los privilegios son naturales, acaso de origen religioso. De la misma manera juzgan la realidad social; así, cualquier genuino reclamo es considerado como una afrenta al orden establecido, que siempre consideran legítimo, y últimamente constitucional y democrático. Las mismas fórmulas de represión y distracción siguen siendo usadas, esto es, las armas como mecanismo para disuadir y frenar los reclamos; los medios de comunicación para dar una versión unilateral y justificadora de la fuerza ejercida por el Estado; algunos estamentos “intelectuales” que gastan cientos de hojas y kilómetros de tinta (ahora digitales) para demostrar una tradición democrática y liberal. En fin, un complejo mecanismo aceptado que en ultimas busca mantener el orden

establecido y, sobre todo, conservar los privilegios, los mismos que son heredados generacionalmente. No deja de sorprender que los hijos de “hombres” y “doctores” se sientan con el natural derecho de ejercer la política y de ocupar los cargos públicos, y con ello, repartirse el erario. Ninguno de ellos hace suya la necesaria autocritica que es el principio de la racionalidad moderna, esto es, del Estado moderno. El mar de autoelogios los ha hecho ciegos a la realidad social.

Por lo mismo los “hombres” y “doctores” no se han dado cuenta que los reclamos de la sociedad no son una invención sin fundamento, sino resultado de siglos de exclusión, siglos que han significado millones de vidas destruidas, y de esperanzas frustradas. El soñar despierto, que es el principio de toda utopía (Bloch, 2004) se ha silenciado con el ruido de las balas y los gritos de dolor. En Colombia se ha naturalizado la desigualdad, la misma que desde los pulpitos se fue justificando, pues es bien sabido que “...es más fácil que un camello pase por el ojo de una aguja, que un rico entre en el Reino de los Cielos...”. Desde las cátedras, los pulpitos y las plazas públicas se promulgó un discurso que sin variaciones significativas buscó la conservación y valoración de lo establecido. En los espacios públicos se instauraron las formas visibles de ese discurso, y los lugares se bautizaron de tal manera que permitieran reconocer la nación de los dones y doñas, los mismos que asistían a cocteles en los clubs, esto es, el club de armas (Gun Club) y el de los caballos (Jockey Club), luego en Los Lagartos. Al igual que los alias de los mafiosos y delincuentes, los apelativos a los clubs son significativos, responden a la misma lógica, la de la distinción. Protegidos por el muro de documentos y blasones, cuidados por las armas del Estado y tranquilos por la inoperancia de la justicia los “hombres” y “doctores” se adueñaron del pasado, y el presente, buscando con ahínco hacerse poseedores del porvenir.

De esta manera, parques, avenidas, plazas y edificios fueron la expresión de una sola mirada de la historia y realidad nacional. Con el discurso de lo incluyente fueron excluyendo a los más, y cuando estos han intentado recuperar lo poco, se les ha silenciado y estigmatizado. Lo único que había quedado a los excluidos eran las paredes, en donde poco a poco fueron colocando sus angustias y reclamos, las mismas paredes que hoy la “gente de bien” reclama como privadas y que cubren con el monótono gris. Acaso esa misma monotonía refleja el anquilosado “pensar” de los “hombres” y “doctores” que no soporta los vibrantes colores de las banderas aborígenes y de la sociedad, que parece despertar después de una muy oscura noche.



Para terminar, bastaría recordar que todo futurable implica discutir con lo acontecido, esto es inevitable y en la Colombia de hoy ello es Importante y Necesario, ya han pasado las urgencias, ahora es necesario tomarnos en serio.

Bibliografía

- Ancizar, M. (1956). *Peregrinación de Alpha. Por las provincias del norte de la Nueva Granada, en 1850-51*. Editorial: Biblioteca de la Presidencia de la República de Colombia.
- Bejarano Martínez, J. (1950). La derrota de un vicio. *Origen e Historia de la Chicha*. Bogotá: Iqueima.
- Bernand, C. (Compiladora). (1998). *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Bernand, C. & Gruzinski, S. (1992). *De la idolatría. Una arqueología de las ciencias religiosas*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Bernand, C. & Gruzinski, S. (2005). Historia del Nuevo Mundo. *Los mestizajes, 1550-1640*. Editorial Fondo de Cultura Económica, Tomo II.
- Bloch, E. (2004). El principio Esperanza Aditorial Trotta.
- Borges Moran, P. (1977). *El envío de misioneros a América durante la época española*. Bibliotheca Samanticensis. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Botero, C. I. (2006). *El redescubrimiento del pasado prehispánico de Colombia: viajeros, arqueólogos y coleccionistas 1820-1945*. Bogotá: Coedición: ICANH - Universidad de los Andes.
- Carrasquilla, R. M. (1958). *Obras completas*. Publicaciones de la Academia Colombiana, Imprenta nacional.
- Del Paso, F. (2011). *Bajo la sombra de la historia. Ensayos sobre el islam y el judaísmo*. Volumen I. editorial Fondo de Cultura Económica.
- Gómez García, J. G. (2006). Colombia es una cosa impenetrable. In *Raíces de la intolerancia y otros ensayos sobre historia política y vida intelectual*. Editorial Diente de León.
- Gómez Hoyos, R. (1961). *La iglesia de América en las leyes de Indias*. Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo (ed.). Instituto de Cultura Hispánica de Bogotá.

- Gutiérez Girardot, R. (2018). *Ensayos de literatura colombiana I y II*. Ediciones UNAULA.
- Gutiérez Girardot, R. (2000). *Estratificación social, cultura y violencia en Colombia*. In Aleph, número 112. Impreso en editorial Andina.
- Guillén Martínez, F. (1996). *El poder Político en Colombia*. Editorial Planeta.
- Guillén Martínez, F. (2017). *Estructura histórica, social y política de Colombia*. Editorial Ariel.
- Gruzinski, S. (2010). Las cuatro partes del mundo. *Historia de una mundialización*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Gruzinski, S. (2007a). El pensamiento mestizo. *Cultura amerindia y civilización del Renacimiento*. Editorial Paidós.
- Gruzinski, S. (2007b). *La colonización de lo Imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVII*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Gruzinski, S. (2006). La guerra de las imágenes. *De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Henderson, J. (2006). La modernización en Colombia. *Los años de Laureano Gómez 1889-1965*. Editorial Universidad de Antioquia.
- Henríquez, C. (1996). Imperio y ocaso del Sagrado Corazón en Colombia. *Un estudio histórico-simbólico*. Ediciones Altamir.
- Henríquez Ureña, P. (1954). *Las corrientes literarias en la América Hispánica*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Herrera Ángel, M. (2007). Ordenar para controlar. *Ordenamiento espacial y control político en las llanuras del Caribe y en los Andes Centrales Neogranadinos. Siglo XVII*. Editorial La Carreta Histórica.
- Jaramillo Uribe, J. (1989). Ensayos de Historia Social. *La sociedad neogranadina*. Tercer Mundo editores, tomo I.
- Jaramillo Vélez, R. (1998). *Colombia la modernidad postergada*. Editorial Argumentos.
- Labastida, J. (1999). *Humboldt Ciudadano Universal*. Editorial Siglo XXI.
- Langebaek, C. H. (2003). *Arqueología Colombiana Ciencia Pasado y exclusión*. Bogotá: Editorial Colciencias, Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología Francisco José de Caldas.
- López A. (1976). *Problemas colombianos*. Editorial la Carreta.

- López, M. (2001). Tiempos para rezar y tiempos para trabajar. *La cristianización de las comunidades muiscas durante el siglo XVI*. Colección Cuadernos Coloniales. Editorial del Instituto Colombiano de antropología e Historia.
- Lutz, H. (2001). *Reforma y Contrarreforma*. Editorial Alianza Universidad.
- Mayor Mora, A. (1997). *Cabezas duras y dedos inteligentes*. Editorial Instituto Colombiano de Cultura.
- Marx, K. (1972). Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. In *(Grundrisse) 1857-1858*. Editorial Siglo XXI.
- Mejía Pavón, G. (2000). Los años del cambio. *Historia de Bogotá 1820-1910*. Editorial CEJA.
- Obregón, D. (1992). Sociedades Científicas en Colombia. *La invención de una tradición. 1859-1936*. Colección Bibliográfica Banco de la República.
- Puiggros, R. (1965). *La España que conquistó al nuevo mundo*. Ediciones siglo Veinte.
- Ricard, R. (2005). *La conquista espiritual de México*. Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Romero, J. L. (1999). *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Editorial Universidad de Antioquia.
- Restrepo, O. (1990-1991). José Celestino Mutis: El papel del saber en el Nuevo Reino. In *El Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Editorial Universidad Nacional de Colombia, Nº 18-19.
- Rodríguez, F. J. (1955). *El carnero*. Edición del Ministerio de Educación. Nacional Colombiano. Bogotá, Editorial Santafé.
- Rodríguez Martínez, C. A. (2012). Exclusiones, desarraigos y Olvidos: dos pensadores colombianos. *Miguel Triana y Jorge Isaacs pioneros de la investigación del arte rupestre en Colombia*. Editorial Académica Española.
- Safford, F. (1977). *Aspectos del siglo XIX en Colombia*. Ediciones Hombre Nuevo.
- Silva, R. (2006). Sociedades campesinas, transición social y cambio cultural en Colombia. In *La Encuesta folclórica Nacional de 1942: aproximaciones analíticas y empíricas*. Editorial La Carreta.
- Silva, R. (1989). El ideal de lo práctico. *El desafío de formar una élite técnica y empresarial en Colombia*. Empresa editorial Universidad Nacional. El Ancora Editores.

- Stübel, A. & Reiss, W. (1995). *Correspondencia en: Boletín Cultural y Bibliográfico*. Volumen XXXI, Número 35. Biblioteca Luis Ángel Arango.
- Temprano, E. (1994). El árbol de las pasiones. *Deseo, pecado y vidas repetidas*. Editorial Ariel.
- Todorov, T. (1996). La Conquista de América. *El problema del otro*. Editorial Siglo XXI.
- Tovar, H. (1997). La estación del miedo o la desolación dispersa. In *El Caribe colombiano en el siglo XVI*. Editorial Ariel Historia.
- Tovar, H. (1993). Relaciones y Visitas a los Andes, Siglo XVI. In *Colección de Historia de la Biblioteca Nacional*. Editorial: Colcultura e Instituto de Cultura Hispánica.
- Tovar, H. (2016). El silencio inédito de la guerra. *Espera, dolor, incertidumbre*. Editorial Universidad de los Andes.
- Trevor-Roper, H. (2009). La crisis del siglo XVII. *Religión, Reforma y Cambio Social*. Editorial KATZ.
- Urrego, M. Á. (1997). *Sexualidad, matrimonio y familia en Bogotá 1880-1930*. Ariel Historia, Fundación Universidad Central.
- Weckmann, L. (1994). *La herencia medieval de México*. Editorial Fondo de Cultura Económica.

LA PALMERAIE DE MARRAKECH UN PAYSAGE CULTUREL FACE AUX ENJEUX DE L'URBANISME

THE MARRAKECH PALM GROUPING A CULTURAL LANDSCAPE FACING THE CHALLENGES OF URBAN PLANNING

Recebido a 22 de Junho de 2021
Revisto a 09 de Julho de 2021
Aceite a 16 de Julho de 2021

Hicham Saddou

Université Cadi Ayyad
hicham.saddou@uca.ac.ma



Résumé

Les maux et les périls auxquels est exposée la Palmeraie de Marrakech ne se limitent pas aux répercussions et aux retombées d'une activité touristique mal intégrée. Une autre difficulté d'une ampleur plus importante vient aggraver la situation de ce paysage naturel et culturel ancestral. Il s'agit bien entendu de l'urbanisme et de la prolifération des habitats insalubres.

La première partie de cet article sera consacrée à l'examen des manifestations de cet urbanisme, ses impacts sur les mutations du paysage culturel de la Palmeraie ainsi qu'aux manœuvres entreprises par les pouvoirs publics pour remédier à ses conséquences périlleuses. Dans la seconde partie, nous exposerons les résultats d'une enquête menée auprès des acteurs individuels, institutionnels et associatifs impliqués dans la valorisation de la palmeraie. Quant au dernier chapitre, nous le réservons à l'exposition et l'examen des différents plans et stratégies de sauvegarde et de valorisation mise en place par les acteurs étatiques et associatifs.

Mots clé: Palmeraie de Marrakech, Urbanisme, Patrimoine culturel

Resumo

Os males e perigos a que o Palmeiral de Marraquexe está exposto não se limitam às repercuções e consequências da atividade turística mal integrada. Outra dificuldade de maior magnitude piora a situação dessa ancestral paisagem natural e cultural. É claro que se trata de planeamento urbano e da proliferação de moradias pouco higiênicas. A primeira parte deste artigo será dedicada a um exame das manifestações desse planeamento urbano, seus impactos nas mudanças na paisagem cultural de Palmeiral, bem como os empreendimentos levados a cabo pelo poder público para remediar consequências mais perigosas. Na segunda parte, apresentaremos os resultados de uma pesquisa realizada junto aos atores individuais, institucionais e associativos envolvidos na valoração do palmito. Quanto ao último capítulo, reservamo-lo para a exposição e análise dos vários planos e estratégias de salvaguarda e valorização dos atores e de associações estatais.

Palavras-Chave: Palmeiral de Marraquexe, Urbanismo, Património Cultural



Abstract

The evils and dangers to which the Palm Grove of Marrakech is exposed are not limited to the repercussions and fallout from poorly integrated tourist activity. Another difficulty of a greater magnitude worsens the situation of this ancestral natural and cultural landscape. It is about town planning and the proliferation of unsanitary dwellings.

The first part of this article will be devoted to an examination of the manifestations of this urbanism, its impacts on the changes in the cultural landscape of the Palm Grove as well as the maneuvers undertaken by the public authorities to remedy its perilous consequences. In the second part, we will present the results of a survey carried out among individual, institutional and associative actors involved in the valuation of the palm grove. As for the last chapter, we reserve it for the exhibition and examination of the various plans and strategies for safeguarding and enhancing the value put in place by state actors and associations.

Keywords: Palm grove of Marrakech, Urban planning, Cultural heritage

1. Introduction

L'aménagement territorial et l'urbanisation représentent aujourd'hui une préoccupation majeure pour les pouvoirs publics au Maroc, vu leurs impacts sur plusieurs niveaux: social-économique, culturel, sécuritaire, sanitaire, gestion urbaine, environnement...

La politique de l'aménagement et de l'urbanisation résulte de la conjugaison de plusieurs facteurs dont notamment: la démographie galopante, la situation socio-économique, l'exode rural, le contexte juridique et urbanistique ainsi que les plans d'actions et la stratégie d'intervention menée par l'État dans ce secteur.

En dépit de l'importance des moyens d'intervention mobilisés pour bien mener cette politique, le problème de l'urbanisation n'a cessé de s'amplifier au fil des années à cause essentiellement de l'absence d'une analyse globale et rationnelle ainsi que d'une stratégie audacieuse au niveau locale, régionale et nationale.

En effet; le problème toujours persiste et donne naissance à l'apparition de plusieurs ensembles et noyaux d'habitats appelés «habitats non réglementaires», «habitats anarchiques» ou «habitat insalubres» ne répondant aucunement aux plus élémentaires des critères réglementaires et architecturaux du fait que les constructions ont eu lieu dans la clandestinité, la rapidité et avec beaucoup d'économie dans l'acte de bâtir.

Un tel constat explique l'origine de la multiplication des douars périurbains qualifiés aussi d'habitat insalubre qui constituent des structures urbaines désordonnées, hétérogènes et sans harmonie causant la défiguration de l'image de l'espace urbain de plusieurs grandes villes qui souffrent actuellement des méfaits de ce fléau telles que: Tanger, Rabat, Casablanca, Salé et Marrakech.

La ville de Marrakech à l'instar des autres villes qui ont vécu, ces dernières décennies, un élargissement considérable de leurs espaces urbains souffre énormément de ce genre d'habitat. Presque 21 % de la population urbaine globale actuelle estimée à 916.000 habitants occupe des habitats qualifiés d'insalubres¹, soit en forme de douars implantés à l'intérieur de la zone urbaine et dans sa périphérie, ou encore en forme de noyaux dans le tissu urbain ancien de la Médina «intra-muros» (El Faïz, 2002).

L'absence quasi totale de données et de statistiques fiables et actualisées permettant de pratiquer un diagnostic global collant à la réalité qui prévaut sur le terrain, constitue à elle seule, un obstacle majeur, difficile à franchir afin d'élaborer une étude susceptible d'appréhender le phénomène et de proposer des solutions adéquates.

Toutefois, dans cet article, la plupart des aspects de ce fléau seront largement authentifiés, ce qui nous conduit à présenter cet article en trois sections.

La première partie sera consacrée à la présentation des grandes lignes de la planification urbaine ainsi que des défis de la croissance des villes du Maroc. Nous nous limiterons dans notre recherche à la présentation de l'une des manifestations de la prolifération de cette expansion urbaine: l'habitat insalubre dans la zone périurbaine de Marrakech et plus particulièrement dans notre terrain d'étude: la Palmeraie de Marrakech.

Nous présentons ensuite les multiples aspects et types d'habitats insalubres dont souffre la ville de Marrakech.

Dans la troisième partie, nous présenterons les actions des interventions menées par l'État ainsi que leur nature. Nous nous interrogeons ensuite comment sont-elles réalisées sur le

¹ HCP; Haut-Commissariat au Plan.

terrain à travers l'exemple de deux cas concrets avant de clôturer avec l'examen des limites de ses actions

2. Planification urbaine et défis de la croissance des villes au Maroc

2.1. Planification urbaine au Maroc

Le Maroc s'est très tôt doté d'un arsenal de textes juridiques afin d'organiser l'urbanisation de ses villes et d'encadrer leur extension urbaine (Benjamaa, 2018). Déjà, à l'époque du protectorat, une première loi en matière d'urbanisme était adoptée; il s'agit du Dahir du 16 avril 1914, ce qui a placé le Maroc parmi les premiers pays dotés d'un instrument législatif dans ce domaine (Sitori & Hanzaz, 2016).

Plus tard, d'autres textes ont été adoptés visant l'amélioration du paysage urbain et l'orientation de l'urbanisme marocain. Une place particulière a été accordée aux instruments de la planification urbaine, qui s'est avérée une politique efficace de définition et de transformation des modes d'utilisation des sols et une arme incontournable pour apprivoiser les terrains, les structurer et en dessiner les formes susceptibles de répondre aux objectifs tracés notamment en matière du logement, équipement et infrastructure. Cependant, « *la pratique de la planification urbaine telle qu'elle découle des textes en vigueur par le biais des documents d'urbanisme érigés en tant que instruments de définition de l'utilisation des sols souffre encore de beaucoup d'insuffisances juridiques et pratiques qu'il conviendrait de traiter par l'adoption des procédés réglementaires adéquats* »².

Parmi ces insuffisances, on peut citer l'impact de cette politique urbaine sur l'environnement qui subit les pressions importantes du développement urbain. Il se caractérise par la prise en compte insuffisante des aspects environnementaux et sa préférence pour les aspects socio-économiques et d'infrastructures du fait du lourd déficit qu'elles connaissent, a abouti à la consommation des espaces au détriment du patrimoine sous toutes ses formes et avec toutes ses catégories et une congestion au niveau des grandes villes³.

² Chtouki H. *La planification urbaine au Maroc: État des lieux et perspectives*. FIG Working Week 2011 Bridging the Gap Between Cultures. Marrakech, Morocco, 18-22 May 2011, p. 14, p 2.

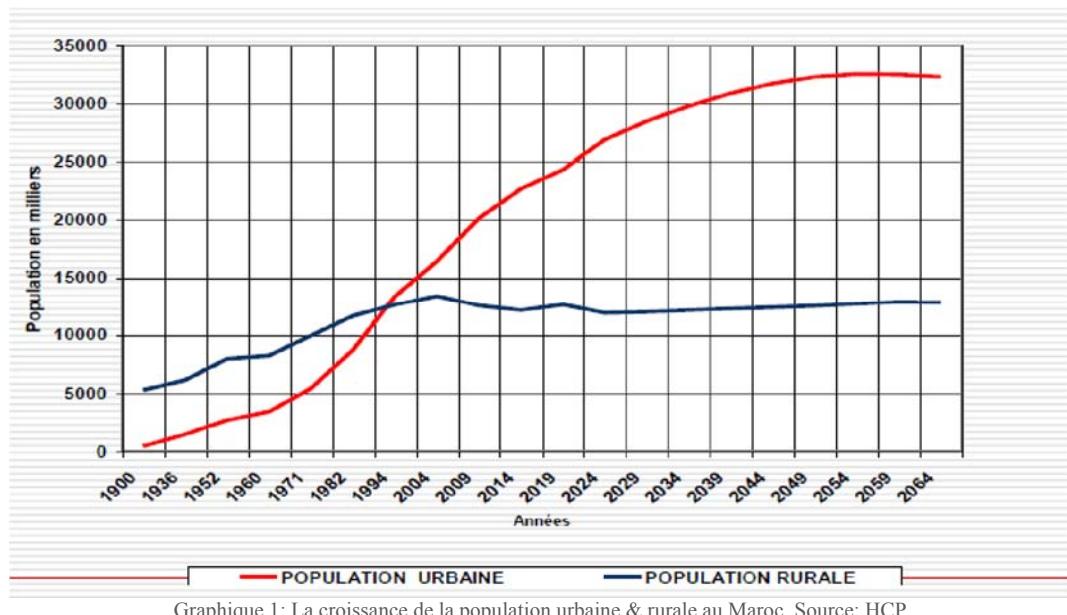
³ Idem, p. 9.

2.1.1. La croissance urbaine

Sur le plan mondial, en 2010, plus de 51 % de la population (6, 91 milliards) vit en milieu urbain (3, 55 milliards). Selon, le rapport du Fonds des Nations Unies pour la population (UNFPA) sur l'état de la population mondiale en 2007, l'urbanisation effrénée que connaissent les grandes villes ces dernières années est inévitable, mais elle peut être aussi positive. En plus, aucun pays, à l'ère industrielle, n'a connu de croissance économique significative sans urbanisation. Le défi à relever selon le rapport est celui de tirer parti des potentialités dont l'urbanisation est porteuse. Le Maroc n'échappe pas à cette règle.

Les villes et les centres urbains constituent l'espace de vie de près de 59 % des marocains (HCP). La population totale au Maroc a presque triplé entre 1960 et 2013, en passant de 11,6 à 32,8 millions d'habitants.

Par contre la population urbaine a plus que quintuplé en passant de 3,4 à 19,3 millions d'habitants, durant la même période (HCP). En 2013, la population urbaine est égale à la population globale de l'année 1980. En 2025, la population urbaine sera de plus de 69 % (cadre du partenariat stratégique Banque Mondiale).



2.1.2. Les changements et les dynamiques ayant accompagné la croissance urbaine

Selon le Haut-Commissariat au Plan, la ville est devenue aujourd'hui un enjeu central pour le développement économique et social du pays. Elle est le moteur de la croissance économique 75% trois quart des opportunités d'emploi; c'est aussi un lieu de

cristallisation des attentes sociales. Les villes appelées durant les 15 prochaines années à créer plus de 250.000 emplois/an. C'est aussi un, lieu d'espoir et d'intégration des ruraux: plus d'un million ont rejoint les villes au cours de la période 1994-2004.

Le Maroc est doté d'un réseau urbain important et relativement équilibré. En effet, le nombre de villes a connu ces dernières années un accroissement de 50 % entre 1982 et 2004 (HCP). Toujours selon les chiffres du Haut-Commissariat au Plan, en 2004, près de 2/3 de la population urbaine sont concentrés dans 26 villes de plus de 100.000 habitants.

2.2. Déficit en matière de logements

Les changements cités ci-dessus ont eu des percussions sur plusieurs secteurs, notamment celui de l'habitat. En effet, le déficit cumulé en logements est estimé à 800.000 unités. En plus, 30 % de la production annuelle du «logement» est le fait du secteur non réglementaire, les bidonvilles et les différentes formes de l'habitat précaire. Sans oublier les surcoûts économiques liés aux régularisations a posteriori.

Concernant le déficit en matière d'équipement et de service de base, l'État a lancé le programme de mise à niveau urbaine. Un cadre de rattrapage du déficit en infrastructures et services publics. La concrétisation de ce programme s'est faite au travers le lancement en 2004 de 230 villes et centres, pour 70 Milliards DH. Il y a eu également la mise en place du programme national de l'assainissement liquide (2006-2015) de 20,7 Milliards DH, pour réaliser 2300 Km de réseaux et assurer le raccordement d'environ 5 millions d'habitants (hors les villes de Rabat, Casablanca, Tanger et Tétouan gérées par des concessionnaires privés)⁴.

Quant aux déficits en foncier destiné à l'urbanisation, les documents d'urbanisme ont autorisé l'ouverture à l'urbanisation près de 95.285 Ha de terrains urbains, dont le ¼ à Casablanca. Cependant, les terrains mobilisés ne dépassent guère 1200 ha/an, et restent ainsi en deçà des besoins évalués. En effet, le besoin en foncier urbain annuel est estimé à 3.000 Ha, pour répondre aux besoins en matière de logements, équipements et zones d'activités économiques selon le Centre d'Études et de Recherches Démographique CERED, soit un coût de 1,8 Milliards DH.

⁴ Ministère de l'habitat et de la politique de la ville.

2.3. Multiplicité et diversité des formes de l'habitat insalubre dans la Palmeraie de Marrakech

Les douars périphériques représentent l'une des grandes formes d'habitat insalubre dans la palmeraie de Marrakech. Ils se caractérisent par l'anarchie et le désordre qui marquent leur construction (Sebti, 1985). Ils ne respectent ni les règles ni les lois en vigueur dans le secteur de construction et encore moins les normes d'hygiène et de sécurité. Ils se développent en fonction des lois « *du marché* » et peuvent même constituer une matière de spéculation et de course électorale.

2.3.1. Le cadre institutionnel et réglementaire

Pour ce qui est du Schéma Directeur d'Aménagement Urbain de Marrakech S.D.A.U., il est à signaler qu'il nécessite aujourd'hui une réactualisation selon les recommandations du Schéma de Développement et d'Aménagement Régional de la région économique du Tensift (S.D.A.R établi en 1992).

On constate aussi que le territoire des arrondissements constituants de l'espace urbain de la ville de Marrakech n'est pas entièrement couvert par des plans d'aménagement, soit parce qu'ils sont en cours d'approbation comme les arrondissements de Ménara et de Guéliz; Soit parce qu'ils sont en cours d'étude par l'agence urbaine ou par un bureau d'étude comme les plans des arrondissements de la Médina et de Sidi Youssef Ben Ali.

Quant à la Municipalité de Mechouar El Kasbah (extra-muros) et de l'arrondissement Annakhil, leurs plans d'aménagement ont été homologués le 23 août 2000.

En plus des documents d'urbanisme qui représentent la référence réglementaire de chaque acte de bâtir, d'autres plans et études sont en cours d'élaboration. A titre d'exemple le plan de la sauvegarde de la médina qui est déjà finalisé; l'étude sur le transport urbain et la circulation (conseil de la ville, arrondissements, agence urbaine, la direction des travaux publics, le Ministère des transports) et l'étude sur les entrées de la ville de Marrakech (arrondissement Sidi Youssef Ben Ali, et Ménara, les collectivités locales, la direction des travaux publics et l'agence urbaine).

Ces documents et ces études ont pour objectif la maîtrise du développement de l'espace urbain et des tissus de l'habitat insalubre à l'intérieur et aux alentours de la ville.

2.3.2. Formes et aspects de l'habitat insalubre dans la Palmeraie de Marrakech

La Palmeraie de Marrakech est soumise à trois grandes formes d'occupation urbaine du sol: les douars périphériques, l'occupation touristique et l'expansion du périmètre urbain (Saddou, 2019).

2.3.2.1. Expansion du périmètre urbain

Durant la première moitié du XXe siècle, l'urbanisation au Maroc a été faible. Le déclenchement de la deuxième guerre mondiale et ses conséquences sur le Maroc ont eu des incidences importantes, surtout sur les espaces ruraux déjà fragilisés⁵.

Cette situation a eu pour conséquence immédiate l'accentuation de l'exode rural. Faible jusqu'au milieu des années quarante, ce phénomène a pris de l'ampleur depuis. Il a contribué, certes, à l'allégement de la charge démographique en milieu rural, mais a provoqué en même temps une augmentation sans précédent de la population urbaine. Les données de la première opération du recensement au Maroc (1960) permettent de mettre en évidence ces transformations.

Le taux d'urbanisation, qui a augmenté de 20 % à l'échelle nationale durant la période intercensitaire 1982-1994, présente de notables variations selon les régions. Ce taux atteint 29,7 % à la région de Marrakech-Tensift-Al Haouz⁶.

La diffusion industrielle, le rôle des routes, parfois simplement la dynamique démographique, l'émergence des caractéristiques urbaines des douars ruraux par le biais de leur promotion administrative, l'impulsion plus décisive de l'activité de quelques souks hebdomadaires, l'effort consenti par l'État afin de diffuser les équipements publics sont autant de facteurs qui ont stimulé l'expansion, l'émergence ou le dynamisme de nombreux centres urbains. En effet, «en resserrant son dispositif de contrôle et d'encadrement des populations, l'État a créé de nouveaux liens territoriaux, de flux (hommes, produits, capitaux), et permis une nouvelle structuration des flux intérieurs»⁷.

⁵ La mainmise sur les terres agricoles, considérées parmi les plus fertiles du Maroc, l'accroissement rapide de la population rurale et l'émergence de la micro-propriété sont autant d'éléments qui ont profondément bouleversé le monde rural et déstabilisé son système ancien (HCP).

⁶ HCP. *Dynamique urbaine au Maroc et bassins migratoires des principales villes*, p. 76.

⁷ R. Escallier: La population marocaine héritage et changement Maghreb Machrek, 1987, n°118, pp. 20-45 in *Dynamique urbaine au Maroc et bassins migratoires des principales villes*, p. 80.

Contrairement aux autres grandes agglomérations du Maroc, la ville à Marrakech présente une situation exceptionnelle. «*Seule grande ville de la région capable de polariser son espace limitrophe, grâce à son poids historique et économique et aux conditions physiques, elle n'a laissé se développer aucune grande ville à sa proximité*»⁸.

La révision du découpage administratif aussi bien à l'intérieur des communes rurales qu'au niveau des communes urbaines au début des années quatre-vingt-dix par les autorités a eu des percussions sur le statut de la population de ces communes. Cette révision a conduit également à attribuer le statut urbain à plusieurs localités rurales et à l'élargissement du périmètre urbain de plusieurs entités urbaines.

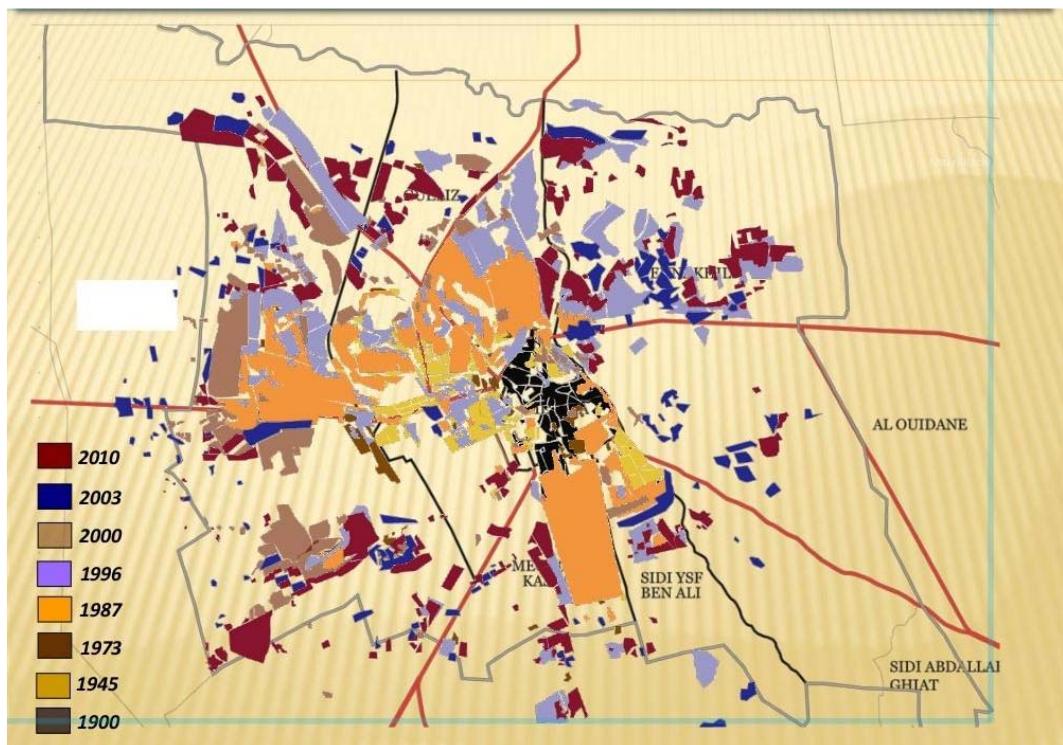
La contribution de ces modifications s'avérait relativement importante dans la croissance de la population urbaine. Le mouvement naturel demeure toutefois la composante qui occupe la première place dans la croissance démographique des villes au Maroc. Constituée de plus de 2 millions, cette composante a contribué par près de 44 % dans la croissance, soit une différence annuelle moyenne entre les naissances et les décès de l'ordre de 170.000 individus (HCP).

Quant au mouvement migratoire dont la contribution s'élève à près de 40 %, le nombre de ruraux ayant quitté la campagne à destination de la ville est estimé à 1,9 million, y compris vers les nouvelles entités urbaines, soit un afflux annuel net de l'ordre de 156.000 ruraux. Pour la période 1971-1982, le CERED (1988) a estimé le nombre de ces migrants à un peu plus de 133.000 ruraux, soit une augmentation de 17 %⁹.

Cette tendance ne fera que s'accentuer depuis le début des années 2000. C'est *le boom immobilier* à Marrakech. L'immobilier est considéré comme l'un des moteurs de l'économie du pays. Cette croissance est allée au-delà de ce que les observateurs les plus avertis pouvaient imaginer. La promotion immobilière y bat son plein, attirant des acteurs aussi bien de tout le pays que de l'étranger.

⁸ HCP. *Dynamique urbaine au Maroc et bassins migratoires des principales villes*, p. 85.

⁹ HCP., Idem, p. 92.



Carte 1. L'évolution urbaine de la ville de Marrakech. Source site officiel de la commune urbaine de Marrakech <http://www.ville-marrakech.ma/>

2.3.2.2. *Douars périphériques*

Les douars périphériques sont une forme d'habitat insalubre qui s'est largement développée autour de l'agglomération urbaine de Marrakech, constituant aujourd'hui une ceinture d'environ 156 douars dont la plupart souffrent du sous-équipement, de la pauvreté et de la marginalisation.

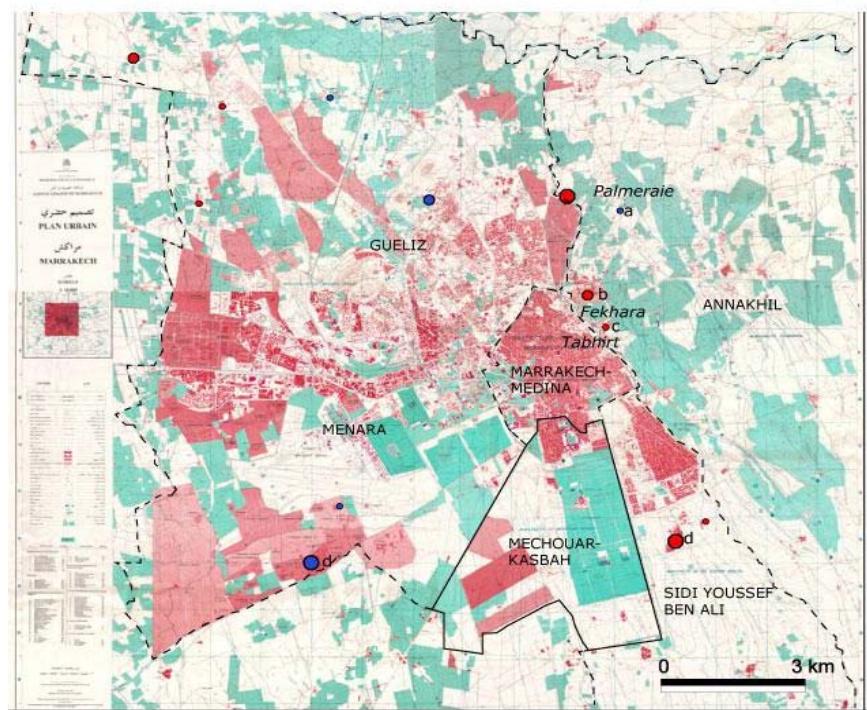
Près de 26000 ménages habitent ces douars, soit environ 21 % de l'ensemble de la population urbaine (L'Économiste, 2010). La population active de ces douars qui forment des mini-centres urbains autour de la ville de Marrakech, est en majorité, d'origine rurale et s'adonne aux activités liées au secteur informel (Marchand ambulant, ouvriers en bâtiment, courtiers etc.).

Ces lotissements non réglementaires et anarchiques ont fortement nui à la structure urbaine de la ville. En effet, on assiste à une défiguration flagrante de l'espace urbain et à une absence totale du respect du cachet architectural local, ce qui a conduit, par conséquent, à l'hétérogénéité des composantes des tissus urbains d'une part, et à la dégradation progressive de l'environnement aux alentours de ces unités d'habitation d'autre part.

Les premiers embryons de douars périphériques sont apparus à partir des années 1926. C'étaient le douar El Koudiat, intégré au territoire municipal en 1937, puis douar Sidi Youssef Ben Ali, qui se développa à une allure très rapide jusqu'à ce qu'une violente crue de l'oued Issil le dévasta en 1948, pour renaître par la suite sur des terrains domaniaux et privés. En 1935 naît le douar Sidi M'barek à l'ouest du périmètre municipal. Ensuite, les douars El Askar et Laârab font leur apparition à l'ouest de la ville également.

Si l'extension des premiers douars qui sont intégrés dans le périmètre urbain a été limitée grâce au contrôle urbain, d'autres douars par contre continuent à se développer à l'extérieur du périmètre urbain tel qu'Aïn Itti à l'Est.

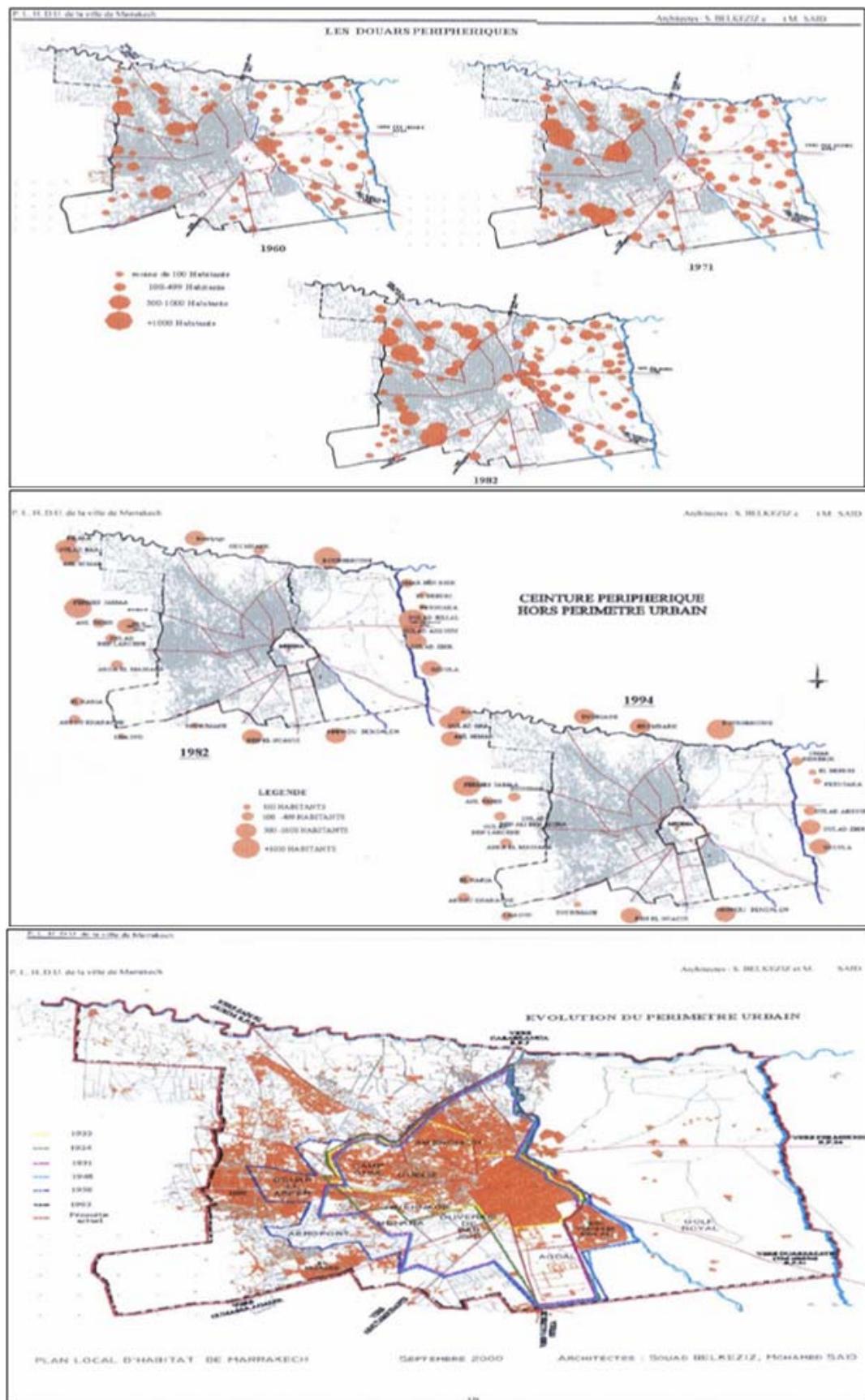
L'évolution très importante constatée entre le recensement officiel organisé en avril 1992 par le Ministère de l'habitat et le recensement du 8 mai 1998 organisé par le Ministère de l'intérieur, s'explique par le nouveau découpage administratif de juin 1992, qui a inclus un nombre important de douars périphériques dans le nouveau périmètre urbain (voir tableau ci-après).



Carte 2. Plan urbain de Marrakech 1996. Source: Agence urbaine.

Tableau 1. Répartition des Douars et de ménages par arrondissement. Source: PLHDU, plan local de l'habitat et de développement urbain.

	1992		1998	
	Nbre de douars	Nbre de ménages	Nbre de douars	Nbre de ménages
Arrondissements Ménara et guéliz	40	11304	105	17372
Municipalité Méchouar Kasbah	4	133	4	133
Arrondissement Annakhil	12	5123	42	6744
Assondissement S.Y.B.A.	3	1363	3	1343
Arrondissement Médina	2	431	2	431
Total	61	18354	156	26023



Carte 3. Evolution du périmètre urbain et Douars périphériques de Marrakech. Source: Plan local d'habitat et de développement urbain.

La comparaison entre les données de 1992 et celles de 1998 révèle une augmentation de 7669 nouveaux ménages dans les douars à l'intérieur du périmètre urbain. Quant au nombre de douars, celui-ci est passé de 61 à 156 soit une augmentation de 155,7 %.

Il est à remarquer que les douars périphériques situés dans la ceinture périurbaine commencent à vivre un développement intense compte tenu de la maîtrise de plus en plus importante du territoire inclus dans le périmètre urbain d'une part, et de la rareté des terrains urbanisables d'autre part.

2.4. Liste des douars non recasés ou non restructurés de l'arrondissement

Tableau 2. Liste des douars non programmés des arrondissements Annakhil, de la Ménara et de Guéliz. Source: Stratégie de développement urbain de la ville de Marrakech).

Arrond Annakhil	Arrond Annakhil	Arrond Annakhil	Arrond Annakhil
Arset Al Khadir	Tallaght	Labbate	Louisate
El Khili	Hanout El Bakal	Boulaadame	Ain Slim
Guennoun	Abiad	Makina	Jamoua
Tamesna	Rguigue	Chiadmi	My Azzouz
El Boun	Draa Dheb	Amsenji	Haj Larbi
Tounsi	Azib Al Qayd	Sfiani	Hammou Ben Salen
Ben Daoud	My Lahcen	Miloua	Berrada
Slitine	Graoua	Ben Aakil	Arset Jdida
Boumenkar	Ouled El Guern	Trab Al Maaden	Ben Aamar
Berkaoua	Benhassoun		
Arrondissements Ménara + Guéliz			
Boubker I	Ali Bouakkar	Dar El Hamra	El filalia (recasé)
Boubker II	EL Hara	Dar Ennaam	Ek Haddaji
Tadili Rahal	Oled El Guern	Rabat Echabab	El Hamri
Arset Blal	Jdid	Av My Rchid	Kharbouch

Salhane	Azib Roumia	Bel Mejjad	Lakhlifa Brik
Berrada	Draouia	Ferme Akioud	Chlalguia
Haha	Laouina El Bida	Pl. Hammam	Oulad Chaïb
Maasra	Bougharbal	Belkhir	Snaia
Krissi	Si Hadane	Ouarrad	Zemrani
Armande	Biout Mezouada	Boumahracha	Fermes
Frouguia	Penitencier	Soudani	Hfiane
Charij Labgar	Rha Shrana Sghir	Ain Bekkal	Harate Charaf
Timija	Sbaiss T. Sport	El Batma	Group C
Brahim ou B.	Qallegron	Zitoun Kdim	Al Kariane
Sbaiss Gam	El Goum	Q. Génie	Hurian Nord
Zitoun Tourin	Q. Bugeaud	Jurain Sud	El Mers I et II
Zitoun Kdim II	El Hallouf	Q. Bayard	El Ferrane
Sbaiss Gravier	Rbib Chkili	Sbaiss A.I.F.	Chouf EL Marja

2.5. Les caractéristiques communes de l'habitat insalubre de la Palmeraie:

Si les douars dans la Palmeraie de Marrakech se présentent sous de multiples aspects et diverses formes, ils restent caractérisés dans leur ensemble par cinq grandes caractéristiques: des structures pauvres et fragiles, une infrastructure de base faible, des Services sociaux très insuffisants, une dégradation de l'environnement et des structures foncières complexes.

Les constructions de ces douars sont fragiles, même si elles utilisent parfois des matériaux tels que le ciment et le fer. Elles ne dépassent généralement pas le rez-de-chaussée à cause de la nature fragile des matériaux locaux utilisés (tronc de palmier, terre rouge, Talouht...), et de la manière d'entreprendre au cours de l'opération de construction. Les toits sont exécutés avec du bois de mauvaise qualité ou des troncs de palmier.

Ces constructions peuvent être classées en deux catégories distinctes:

Constructions anarchiques spontanées que représentent les quartiers où les douars ayant fait l'objet d'une restructuration faite anarchiquement par les habitants sans critères



techniques, ni plan préalable, ce qui a donné naissance à des passages très serrés, des rues très étroites et l'absence totale d'espaces pour les piétons ou pour la circulation fluide des moyens de transport publics ou privés.

Ces facteurs pèsent lourdement sur les conditions de vie des habitants de ces quartiers à cause des problèmes de ramassage des déchets solides, du manque d'eau potable et l'inexistence d'égouts pour les eaux usées.

Constructions anarchiques avec plan. Il s'agit des quartiers dont le propriétaire du terrain dispose d'un plan de lotissement, mais non approuvé par les autorités compétentes. Le propriétaire vend des lots de son lotissement illégal conformément à son propre plan, lequel a été établi sans le respect des normes et des règles régissant les créations de lotissements.

Ce type de quartiers présente moins de difficultés au niveau de la restructuration (exemple Douar Guennoun situé au nord de la Palmeraie, près du Club Méd).

Les douars abritant des noyaux d'habitat insalubre souffrent de l'absence totale ou partielle de l'infrastructure indispensable à une vie acceptable. Toutefois, le sous-équipement varie largement d'un douar à l'autre selon sa situation géographique et sa position par rapport aux autres réseaux de la ville, notamment le réseau des collecteurs secondaires et principaux des eaux usées et les canalisations des eaux potables.

Ainsi, si l'électricité est presque généralisée sur la majorité des douars, les autres équipements font largement défaut à savoir: l'assainissement liquide et solide, la voirie, l'eau potable, les voies structurantes.

Une étude réalisée par l'Agence Urbaine de Marrakech en 2005 a démontré que dix-huit douars ne bénéficient d'aucun équipement, 20 douars disposent de bornes-fontaines, quatre douars seulement sont équipés du réseau d'assainissement, de l'eau potable et de l'électricité, un douar bénéficie uniquement de l'assainissement et de l'eau potable et un douar bénéficie de la voirie, de l'eau potable et de l'électricité.

Par conséquent, cette situation reflète une large variation, des taux de couverture des noyaux d'habitat insalubre par l'infrastructure de base d'une part, et l'inégalité des facilités et des possibilités d'équiper ces quartiers en équipements nécessaires.

Équipements scolaires faibles: Plusieurs douars de la Palmeraie ne bénéficient pas d'écoles ou de collèges, malgré les efforts sensibles déployés ces dernières années dans

ce domaine. En effet, les élèves de l'extension de douar "Sraghna" fortement peuplé sont obligés d'aller aux écoles de Hay Charaf, distantes d'environ 7 km.

Services de santé insuffisants: Seuls deux douars disposent de dispensaires de santé publics: douar Tounsi et douar Aïn Itti à l'Est de la ville de Marrakech sur la route nationale n° 24. Les pharmaciens et les médecins privés ne s'installent pas dans ce genre de quartiers à cause de la faiblesse des pouvoirs d'achats des familles. Ainsi les couvertures médicales et sanitaires très faibles nuisent largement à l'état de santé et aux conditions d'hygiène vécues par ces habitants, notamment les petits enfants, les femmes et les personnes âgées.

Absence d'équipements de loisirs: L'absence des maisons de jeune, de terrains de sport, de jardins de jeux, de cinéma et d'autres équipements ayant trait aux activités culturelles sportives et artistiques, représente un point quasi commun entre les douars périphériques constituant des foyers d'habitat insalubre.

La ville de Marrakech est caractérisée par un site environnemental exceptionnel constitué de grands ensembles naturels de grande valeur, dont la Palmeraie, le Jbel Guéliz, la Koudiat Lâabid, la zone Marécageuse "El Oulja", l'Oued Tensift, la forêt d'eucalyptus dite "Chaïbia".

Mais à cause de la pression immobilière urbaine, accompagnée de la prolifération des formes de douars, la dégradation de l'environnement apparaît sous plusieurs aspects: Dégradation importante de la Palmeraie de Marrakech pour les raisons suivantes: Arrachage des palmiers dattiers localisés près de ces douars, coupe de palme verte, prélèvement des jeunes pousses blanches, récoltes clandestines du cœur de palmiers, vieillissement des palmiers.

Dépôt des ordures et des déchets solides et liquides devant les maisons, ou dans les voies passantes, ce qui entraîne le dégagement des mauvaises odeurs, l'apparition d'insectes (mouches, moustique...), le vagabondage d'animaux dangereux. Notant que ces dépôts servent aussi à nourrir le bétail. Chose qui peut constituer un grand danger sur la santé des consommateurs de la viande de ces moutons.



Figure 1 - Dépôt de déchet à la palmeraie de Marrakech. Source: Observatoire de la Palmeraie de Marrakech).

C'est pourquoi la situation générale de l'hygiène se dégrade de plus en plus, puisque le ramassage des déchets, même en utilisant des engins appropriés, devient une affaire très délicate à cause des voies très étroites, des routes non goudronnées, des passages désorganisés, ainsi qu'à cause de la mentalité des habitants – originaires souvent du milieu rural – qui sont habitués à jeter les ordures d'une manière anarchique.

Les douars périurbains de la Palmeraie se situent sur des terrains dont la nature juridique est très variée et complexe, même si le terrain privé domine et représente presque 73 % des superficies occupées par les douars et les quartiers de ces formes d'habitat.

Contrairement aux quartiers des bidonvilles dans les autres villes du Maroc, la majorité des familles vivant dans les douars périphériques urbains, ou périurbains de Marrakech sont des propriétaires légaux de leur lot de terrain bâti, et ce sur la base de contrats «adoulaïres» légalisés, et sans aucun titre foncier officiel.

La complexité et la diversité du foncier de l'habitat insalubre se résument en cinq types:

Terres Habous qui forment des parcelles de terrains qui ont été octroyées à titre de don par des bienfaiteurs au profit des «Zaouia». Presque la totalité de la superficie de ces terres – aujourd'hui gérées par «Nidara» du Ministère des Habous et des affaires

Islamiques – est soumise à la loi de la conservation foncière. Elles représentent une superficie totale de 8500 hectares au niveau de la plaine du Haouz de Marrakech.

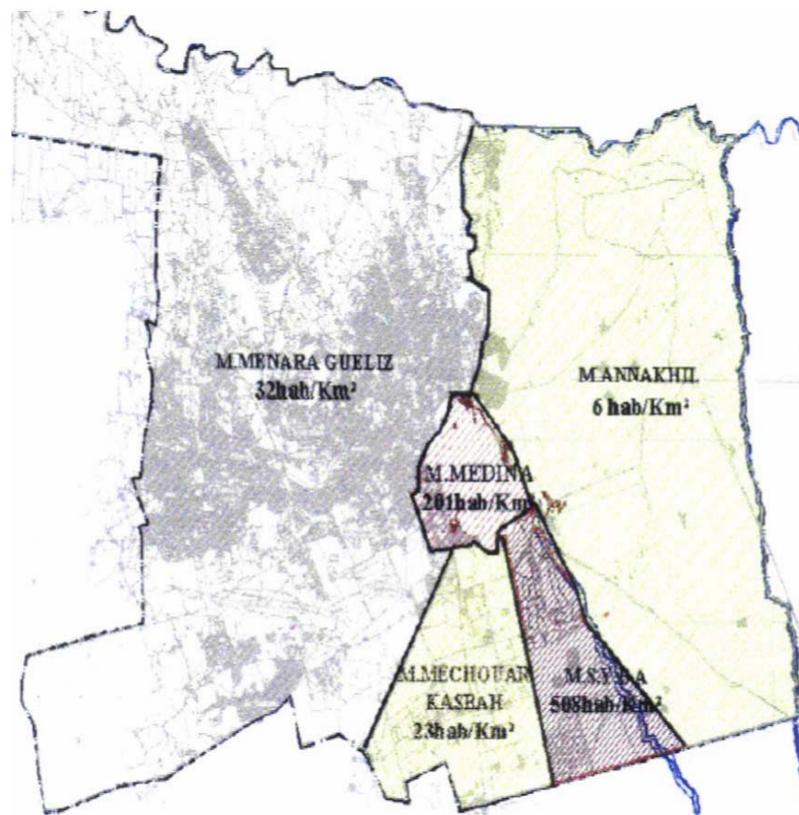
Terrain privé: C'est la nature juridique des terrains la plus fréquente dans les douars et dans la médina en matière d'habitat insalubre. Ces terrains, qui se trouvent à l'Est de la médina entre Oued Issil et Oued Ghdat, ne sont pas tous soumis à la loi de la conservation foncière, c'est pourquoi, il est très difficile d'estimer leur superficie.

Domaine privé de l'État. Il s'agit des terres qui appartenaient à de grands caïds du XIX^e siècle et du début du XX^e siècle. Elles sont exploitées actuellement par des sociétés de l'état comme la SOGETA (Société de la Gestion des terres agricoles) ou la SO.DE.A (Société de Développement Agricole). Malgré l'éloignement de ces terrains par rapport au centre de la ville, ils restent un support foncier attractif de l'habitat insalubre autour de la zone urbaine, notamment après le dernier découpage administratif élargissant l'espace territorial urbain. La superficie de ce type de terrains est estimée à 285.000 hectares au niveau du plateau d'Al Haouz.

Tableau 3. Habitat insalubre et nature juridique des terrains (Source: La conservation foncière 1997).

Nature juridique des terres	Noms des quartiers ou douars
Privé	Aïn Itti, Bou Menkar, El Khadir, El Khaïli, Charouf, Azouzia, Akioud, Koudia, Iziki
Habous	Une partie d'Aïn Itti, Tounsi, Sraghna, Fakhara, une partie de Guennoune
Domaine de l'État	Aïn Itti, une partie de Dou, Jdid, Chrouf, Tassoultant, Bouakkaz, Charij Bgar, Une partie du douar Iziki
Terrains collectifs	M'hamid, Zitouna

En abordant la complexité et la diversité de ces structures foncières, l'étude de la spéculation dans ces types s'avère nécessaire. Ainsi, on peut dire que les propriétaires spéculent en vue de créer un déficit dans l'offre foncière, ce qui aboutira forcément à la hausse des prix du mètre carré. De telles pratiques aidant, la moitié de la superficie globale de ces quartiers a été vendue à plus de 250 Dhs/m² sans équipement.



Carte 4. Découpage administratif de la ville de Marrakech. Source: P.L.H.D.U, Plan Local d'Habitat et de Développement Urbain de Marrakech, 2002.

2.6. Les actions menées par l'État

Les pouvoirs publics ont mis en œuvre des politiques de lutte contre l'habitat insalubre depuis les années cinquante et soixante, en donnant la priorité à l'éradication des bidonvilles.

Les années quatre-vingt ont connu une politique d'habitat basée sur l'expérience “Projets de développement urbain”. C’était alors le début effectif de la conception globale d'une nouvelle politique touchant toutes les formes de l'habitat insalubre.

Ainsi, la priorité a été donnée aux projets de restructuration comme méthode de résorption, de recasement et de réorganisation de l'espace urbain pour lutter contre l'habitat insalubre dans les grandes villes du royaume.

À partir des années quatre-vingt, la ville de Marrakech a commencé à mettre en œuvre les politiques de résorption des formes de l'habitat insalubre en commençant par la restructuration des douars périphériques, du quartier Sidi Youssef Ben Ali, et le recasement des habitants de l'ancienne Médina.

Ce sont les organismes sous tutelle qui se sont chargés de l'exécution de cette politique, notamment l'Établissement Régional d'Aménagement et de Construction de Tensift E.R.A.C/T - OMRANE MARRAKECH (Al Omrane Marrakech actuellement), l'Agence Nationale de Lutte Contre l'Habitat Insalubre (l'ANLCI).

À partir de l'intervention de ces organismes, nous avons essayé de voir comment se présentent ces interventions sur le terrain et ce à travers l'étude de deux cas, la structuration du Douar "Boulaghraïb"; et le recasement du Douar "Guennoun", et ce avant de s'attaquer aux limites et aux insuffisances de ces interventions.

2.7. Interventions de l'État pour lutter contre l'Habitat Insalubre dans la ville de Marrakech

La situation de l'habitat insalubre a toujours préoccupé les responsables locaux de la ville à cause des répercussions néfastes de ce genre d'habitat sur le tissu urbain de Marrakech.

Ainsi, à partir des années quatre-vingt, l'importance a été donnée à l'éradication des différentes formes d'habitat insalubre notamment dans l'ancienne médina, le quartier de Sidi Youssef Ben Ali et les douars périphériques.

À cet effet, les organismes sous-tutelle (O.S.T.), "l'E.R.A.C/T - OMRANE MARRAKECH - et l'A.N.H.I." ont été chargés par l'État pour mener des actions visant à résorber les noyaux et les douars constituant l'habitat insalubre (voir carte ci-dessous).

Ces établissements publics ont été choisis par l'État, car leur statut juridique leur permet d'utiliser efficacement les ressources financières que ce soit auprès des banques ou en recourant à l'épargne publique ainsi qu'aux dotations émanant du budget général de l'État.

Ainsi, les interventions de l'ERAC/T/OMRANE MARRAKECH, et l'A.N.H.I. se sont effectuées et s'effectuent encore sous forme de projets de restructuration ou de recasement.

Des actions de restructuration très importantes ont été engagées et ont permis d'atteindre des résultats dans les grands noyaux insalubres de la Suite.

Tableau 4. Restructuration engagée et terminées sur les douars. Source: Stratégie locale de développement urbain).

Nom de l'opération	Localisation (Arr.)	Maître d'œuvre	Nbre ménage
Maachou	Ménara	DRH / ERAC	353
El Koudia	Guéliz	ANHI	412
Bombier Jdid	Sidi Youssef Ben Ali	ANHI	1280
Aïn Itti	Sidi Youssef Ben Ali	ERAC / T	1699
Sraghna	Guéliz	ANHI	402
Chaoufd Azzouzia	Guéliz	DRH / ERAC	430
TOTAL			10.486

Tableau 5. Restructuration terminée. Source: Stratégie Locale de développement urbain

Nom de l'opération	Localisation	Maître d'œuvre	Nbre de ménages	Superficie (ha)
Chaouf El Ayadi	Ménara Guéliz	DRH / ERAC	310	4
El Goundafi	Ménara Guéliz	DRH/ERAC	111	1.5
Boulaghaib	Ménara Guéliz	Municipalité	333	--
Bouakkaz	Ménara Guéliz	ERAC/ T	845	15
Mesmoudi	Ménara Guéliz	ERAC/T	67	1
Chaouf Mhamid	Ménara Guéliz	ERAC/T	664	20
Tagouriant	S. Youssef B. Ali	ERAC/T	436	16
Fakhara	S. Youssef B. Ali	ANHI	926	8
TOTAL			3802	67.5

Tableau 6. Liste des opérations de restructuration engagées et terminées. Source: Stratégie locale de développement urbain)

Nom de l'opération	Localisation (Arr.)	Maître d'œuvre	Nbre ménage
Laârab	Ménara	DRH	357
Laaskar	Ménara	DRH	716
Sd M'Bark	Ménara	DRH	444
Akioud	Guéliz	DRH	829
Iziki	Ménara	ERAC / DRH	2217
M'hamid	Ménara	ERAC / T	1025
Lahrech	Ménara	ERAC / T	119
Maachou	Ménara	DRH / ERAC	353
El Koudia	Guéliz	ANHI	412
Bombier Jdid	Sidi Youssef Ben Ali	ANHI	1280
Aïn Itti	Sidi Youssef Ben Ali	ERAC / T	1699
Sraghna	Guéliz	ANHI	402
Chaoufd Azzouzia	Guéliz	DRH / ERAC	430
TOTAL			10.486

Le recasement est une opération qui consiste à déplacer la population occupant des constructions d'habitat insalubre, pour être relogée dans un autre site aménagé sous forme de lotissement réglementaire et conforme aux règles et aux lois d'urbanisme.

Après avoir déplacé la population ciblée par l'opération de recasement soit dans des logements conçus pour les ménages à faible revenu, ou sur des lots gratuits ou à des prix très bas (auto-construction), les autorités compétentes procèdent à la démolition définitive des constructions – souvent très fragiles – ayant constitué des foyers de l'habitat insalubre.

2.8. Exemples de cas de restructuration et de recasement

L'opération de restructuration du douar "Boulaghraib": Dans le cadre d'une convention de partenariat signée entre l'ANHI (Agence Nationale de lutte contre l'Habitat Insalubre) et l'ex-Municipalité d'Annakhil, une opération de restructuration a eu lieu au douar Boulaghraib, situé sur le terrain domanial «Titre foncier n° 35265» d'une superficie de 3 hectares, regroupant 333 ménages, soit 1700 habitants environ.

Cette opération, dont les travaux ont duré presque quatre ans, a été menée par l'ANHI de Marrakech en, partenariat aussi avec la Régie autonome de distribution d'eau et d'électricité de la ville.

Grâce à cet acte de partenariat, le douar Boulaghraib bénéficie actuellement de l'électricité, du réseau d'assainissement, du réseau d'eau potable, des chemins piétonniers et de la voie de contournement (voir photos avant et après l'intervention), ce qui a coûté une enveloppe budgétaire de quatre millions de dirhams financée conjointement par l'Etat, l'ex – municipalité Annakhil et la RADEEMA.



Douar « Boulaghraib » avant l'opération de restructuration



Photo d'une partie de douar « Boulghraib » après l'opération de restructuration. (Voir le chemin piéton réalisé sur le réseau d'assainissement, les branchements, individuel de l'eau potable et de l'électricité.

Figure 2 - Opération de restructuration à "Boulaghraib". Source : L'Auteur.

L'opération de recasement du Douar "Guennoune": Douar Guennoune est situé à l'arrondissement d'Ennakhil (ex-préfecture de Sidi Youssef Ben Ali) près du Club Méditerranéen. Il s'étale sur une superficie de cinq hectares sur un terrain Habous. Il comporte 360 ménages soit 1900 habitants environ qui ne bénéficiaient d'aucune

infrastructure de base ni d'aucun équipement socio-économique (voir photos avant l'opération).

Le but de l'opération était de déplacer 101 ménages hors du lit d'Oued Issil, vers le lotissement limitrophe du Douar (voir photo après l'opération), tandis que le reste des logements abritant 259 ménages feront l'objet d'une opération de restructuration dont l'étude est en cours.

Le coût de l'opération est estimé à 9,5 millions de dirhams financé en partenariat entre le Ministère de l'habitat (5,36 M Dhs), la RADEEMA (1,5 M Dhs), la collectivité locale (1,00 M Dhs), et les avances des attributaires (1,7 M Dhs).



Exemple du manque de réseau d'assainissement au Douar «Guennoune» avant l'opération de recasement.

Modèle de l'habitat insalubre au Douar «Guennoune» avant l'opération de recasement.



Photo d'une partie de douar « Guennoune » après l'opération de restructuration.

Figure 3 - Opération de restructuration au Douar "Guennoune". Source: L'Auteur.

2.9. L'insuffisance des actions d'intervention

Ces actions de restructuration et de recasement ont des impacts très limités à cause de plusieurs facteurs dont notamment la lenteur des exécutions des travaux, alors que d'autres noyaux d'habitat insalubre apparaissent, ce qui aggrave la situation de l'habitat insalubre au sein de la ville et dans la périphérie où elle est plus complexe.

D'abord, les actions de restructuration ou de recasement sont souvent retardées par des problèmes majeurs dont notamment la complexité des procédures ayant trait à l'acquisition des terrains, le comportement négatif de la population cible, l'occupation anarchique même au cours de la restructuration, les difficultés des négociations pour les

recasements, et les difficultés naturelles ou de force majeure (sol rocheux pour l'assainissement).

Ainsi les opérations de restructuration de Azzouzia (430 ménages) et de Goundafi (111 ménages) ont connu des lenteurs dans l'exécution des travaux. Les opérations de Maâchou (353 ménages) ont débuté depuis l'année 1993 et n'ont été achevées qu'en 2000.

Parmi les causes essentielles de la lenteur dans l'exécution des travaux, on trouve aussi la rigidité des cahiers de charge exigés par la RADEEMA. Ces cahiers de charge concernant les travaux d'assainissement et qui définissent les modalités d'exécution des études et des travaux, imposent des normes nouvelles et des matériaux jugés inadéquats et trop chers pour des opérations de restructuration à caractère social.

Nous constatons aussi que les principales actions sont exécutées par la D.R.H. ou Al Omrane Marrakech dans le cadre des opérations de péréquation, c'est-à-dire des actions qui combinent à la fois la restructuration et d'autres opérations d'habitat. Mais il s'est avéré que cette démarche n'a pas permis de réaliser de véritables actions intégrées au niveau des noyaux insalubres.

Concernant ces actions de péréquation, nous constatons que ces opérations font payer à une tranche de la population qui participe à l'habitat social une partie des frais de la restructuration du quartier, ce qui paraît incompatible avec les moyens financiers de cette tranche de la population connue par sa pauvreté et son faible revenu.

En ce qui concerne les sites d'accueil sélectionnés dans le cadre des opérations de recasement, il est à noter que ces sites sont souvent éloignés des sites d'origines et des activités économiques ainsi que des réseaux sociaux.

Dans ce cadre, il est important de signaler que les douars restructurés à l'intérieur de la Palmeraie connaissent une mutation sociale vertigineuse ainsi qu'une forte spéculation ce qui défigure son paysage culturel. Ceci se traduit par le fait que le douar se développe d'une manière rapide – souvent incontrôlée – et commence à acquérir les aspects d'une poche urbaine insalubre.

Ce fut le cas par exemple du Douar El Koudia, situé à proximité du quartier Guéliz, et des grands hôtels de luxe, sur l'une des plus importantes artères de la ville (route de Casablanca) en plein centre urbain. Ce douar continue à subir une forte pression due à l'augmentation des ménages qui s'y installent de plus en plus.

Pour ce qui est de la zone périphérique ou périurbaine, il est à signaler qu'une deuxième ceinture de douars périphériques est en train de se développer à un rythme effréné et ce, suite à la maîtrise des terrains situés à l'intérieur du périmètre urbain.

On peut donc conclure que la problématique des douars périphériques abritant l'habitat insalubre restera largement posée avec acuité durant la prochaine décennie si l'État n'engage pas une nouvelle stratégie de lutte contre la prolifération de ce fléau.

3. Conclusion

L'examen rétrospectif des stratégies et des politiques adoptées ainsi que des méthodes d'intervention entreprises tout au long des dernières années au sein de la palmeraie de Marrakech montre nettement la limite des résultats et l'insuffisance des approches mobilisées dans le cadre de la résolution du fléau de l'habitat insalubre.

Le phénomène de ce type d'habitat prend chaque année plus d'ampleur. La demande de logements augmente en effet de manière continue, tandis que la pénurie en terrain viable et abordable financièrement ne cesse de s'aggraver: pour répondre aux besoins de la population, 227 000 logements devraient être construits chaque année dès l'année 2015. Ces besoins sont estimés à 300 000 unités en 2020, soit une progression de 8 % par rapport à 7.5 % en 2010¹⁰. La production actuelle de logements réglementaires, c'est-à-dire bâties sur des terrains viabilisés, avec un plan, un titre foncier, une autorisation de construire, couvre moins de 60 % des besoins de la population.

C'est pourquoi les futures stratégies sont appelées à être élaborées en partant du terrain, tout en favorisant un dialogue et une concertation avec tous les acteurs impliqués dans ce domaine. Il s'agit d'une panoplie très diversifiée de partenaires publics, privés, population, O.N.G, entrepreneurs... impliqués de près ou de loin dans la valorisation de l'image de marque de la ville de Marrakech et de sa palmeraie.

¹⁰ El Hachouki M. *Evaluation des besoins en logements à l'horizon 2020*. In Camarda D. (ed.), Grassini L. (ed.). Local resources and global trades: Environments and agriculture in the Mediterranean region. Bari: CIHEAM, 2003, p. 461-476 (Options Méditerranéennes: Série A. Séminaires Méditerranéens; n. 57).

Bibliographie

- Benjamaa, H. (2018). L'expansion urbaine, un des vecteurs principaux des transformations socioéconomiques de la région arabe. In *La Vie éco*, 3 janvier 2018. Obtenu à partir de <https://www.lavieeco.com/economie/lexpansion-urbaine-un-des-vecteurs-principaux-des-transformations-socioeconomiques-de-la-region-arabe/>.
- El Faïz, M. (2002). *Marrakech: Patrimoine en péril*. Nature. France: Acte Sud.
- Escallier, R. (2001). De la tribu au quartier, les solidarités dans la tourmente. L'exemple marocain. In *Cahiers de la Méditerranée*, n° 63 (décembre), 13-40.
- Giacottino, J.-C. (1983). R. Escallier: Citadins et espace urbain au Maroc. In *Méditerranée* 50 (4), 110-111.
- L'Economiste. (2010). Marrakech/ville sans bidonvilles: les causes d'un échec | L'Economiste. *L'Economiste*, 8 juillet 2010, 3315 édition. Obtenu à partir de <https://www.leconomiste.com/article/marrakechville-sans-bidonvilles-les-causes-d-un-echec>.
- Ministère de la prévision de du plan. (2000). *Situation socio-économique et défis démographiques au Maroc*. Obtenu à partir de <http://anyflip.com/qrko/hrrb/basic/51-100>.
- Roberge, Y. (2004). *La palmeraie de Marrakech: un paysage périurbain*, 24.
- Saddou, H. (2019). L'aménagement touristique de la Palmeraie de Marrakech: Adaptation touristique et redéploiement culturel d'un paysage périurbain. In *Espace Géographique et Société Marocaine* 0 (27). Obtenu à partir de <https://revues.imist.ma/index.php?journal=EGSM&page=article&op=view&path%5B%5D=16276>.
- Sebti, M. (1985). L'habitat des douars de Marrakech: un héritage compromis. In *Annales de géographie*, 94 (521), 63-84. Obtenu à partir de <https://doi.org/10.3406/geo.1985.20301>.
- Sebti, M. (2009). *Gens de Marrakech: géo-démographie de la ville rouge*. INED.
- Sitri, Z. & Hanzaz (2016). Pouvoirs et contre-pouvoirs en matière de planification urbaine au Maroc: pour une nouvelle régulation des pouvoirs de décision. In *RIURBA*, n° 2 (juillet). Obtenu à partir de <http://riurba.net/Revue/pouvoirs-et-contre-pouvoirs-en-matiere-de-planification-urbaine-au-maroc-pour-une-nouvelle-regulation-des-pouvoirs-de-decision/>.



Tomas, F. 2004. Les temporalités du patrimoine et de l'aménagement urbain. In *Géocarrefour* 79 (vol. 79/3), 197-212. Obtenu à partir de <https://doi.org/10.4000/geocarrefour.722>.

A MOENDA E O RIO: UM ESTUDO DA PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO SÃO JOÃO EM ARARI - MARANHÃO (BRASIL)

THE GRINDING TABLE AND THE RIVER: A STUDY OF THE CULTURAL LANDSCAPE OF SUGARCANE MILL SÃO JOÃO IN ARARI - MARANHÃO (BRAZIL)

Recebido a 30 de agosto de 2021
Revisto a 02 de setembro de 2021
Aceite a 28 de setembro de 2021

Willian Carboni Viana

Estudante de Doutorado em Geografia no Departamento de Geografia da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
willian.cienciashumanas@gmail.com

Josué Lopes dos Santos

Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS
Josue.lopeshistoria@gmail.com



Resumo

Este texto apresenta os aspectos históricos e técnico-funcionais do engenho de cana-de-açúcar São João (Arari, Maranhão - Brasil) e sua inserção na paisagem, no contexto do empreendimento açucareiro. Buscou-se demonstrar no âmbito do conceito de paisagem cultural marítima a relevância histórico-social desse engenho, parte integrante de um panorama abrangente que situou as relações econômicas nas escalas inter-regional e internacional desde o século XVI.

Palavras-chave: Paisagem cultural marítima, Cana-de-açúcar, Engenhos, Rio Mearim, Arari-Maranhão.

Abstract

This text presents the historical and technical-functional aspects of the São João sugarcane mill (Arari, Maranhão - Brazil) and its insertion in the landscape, in the context of the sugar enterprise. Wanted sought to demonstrate, within the scope of the concept of maritime cultural landscape, the historical-social relevance of this mill, as an integral part of a comprehensive panorama that placed economic relations on the inter-regional and international scales, since the 16th century.

Keyword: Maritime cultural landscape, cane sugar, sugarcane mill, Mearim river, Arari (Maranhão - Brazil).

1. Introdução

O ciclo da cana-de-açúcar correspondeu a principal atividade econômica desenvolvida no Brasil durante o período colonial. A efetivação da colonização do território brasileiro, foi impulsionada pela implantação da monocultura canavieira no século XVI e se estendeu até o XIX.

O empreendimento açucareiro foi inicialmente organizado a partir da união da nobreza com a burguesia mercantilista (Ferro, 2017), sendo viabilizado através do funcionamento dos engenhos. O período colonial foi delineado pelo contexto agroexportador, cuja produção era enviada quase que completamente aos mercados consumidores europeus.

A região Nordeste do Brasil concentrou a maior parte dos trapiches de cana-de-açúcar, que ocupava basicamente o litoral e adentrava pelas ribeiras dos rios navegáveis a ela conexos, remetendo à uma rede relacional intensamente atrelada as dinâmicas fluviomarinhas.

No âmbito do conceito de paisagem cultural marítima (Westerdahl, 1992), o cenário aludido se constituiu permissivo ao estabelecimento de importantes paralelos sobre a lógica da ocupação dos espaços, tomando como pano de fundo a influência do oceano Atlântico nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais.

Para Westerdahl (1992), a rede de ligação entre os territórios é formada partir da integração de zonas produtoras, portos catalizadores e destinos finais, nas escalas inter-regional e internacional, por meio da circulação de mercadorias, consequentemente de pessoas, ideias e práticas culturais.

O estudo de uma paisagem cultural marítima, ao abranger tanto a faixa costeira quanto áreas interiores articuladas aos processos produtivos mediante conexões (*transit points*), evidencia três zonas econômicas específicas: *waterfront*, que diz respeito a orla marítima propriamente dita onde se consolida a forma mais adensada da paisagem marítima; *coastal zone*, que corresponde geograficamente ao litoral; e *inland zone*, a zona interiorana que se conecta ao mar intermediada por rotas (Westerdahl, 1992).

Cada uma dessas zonas apresenta processos e características funcionais diferenciadas, no tocante a utilização antrópica, como, por exemplo, os tipos de embarcações que podem transitar, escolhas urbanísticas ou ainda aspectos culturais e simbólicos – dentre outros.

Em sentido amplo, uma paisagem cultural é aquela que teve intervenção humana por meio de processos culturais desencadeados ao longo do tempo. Portanto, se trata de uma categoria de análise útil para estudos que apreendem as dinâmicas e interações entre o homem e o meio em diferentes escalas (Carvalho & Marques, 2019).

Nesta perspectiva, se aplicada a lógica da paisagem cultural marítima à uma microescala, o presente escrito contextualiza a dinâmica de funcionamento do engenho São João, localizado na margem esquerda do baixo curso do rio Mearim, no povoado Barreiros, município de Arari (região Centro-Norte do estado do Maranhão).

A relevância histórica e social do engenho São João, e suas territorialidades associadas, estão inseridas em um panorama abrangente, sendo isso o que se busca sublinhar no decorrer das próximas linhas.



2. Empreendimento açucareiro no Maranhão e rio Mearim

A base econômica colonial, conforme aludiu-se, era alicerçada na cana-de-açúcar no contexto do modelo agropastoril-exportador. O sucesso pioneiro do empreendimento açucareiro pertenceu a região Nordeste, principalmente em Pernambuco e Bahia, antigas capitâncias hereditárias, que se converteram à centros político-econômicos, tendo seus portos diretamente conectados aos europeus.

Nas palavras da historiadora Vera Ferlini:

“A produção açucareira colonial exigiu, além da constituição de formas específicas de trabalho, configuração peculiar da propriedade de terra. Ocupar o novo território para o capital mercantil implicou estruturá-lo de maneira a canalizar todos os esforços para a produção de grandes lucros monopolizados pelo Estado e pela burguesia emergente (...)” (Ferlini, 1988, p. 156).

Grosso modo, o engenho em si poderia funcionar de diversas formas para a manufatura da cana, com maquinário especializado, tração animal e/ou rodas d’água. Os espaços de poder eram estritamente delimitados: casas-grandes para os ricos senhores de engenho com suas famílias e agregados; galpões e sanzalas para os trabalhadores que lidavam com a colheita e mantinham em funcionamento o engenho; capela religiosa; casa de máquinas; canaviais, casa do engenho, etc. Elementos que ao longo do tempo foram sendo adaptados, de acordo com as necessidades do período, e sus equipamentos progressivamente aperfeiçoados para garantir o melhor rendimento.

A localização dos engenhos seguia a viabilidade do escoamento da produção e/ou do funcionamento. Deste modo, consolidaram-se as plantations de cana-de-açúcar por todo o litoral e intermediações dos rios navegáveis de conexão a costa, uma vez que os portos marítimos eram responsáveis à destinação do açúcar aos seus mercados consumidores. Pernambuco, por exemplo, detinha uma rede de engenhos bem articulada pela malha hidrográfica, situando os trapiches nas ribeiras dos rios – o que facilitou o transporte da produção ao porto de Recife.

No estado do Maranhão, a utilização do transporte fluvial para escoar a produção ao porto de São Luís, capital do estado, valeu-se dos grandes rios, como Mearim e Itapecuru, e seus tributários navegáveis. A facilidade em se chegar a orla marítima de São Luís converteu as intermediações desses rios à zonas de colonização antigas.

Em 1620, havia engenhos de açúcar e derivados distribuídos por todo o litoral maranhense, ao passo que em 1641 já se contabilizavam pelos menos seis deles, sendo cinco no baixo curso do rio Itapecuru (Marques, 1870, Canedo, 2008). Esses rios nascem no Sul do Maranhão e desaguam em forma de estuário no chamado golfão maranhense; amplamente navegáveis desde o início da colonização.

No baixo Mearim, a cana era cultivada em terras sujeitas a alagamentos naturais sazonais (Canedo, 2008). Nos engenhos do baixo Mearim, basicamente até meados do século XVIII, a mão de obra utilizada era escrava.

O meio de produção abrangia técnicas manuais de cultivo/colheita, com grande parte dos capatazes de origem pernambucana. Os rios Mearim e Itapecuru aproximaram o interior do estado à São Luís, onde a maior parte da produção era embarcada à Europa.

Ao longo do rio Mearim foram instalados inúmeros entrepostos comerciais e de fiscalização (Viveiros, 1954, Batalha, 2002), e além do escoamento da produção, havia uma rede de comércio bem articulada com toda a baixada maranhense (região a Oeste e Sudeste da ilha de São Luís, constituída por extensas planícies alagáveis no período chuvoso - janeiro a junho), onde circulavam os produtos necessários que supriam as necessidades tanto pessoais quanto das grandes fazendas.

Na primeira metade do século XVIII, a concorrência do açúcar no mercado internacional, sobretudo, o produzido pelos holandeses nas Antilhas, fez com que o empreendimento açucareiro no Maranhão entrasse em declínio, forçando Portugal a buscar alternativas para obtenção de lucros e manter a colônia.

A solução veio em 1755, com a criação da Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), que teve como objetivo impulsionar a economia local através da diversificação da produção de gêneros agrícolas, instalação de fábricas de beneficiamento primário e o fortalecimento da rede de comércio local-regional e mercantilista em Portugal (Canedo, 2008).

No domínio da CGCGPM houve forte incentivo as monoculturas de arroz e algodão, secundariamente para consumo doméstico, cultivava-se mandioca, feijão, frutas tropicais como melancia e melão, dentre outros. Ainda antes do final do século XVIII, arroz e algodão tornaram-se a base da exportação maranhense, tendo a produção regularmente escoada pelo rio Mearim – aos portos de São Luís (Marques, 1870), confirmando o declínio no empreendimento açucareiro.

Apenas em meados do século XIX, por intervenção do então governador, Joaquim Franco Sá (gestão 1841-1847), foram fornecidos subsídios e forte incentivo ao cultivo da cana-de-açúcar. Com isso os engenhos se proliferaram exponencialmente pelas margens do baixo curso do rio Mearim – principal via de transporte à época (Canedo, 2008).

Por volta de 1870, a criação de leis que encerravam o tráfico de escravos, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850), Nabuco de Araújo (1854) e Ventre Livre (1871), bem como pela pressão da aristocracia agrária, fez com que o Império intermediasse o programa dos “Engenhos Centrais”, que consistia numa espécie de “modernização”, alternativa à substituição da mão de obra escrava pela assalariada (Caldeira et al., 1997).

Nessa época, o mecanismo utilizado para o estabelecimento do regime de parcerias nos cultivos agrícolas atraiu imigrantes ingleses, o que era previsto na Lei número 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida popularmente por Lei das Terras. É importante destacar que a Lei das Terras foi criada pelo Império para atender as reivindicações das elites agrárias, que aglutinaram à manter a hierarquia social com a regulamentação da aquisição dos terrenos, tornando a terra uma mercadoria de custo elevado. Essa lei também definia terras devolutas, revalidava propriedades obtidas por sesmarias, registrava terrenos, oficializava a colonização e regulava a imigração (Canedo, 2008).

Grandes fazendeiros, comerciantes, membros das elites locais instaladas em São Luís, mantinham relações pessoais e diretas na Europa, o que promoveu a vinda de imigrantes para o Maranhão (Canedo, 2008).

A exemplo disso, em 1856, foram recrutados 887 ingleses, grande parte deles por intermédio do comerciante Guilherme Weltstood, que também mediou a compra de equipamentos agrícolas, ficando com o governo do estado a responsabilidade da concessão de terras aos imigrantes e o transporte dos maquinários. Outro exemplo, em 1870, no âmbito dos interesses dos engenhos centrais, o comerciante residente em São Luís – e de nacionalidade inglesa, Martinus Hoyer, apresentou aos administradores do estado planos e orçamentos para instalação de três casas de engenho, sendo aceite o acordo de importação de maquinários da empresa inglesa conhecida como Fawcett (Preston Engineering Company Ltd.) (Canedo, 2008).

A mão de obra imigrante apareceu como transição do trabalho escravo para o assalariado e familiar. A abolição da escravatura em 1888 resultou no abandono geral dos

cultivos cana-de-açúcar e algodão por parte dos ex-escravos. As elites agrárias envolvidas nos empreendimentos açucareiros e algodoeiros passaram a investir seu capital em fábricas e indústrias em São Luís e Caxias (Sul do estado); venderam e/ou abandonaram suas fazendas e iniciaram a nova atividade com máquinas importadas dos países de centro (Canedo, 2008, Pereira Filho, 2015).

No início do século XX, mesmo com a atuação do estado incentivando as lavouras canavieiras, os engenhos da baixada maranhense ainda em funcionamento já se situavam bastante capitalizados. O que acrescido da não absorção da produção do engenho, pelos mercados locais e regionais, representou a falência dos trapiches, desestimulando mais ainda a manutenção dos engenhos (Canedo, 2008).

O que restou dos engenhos se valeu da emersão do mercado alternativo ao oficial de frete por ocasião do aumento da produção de outros gêneros agrícolas, como arroz, algodão, feijão, mandioca, milho, carne seca, couro, melão, melancia e outras frutas tropicais (o transporte oficial era burocrático, oneroso e embarcava preferencialmente algodão) (Canedo, 2008) - que fazia circular uma rede regional bem articulada de comércio conectada a São Luís.

O transporte das mercadorias era feito por barcos a vapor, lanchas, batelões, canoas, gabarras e até mesmo ubás (pequenas jangadas indígenas da região). Levavam de tudo um pouco, mercadorias e pessoas, para diversos pontos e com inúmeras paragens pelo rio Mearim e afluentes navegáveis até se chegar a São Luís (Batalha, 2002, p. 21-30).

O rio Mearim era amplamente utilizado, sendo uma das principais hidrovias. Com as novas orientações políticas desencadeadas pelos planos governamentais de aceleramento do desenvolvimento industrial, em especial o do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no cenário nacional, propiciou a abertura de estradas de rodagem que vieram a diminuir gradualmente o tráfego através dos rios. Na baixada maranhense, a construção das estradas, como a BR-135 e a Rodovia 222, alterou as dinâmicas espaciais e o rio gradualmente passou à segundo plano.

O fato é que desde o século XVI o rio Mearim, suas margens e tributários navegáveis, foram desbravados com o propósito de reconhecimento da vastidão do interior do território, para consolidação de núcleos de povoamento, instalação de unidades de exploração econômica e viabilizar os caminhos do gado.

O rio Mearim convergiu à importante rota comercial - conexa à orla de São Luís, e suas planícies alagáveis proporcionaram terrenos propícios para o desenvolvimento da cana-de açúcar. Compondo assim um cenário paisagístico que integrava - por esse rio – os engenhos produtores, portos locais e destinos finais.

Mas que teve suas dinâmicas alteradas pelo processo de modernização e penetração do capital no meio agrário - tardiamente face a generalidade dos países do Norte. Todo esse abrangente apanhado se constituiu no pano de fundo, um contexto social e histórico, formador da paisagem cultural marítima regional encabeçada pelos engenhos – parte principal dessa pesquisa.

3. O engenho São João

3.1. O engenho e o rio

O engenho São João se situa no povoado de Barreiros, município de Arari, na coordenada UTM (23M) 523016E 9621021N (Figura 1). Sua localização, na margem do rio Mearim, o posiciona estrategicamente nas rotas de escoamento de produção, sendo o maior e mais caudaloso percurso fluvial a cruzar o estado do Maranhão.

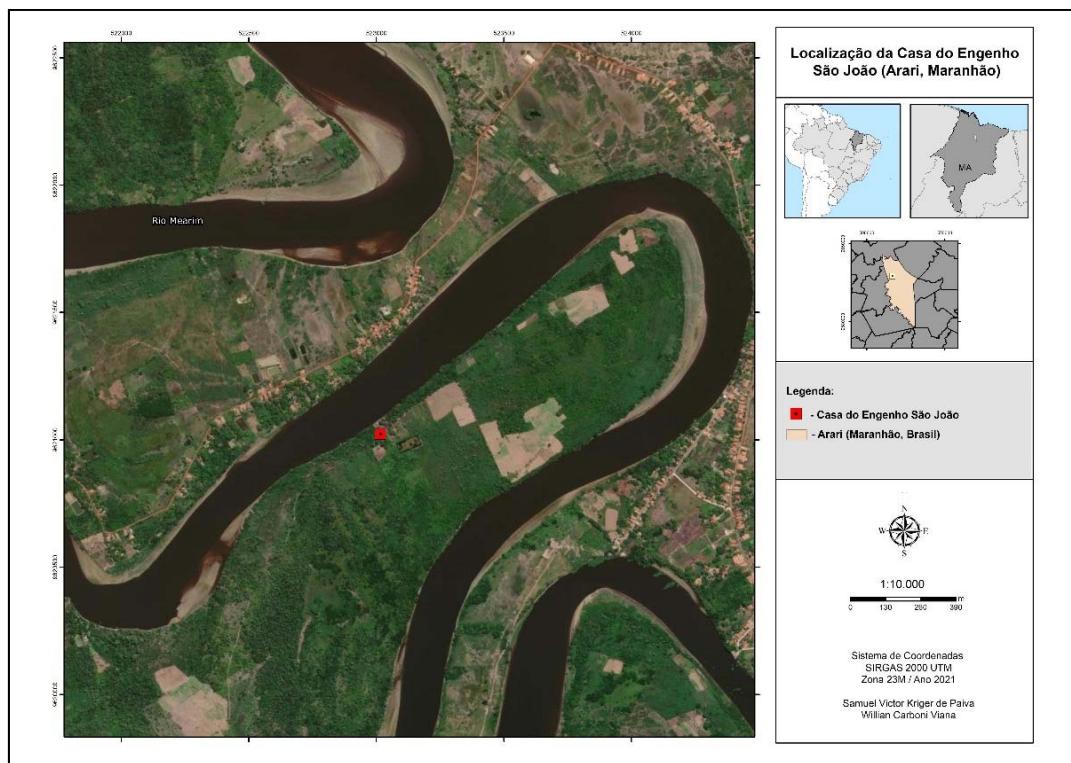


Figura 1 - Localização do engenho São João no povoado Barreiros, em Arari - Maranhão. Fonte: Autores.

O engenho São João corresponde a um precioso registro material referente a história dos engenhos de cana-de açúcar no Nordeste do Brasil, na medida em que reflete temporalidades e diversificados usos sociais, em constante mutação ao longo dos séculos.

Não foi possível identificar a data de fundação do engenho São João de forma precisa, porém o conjunto de dados acessados aponta à informação de que ele deve estar ativo a pelo menos desde o século XVIII.

A tração animal foi a primeira força a mover a moenda para manufatura da cana, revertendo-a em açúcar; cujos vastos territórios com plantações corresponderam a catalizadores de pessoas. Neste sentido, o século XX abrangeu um marco importante na evolução das estruturas do engenho São João, pois a tração animal foi substituída pelo maquinário especializado, dinamizando o processo produtivo.

A influência da industrialização, apesar de não ser tão intensa, foi sentido ao longo do século XX com as novas máquinas agregadoras de velocidade aos procedimentos de produção. Nas últimas décadas desse século, a industrialização engendrada pelo Estado consolidou os polos industriais em cidades específicas, na região, São Luís era o principal. Os engenhos de Arari não conseguiram acompanhar totalmente a modernização. Aparentemente, a mecanização chegara por meio de ações individuais dos donos dos meios de produção; no caso, os proprietários dos engenhos se deslocavam à São Luís para comprarem maquinários e demais equipamentos para o funcionamento dos trapiches.

A produção era escoada regularmente pelo rio Mearim, oriundas de cidades vizinhas, como também com destinos finais aos centros econômicos de maior relevância, caracterizando as relações econômicas dinamizadoras da paisagem cultural da região.

No campo do conceito de paisagem cultural marítima, o município de Arari estaria no setor econômico definido como *coastal zone*. Embora a distância entre a foz do rio Mearim e o município de Arari seja cerca de 100 km, a lógica se insere de forma ampla nessa zona econômica por se tratar de uma conexão direta com o litoral.

A produção regional relacionada a cana-de-açúcar também circulou pela chamada inland zone - interior conectado a costa por meio de rotas. A capital São Luís, por sua vez, ficaria na abrangência *waterfront*, orla marítima e forma mais adensada da paisagem (Figura 2) (Westerdahl, 1992).

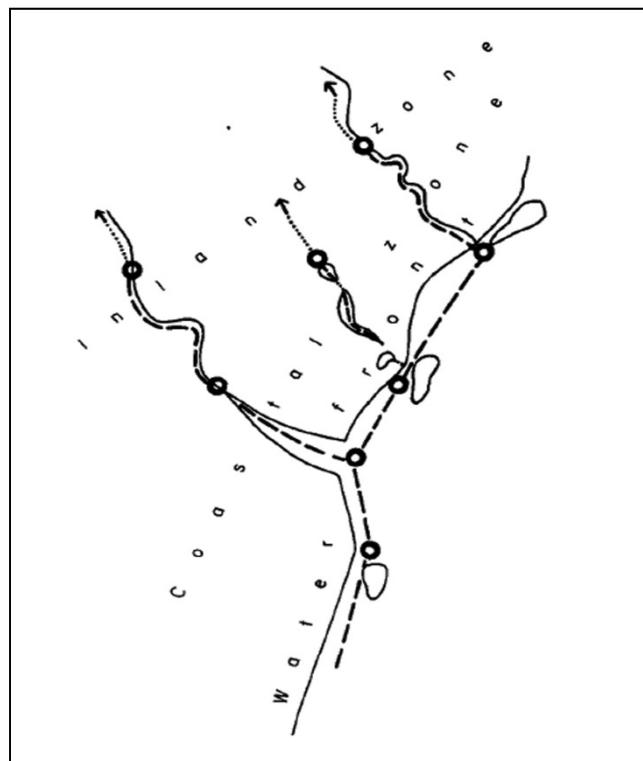


Figura 2 - Esquema de entendimento de paisagem cultural marítima. Fonte: Westerdahl, 1992, p. 11.

É importante destacar que antes mesmo dos anos 1980, grande parte dos engenhos – bastante capitalizados, encerraram suas atividades. O que torna o engenho São João um os poucos que seguiram resistindo as mudanças na apreensão do espaço.

Os restos materiais que retratam o antigo funcionamento do engenho São João podem ser encontrados espalhados nos arredores da casa de máquinas. O Senhor Oswaldo Sena Prazeres, nascido em 1952 no povoado de Bomfim do Arari - vizinho a Barreiros, administrador do terreno do engenho em nome da sua família, eventualmente aciona parte do maquinário para processar uma modesta plantação de cana-de-açúcar.

O Senhor Oswaldo relatou que até os anos 1980 o tráfego de embarcações pelo rio Mearim era intenso, mas depois foi diminuindo em virtude das estradas de rodagem. Oswaldo trabalhava com seu pai e irmão no engenho, juntamente com outros assalariados.

Atualmente, o objetivo não é mais o açúcar, e sim a produção de melaço (mel da cana) e cachaça (bebida destilada comum no Brasil, desenvolvida a partir da cana), em paralelo a apicultura. Atividades empreendidas pelo próprio Sr. Oswaldo.

3.2. Elementos históricos e técnico-funcionais

O engenho São João é mantido em funcionamento pelo Sr. Oswaldo. Eventualmente, a sua produção de melaço, cachaça e mel de abelha é vendida na feira de Arari e para pessoas que encomendam com o próprio Oswaldo. O deslocamento até o local da venda ou para fazer as entregas é feito em parte por sua canoa para atravessar o rio Mearim, tendo na outra margem a sua bicicleta com uma carroça acoplada (Figura 3).



Figura 3 - Vista do rio Mearim a partir da casa do engenho São João. Fonte: Autores.

O Senhor Oswaldo conta que seu pai, João Luís Prazeres – nascido em 1914 no povoado de Barreiros, adquiriu o maquinário do engenho ao Senhor Joca Ribeiro e esse ao Senhor Abraão Salomão. Trazendo esse conjunto de máquinas de um local denominado Pedras Altas, instalando-o onde hoje se situa e fundando o engenho São João (Figura 4).



Figura 4 - Vista atual da fachada da casa do engenho São João. Fonte: Autores.

No entorno da casa do engenho São João, puderam ser observados materiais como paróis em madeira, caldeiras em cobre, cochos simples e cochos de aparar melaço, tachos em cobre, resfriadeiras, repartideiras e resquícios construtivos que apontam à uma estrutura muito maior em relação a atual (Figura 5 e Figura 6).



Figura 5 - Caldeira abandonada nos arredores da casa do engenho São João. Fonte: Autores.



Figura 6 - Parte abandonada de calha para escorrer o sumo da cana. Fonte: Autores.

A moenda de cana do engenho é composta por um trapiche horizontal de mesa, originalmente movido a tração animal, fabricada em Liverpool (Inglaterra) em 1860, pela empresa Fawcett – Preston Engineering Company Ltd (Tabela 1 e Figuras 7 a 11).

Tabela 1. Informações levantadas sobre a mesa de moagem da casa do engenho São João. Fonte: Merseyside Maritime Museum.

Ficha técnica	
Fabricante	Fawcett, Preston Engineering Company Ltd.
Local de fabricação	177 Lydia Ann Street, Liverpool – Inglaterra (Norte da Europa)
Ano de fabricação	1860
Número de série	2.012
Modelo	Mesa horizontal (com três cilindros)
Merseyside Maritime Museum [Museu Marítimo de Liverpool]	



Figura 7 - Mesa de moagem utilizada no engenho São João. Fonte: Autores.

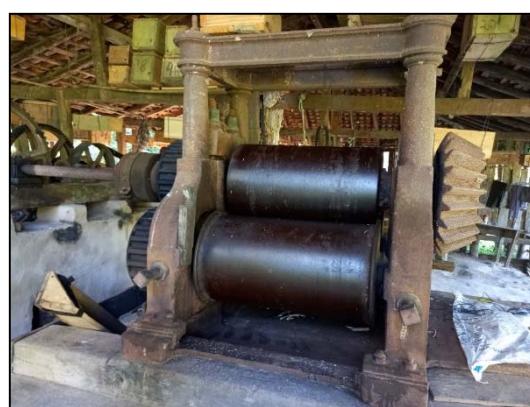


Figura 8 - Cilindros de moagem. Fonte: Autores.



Figura 9 - Parte das engrenagens. Fonte: Autores.



Figura 10 - Número de série e ano de fabricação. Fonte: Autores.



Figura 11 - Selo da fabricante. Fonte: Autores.

A fabricante do maquinário do engenho São João, a Fawcett - Preston Engineering Company Ltd, foi fundada em 1758 por George Perry, como filial da já estabelecida empresa Coalbrookdale Foundry, na cidade de Liverpool.

Em 1778 tornou-se independente, ainda antes do final do século XVIII havia adquirido respeito internacional na fabricação de máquinas de processamento de cana-de-açúcar. Essa empresa também se destacou mundialmente no ramo de motores marítimos, incluindo a primeira balsa a vapor do modelo Mersey, a Etna (1817) e, mais tarde, o navio transatlântico President em 1840, o maior do mundo à época.

A Fawcett forneceu motores aos navios da confederação construídos em Liverpool, além de armamento e munições. Em 1935, a fábrica foi transferida da 177 Lydia Ann Street – Liverpool para Bronborough, em 1947 foi comprada pela Metal Industries Group e em 1986 pela Expamet International (PLC) (todas as informações referente a fabricante da moenda foram obtidas junto ao Museu Marítimo de Liverpool [Merseyside Maritime Museum], ver bibliografia).

No que diz respeito ao funcionamento do maquinário, em concordância com os materiais verificados no engenho São João, foram constatadas três fases de operação: 1) tração animal; 2) vapor; e, 3) motor.

O Senhor Oswaldo conta que seu pai comprou todo o maquinário adaptado ao funcionamento a vapor. Nessa fase, a produção de açúcar, melaço e cachaça envolvia cerca de 15 pessoas de maneira permanente e 25 à época da colheita da cana. Os trabalhadores envolvidos eram o próprio Sr. Oswaldo, pai, irmão e tio (âmbito familiar) e assalariados.

Em 1969, Oswaldo acompanhou o seu pai até a cidade de São Luís onde compraram um motor da marca japonesa Yanmar, modelo NT110cc, sendo esse o propulsor que movimenta a mesa de moagem atualmente (Figuras 12 a 15).

	
Figura 12 - Motor Yanmar, modelo NT110cc. Fonte: Autores.	Figura 13 - Parte do motor que movimenta a moenda. Fonte: Autores.
	
Figura 14 - Vista da mesa de moagem adaptada a motorização. Fonte: Autores.	Figura 15 - Selo da fabricante. Fonte: Autores.

A cargo de informação, a Yanmar, fundada em 1912, iniciou suas atividades no Brasil em 1957, se territorializando por todo o território brasileiro através da venda de motores e mais recentemente potencializando a produção de equipamentos agrícolas (as informações sobre a empresa foram extraídas do sítio oficial da Yanmar, ver bibliografia).

Voltando os olhos ao engenho São João, a mecanização da tração do maquinário modificou parte do processo de produção. O que fez diminuir a mão de obra para 12 pessoas, sendo pelo menos dois metedores de cana, dois caneiros e dois carregadores (nas palavras do Sr. Oswaldo). O trabalho continuava empreendido em parte pela família, Oswaldo, pai, irmão e tio, e demais agregados/assalariados.

Diferentemente de hoje, nos anos 1960/1990, havia variedade de tipos de cana cultivadas no engenho, designadamente, caiana, pernambuco, roxa e bem-te-vi. A cana era colhida entre junho e dezembro.

Oswaldo relata que toda a produção era recolhida na porta do engenho, por embarcações de comerciantes que a revendia em toda a baixada maranhense e São Luís, além da população em geral que procurava o engenho para compra de produtos a granel para consumo doméstico.

4. Considerações Finais

O universo dos engenhos no Brasil colonial reflete práticas sociais e vivências culturais que são sentidas até os dias atuais, sobretudo, nos locais em que este modelo econômico se consolidou.

No município de Arari existiram outros engenhos, além do São João, que se interligavam às dinâmicas inter-regionais e internacionais intensamente relacionadas a agricultura e articuladas através das paragens fluviais ao longo do rio Mearim, seus afluentes e por extensão o Atlântico; fornecendo dinamicidade à paisagem cultural, por meio de redes de abrangência/influência.

Pensar que os produtos agrícolas locais de outrora circulavam largamente, de forma generalizada, tanto nos arredores quanto em destinos finais mais distantes, evidencia como essas dinâmicas extrapolaram os limites da região.

O próprio maquinário do engenho São João, oriundo o século XIX, demonstra o processamento das dinamicidades destacadas, na medida em que o mesmo, tendo sido produzido na Inglaterra, alcançou – em macroescala – abrangência internacional, modificando estruturalmente o funcionamento de um pequeno engenho de cana-de-açúcar na zona rural do município de Arari – periferia aos centros de poder no Brasil. O impacto proporcionado alteraram as relações sociais onde essas redes alcançaram, em uma via de mão dupla.

Agradecimentos

Ao Senhor Oswaldo Sena Prazeres pelo acolhimento e disposição em contribuir com esse estudo.



Bibliografia

- Batalha, J. F. (2002). *Navegadores do rio Mearim e os marítimos do Arari*. São Luís: Editora Lithograf, 71 p.
- Caldeira, J., Carvalho, F. de, Marcondes, C. & Paula, S. G. de (1997). *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 365 p.
- Canedo, E. V. S. (2008). *Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição das terras e atividades agrícolas*. São Luís: Gráfica e Editora Interativa, 2ª edição, 154 p.
- Carvalho, R., & Marques, T. (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. Porto: GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Nº 16, 81-98.
- Ferlini, V. L. do A. (1988). *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ferro, M. (2017). *A colonização explicada a todos*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 190 p.
- Marques, C. A. (1870). *Diccionário histórico-geographico da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. Frias, 558 p.
- Merseyside Maritime Museum. *Documento sobre a Preston Engineering Company Ltd.* [Consultado em 15 de agosto, 2021]. Obtido na <https://www.liverpoolmuseums.org.uk/artifact/fawcett-preston-engineering-company-ltd>
- Pereira Filho, J. F. (2015). Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. *Anais da VII Jornadas Internacionais de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA*, São Luís.
- Westerdahl, C. (1992). The Maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, n. 21, 5-14.
- Viveiros, J. (1954). *História do Comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 360 p.
- Yanmar. (1954). *História da Yanmar*. Obtido na <https://yanmar.com/br/about/history>. [Consultado em 15 de agosto, 2021]
- Entrevistas:** Oswaldo Sena Prazeres. Entrevista [ago. 2021]. Entrevistador (es): Josué Lopes Santos & Willian Carboni Vian

ARTIFACTS, HERITAGE, IDENTITY, AND SITE PROTECTION: A JOURNEY INTO PUBLIC ARCHAEOLOGY IN THE MIDDLE SENEgal VALLEY

ARTEFACTOS, PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E PROTECÇÃO DE SÍTIO: UMA VIAGEM NO SEIO DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO VALE MÉDIO DO SENEGAL

Recebido a 30 de setembro de 2021

Revisto a 13 de setembro de 2021

Aceite a 28 de setembro de 2021

Alioune Deme

Archaeology Laboratory, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar,
Senegal

alioune.deme@ucad.edu.sn

Moustapha Sall

Archaeology Laboratory, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar,
Senegal

moustapha1.sall@ucad.edu.sn

Ousmane Sow

Graduate student, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar, Senegal
ousmane12.sow@ucad.edu.sn

Mariama Ba

Graduate student, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar, Senegal
mariama15.ba@ucad.edu.sn

Aissata Thiam

Graduate student, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar, Senegal
athiaiba@gmail.com

Oumar Sow

Master student, Department of History, Cheikh Anta Diop University, Dakar, Senegal
fromfouta10@gmail.com



Abstract

The Middle Senegal Valley is a floodplain that, in the past, has attracted several groups. This is evidenced by the hundreds of listed archaeological sites; the vast majority of which has not been excavated. The lack of direct historical connections between the sites and local populations makes sites protection a major issue amid threats by natural and anthropogenic agents. Some baby steps initiatives are taken to try to change the situation. They combined scholarly activities and the necessity to take into consideration the political, social and cultural contexts in which fieldwork is undertaken. The strategies consist of taking in account the point of view, attitudes and aspirations of local communities and the possibilities that archaeology offers as a tool for education and peace. This chapter highlights three cases of successful public archaeology work in the Middle Senegal Valley.

Keywords: Public archaeology, open archaeology, collaborative archaeology, peace archaeology, Middle Senegal Valley, Walalde, Meri, Diongui – Thikite.

Resumo

O vale do Médio Senegal é uma planície de inundação que, no passado, atraiu vários grupos humanos. Tal é evidenciado pelas centenas de sítios arqueológicos listados ainda que a grande maioria dos quais não foi escavada. A falta de conexões históricas diretas entre os sítios e a população local torna a proteção dos sítios um grande problema que se torna mais evidente quando nos deparamos com fenômenos tafonómicos como os agentes naturais e os antrópicos. Algumas iniciativas são tomadas para tentar mudar a situação. Elas combinam atividades acadêmicas e a necessidade de levar em consideração os contextos políticos, sociais e culturais nos quais o trabalho de campo é realizado. As estratégias consistem em levar em consideração os pontos de vista, as atitudes e as aspirações das comunidades locais e as possibilidades que a arqueologia oferece como instrumento de educação e paz. Este capítulo destaca três casos de sucesso da arqueologia pública no vale do Médio Senegal.

Palavras-chave: Arqueologia Pública, Arqueologia Aberta, Arqueologia Colaborativa, Arqueologia da Paz, Vale do Médio Senegal, Walalde, Meri, Diongui – Thikite.

1. Introduction

Archaeology has never been for archaeologists only. Even though the scientific research is conducted by archaeologists, the results and the fieldwork involved other stakeholders: general public, local communities, government agencies and the scientific communities (Okamura & Matsuda, 2011). This wider use of the archaeological knowledge is due to the recognition that, besides scientific and scholarly purposes, archaeology is relevant to society in terms of education, identity building, economic development, peace, and heritage protection.

The Middle Senegal Valley (hereafter MSV) is populated mostly by the Halpuular who constitute 89.5% of the local population (Gueye, 1998) and are organized into several specialist groups (Kane, 1973; Kyburz, 1994; Schmitz, 1986; Wane, 1969). Kane (2004) who has analyzed the spatial distribution of the ethnic groups across the Middle Senegal Valley, revealed the presence of pockets of Soninke, located mostly in the east [(called sebbe alambe; (in reference to the kingdom of Galam)] and of other ethnic groups members who were later assimilated by the Pulaar (called sebbe wuronkobe). According to Schmitz (*idem*), the term sebbe used to characterize the Wolof, the Seereer and the Soninke, was invented during the 14th century amid the domination of the MSV by the Fulani Denyanke dynasty. This ethnic diversity is the byproduct of several episodes in the rich history of the area.

Archaeological sites were not considered by the majority Haalpulaar as part of their local heritage. The Haalpulaar, who are Muslim, stress that the sites were not built by their ancestors, but rather, by the Seereer, an ethnic group living now in the center of Senegal. Oral records affirm the Seereer left the MSV with the arrival of Islam during the second millennium AD (Gravand, 1983, Chavane, 1985). Because of the lack of direct historical and religious connections with the archaeological sites, local populations did not care about them. Worst, they take the sherds from the sites for the paving of bathroom floors. New strategies were needed to solve that problem. This paper reports on activities that have helped foster education, identity building and archaeological sites protection.

2. The Middle Senegal Valley: background

The Middle Senegal Valley is a reasonably fertile floodplain located at the core of the African semi-arid climate zone known as the Sahel which is located within the zone



of 300 mm to 500 mm mean annual rainfall. The division of the year into a rainy and a dry season is caused by the fluctuating position of the moisture-bearing Inter Tropical Convergence Zone (ITCZ) during the year (Deme, 1991). In the West African Sahel, the overall atmospheric circulation is under the influence of desiccating anticyclones that bring dry winds from the northeast. The climate today is characterized by high inter-annual variability and, in the past, by major climate fluctuations at the scale of decades, centuries, or millennia. Since the beginning of the Holocene, many climate fluctuations have engendered environmental degradation and ecological changes at both the regional and the local scales (Elouard, 1962, Michel 1973, Petit Maire, 1979).

The floodplain and a diverse hydrography have made the MSV an economic, social, and cultural contact zone between the Sahara and the Sahel. It played a very important role in West African Prehistory during the last millennium BC and the two millennia A.D. (Deme, 2003, 2019, R. McIntosh et al., 2016). Early written information about the region came from Arab historians and geographers (Cuoq, 1975, Levzion & Hopkins 2000). Oral and Arab records suggest that, during the second millennium AD, the MSV was the location of several polities such as the kingdom of Takrur (A. Ba, 2002, Bocoum, 1986, Chavane, 1985, Delafosse, 1934, 1963, 1972).

Takrur was the most important polity. Cuoq mentions that, during the 10th century, Takrur was involved in slave raiding, trade in salt and gold. Rival to the Ghana Empire, Takrur was influenced by Islam. The king of Takrur (War Jarbi) was even converted to Islam and his son, Ben Rabbis, was a general in the Almoravid army. Takrur was so important and so famous that its name ended up being associated with all West Africa (Naqar, 1969). The privileged geographic, economic, and cultural location of the MSV hastened its domination by the Ghana and Mali empires. The hundreds of surveyed archaeological sites are witnesses of that dynamic past (Figure 1).

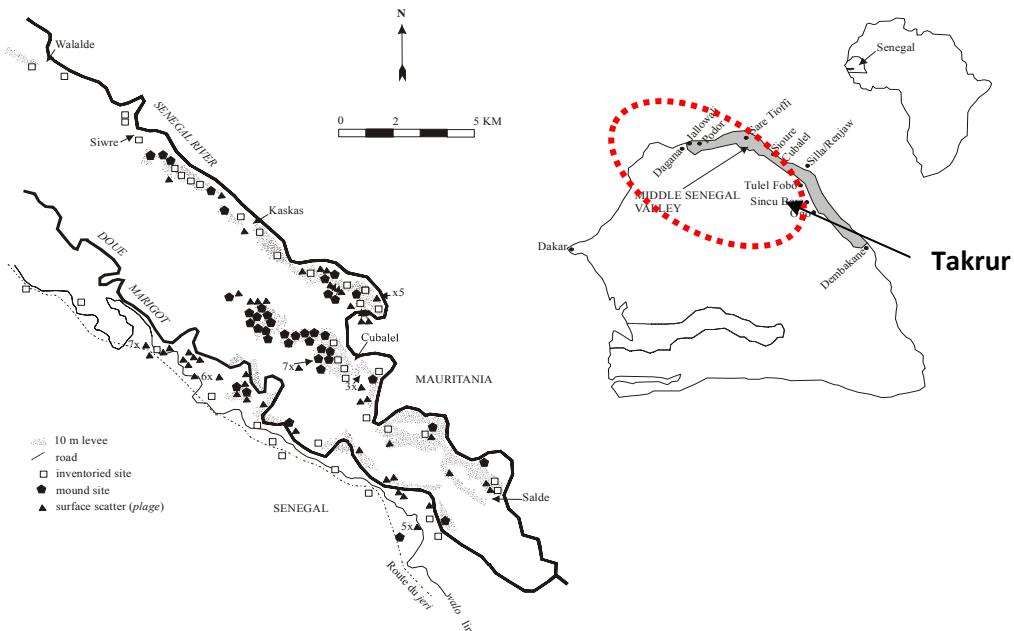


Figure 1 - Estimated location of the Kingdom of Takrur. The map on the left show archaeological sites found in the Middle Senegal Valley Archaeological Project study region. Source: redrawn from Deme, 2003, p. 50.

There are several topographic units, defined in terms of geomorphology, present-day land use, and perception. Each unit has its specific pedology, grass cover, tree species and a specific use. A lateral cross-section of the MSV first established by Elouard (*op. cit*) shows the existence of three major human exploitation zones that are defined by the topography of the floodplain: 1) the floodplain (*walo* in Pulaar); 2) the non-inundated areas outside the floodplain (*jéri*) and 3) the transition zone between the two (*jejeengol*) (Figure 2). Each exploitation zone is defined based on its topography, pedology, and historical experience with subsistence and settlement activities.

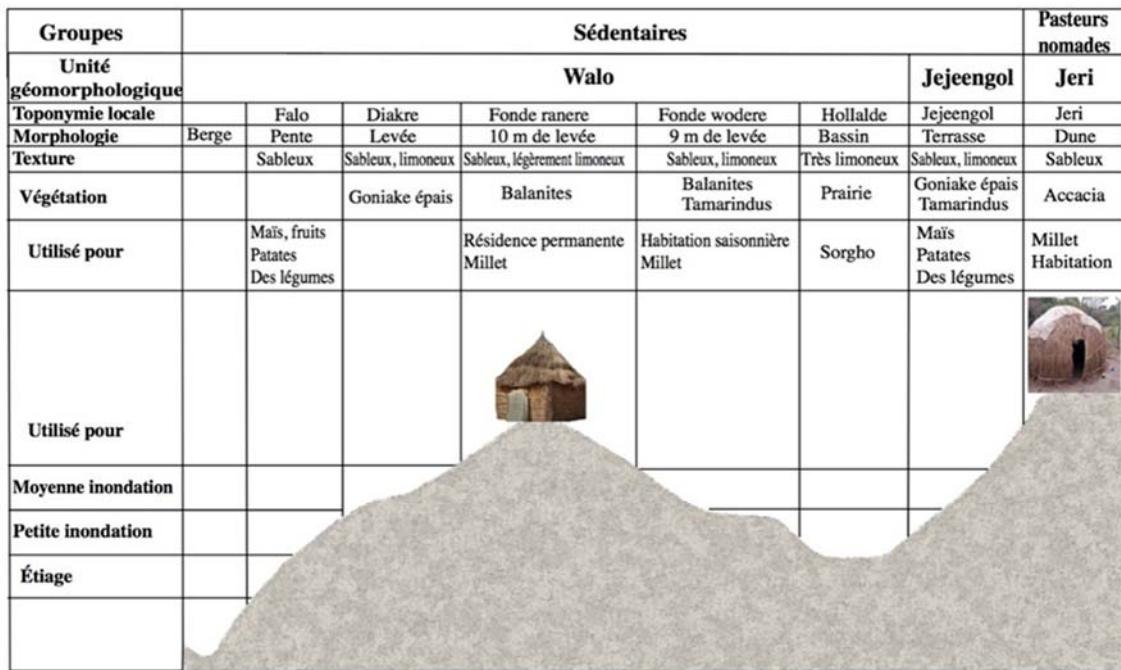


Figure 2 - Geomorphological section of the Middle Valley of the Senegal River. The high levees, which are non-floodable and permanently habitable, were 100% prospected. Source: Deme, 2019, p. 5.

3. Threats to archaeological sites

Schiffer (1972) has demonstrated the need for archaeologists to take into consideration processes of formation of archaeological contexts. For him, before analyzing the artefacts, archaeologists must first understand the process of aggregation, the movement of artefacts and the abandonment of activities. Before interpreting the relationships between artefacts, it is necessary to ensure that these relationships as discovered in an archaeological context were caused by man in the past and not by disturbance agents such as rain, wind or humidity (Schiffer, 1987). These warnings are very important in the MSV where archaeological sites are threatened by anthropic and natural agents.

Anthropic threats: There are several development programs undertaken in the MSV. In its search for food sovereignty and self-sufficiency, the Senegalese government, in partnership with its international financial partners and the private sector, has invested billions in local currency with the aim for an agricultural revolution in Senegal. The country is aiming at producing enough rice (the dominant staple) and vegetables such as

onion, potatoes, tomatoes... These policies involve the constructions of road to transport the products to Dakar (the main port and the biggest market). Unfortunately, amid the lack of systematic CRM, sediments and artefacts from archaeological sites are washed away and used during the construction of roads, agricultural facilities and developments. This was particularly the case for Grands Kaskas and Diongui - Thikité that were completely destroyed to build dikes.

The other anthropic disturbance agents are local populations who take sherds from the site to build or renew bathroom floor. Moreover, pastoralism is also a threat: the herd breaks and displace artifacts such as sherd: disturbing the archaeological context (Figure 3).



Figure 3 - Herd crossing the Meri site looking for pasture. Source: Photo taken by M. Ba

Naturel threats. Climate change is the biggest threat. According to the European Environment Agency, climate change is real, persistent and long-lasting. The agency predicts, among other things, "an increase in temperature from 1.4 to 5.8 ° C by the year 2100, an intensification of the hydrological cycle, with increased intensity of precipitation, but at the same time more frequent droughts in the arid and semi-arid areas, a sea level rise of 0.09 to 0.88 m by 2100 and an increased frequency of storms locally" (UNESCO, World Heritage Center, 2007, p. 17).

Climate change has an adverse effect on heritage, artefacts and archaeological sites. For example, heavy rains affect the composition and position of the surface material causing the displacement of artefacts; and, therefore, the formation of new archaeological contexts and new associations that have nothing to do with anthropogenic actions. Another example comes from England where, in 2002, the English Heritage organization commissioned studies which showed that climate change affects soil texture and moisture, which ultimately affects artefacts (Cassar & Pender, 2005). This humidity also affects plant and genetic materials. The latter, thanks to the advancement of science, are increasingly proven to be a very important source of information to understand the past.

As a result, it is now accepted that climate change is one of the natural disruptors of archaeological and heritage contexts. This has serious consequences, including a threat to the Outstanding Universal Values of some World Heritage sites. According to Hambrecht and Rockman: “(...) the threats of climate change to cultural heritage will seriously damage our common historical heritage. Damages to a cultural heritage site can result in the loss of irreplaceable cultural, social and economic assets for local, national and global communities. The multitude of uses that cultural heritage serves in society are threatened by climate change, from the formation of community identities to the financial returns of tourism.” (2017, p. 627).

Similar climate change induced damages can be done to the archaeological sites.

As stated in the 2007 World Heritage Center report; “Climate change will be accompanied by a number of changes in environmental conditions that could threaten the evidence buried in the ground by exacerbating the mechanisms of disintegration of archaeological sites. Archaeological evidence is preserved in the soil because it has reached a balance with the hydrological, chemical and biological processes of the soil. Changes in these parameters may make the level of survival of sensitive materials lower (...). But the greatest concern for archaeological evidence, compared to other types of property, is that climate change may compromise the conservation of valuable evidence, the existence of which is not yet known.” (*idem*, p. 52).

While initiatives are taken by organizations and governments in North America, Europe, Asia and Australia to counter these damages, this is not the case in Africa. The situation is direr in sub-Saharan Africa where the threats and impacts of climate change

are increasing in intensity (causing flooding and rapid erosion) and the overwhelming majority of sites have not been excavated.

The MSV is a perfect showcase to demonstrate the harmful effects of climate change on archaeological sites and heritage. The archaeological sites are constantly exposed to climatic risks and damages: floods and rapid erosion caused by extreme precipitation, mixing of artefacts, destruction of plant material and genetic evidence, and disturbance of the stratigraphy. Periodic heavy rains create gullying and transport of sediments and artifacts from the top to the bottom (Figure 4). It is also extremely difficult to collect paleo DNA because the preservation conditions are not the best (Wang et al., 2020). As a result, we risk to never know entire sections of the past genetic history, paleopathology, genetic mutation, and subsistence evolution.



Figure 4 - Gullies at Walalde. Source: Photo taken by Deme.

4. Public archaeology as a solution?

To counter threats on archaeological sites, it was necessary to change first the attitude and mindset of the populations towards these same sites. One important step was to resolve the deficit of information related to the MSV archaeology. Archaeological processes, practices, and works are published in French and are hence not accessible to the majority of the population. It was important to make archaeology and archaeological sites relevant and meaningful to local populations. We decided to open a dialogue with local authorities and other stakeholders including students in order to inform them about

MSV Archaeology and its findings, and convince them to take ownership of the site as part of their local land, Senegalese, African, and world history. This dialogue which is necessary in knowledge production during archaeological practice in an African setting (Pikirayi, 2015) is also fundamental for site protection.

Hence, to solve the deficit in archaeological information, an amateur documentary production unit called Hispam Videos¹ was created by Deme, Sall, and their students to produce archaeological and historical documentary films. The documentaries are then posted on youtube with one French version and one version in the local language. It was one way to restitute their history to the local populations, but also to educate and, hopefully, motivate. Media archaeology has the potential to be a powerful tool in local community acceptance of local archaeological site. It plays a major role in making archaeology popular and fascinating to the public (Moshenshka, 2017). Walalde is a good example.

Collaborative archaeology at Walalde: Walaldé is so far one of the two sites in Senegal that provides initial insights in the last millennium BC occupation process of the MSV and the contacts with the Sahara. Radiocarbon dates and a remarkably consistent material culture have pushed back the beginning of the occupation of the Middle Senegal valley to 800 cal BCE. Data showed an evolution from transition Late Stone Age-Iron Age with the initial use of iron, followed by iron smelting and forging (500 BCE) and after 500 BCE the use of copper with a distinctive chemical signature of Akjoujt mines (Mauritania) (Deme, 2003, Deme & McIntosh, 2006).

Data from Walalde recovered by Deme (2003) showed “evidence of what some call the “holy grail” of later West African prehistory, namely the LSA-IA transition. There are virtually no other LSA deposits in the Ile a Morphil, despite the river having been a natural attractor for populations forced to find refuge from the drying Sahara of the last few millennia BCE. With ceramics of a transitional nature, with some lithics mixed with more typical Iron Age materials, this remains one of the very few sites we possess in the sub-continent with an in situ transition (another being Akumbu in the Malian Mema [and check S.Dupelchen]).” (McIntosh, Deme, Thiaw et al., 2014, p. 2). Moreover, Walalde dates are among the few to come from stratified excavations and in a controlled manner.

¹ HISPAM is the acronym for Histoire, Préhistoire et Archéologie Médiévale.



This importance of Walalde in the prehistory and protohistory of Africa attracted the attention of the people of Walalde. During a training and research mission with students, we were well received by the Mayor, who offered us food and accommodation. We used this surplus to invite each day the Vice Mayor and, sometimes, some other leaders to share meals with us and to discuss with them the data collected and their preliminary implication. We invited them sometimes to the site. We also made interviews on metallurgy and pottery in the area and on the history of Walalde as well. All these scholarly and open archeology activities were included in a documentary film called "Hamady Walalde, le premier habitant du Fouta" which was posted on Youtube². The film had a French and a Pulaar versions. For the Pulaar version, we enlisted the help of Pulaar celebrities and cultural activists to lend their voices. The documentary was well relayed by the Senegalese media.

The documentary was very well received. It created enthusiasm, pride. Better still, the archaeological data and the film began to be used in the reaffirmation of identity. Walalde's history and socio-demography are linked to the *cebbe* (warriors group). For the inhabitants of Walalde and their diaspora, the archaeological data push back the historical grandeur of the village long before Farba Walalde (a leader who dominated the region during the second millennium A.D) (Kane 1986). The site was integrated into the *Cebbagu* (the pride and values of being *Cebbe*). Site visits and conferences were organized during the village annual homecoming. With the integration of the site into the history of the land, endogenous proposals arose such as the fencing of the site and an eco-tourism project. These initiatives are in the draft stage, but they show how far we have come.

The documentary was a powerful and galvanizing tool that emulated a few other villages in wanting archaeologists do research in their zones and in protecting their own site. Meri is an example.

Open archaeology at Meri: According to Deme (2003), Meri is among the largest MSV archaeological complex. Composed of 8 sites, it covers more than 12 ha. In fact, almost the whole village of today Meri sits on part of the archaeological cluster.

² <https://www.youtube.com/watch?v=xkmA7RYkGgM>

The quite exceptional geographical location of the site (located in *Jejeengol* where the large villages are today) favors the practices of several agro-pastoral activities. It is probably this factor which could have played a role in the large number of archaeological sites found in this area, especially since it does not present too many constraints as it is the case in the *Walo* where the populations must settle on the 9 – 10 m levees (M. Ba 2016) (Figure 5).

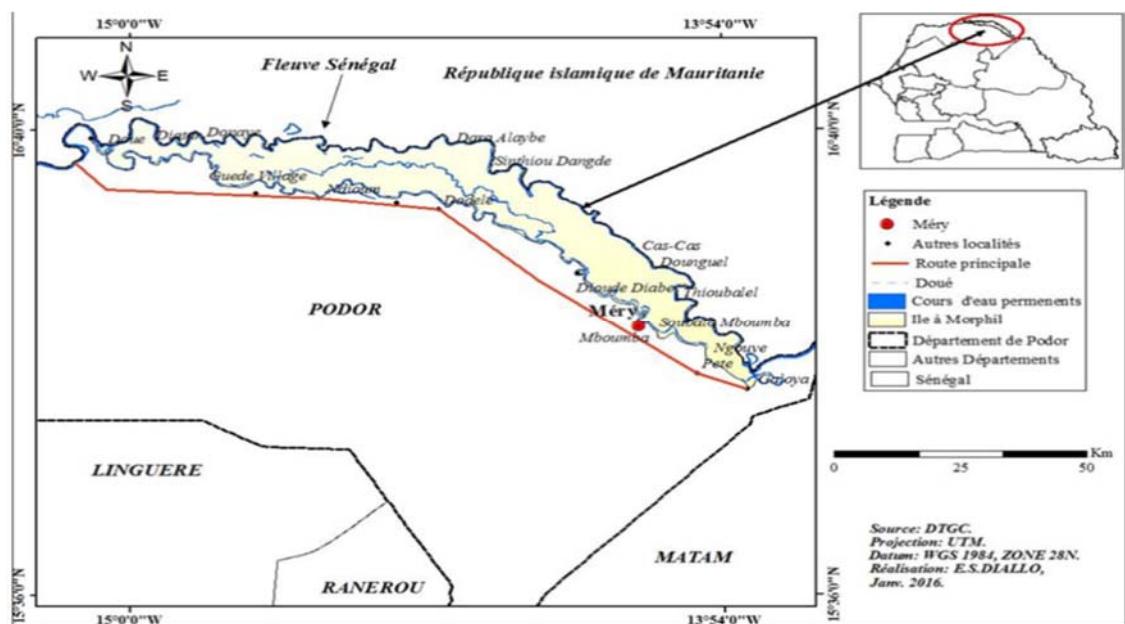


Figure 5 - Location of Meri. Source: M. Ba, 2016.

A training and research mission was organized in Méry. Discussions with the local populations and the Mayor resulted in a great awareness of the site during the excavations. In fact, some populations ended up sometimes bringing us graciously meals on the site. In their view, it was a way to say thanks since what we do aims to enhance their village and their culture. Moreover, since part of the site was used as a garbage dump, the City Council decided to put a sign prohibiting the dumping of garbage on the site under penalty of a fine (Figure 6).



Figure 6 - Sign posted by the City of Meri prohibiting the deposit of garbage under penalty of a fine. Source: M. Ba.

5. Peace archaeology at Diongui – Thikite

In March 2020, the Ibnou Massaer Diagne archaeology lab was informed of the fortuitous discovery in the villages Diongui and Thikite of stones with Islamic epigraphs.

The stones (laterite blocks) were accidentally discovered around the Diongui-Thikité irrigated perimeter three months earlier. They quickly went viral on social networks. They became the object of pilgrimage because they were considered as stones "descending from heaven". With funding from the Senegalese Minister of Higher Education, Research and Innovation, a rescue archeology mission was dispatched to the area.

The archaeological sites were first mentioned by Martin and Becker (1974), then by Thilmans (1980), and by Deme (2003) who studied their surface material. There were two sites. The one located one kilometer from the village of the Diongui and commonly called *Toulel Diongui* (the Diongui hill), corresponds to site MB3 mentioned by Deme (2003). It is a 2m high mound with a large amount of well-preserved surface ceramic, burials, slag, and other materials. The other site MB4, is a small archaeological

accumulation (called plage), now used as soccer field by the Thikite youth (Figure 7). Deme (2003) mentioned that the surface material of both sites corresponded to Phase IV (950-1200 AD) in the ceramic chronology established in 1990-1992 by during the MSV Project³. That phase is chronologically associated with the arrival of Islam in the MSV.

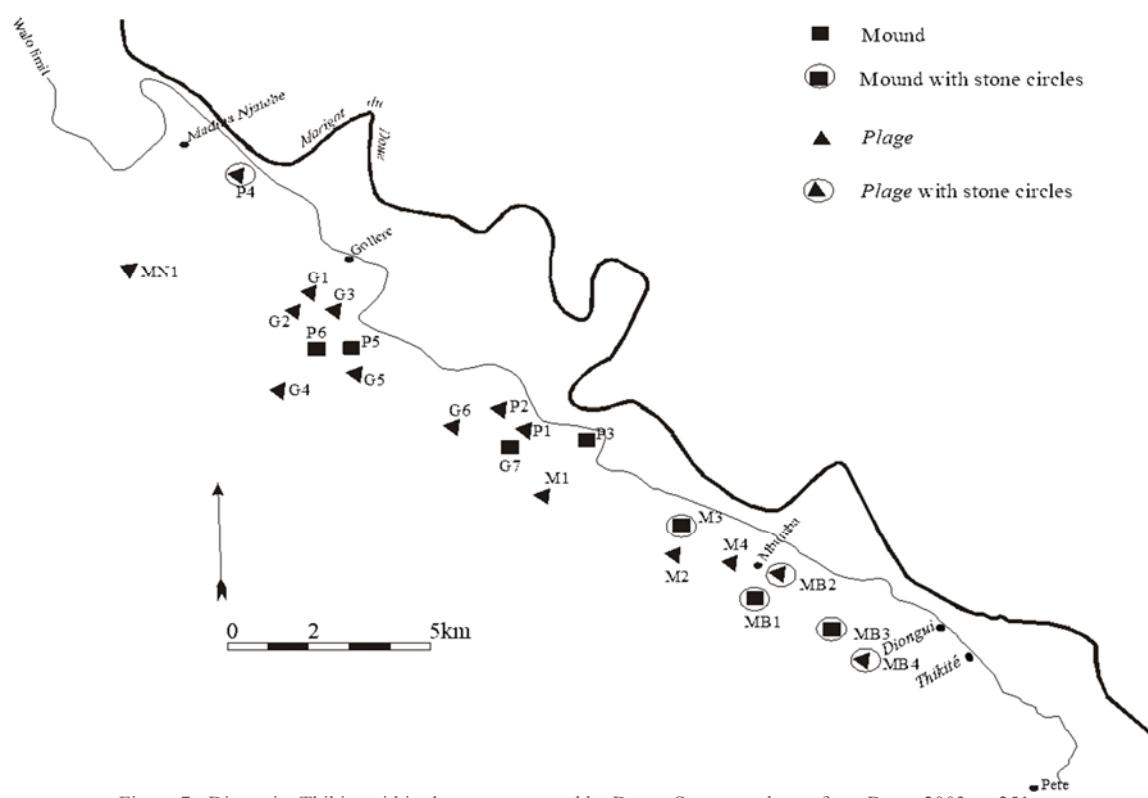


Figure 7 - Diongui – Thikite within the zone surveyed by Deme. Source: redrawn from Deme 2003, p. 251.

The Islamic epigraphs mentioned the names of Allah and Prophet Muhammad (Deme, Sall et al., forthcoming) (Figure 8). For the Diongui – Thikite populations, these holy names mean the stones are from heaven: hence sacred. This engendered a dispute between the two villages over the control and the ownership of the stones.

³ The MSV Project was a major and extensive multistage research project designed to procure data necessary to establish reliable foundation for understanding the economic, social, and political development of the MSV over the past two millennia. It was led by Susan McIntosh, Roderick McIntosh, and Hamady Bocoum.

This case was not about negotiation and conflict over meaning (Merriman 2004, p. 5) but rather about a disputed heritage between two villages, each of whom wanted to take ownership of the Islamic epigraphs to claim the importance of their heritage, place and people. Hence, we were dealing with a single past with competing claims of ownership aimed at strengthening claimants' identity, belief system, ontology, and place in the world.

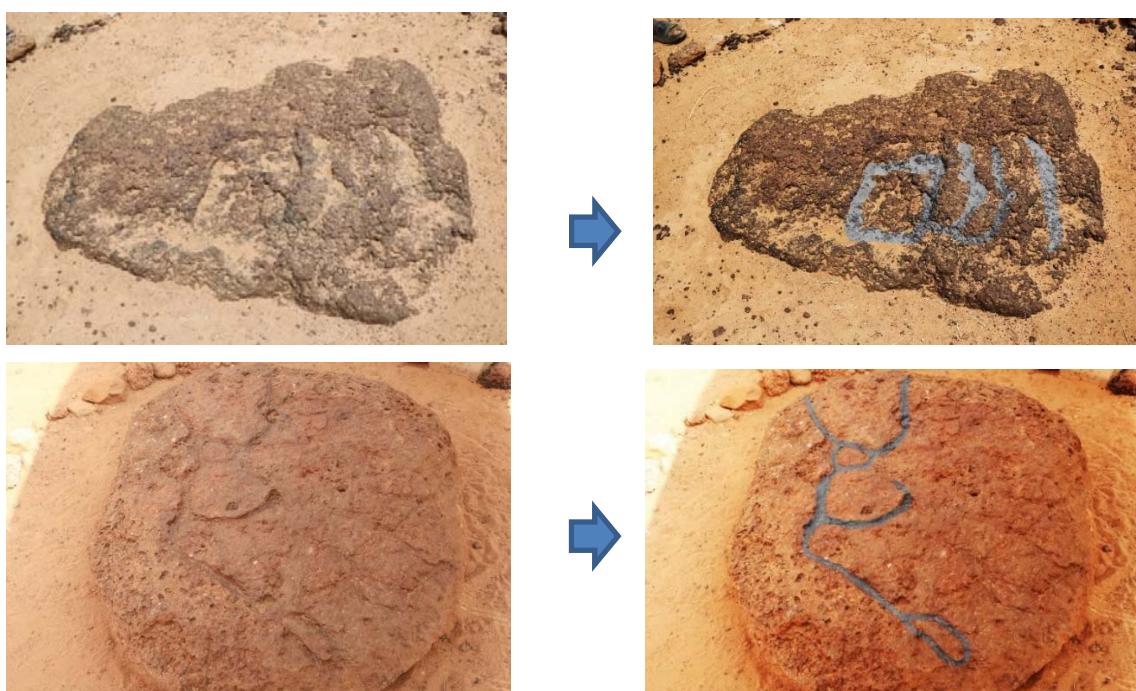


Figure 8 - Islamic epigraphs on laterite block mentioning the name Allah (top) and Mohammad (bottom). Source: Deme, Sall et al., forthcoming

Archaeologists in that context will directly have to face the challenges related to the politics of the past through dispute over the material culture. However, this is not the case of different pasts. Instead, it is the case of a single past that has such an important meaning, that, in the eye of different villages, its ownership should be special.

Soft skills were needed. Because we are archaeologists, villagers see us as endowed with scientific knowledge, method, and theory. This generates esteem and respect from them. That esteem and respect, give us the possibility to be peace archaeologists (Little, 2009). The ownership of the artifact needed to be reflected on how the artifact is represented, portrayed and displayed. The control of the past included a control over the picture and over the name of the site. Images are very important in archaeology. They are lasting record of archaeological contexts as well as a visual proof

and source in our interpretation of the past. We took the following decisions: after our research, each village will keep its already claimed stones, the site MB 4 (the naming of which should reflect dual ownership) will be called Diongui – Thikité. That name was used in all the forms and in the photo board (Figure 9). This was a special experience in the practice of archeology and in the production of meaning in a context of inter subjectivity between two different understandings of the past (secular, critical, and fact driven VS. religious, intuitive, and identity driven).

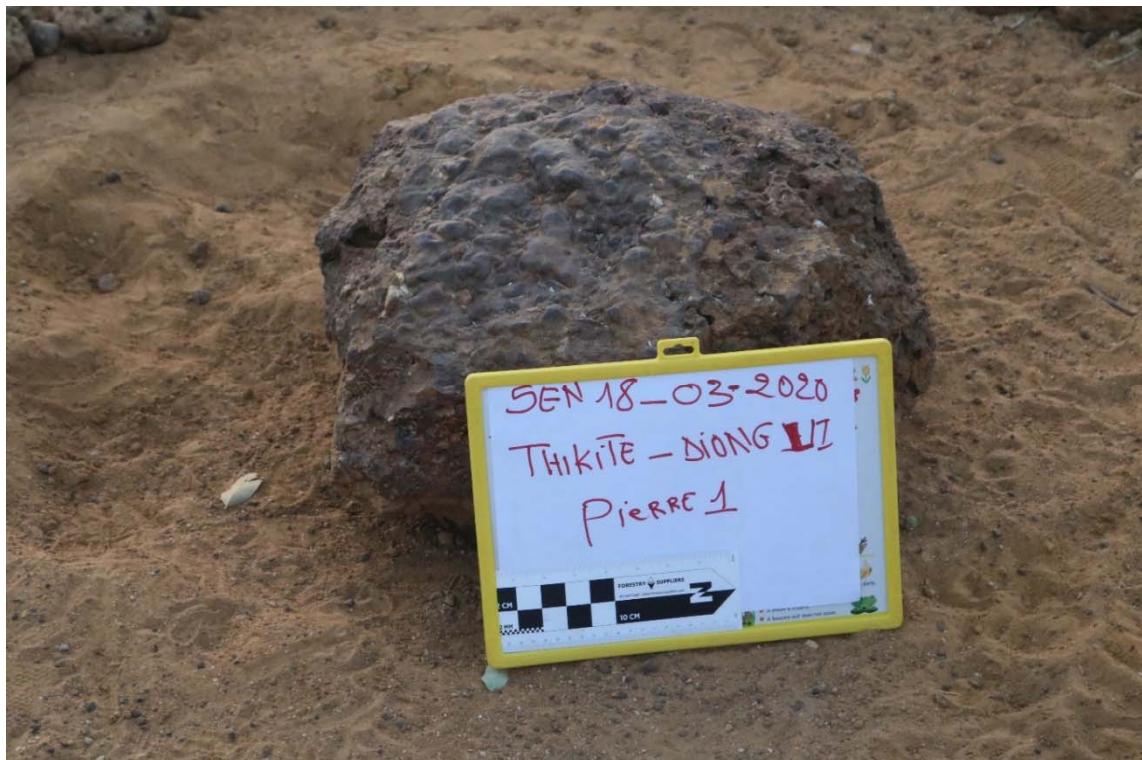


Figure 9 - Photo board reflecting the agreement on the shared past between the villages of Diongui and Thikite. Source: Deme, Sall et al., forthcoming.

6. Conclusion

The hundreds of archaeological sites in the MSV are threatened by natural and anthropogenic factors. To curb this threat, it is necessary to increase research campaigns and to combine scholarly activities with public archaeology initiatives. Our efforts have begun to pay off. Examples from Walalde, Meri and Diongui – Thikite, demonstrate that local populations have begun to have a clear sighted view of the role of archaeology in highlighting the history of their locality. They have started to see the social, historical and cultural values of archaeology. In fact, they utilize archaeology to create meaning that is used to reinforces identity (increasing the cultural value of the group) and pride.

We are witnessing a shift from previous assumption that sites are not part of the local history to new ones that go with the acceptance and integration of the archaeological sites into the general and long term history of the *leydi* (ancestral land). This is far from being a general shift. But we have started to have few cases of the use of archaeological sites to elevate the importance of the *leydi* and its habitants. This has led to local campaigns and actions to protect these archaeological sites (decision to fence the site, help from emigrants, signs to protect sites, sharp increase in the number of students from the area specializing in archaeology and working in the archaeology of their communities). This is a new beginning that hopefully will spread!

References

- Ba, A. (2002). *Le Tekrur, des origines à la conquête par le Mali [VI^e - XIII^e siècle]*. R. CRIAA-Nouakchott. Dakar: IFAN/UCAD.
- Ba, M. (2016). *Recherche archéologique sur le site Protohistorique de Méri (Moyenne Vallée du Fleuve Sénégal)*. Mémoire de Master, Université Cheikh Anta Diop
- Bocoum, H. (1986). *La métallurgie du fer au Sénégal: approche archéologique, technologique et historique*. Thèse 3^{eme} cycle. Université Paris I.
- Cassar, M. & Pender, R. (2005). “The impact of climate change on cultural heritage: evidence and response”. In Verger, I. (ed.) (*Proceedings ICOM Committee for Conservation: 14th Triennial Meeting*). James & James, 610-616.
- Chavane, B.A. (1985). *Villages de l'ancien Tékrour*. Paris: Karthala.
- Cuoq, J.M. (1975). *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII^e au XIV^e siècle*. Paris: CNRS.
- Delafosse, M. (1934). “Takrur”. In *Encyclopédie de l'Islam*, IV, Leiden: E.J. Brill
- Delafosse, M. (1963). *Chroniques du Fouta Sénégalaïs, traduction de deux manuscrits arabes inédits de Siré Abbas Soh*. Paris: Ernest Leroux.
- Delafosse, M. (1972). *Le Haut-Sénégal-Niger*. Paris: Larose.
- Deme, A. (1991). *Evolution Climatique et processus de mise en place du peuplement dans l'Île A Morphil*. Mémoire de Maîtrise. Université Cheikh Anta Diop.
- Deme, A. (2003). *Archaeological investigations of settlement and emerging complexity in the Middle Senegal Valley*. Doctorate Thesis, Rice University, Houston, Texas.
- Deme, A. (2019). Études archéologiques du peuplement de la Moyenne Vallée du Fleuve Sénégal: résultats depuis les années 90. In *Afrika Zamani*, n°. 27, 1-14.

- Deme, A., & McIntosh, S. K. (2006). Excavations at Walaldé: New light on the settlement of the Middle Senegal Valley by iron-using peoples. In *Journal of African Archaeology*, 4(2), 317–347.
- Deme, A. Sall, Thiam, M., Ba, A., Ndiaye, M., Seydi, M., Diouf, O. S., Sakho, M., Tall, F., Diouf, H., Mane, J.A., Ba, L., Cisse, A.M. & Traore, N. K. Forthcoming: “Découvertes d'épigraphies islamiques à Diongui-Thikité (Moyenne Vallée du Fleuve Sénégal)”. In *Annales Faculté des Lettres*.
- Elouard, P. (1962). *Etude Géomorphologique et hydrogéologique des formations sédimentaires du Guelba mauritanien et de la Vallée du Sénégal*. Mémoires B.R.G.M. № 7.
- Gravrand, H. (1983). *La civilisation sereer: Cosaan: Les origines*. Dakar: Nouvelles Editions Africaines.
- Guèye, N.S. (1998). *Poteries et peuplement de la Moyenne Vallée du Fleuve Sénégal du XVI^e au XX^e siècle: Approches ethnoarchéologique et ethnohistorique*. Thèse Doctorat et lettres. Nanterre: Université de Paris X.
- Hambrecht, G. & Rockman, M. (2017). International Approaches to Climate Change and Cultural Heritage. In *American Antiquity*, 1-15. DOI:[10.1017/aaq](https://doi.org/10.1017/aaq).
- Kane, O. (1973). Les unités territoriales du Futa Toro. In *Bulletin de l'IFAN*, Serie B, 35 (3), 614-631
- Kane, O. (1986). *Le Fuuta Tooro des Satigi au Almaami*. Thèse d'Etat, Université Cheikh Anta Diop.
- Kane, O. (2004). *La première hégémonie peule Le Fuuta Tooro de Koli Tenella à Almaami Abdul*. Paris: Karthala.
- Kyburz, O. (1994). *Les hierarchies sociales et leurs fondements idéologiques chez les populations halpularen (Sénégal)*. Doctoral thesis. Nanterre: Université Paris X.
- Levtzion, N. & Hopkins, J.F.P. (2000). *Corpus of early Arabic sources for West African history*. Princeton: Markus Wiener.
- Little, B. (2009). “What Can Archaeology Do for Justice, Peace, Community, and the Earth” *Historical Archaeology*, 43 (4), 115-119. Retrieved September 5, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/25617585>.
- Marie, M. (2010). Quand ethnologue et imam croisent leurs plumes: voyage au pays de l'anthropologie collaborative. In *Cahiers d'études africaines* [En ligne], 198-199-

- 200 | 2010, mis en ligne le 02 janvier 2013, consulté le 19 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/etudesafricaines/16435>.
 DOI: [10.4000/etudesafricaines.16435](https://doi.org/10.4000/etudesafricaines.16435).
- McIntosh, R., Deme, A. & Thiaw, I. et al., (2014). Linking Radiocarbon and Archaeomagnetism to Improve Radiometric Dating along the Middle Senegal River Valley, Senegal, Western Africa. NSF proposal.
- McIntosh, R., McIntosh, S. & Bocoum, H. (2016). *The search for Tékrou: Archeological excavation and Reconnaissance along the middle Senegal Valley*. New Haven Yale University Publication, Anthropology department, N ° 93.
- Merriman, N. (ed.) (2004). *Public Archaeology*. London: Routledge.
- Michel, P. (1973). *Les bassins des fleuves Sénégal et Gambie: étude géomorphologique. Mémoire ORSTOM, N° 63*, Paris.
- Moshenshma, G. (2017). Public archaeology as practice and scholarship where arcaeology meets the world. In G. Mosjenska (ed.) *Keys concepts in Public archaeology*. London, UCL Press, 1-13.
- Naqar, U.A. (1969). Takrur: the origin of a name. In *Journal of African History*. X (3), 365-374.
- Okamura, K. & Matsuda, A. (2011). Introduction. In Matsuda, A. and Okamura, K. (eds.) *New Perspectives in global public archaeology*. New York: Springer, 1 – 18. DOI: [10.1007/978-1-4614-0341-8_1](https://doi.org/10.1007/978-1-4614-0341-8_1).
- Petit Maire, N. (ed.) (1979). Le Sahara Atlantic à l'holocène: peuplement et écologie. In *Mémoires du centre de recherches anthropologiques, préhistoriques et ethnographiques*. XXVIII, Alger.
- Pikirayi, I. (2015). The future of archaeology in Africa. In *Antiquity*, 531-541. DOI:[10.15184/aqy.2015.31](https://doi.org/10.15184/aqy.2015.31).
- Schiffer, M.B. (1972). Archaeological context and systematic context. In *American Antiquity*, 37, 156-165.
- Schiffer, M.B. (1983). *Formation process of the archaeological record*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Schmitz, J. (1986). L'Etat géomètre: les leydi des peuls du Fuuta Tooro (Sénégal) et du Maasina (Mali). In *Cahiers d'Etudes Africaines*, 26 (103), 349-394.
- Schmitz, J. (1994). Cités noires: les républiques villageoises du Futa Tooro (vallée du fleuve Sénégal). In *Cahiers d'Etudes Africaines*. 34, (133-135), 419-460.

- UNESCO World heritage center 2007 (2007). *Climate Change and World Heritage Report on predicting and managing the impacts of climate change on World Heritage and Strategy to assist States Parties to implement appropriate management responses*. Paris, UNESCO World Heritage Center.
- Wane, Y. (1969). *Les Toucouleurs du Futa Tooro (Sénégal): Stratification sociale et structure familiale*. IFAN, Initiations et Etudes Africaines, 25.
- Wang, K., Goldstein, S., Bleasdale, M., Clist, B., Bostoen, K., Bakwa-Lufu, P., Buck, L.T., Crowther, A., Deme, A., McIntosh, R.J., Mercader, J., Ogola, C., Power, R.C., Sawchuk, E., Robertshaw, P., Wilmsen, E.N., Petraglia, M., Ndiema, E., Manthi, F.J., Krause, J., Roberts, P., Boivin, N. & Schiffels, S. (2020). Ancient genomes reveal complex patterns of population movement, interaction, and replacement in sub-Saharan Africa. In *Sci. Adv.* 6, eaaz0183 (2020).

IMPACT DU TOURISME SUR LE PATRIMOINE CULTUREL IMMATÉRIEL: CAS DE LA PLACE JAMAÄ EL FNA À MARRAKECH

IMPACT OF TOURISM ON INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE: THE CASE STUDY OF JAMAÄ EL FNA SQUARE AT MARRAKECH

Recebido a 31 de agosto de 2021
Revisto a 01 de setembro de 2021
Aceite a 22 de setembro de 2021

Mina El Hilali

Faculté des
Sciences Semlalia
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc
hilali.mina@yahoo.fr

Abdelilah Lissaneddine

École Supérieure de Technologie Essaouira
Université Cadi Ayyad, Marrakech, Maroc
lissaneddine.abdelilah@gmail.com



Résumé

Le duo «Tourisme et Patrimoine» meuble de plus en plus le fond des débats scientifiques notamment celui de l'impact du tourisme sur le Patrimoine. Longtemps considéré comme étant la «baguette magique» qui apporte des solutions rapides et efficaces au développement des sociétés, le tourisme est aujourd'hui au cœur des réflexions qui analysent ses différents effets sur le patrimoine et les cultures locales. Le présent article, étudie l'impact du tourisme sur le patrimoine culturel immatériel de la Place Jamaä El Fna à Marrakech. Il apporte des éléments de réflexion sur l'intérêt de plus en plus porté à la culture au niveau international. Il met l'accent sûr les interactions culturelles entre le touriste et les populations locales. Enfin il met en exergue les particularités, les représentations et la réalité de la place Jamaä El Fna.

Mots clés: Patrimoine Culturel Immatériel, tourisme, impacts, identité, Jamaä El Fna.

Resumo

A dupla “Turismo e Património” constitui cada vez mais a base de debates científicos, nomeadamente sobre o impacto do Turismo no Património. Há muito considerado a “varinha mágica” que fornece soluções rápidas e eficazes para o desenvolvimento das sociedades, o turismo está hoje no centro das discussões que analisam os seus diversos efeitos no Património e nas culturas locais.

Este artigo examina o impacto do Turismo no Património Cultural Imaterial da Praça Jamaä El Fna em Marraquexe. Ele fornece alimento para uma reflexão sobre o crescente interesse pela cultura ao nível internacional. Ele enfatiza as interações culturais entre o turista e as populações locais. Por fim, destaca as peculiaridades, representações e realidade da Praça Jamaä El Fna.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial, Turismo, Impacto, Identidade, Jamaä El Fna.

Abstract

Tourism and cultural heritage are at the basis of scientific debates, notably the impact of tourism on cultural patrimony. Tourism has long been considered a magic solution for

the development of societies. Currently, tourism is seen as a key driver affecting both local culture and heritage.

This paper examines the impact of tourism on the intangible cultural heritage of Jemaa el-Fnaa Square in Marrakech. First, It brings elements of reflection on the growing interest in culture at the international level. Second, it emphasizes the cultural interactions between the tourist and the local population. Finally, it highlights the particularities, representations and reality of Jemaa el-Fnaa Square.

Keywords: Intangible cultural heritage, Tourism, impact, identity, Jamaä El Fna.

1. Introduction

La question du patrimoine immatériel et de son devenir a pris, au cours des dernières années, une tonalité singulière due, d'un côté, aux changements socio-économiques qu'ont subis les sociétés à tous les niveaux, et d'un autre, à l'ensemble des interactions interculturelles au sein d'une globalisation pressante qui menace l'intégrité des identités culturelles des peuples. Si aujourd'hui l'activité touristique a pris une dimension planétaire, elle est souvent perçue, notamment par les sociologues et les anthropologues, comme ayant des répercussions tant positives que négatives sur le devenir aussi bien des sociétés que de leurs cultures. Si l'industrie touristique est un puissant promoteur des destinations, un levier inégalable du développement économique et humain et un moyen efficace de valorisation culturelle des destinations, il n'en demeure pas moins qu'elle est souvent pointée du doigt lorsqu'il est question des effets nocifs que peuvent avoir les déplacements sur les pays d'accueil.

C'est pour cela que l'évaluation de l'impact du tourisme sur les sociétés constitue aujourd'hui l'un des axes majeurs d'une multitude d'analyses relatives aux pays qui adoptent ce secteur comme outil stratégique de développement tant au niveau



économique que social. À cet effet, le choix de la ville de Marrakech, et plus particulièrement de la Place Jamaä El Fna, est significatif à plusieurs égards. D'abord, Marrakech est un gisement culturel privilégié par la richesse de son histoire. Son offre culturelle, autrefois implantée dans le paysage de l'industrie touristique, la classe parmi les villes les plus visitées au monde. Ensuite, le tourisme y constitue un levier de développement local d'une importance extrême puisqu'il permet de dynamiser son économie et de mettre en valeur ses particularités culturelles locales. Et enfin, Marrakech est un lieu qui «pose de manière particulièrement forte la question des interactions entre le processus de patrimonialisation et le développement du tourisme.» (Tebbaa, 2010, p. 58).

La place Jamaä El Fna, dont l'histoire est indissociablement liée à celle de la ville qui l'abrite, s'étale sur une superficie d'un hectare à l'ouest de la Médina de Marrakech. De part sa nature géographique, son positionnement au centre de la ville ainsi que sa surfréquentation par les touristes tant nationaux qu'internationaux, à longueur de journée et durant toute l'année, elle semble être un terrain propice quant à l'évaluation des répercussions que pourrait avoir l'activité touristique sur la culture locale et plus particulièrement sur le Patrimoine Culturel Immatériel.

Une telle entreprise n'est nullement une tâche aisée. Sa complexité est due, d'un côté, à la pluridisciplinarité de toute recherche en tourisme, à la pluralité des perspectives d'analyses dans le domaine ainsi que des outils d'investigation adoptés; et d'un autre, à la nature de l'objet d'analyse lui-même, à savoir Jamaä El Fna. C'est pour cela que notre recherche reposera sur une triple perspective qui s'appuie particulièrement sur une vision comparative entre un état de référence dit initial et son état actuel. D'abord, une perspective spatiale qui s'intéressera aux nouveaux comportements envers la Place et aux diverses évolutions subies par celle-ci en tant qu'espace géographique. Ensuite, la perspective temporelle, en partie indépendante de la précédente, mettra l'accent non pas uniquement sur les mutations perçues au niveau des activités culturelles, économiques, etc. sur la Place mais également sur le processus de la transmission du savoir et des savoir-faire reliés au Patrimoine Culturel Immatériel. Ceci nous permettra d'introduire, enfin, la perspective humaine qui quant à elle, place le porteur du patrimoine au cœur la question.

De la difficulté de l'évaluation d'impact sur le Patrimoine Culturel Immatériel: éléments de réflexion.

2. Évaluation d'impact au Maroc

Le mot «impact» est généralement utilisé pour désigner les retentissements directs ou indirects d'un élément quelconque (événement, processus, activité, projet, etc.) sur un autre (environnement, santé, économie, etc.). Il a été largement défini et utilisé par les spécialistes de l'environnement notamment dans le cadre de l'évaluation de l'impact d'une intervention, d'un projet, d'une action ou même d'une politique sur un environnement donné ainsi que les changements qui en découlent directement ou indirectement. Depuis les années cinquante, l'observation des répercussions négatives qu'avaient certaines activités sur les écosystèmes a incité plusieurs scientifiques à mettre en place des techniques permettant de détecter le degré d'importance de ces répercussions sur l'environnement.

L'évaluation de l'impact a été tardivement introduite dans la législation marocaine et concernait principalement les études d'impacts sur l'environnement. Ce n'est qu'à partir de l'année 2003 que la loi 12.03, promulguée par le Dahir N° 1.03.60 du 10 Rabiï I 1424 (12 mai 2003), BO N ° 5118 du 19 Juin 2003, qui régit les études d'impacts voit le jour. Laquelle loi, bien qu'elle s'inscrive dans la lignée des préoccupations internationales quant à l'évaluation des effets que peuvent avoir certains projets aussi bien étatiques que privés sur l'environnement, présente certaines insuffisances.

En effet, suivant l'article 5 de ladite loi, l'évaluation d'impact est une étape obligatoire et préalable à la mise en œuvre d'un projet quelconque et vise à prévoir les incidences tant négatives que positives sur l'environnement où le projet serait implanté. Or, bien que l'homme y soit mis en première position, il y figure en tant que composante parmi d'autres de cet environnement. Outre la description de l'état initial du site et de ses principales composantes et l'analyse des répercussions aussi bien positives que négatives reliées directement ou indirectement à l'implantation du projet sur le site objet de l'évaluation, préciser les mesures envisagées pour atténuer et remédier à de telles répercussions notamment celles négatives, qu'elles soient permanentes ou temporaires, s'impose.¹

De même, l'article 1 du chapitre 1^{er} de la loi 12.03 considère l'Homme comme étant le principal responsable des modifications susceptibles d'être subies par le «milieu



naturel», les «organismes vivants» et les «activités humaines», notions qui restent vagues et multidimensionnelles. En outre, la liste des projets soumis à l'étude d'impact, présentée en annexe au texte de loi, limite les domaines d'application de ces évaluations. Dans le domaine du tourisme seuls sont concernés les «complexes touristiques, notamment ceux situés au littoral, à la montagne et en milieu rural.»²

Ceci démontre que les retombées économiques sont souvent mises en avant dans toutes les études d'impacts notamment celles reliées aux bénéfices et à la création d'emplois, les changements sociaux et culturels restent, quant à eux, relégués au second plan.

3. Un intérêt de plus en plus porté à la culture au niveau international

L'observation des interactions culturelles entre le touriste et les populations locales des pays récepteurs a alimenté une nouvelle conception du tourisme en tant que système «ouvert» (Santana, 1997, p. 50) qui dépasse de loin le besoin de détente et de découverte chez les individus. Il est d'abord, une expression culturelle classé dans le rang des «influences modernisatrices de l'instruction» (*Ibidem*, p. 50). Selon De Kadt, le contact entre le touriste et la population locale contribue à la modification mutuelle des valeurs et des attitudes humaines. Lequel contact, qu'il soit de longue ou de courte durée, volontaire ou pas entre deux groupes de cultures différentes serait à la base du processus d'acculturation, où le groupe dominé subit le plus de préjudices (Jean W. Berry, 1989).

C'est pour cela qu'il est généralement perçu par les anthropologues et les sociologues comme étant un parfait «destructeur» des identités culturelles. Au-delà des bénéfices économiques qu'il génère, il est directement responsabilisé des changements «socioculturels» et de la dégradation identitaire des pays récepteurs, puisque le pays émetteur du tourisme, souvent considéré comme étant supérieur, exerce une pression considérable sur celui récepteur inférieur, dominé et transformé en attraction touristique.

¹ Cf. article 5, Loi n°12-03 relative aux études sur l'environnement, chapitre II: Objectifs et contenu de l'étude d'impact sur l'environnement.

² Cf. Dahir N° 1.03.60 du 10 Rabiï I 1424 (12 mai 2003), BO N° 5118 du 19 Juin 2003, Loi n° 12-03 relative aux études d'i¹ Cf. article 5, Loi n°12-03 relative aux études sur l'environnement, chapitre II: Objectifs et contenu de l'étude d'impact sur l'environnement.

C'est dans cette optique que plusieurs recherches ont dénoncé les méfaits sociaux du tourisme sur les pays d'accueil, et c'est dans ce sillage que plusieurs ouvrages ont vu le jour dès les années soixante quatorze (Michaux, 2001). Les travaux de Cohen (1979), à l'instar de ceux de Nash s'inscrivent dans la même lignée en considérant que le «Système touristique compte trois composantes qui doivent être considérées à la fois individuellement et conjointement: le visiteur et sa culture, le visité et sa culture, et les transactions s'effectuant entre ces deux parties.» (Michaux, 2001).

Ce rapport de transaction recèle à la fois une dimension commerciale sur laquelle se base d'emblée le tourisme, et le rapport de force (implicite) exercé sur le parti faible obligé, quant à lui, de faire des concessions. C'est en se référant à cela que les ethnologues perçoivent négativement le touriste souvent considéré comme intrus. Dans le même ordre d'idées, Nash (1977) assimile le tourisme à une forme de colonialisme qui perçoit en ce phénomène un parfait créateur de dépendance entre la métropole (génératrice) et la périphérie (réceptrice).

Les préoccupations soulevées par les chercheurs quant à cette problématique ont revêtu un caractère international. En 1976, le congrès de Washington se penchait déjà sur «*l'impact du tourisme international dans les pays en développement*» et, dans le cadre d'une recherche effectuée sur les impacts socioculturels du tourisme, en 2003, la PNUE a élaboré un inventaire des principales catégories de ces répercussions résumées comme suit:

Tableau N° 1: Inventaire des principales catégories de ces répercussions touristiques. Source: site PNUE + travail personnel

Catégories	Variable explicative	Variable Expliquée	Indicateurs
Erosion culturelle	Marchandisation de la culture locale	Transformation	RECONSTRUCTION: - Du Produit culturel: folklorisation STANDARDISATION: - Equipements, logements, nourriture, etc.
Choc des cultures	Rencontre entre des champs socioculturels différents	Déséquilibres économiques	IMITATION - Styles et niveaux de vie du visiteur: dépenses excessives DESCRIMINATION: - Professionnelle: population locale: métiers peu qualifiés et peu rémunérés
		Déséquilibres sociaux	1. IMITATION - Comportements: habillement, consommations d'alcool 2. TENSION - Ressentiment, extrémisme, intolérance

Pression physique facteurs de stress social	Concurrences entre tourisme et autres activités locales	Détérioration du Patrimoine Culturel	MATERIEL - Vente illégale de biens culturels, vandalisme, vols, etc.
		Conflits économiques	Contribution population locale: - Aux coûts d'infrastructures et équipements touristiques. - A l'approvisionnement et au traitement de l'eau destiné à la consommation touristique
		Conflits liés à l'environnement	Sacrifice usages traditionnels: conflits d'usage de la terre et de l'occupation de l'espace
Détérioration de la situation sociale	L'urbanisation d'un territoire et de sa fréquentation	Comportements sociaux marginaux	Augmentation taux de criminalité, vols commerce de la drogue Travail des enfants Tourisme sexuel, pédophilie, etc

Le modèle de Ratz, quant à lui, élargit la signification de la notion de l'«environnement» dont les composantes (politique, économique, naturelle, technologique, culturelle et sociale) entretiennent des rapports d'interdépendance directs et indirects tant en matière de bénéfices que des changements subis par l'une et/ou par l'autre. Les effets de l'interaction entre le touriste et la population autochtone sont réciproques et concernent aussi bien le visiteur que le «visité». Néanmoins, même si ce modèle dépasse de loin celui de Schaw et Williams (1994) il accorde beaucoup plus d'importance aux valeurs financièrement calculables en termes d'investissements, de recettes et de dépenses engendrées par le développement du tourisme (impacts primaires) et considère comme impacts secondaires c.-à-d. «le résultat de l'incidence d'un premier élément affecté par une activité quelconque sur un second élément initialement non perturbé par cette activité.» (Leduc & Raymond, 2000, p. 164) de «second degré». Lesquels impacts, malgré leur importance restent comme bien même difficilement repérables et quantifiables.

De même, si la méthodologie adoptée par les études d'impact, qui repose sur la collecte sur le terrain de données mesurables et quantifiables susceptibles d'analyser, d'évaluer le degré des répercussions tant positives que négatives sur l'environnement, peut être appliquée aux composantes tangibles du patrimoine culturel, elle reste difficilement applicable à ceux intangibles au risque de tomber dans les écueils du subjectivisme qui ne va nullement de pair avec la rigueur escomptée dans toute recherche qui se veut scientifique. Si les effets néfastes sont facilement repérés au niveau des objets tangibles, et «réparables» par le biais d'interventions de réhabilitation et de sauvegarde, ceux qui affectent le patrimoine intangible demeurent, quant à eux, difficiles à repérer et

par-là même à «réparer». D'autant plus que ce dernier est par définition une composante complexe en perpétuelle évolution et construction, déconstruction et reconstruction et que la perception des attitudes et des changements socioculturels qu'il subit ne peuvent être convertis en valeurs numériques observables.

D'une représentation exotique de la place Jamaä El Fna à une réalité plutôt alarmante.

4. Jamaä El Fna, la culture et le Réaménagement de l'espace à des fins touristiques

L'un des effets positifs du tourisme sur une place publique c'est que celle-ci devient, aux yeux des aménageurs une «vitrine urbaine» et devrait donc être traitée en conséquence afin de donner une image parfaite des décideurs locaux en matière de structuration, d'organisation et d'attractivité. L'atout majeur d'un espace public ne réside aucunement dans sa valeur historique mais dans son accessibilité et sa visibilité par le touriste (Choplin & Gatin, 2010). Même si les angles de vue, les enjeux ainsi que les démarches diffèrent d'un acteur à l'autre, les résultats ainsi que les objectifs demeurent identiques. Dans le cadre de la politique de réaménagement adoptée par les autorités locales, la Place a connu de multiples transformations tant sur le plan organisationnel que sur le plan esthétique.

Les actions entreprises par les divers intervenants (Ministère du tourisme, Municipalité, Agence urbaine de Marrakech, associations, etc.) s'inscrivent amplement dans les programmes de préservation et de sauvegarde de la ville de Marrakech (classée patrimoine mondial en 1985 par l'Unesco) et plus particulièrement de la Place Jamaä El Fna (proclamée Chef-d'œuvre du Patrimoine Oral et Immatériel de l'Humanité en 2001). Par conséquent, un intérêt particulier est constamment porté à cette dernière en dépit du paradoxe que pourrait générer d'une part, une vision modernisatrice qui prêche sa réorganisation afin qu'elle soit plus présentable aux yeux des touristes, et une autre qui préfèreraient, quant à elle, qu'elle continue à garder son aspect traditionnel, à ses yeux, plus attractif.

Les travaux de bétonnage en 1994, le déplacement de la gare routière vers Bab Doukkala en 1970, la création de la brigade touristique en 1996, l'interdiction aux automobilistes d'y circuler à partir de 13 heures en 2003, l'obligation pour les vendeurs de jus d'orange, de fruits secs et d'escargots d'homogénéiser leurs calèches en 2005



(Gauthier, 2013) ainsi le réaménagement de 2008 (Choplin & Gatin, 2012), toutes ces démarches ont pour objectif tant la sauvegarde, l'embellissement que la facilitation de l'accessibilité de cet espace emblématique. Et, puisque la sécurité sur les places publiques reste l'un des soucis majeurs des autorités locales en général (Bessmann & Rota, 2008) et sur la place Jamaä El Fna en particulier, des caméras de surveillance y sont installées dès 2012. Le 13 avril de la même année, les nouveaux bancs restaurants en plein air ont été installés. En septembre 2014, la place subit une nouvelle réorganisation qui, d'un côté, participe à l'agrandissement de l'espace réservé aux spectacles, et d'un autre, favorise le déplacement et la déambulation des visiteurs tant nationaux qu'internationaux.

5. Jamaä El Fna, une place marchande

L'analyse des aspects de l'armature commerciale sur la Place porte d'une part, sur le nombre ainsi que sur la typologie des produits qui y sont commercialisés, et, d'autre part, sur la concentration de ceux-ci sur l'espace géographique de la Place.

L'activité commerciale à Jamaä El Fna jusqu'au début du XXème siècle se subdivisait en trois catégories: commerces permanents, Souks hebdomadaires et commerces ambulants (El Hilali, 2019, p. 218). Aujourd'hui, celle-ci est hétérogène et peut être répartie en 3 catégories comme synthétisé dans le tableau suivant:

Tableau N° 2: L'activité commerciale dans la place Jamaä El Fna. Source: Observation directe du terrain.

Typologie	Secteur	Sous-catégorie
Activités commerciales à caractère culturel	Artisanat	Produits potiers
		Chapeaux, «chachiates», paniers,
		Produits artisanaux subsahariens
		Produits décoratifs pour maison
		Tapis
	Médecine traditionnelle	Herboristes
		Moul snan
	Esthétique	Nqachat (tatoueuses de henné)
		Produits pour hammam
Commerce alimentaire	Produits comestibles/buvables	Vendeurs de jus d'oranges
		Vendeurs de fakia
		Vendeurs khoudnjal
		Vendeurs escargots
		Vendeurs de café

		Produits comestibles (gâteaux, salade de fruits, etc.)
	Restauration	Restaurants en plein air
Produits artistiques		Tableaux de peinture
Divers		Jouets pour enfants
		Produits du Réclame (vêtement)

La plupart de ces activités est exercée d'une manière formelle et quotidienne. L'organisation spatiale permet d'atténuer les divers conflits reliés à l'occupation de l'espace par les hlaiquias³ ou acteurs sur la Place. Malgré l'impression de chaos que celle-ci donne, l'occupation de son étendue géographique obéit à une logique organisationnelle particulière. Certaines activités y sont regroupées par spécialités, d'autres, par contre, sont dispersées et s'approprient toute la superficie. La redistribution des calèches des vendeurs de jus d'oranges et de fruits secs sur la place ainsi que leur rassemblement en groupes sur tous les côtés de celle-ci jouent un rôle aussi bien ornemental et esthétique que fonctionnel. Si cette réorganisation contribue à l'embellissement de la Place aux yeux du touriste, il n'en demeure pas moins qu'elle permet, d'un côté, de faciliter l'accès à ce «service», et d'un autre, de minimiser les tensions entre les vendeurs dues, entre autres, au nombre surélevé de ce type de commerce à Jamaïa El Fna. Les stands des restaurants en plein air sont concentrés, quant à eux, en forme rectangulaire devant le café Argana. L'adoption de la logique de la spécialisation encourage et facilite la déambulation ainsi que le repérage des différents services par les touristes.

Les commerces dispersés, pour leur part, sont représentés principalement par les hnnayates (tatoueuses de henné) qui s'approprient toute la superficie de la place du matin jusqu'au soir tant au centre que sur les côtés, ce qui encourage la concurrence entre elles. Leur distribution sur l'espace physique de la place obéit à la logique de l'ancienneté de l'une ou de l'autre dans le métier: les plus anciennes s'accaparent le centre de la Place tandis que les autres, s'installent sur les périphéries.

Devant l'abondance des activités commerciales, l'espace géographique consacré à la halqa se rétrécit de jour en jour ainsi et le nombre des hlaiquias, dont la majorité a déserté la Place soit, faute d'espace dédié au spectacle (Sidi Hmad Oulousa), soit de conditions acoustiques convenables (Conte), diminue.

³ Halqa: cercle, en l'occurrence, ensemble de personnes qui forment un cercle autour d'un animateur (hlaiqui). C'est un art qui est assimilé par les chercheurs au théâtre de la rue.

6. Jamaä El Fna, un espace culturel en crise

Un travail de repérage et d'inventaire des diverses activités culturelles (halaqates) présentes sur la place Jamaä El Fna depuis le XVIIème siècle (El Hilali, 2019, 208) jusqu'à aujourd'hui démontre qu'un grand nombre de ces activités a disparu et que d'autres, par contre, ont vu le jour. Ci-après un tableau synthétique des différentes hlaquis à partir du XVIIème siècle.

Tableau N° 3: Les activités culturelles relatives à la place Jamaâ El Fna. Source: récits de voyages, Chroniques, Interviews avec les hlaquias+ travail personnel.

ACTIVITES			ANNEES / SIECLES													
			1650	186 3	188 4	190 0	1913 -	192 4	1940	1953 -	1960 -	197 0	1980	200 6	201 1	201 5
Catégorie	Type	Sous-Type	XVII ème siècle	XIXème siècle	XXème siècle								XXIème siècle			
HALQAS A CARACTERE EDUCATIF		Hakawatiyin	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	
		Sira		X						X		X				X
		Madih almalhoun							X	X		X				
HALQAS A CARACTERE SPIRUEL OU CONFRERIQUE		Aïssaoua						X	X	X		X				X
		charmeurs de serpents			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Gnaoua		X		X	X		X	X		X	X	X	X	X
		Oulad Sidi Hmad Ou Moussa			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Oulad Ahmer														X X
HALQAS A CARACTERE SPECTACULAIRE		Tqitiqat										X		X		
		arabophone traditionnelle												X X		
		Moderne												X X	X	
		Rrways								X		X	X	X	X	
		amazighophone moderne												X X	X	
		Troupe de danse		X			X			X			X		X	
		Al Haouzi		X	X		X					X		X X		
		Elmsiyeh		X	X					X			X	X X	X X	
		Chleh ou Aroubi			X		X		X	X		X	X	X X	X X	
THEATRE		Magie			X		X									X
		Combat		X									X	X	X	X
		Tourniquets				X										
		jeu à la limonade			X								X	X	X	X
MEDECINE - PHARMACOPEE		médecin (hommes et femmes)			X											
		Moul snane								X						X X
		Herboristes										X		X X	X X	
CONNAISSANCES ET PRATIQUES		Tolba sunniyin							X	X			X	X	X X	
		Foughas		X					X	X			X	X	X X	X X

CONSERNANT L'UNIVERS	<i>Chouwafat</i>								X	X	X
	<i>Falakiyine</i>								X	X	X
DRESSEURS D'ANIMAUX	Dresseurs de singes			X			X	X	X	X	X
	Eleveurs de pigeons								X	X	X
AUTRES	Activités commerciales/restaurant	<i>vendeurs de jus d'oranges</i>							X	X	X
		<i>vendeurs de fakia</i>							X	X	X
		<i>vendeurs khoudnjal</i>							X	X	X
		<i>vendeurs escargots</i>							X	X	X
		<i>"Restaurants"</i>				X	X	X	X	X	X
	Divers	<i>Naqqachat (tatoueuses de henné)</i>					X		X	X	X
		écrivains public		X							
		<i>Barbiers</i>	X								

Force est de constater que les halaqates les plus anciennes sont celles à caractère culturel, que le commerce se faisait à la marge de celles-ci et que les activités commerciales, avec leur aspect actuel, n'ont vu le jour qu'au XX^{ème} siècle. Les tatoueuses de henné (nqqachat ou hnayates) ont commencé à pratiquer ce métier à partir des années soixante lorsqu'elles ont été contraintes à abandonner leurs activités de guides. Certaines halqas à caractère éducatif ont progressivement déserté la place. Sira, Al Madih, Al Malhoun par exemple, souvent animées par des artisans dont, entre autres, Ahmed Skouri, Cheikh Jilali Mtired, Ould Cheikh Brahim ainsi que des Maddah algériens⁴, entre la prière d'Al Asr et celle d'Al Icha', qui font appel à une grande capacité de concentration ne trouvent plus leur place au sein de Jamaâ El Fna. Le conte pour sa part, est menacé de déperdition puisque le nombre des conteurs diminue considérablement. Parmi les 19 conteurs mentionnés par Mohamed Bariz (conteur) lors de son entrevue avec Yassine Adnane (émission Machrif, RTM) le 04 juillet 2008⁵, 13 sont morts pendant les années 1970. Il n'en restait donc que 06 parmi lesquels seuls 04 continuaient à conter sur la place. Aujourd'hui, parmi les 08 personnes inventoriées en 2011, seules 02 continuent à animer, de temps à autre, leurs spectacles, découragés par les conditions défavorables à l'écoute d'abord vers Arst El Mâach puis vers les hôtels.

⁴ Cf. Interview Al Alam in Place Jamaâ El Fna, in collectif, Jam' Al Fna Patrimoine Oral et Immatériel de l'Humanité.

⁵ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=fLGm04CJXEI>, consulté le dimanche 17 mai 2015, 22h20.

Jamaä El Fna fut également le berceau où certains Rrways⁶ (El Hilali, 2019) de renommée (Rais Aarab Atigui, Rais Ahrouch, etc.) se sont produits entre les années 1950 et 1970. En 2011, seules 02 troupes de chanteurs amazighophones sont répertoriées (Skounti et Tebbaa, 2012, p. 47). Les halqas des danses populaires, Ahwach, Chikhat, (Ibrahim El Hilali, 1970, p. 392), les barbiers et les écrivains publics (El Hilali, 2019) ne sont plus présents aujourd’hui sur la Place.

Faut-il responsabiliser la modernité ? La gentrification de la ville ? La patrimonialisation de la Place ? Force est de constater que le développement socio-économique dû à la gentrification de la ville a amplement contribué à la transformation de la composition sociale formée d'une classe sociale aisée (marocaine ou étrangère). De même, les répercussions de la mondialisation, du développement du tourisme ainsi que de la modernisation de la Médina ont fortement participé à la déperdition de la culture orale sur la place dans la mesure où le développement socio-économique qu'a connu la ville s'est répercuté activement sur le pouvoir d'achat des acteurs de la Place.

7. Des conditions socioéconomiques désastreuses

Le phénomène de gentrification a contribué certes à la revitalisation économique et sociale du centre ville, mais il a également engendré une flambée déraisonnable des prix, de la valeur marchande de l'immobilier, du prix du loyer, et à une élévation considérable et rapide du niveau de vie à Marrakech qui fut quelques années auparavant étiquetée «la ville du pauvre». C'est pour cela que la majorité des revendications des hlaiquias sont d'ordre matériel. La nécessité de combler leurs besoins physiologiques (loyer, habitat décent, le manger, etc.) semble être à leurs yeux une condition indissociablement liée à la durabilité de la halqa sur la place.⁷ Leurs reproches et leurs requêtes sont prioritairement destinées aux autorités locales (Ministère du Tourisme, Ministère de la Culture), à l'Unesco, puis aux hôtels et aux restaurants à Marrakech en général et ceux situés aux alentours de la place en particulier qui profitent largement de leur présence à Jamaä El Fna.

Au lendemain de la proclamation de la Place en tant que Patrimoine Oral et Immatériel de l'humanité, Mohamed Bariz déclare: «Ces gens doivent sauvegarder le

⁶ Chanteurs, danseurs et compositeurs amazighs.

⁷ *Ibidem*

Jamaä El Fna, il faut qu'ils laissent à l'eau où couler pour que la place dure. Parce que si moi je partais, et l'autre puis l'autre, Jamaä El Fna serait vide. Si on trouve l'appui et la motivation, pourquoi nous allons déserter la place ?»⁸ De même, les démarches de certaines associations sont vivement critiquées par les acteurs de la Place qui se sentent marginalisés malgré la responsabilité qui leur a été endossée. À cet effet, un hlaiqui sur la place explique: «c'est nous le patrimoine, ils doivent venir nous parler, nous aider et nous organiser pour que nous nous sauvegardions ce patrimoine.»⁹

Les besoins de survie, indissociablement liés à ceux sécuritaires dont la légitimité s'exprime dans les discours des hlaquias tantôt à travers le rappel aux organismes nationaux et internationaux l'obligation de sauvegarder et par là-même, celle de maintenir le patrimoine culturel immatériel, dont ils sont les principaux porteurs, dans la durabilité, et tantôt, par l'émission de discours menaçants de déserter la Place, de sit-in ou de grèves¹⁰. Lesquels besoins sont directement reliés à ceux d'appartenance (à un groupe socialement reconnu et valorisé), de reconnaissance (de la part de la communauté nationale et internationale) et de réalisation de soi qui occupent le summum de la pyramide de Maslow. Le besoin de reconnaissance en tant que groupe social qui se partage une mémoire, des valeurs, un territoire et des projets communs les pousse à former des associations pour défendre leurs droits, non pas uniquement en tant que groupes «ordinaires» mais comme défenseurs d'une identité culturelle nationale, «géo symboles» d'une identité millénaire et porteurs d'une valeur internationale exceptionnelle.

La lutte pour la survie se traduit également chez les hlaquias par certaines attitudes et conduites hostiles les uns envers les autres notamment au sujet de la légitimité de la présence ainsi que la représentativité et de la valeur patrimoniale de certaines pratiques sur la Place installant ainsi une culture de l'individualisme qui s'oppose amplement avec le partage de certaines valeurs symboliques (la concurrence loyale, la solidarité, etc.) qui garantissait autrefois l'homogénéité des acteurs sur la Place.

⁸ Cf. Emission Tahqiq 2003, www.medmen.eu, consultée le samedi 23 mai 2015.

⁹ Discours d'un hlaiqui sur la place.

¹⁰ Cf. <http://www.medmem.eu/fr/notice/2MT00069 date 1ère diffusion 2003>



«Même la traditionnelle concurrence entre les divers acteurs de la place, autrefois savamment orchestrée et réglementée par un code subtil d'usages et d'interdits, que tout le monde était tenu de respecter, a fait part à une véritable foire d'empoigne où la lutte fait rage» (Tebbaa, 2010, p. 56).

Dans le même ordre d'idées, le principe de l'autorité du chikh, à qui les hlaiquias doivent respect et obéissance, qui fut la ligne directrice qui régulait les rapports hiérarchiques entre les maîtres et disciples, n'est plus aujourd'hui à l'ordre du jour.

Pour ce qui est de la qualité du produit présenté, le visionnement de certains passages de vidéos enregistrées lors de nos recherches sur le terrain et le chronométrage des diverses séquences de la prestation du haloui démontrent le hiatus entre la part du temps accordée à la performance et celle accordée à la collecte de l'argent. D'un total de 05,11 minutes qu'a duré la prestation du groupe de musique arabophone¹¹ par exemple, la séquence consacrée à la collecte est de 3,19 minutes. Le haloui commence généralement la phase de la collecte d'argent par la présentation de la démarche à suivre puis, il enchaîne par des va-et-vient entre les spectateurs au point de tomber parfois dans la mendicité. Les divers registres qu'il utilise varient entre la supplication, la lamentation, la plainte puis le reproche et la critique, ce qui, dans la majorité des cas, dérange les touristes qui sont parfois intimidés.

En somme, les hlaiquias se sont trouvés, du jour au lendemain, confrontés à un double défi. D'un côté, ils deviennent des détenteurs d'un savoir doté d'une valeur universelle avec tout ce que cette nouvelle condition exige, et d'un autre, parvenir à survivre dans un monde qui ne peut être détaché du Monde. Ils sont donc responsabilisés -sans être prêts ni encadrés ni matériellement, ni culturellement ni même psychologiquement-de la sauvegarde de ce «Chef-d'œuvre du Patrimoine Oral et Immatériel de l'Humanité». Epris de cette «valeur exceptionnelle» qui leur est accordée à l'échelle mondiale par le biais de ce qu'ils ont toujours considéré comme étant leur gagne pain, tentent, à leur entendement et avec leur propres moyens, d'opter pour la meilleure option susceptible de garantir et leur survie et la continuité de la Place. Par conséquent, la patrimonialisation de cette dernière a marqué un tournant important dans leur vie aussi bien «professionnelle» que personnelle.

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=DyQOAHQs0YI>

8. Le fil de la transmission qui se rompt

À Jamaï El Fna, nous sommes face à deux dynamiques reliées au processus de la transmission culturelle. D'un côté, celle qui s'effectue dans l'espace, Jamaï El Fna étant un lieu où se transmet la culture orale sous ses diverses formes: le conte, le chant (arabophone ou amazighophone), la danse, les pratiques confréries (Aissaouas, gnaouas), les connaissances pratiques concernant l'univers (Fouqaha, diseuses de bonne aventure, etc.) ou même les savoirs reliés aux pratiques médicinales traditionnelles (vendeurs de plantes médicinales). C'est l'espace où se transmet consciemment ou inconsciemment tant l'identité sociale¹² composite dont elle est le reflet, que celle culturelle à travers l'information, la satire et la critique.

Et d'un autre côté, le processus de la transmission intergénérationnel qui s'opère, quant à lui, dans le temps en suivant deux modèles différents. Le modèle d'imprégnation ou de corporation qui s'opère au sein de la famille dans l'espace et dans le temps (le conteur M. Bariz et son fils, les aissaouas, etc) et le modèle de la socialisation professionnelle qui passe, quant à lui, par l'apprentissage. Lequel apprentissage repose non pas uniquement sur la mémorisation de l'apprenti d'une quantité importante de contes, de chants, ou de textes dans le but d'élaborer et d'enrichir son répertoire personnel, mais aussi des postures, des gestes, bref, d'un savoir faire qui sera développé dans et à travers la pratique grâce à la persévérance et à la capacité d'improvisation dont il fera preuve devant le public.

La plupart des acteurs et animateurs actuels de la Place ont subi des sortes de stages dirigés par des anciens, ce qui permettait de connaître les ficelles du métier, et d'apprendre par cœur les contes, les anecdotes et récits en faisant usage de sens d'observation et de faculté d'acquisition. (Tita, 2003, p. 34)

En effet, l'un des fondements majeurs sur lesquels reposait la pratique de la halqa semble être l'obtention au préalable de l'accord de l'«Amine» et la nécessité d'être parrainé par un ancien professionnel de la Place. Le processus de la transmission exigeait également que le hlaiqui ait effectué le périple des grandes places des villes marocaines (la Place el-Hdîm à Meknès, la Place Boujloud et Bab Ftouh à Fès, Assarag à Taroudant

¹² Daniel Bell classe l'identité en trois catégories. 1. Les identités macro-sociales et communautaire 2. Les Unités sociales intermédiaires. 3. Les unités microsociales.

et Aharrache à Taza, etc.), ce qui lui permettrait d'acquérir l'expérience nécessaire pour pouvoir exercer à Jamaâ El Fna. (Tita, p. 35).

De ce fait, la transmission orale du savoir, d'un pratiquant à un apprenti, est au cœur de ce processus de parrainage qui assure, outre la formation du futur hlaiqui, la pérennité du savoir et savoir-faire transmis.

La condition première de pérennité de toute œuvre populaire parlée ou chantée, suppose un courant constant entre les générations successives; si l'ancêtre, dépositaire de la tradition, joue un rôle capital, le jeune en a un tout aussi important: de sa compréhension, de sa réceptivité dépend le sort du message qui lui est confié. (Quilici, 1953, 12).

Le savoir et savoir-faire transmis sont généralement manipulés et réinterprétés en fonction des connaissances et des expériences de l'apprenti/hlaiqui ainsi que de ses compétences. Ce produit innové est généralement marqué par la période accordée par celui-ci à l'apprentissage, ses représentations et sa connaissance du répertoire culturel ainsi que par sa créativité.

Aujourd'hui, la majorité des hlaiquias a disparu, notamment les conteurs, les maddahs, etc. La précarité de leur situation socioéconomique n'encourage en aucun cas les jeunes à prendre la relève. Seuls les charmeurs de serpents continuent à perpétuer cette tradition car c'est un savoir qui se transmet de génération en génération dans le cadre de la confrérie des «Aissaoua». Les herboristes gardent jalousement le savoir et savoir-faire reliés à ce métier et tiennent à en transmettre les secrets à leur progéniture. Plusieurs activités ont disparu suite au décès de l'unique hlaiqui qui les pratiquait: Cherkaoui Moul Ihmam, tabib lhacharat, Tqitiqat plus récemment, etc. ne sont que des exemples parmi d'autres. D'autres pratiques vont bientôt d'étioler vu l'âge des hlaiquias qui les pratiquent ou leur état de santé.

9. Conclusion

Outre la participation du tourisme au développement socio-économique des territoires (infrastructures, génération d'emplois directs et indirects, etc.), il contribue amplement à la promotion des destinations et à la valorisation du patrimoine culturel. Néanmoins, il a été largement prouvé, notamment par les anthropologues et les

sociologues, qu'il provoque, en contre partie, des mutations importantes chez les autochtones.

Le tourisme, perçu comme étant une forme d'expression culturelle, contribue à la modification des attitudes et des valeurs humaines notamment lorsqu'il est associé à la marchandisation du patrimoine qui est à la base de la transformation de la culture locale (érosion culturelle selon les anthropologues).

Le tourisme en tant que processus acculturatif permet tant au touriste qu'à la population locale de vivre des expériences culturelles diverses et de reconstruire, ne fut ce que temporairement, leurs identités culturelles respectives, et ce à travers les échanges et le dialogue interculturels. La coexistence interethnique sur la place Jamaä El Fna prend plusieurs formes. D'abord, un noyau central qui est occupé par les hlaiquias qui se voient comme une «minorité» qui devrait être prise en charge car détentrice d'un patrimoine oral qui devrait être sauvégarde. Ensuite, des petits groupes formés de hlaiquias qui se partagent la même spécialité regroupés dans des associations qui défendent leurs droits.

Et enfin, à un niveau plus important, le groupe ethnique dont ils sont le reflet et l'image. Les interactions avec l'Autre, différent et dominant, a une panoplie de répercussions sur la culture en général dont l'effet d'assimilation et l'acculturation.

Bref, la Place Jamaä El Fna est un lieu unique. La prise en main de son avenir et du devenir de l'oralité semble être urgente. Le travail sur sa conservation en tant qu'espace, en tant que produit et en tant que porteurs de ce produit devrait être l'enjeu majeur de toutes les stratégies. La pluralité des acteurs qui œuvrent dans le domaine, bien que leurs actions respectives émanent d'un intérêt commun envers ce volet non sans importance de notre patrimoine et de notre identité, le compromet plus qu'elle en assure la sauvegarde.

De ce fait, œuvrer dans l'harmonie et homogénéiser les efforts des divers intervenants semblent être un moyen efficace quant à la conservation du Patrimoine Culturel Immatériel sur la Place Jamaä El Fna. L'implication des hlaiquias s'avère également indispensable dans la mesure où elle contribuerait au renforcement des actions menées par les acteurs étatiques et non étatiques dans le domaine. Lesquelles actions devraient être encadrées et suivies aussi bien culturellement que politiquement par une instance spécialisée et directement concernée à savoir le Ministère de la Culture.

Références bibliographiques

- Berriane, M. (2009). La nécessaire prise en compte de la demande touristique interne dans ses articulations avec la demande internationale in La version électronique du texte introductif de l'ouvrage Tourisme des nationaux, tourisme des étrangers: Quelles articulations en Méditerranée ?, 41. Repéré à https://www.academia.edu/2464900/La_n%C3%A9cessaire_prise_en_compte_de_la_demande_touristique_interne_dans_ses_articulations_avec_la_demande_internationale.
- Bessmann, S. & Rota, M. (2008). Espace public de la médina: La place Jemaa el Fna, La gentrification dans la médina de Marrakech, Etude de Terrain, corpus de textes. Repéré à pp. 113-126, in La gentrification dans la médina de Marrakech, Etude de Terrain, corpus de textes, Avril 2008, 129 pages. Repéré à https://www.unine.ch/files/live/sites/inst_geographie/files/shared/documents%20-%20%C3%A0%20supprimer%20%C3%A0%20terme/marrakech2008terrainfinal.pdf
- Choplin, M., A., & Gatin, V. (2010). L'espace public comme vitrine de la ville marocaine: conceptions et appropriations des places Jemaa El Fna à Marrakech, Boujloud à Fès et Al.
- El Hilali, I. (1993). Histoire d'un résistant de Marrakech, Casablanca.
- El Hilali, M. (2019). L'expression de l'amour par les Rrways (chanteurs amazighs. Dans E. Médina Arjone (dir.). Agapé, de l'amour dans le patrimoine littéraire, Paris: l'Harmattan. Col. La perspectiva textual, 257-264, ISBN. 978-2-343-15869-3
- El Hilali, M. (2019). La Place Jamaä El Fna à travers quelques récits de voyage. Dans N. Samlak (coordonné par). MARRAKECH, une ville d'hier et d'aujourd'hui, 191 – 224, Marrakech: Afaq. ISBN. 978-9954-618-47-9.
- Gaétan, A., Leduc, A., & Raymond, M. (2000). Eléments méthodologiques d'analyse de l'évaluation des impacts environnementaux. Quebec: Multimondes.
- Gauthier, L. (2009). Jemaa El-Fna ou l'exotisme durable in Géographie et cultures (72) DOI: 10.4000/gc.2258
http://www2.unine.ch/webdav/site/inst_geographie/shared/documents/marrakech2008terrainfinal.pdf

- Michaux, J. (2001). Anthropologie, tourisme et sociétés locales au fil des textes in Anthropologie et Sociétés. Vol. 25, n° 2, 15-33. Repéré à <http://id.erudit.org/iderudit/000231ar>.
- Mouahidine à Ouarzazate in Norois (214). DOI: 10.4000/norois.3095
- Quilici, F. (2008). Archives sonores et transmission du Patrimoine Oral: la phonothèque du musée régional d'anthropologie de la Corse. Dans M. Guelfucci & D. Salini (dir.), La polyphonie corse traditionnelle peut-elle disparaître?, Île de Corse : Dumane. Col. Hommes et Territoires.
- Santana, A. (1997). Antropología y turismo, ¿Nuevas Bordas, viejas culturas?. Barcelona: Editorial Ariel, SA.
- Tebbaa, O. & Skounti, A. (2012). La place Jamaâ El Fna: situation actuelle et devenir. Dans Collectif. Etude de l'évolution du Patrimoine Oral de la place Jamaâ El Fna et mesures à prendre pour sa sauvegarde, 44-59, Maroc: Montada.
- Tebbaa, O. (2010). Patrimoine, patrimonialisation et développement touristique: le cas de Marrakech. Dans Publication UM5, Hesperis Tamuda. Vol. XLV, 55-56, Rabat: FLSH Agdal.
- Tebbaa, O. (2010). Le patrimoine de la place Jamaâ El Fna de Marrakech, entre le matériel et l'immatériel. Dans Collectif. Intangible Cultural Heritage and memory, Patrimonio cultural inmaterial y memoria, IEMed, Euromed, Quaderns de le Mediterrània 13, 51-58. Girona: Icaria editorial.
- Tita, M. (2003). Les acteurs de la place Jama' Al Fna. Dans S. Mouline. Jam' al Fna, entre art et bazar, 34-42. Marrakech: actes des journées 13 et 14 juin 2003. Coll. Dialogues sur la ville.
- Validier, P. (1972). Modernité et critique de la modernité. 3 (336). Repéré à http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ETU_G363_0361
- Yann, N. (2007). Les premiers principes de l'analyse d'impact économique local d'une activité culturelle in Culture méthodes (1), 1-8. DOI: 10.3917/culm.071.0001.

MOBILISATION DES RESSOURCES TERRITORIALES DANS LES PROJETS TOURISTIQUES ET DÉVELOPPEMENT DES ESPACES MARGINAUX

MOBILIZATION OF TERRITORIAL RESOURCES IN TOURISM PROJECTS AND DEVELOPMENT OF MARGINAL AREAS

Recebido a 31 de agosto de 2021
Revisto a 01 de setembro de 2021
Aceite a 30 de setembro de 2021

Nour Eddine Nachouane

Université Mohamed V de Rabat
noureddine.nachouane@um5.ac.ma

Hicham Saddou

Université Cadi Ayyad, Marrakech
hicham.saddou@uca.ac.ma

Aicha Knidiri

Université Cadi Ayyad, Marrakech
aysha.knidiri@gmail.com



Résumé

L'idée initiale de cette recherche part du constat que le tourisme, tel qu'il est conçu et mis en œuvre aujourd'hui dans les régions rurales du territoire marocain, ne participe pas d'une manière concrète au développement des sociétés concernées. La réflexion se situe dans l'étude de ces nouvelles tendances du tourisme qui sont capables, selon certaines conditions, de dynamiser une démarche commune capable de faire profiter les régions de la marge des retombées du tourisme.

L'objectif est de saisir comment les régions rurales mobilisent leurs ressources territoriales pour une activité touristique génératrice de revenus. Dans un contexte global où, *la mondialisation* bouleverse les manières de production et de gestion partagée, les projets touristiques étudiés dans la région de Marrakech se présentent comme un compromis d'actions transactionnelles intéressantes à aborder afin de comprendre, d'une part, les processus de création, de développement et de réalisation de ces intentions collectives, et d'autre part, d'évaluer l'impact de ces projets sur ces espaces rurales et marginales.

Mots clés: rural, marge, attractivité, ressources territoriales et tourisme.

Resumo

A ideia inicial desta pesquisa parte da constatação de que o Turismo, tal como é concebido e implementado hoje nas regiões rurais do território marroquino, não participa de forma concreta no desenvolvimento das sociedades em causa. A reflexão está no estudo dessas novas tendências do turismo que são capazes, em determinadas condições, de estimular uma abordagem comum capaz de permitir às regiões beneficiarem do turismo.

O objetivo deste artigo é compreender como as regiões rurais mobilizam os seus recursos territoriais uma atividade turística no sentido de gerarem e obterem uma mais-valia económica. Num contexto mundial na qual a globalização está a perturbar as formas de produção e gestão partilhada, os projectos turísticos estudados na região de Marraquexe apresentam-se como um compromisso de interessantes acções transacionais a desenvolver para compreender, por um lado, os processos de criação, desenvolvimento e concretização dessas intenções coletivas e, por outro lado, avaliar o impacto desses projetos nesses espaços rurais e marginais.

Palavras-chave: Rural, Margem, Atratividade, Recursos Territoriais e Turismo.

Abstract

The initial idea of this research is based on the observation that tourism development, as it is conceived and implemented today in rural areas of Morocco, does not participate in a concrete way in the development of societies and territories concerned. The reflection is in the study of these new trends of the tourism industry that are able, under certain circumstances, to boost a common approach able to make the regions of the margin benefit from the tourism.

The aim is to understand how these regions are seizing tourism to mobilize their territorial resources, in a context where notions and representations are spreading and proliferating the same structures all over the world, and where globalization is upsetting the ways of production and shared management. The tourism projects questioned are presented as a compromise of interesting transactional actions to be addressed in order to understand, on the one hand, the processes of creation, development and realization of these collective intentions, and on the other hand, to evaluate the impact of these projects on these marginal areas.

Keywords: rural, margin, attractiveness, territorial resources and tourism



1. Introduction

Le débat théorique qui s'accroît pendant la dernière décennie témoigne de la richesse des réflexions sur les processus politiques à l'échelle locale et les nouvelles formes de développement liées au territoire (Berriane, 2018; Juan-Luis Klein et al., 2016; Coumaye, 2018). L'économie redécouvre la pertinence du local qui était souvent ignoré au profit d'une économie mondialisée. Dans un objectif de contrer un environnement, de plus en plus instable et incertain, la mondialisation produit du territoire (Pecqueur, 2001).

En effet, si la mondialisation donne un coup d'accélérateur aux délocalisations des projets mondiaux, elle redonne également de la valeur au local avec ses spécificités et à l'ancrage territorial des projets locaux. Au sein même de la régulation globale du système économique résultant du raisonnement local / global, il y aurait, selon Pecqueur (2006), «un moment territoire». Dans le secteur touristique, les projets sont non délocalisables, pourtant les territoires sont de plus en plus amenés à se réinventer par leur culture, leur mécanisme de gestion et leurs relations de proximité entre les acteurs locaux pour s'insérer favorablement dans la dynamique de recomposition impulsée par l'évolution mondiale et les nouvelles tendances touristiques. Ce processus a engagé de nouveaux acteurs locaux mettant l'accent sur les ressources territoriales endogènes des régions rurales enclavées et exclues de l'économie mondiale. Certaines de ces régions ont pu créer de nouvelles formes de découvrir la campagne où la montagne grâce à des spécificités territoriales créant ainsi une dynamique susceptible à engendrer la richesse recherchée.

Dans le contexte marocain et en vue de la compréhension du lien entre le tourisme et les théories de développement local, deux stratégies étatiques méritent d'être mentionnées: le tourisme comme priorité économique nationale capable de stimuler l'économie du pays (Mourji & Masmoudi, 2015); et la régionalisation de la gestion des biens collectifs locaux, une préoccupation relativement récente, qui ouvre la voie vers la diversification des politiques économiques, sociales et culturelles au niveau local. Le secteur touristique persiste une activité fondamentale, mais qui reste tout de même basé sur une offre standard et limitée au balnéaire et aux villes culturelles, au détriment des régions rurales. Cependant, en dehors des stratégies étatiques publiques et en marge des grands chantiers officiels, de nouvelles destinations touristiques émergent et se construisent selon des logiques très diversifiées (Berriane & Nakhli, 2011). Elles représentent une opportunité pour le développement d'un tourisme de niche comme une

aubaine qui pourrait, sous certaines conditions, épouser les ressources territoriales de ces régions marginalisées pour en faire une composition capable de stimuler un développement territorial. Toutefois, la mise en place de telles dynamiques interrogent l'opérationnalité de certaines approches théoriques dans des terrains fragiles et pauvres. Dans le cadre d'une étude plus générale sur le tourisme rural au Maroc, nous avons choisi pour nos recherches empiriques plusieurs terrains dans la région de Marrakech-Safi. Considérée comme étant la première destination touristique dans le pays, la fréquentation touristique est plutôt concentrée dans la ville de Marrakech avec une ouverture relativement importante sur la ville d'Essaouira. Une dynamique touristique récente peut s'enregistrer dans l'arrière pays des deux villes grâce à l'émergence de nouveaux projets qui se démarquent par la notoriété de leurs ressources locales.

Notre étude analyse le processus de construction des projets touristiques dans le rural marocain notamment dans la région de Marrakech et tente de comprendre comment la marginalité de certains territoires est devenue une attraction touristique. Ce phénomène illustre, nous semble-t-il, un nouvel aspect de la mobilisation des ressources qui plaide surtout pour une démarche qui consisterait à aborder la question des régions de la marge au Maroc à partir des dynamiques socio-spatiales de proximité et de complémentarité. De telle stratégie nécessite une compréhension, d'une part des processus de création et développement de ces projets dans ces régions, et d'autre part, une compréhension des théories et logiques des actions de proximité et d'intentions collectives tout en prenant en considération la diversité de la société rurale dans son ensemble.

Dans un premier temps, il s'agit d'évoluer dans les connaissances par l'exploration des travaux sur la littérature scientifique et s'ouvrir sur les débats contemporains. L'objectif est l'étude du couple tourisme / développement à travers les effets de la mobilisation des ressources territoriales dans les projets touristiques étudiés. L'idée est de penser ces régions en marge des principales destinations touristiques comme «des espaces d'innovation potentielle» (Giraut, 2009) dans le secteur touristique. L'objectif est également d'établir un bilan qui s'inscrit dans l'analyse de la mobilisation des ressources endogènes des marges et des retombés sur le développement.

2. Espaces marginaux, développement touristique et renouveau du contexte territorial

Dans la littérature géographique concernant la question de l'organisation des espaces les uns par rapport aux autres, la métaphore géométrique du centre et de la périphérie est souvent utilisée pour décrire la dualité entre l'espace dominant et l'espace dominé. Le centre avec une position privilégiée concentre le pouvoir, l'activité économique et l'offre culturelle, et la périphérie caractérisée par l'éloignement, l'enclavement et l'isolement est mise en marge. Cette extraversion plus ou moins marquée entraîne une fragilité socio-économique des périphéries, freinant leur cohérence, leur structuration et leur développement endogène. Le tourisme permet ou accélère l'intégration spatiale des périphéries en créant de la valeur dans des lieux qui en étaient a priori dépourvus, là où d'autres activités économiques mobilisées dans cette optique ont pu échouer ou n'ont pas donné de résultats probants (délocalisations industrielles, zones franches, etc.) » (Bernard et al., 2017). Certes le tourisme a déjà fait ses preuves dans la régénération de certaines campagnes suscitant des «réactions collectives qui tendent à faire du territoire et des relations sociales territorialisées un enjeu collectif et un projet» (Debarbieux et al., 2008), il tend également à défaire les relations singulières que les sociétés locales entretiennent avec leur environnement, en raison des circulations qu'il induit, de par sa nature même et les pratiques économiques et sociales qu'il engendre (Debarbieux et al., 2008), inscrivant ainsi des régions marginales fragiles dans un système économique régi essentiellement par la confrontation de l'offre et de la demande telles qu'elles sont établies par le libre jeu du marché.

La mise en tourisme de ces régions se présente, généralement, comme une arme à double tranchant, un outil de développement qui offre des opportunités économiques, mais aussi, il peut mettre en péril les ressources fragiles, et qui représentent, parfois même, l'attractivité du lieu. Ce statut profondément ambigu met l'accent sur la découverte et l'actualisation d'une valeur latente des ressources territoriales dans les espaces marginaux. Cette actualisation est une production marchande où les acteurs locaux ne sont pas des sous-traitants de projets extérieurs aux territoires en assurant les bonnes conditions économiques et une partie de leur processus de production, mais ils proposent plutôt des ressources territoriales, matérielles et immatérielles, inventoriées et transformées en produits ou services marchands (Campagne & Pecqueur, 2014). Il s'agit d'adopter et d'arbitrer le marché selon les ressources territoriales locales tout en

répondant à une demande extérieure du territoire. Ce processus d'actualisation de cette valeur latente met en œuvre des mécanismes particuliers de qualité, de spécificité et de valorisation qui propose de nouvelles solutions aux différentiels de développement et évite les aggravations qu'apporte l'insertion inévitable des territoires ruraux dans le marché mondial (Boujrouf, 2014). Les nouveaux projets touristiques se présentent comme un instrument capable, dans certains cas, de créer des dynamiques qui influencent un développement porteur de nouvelles opportunités. Cependant, la construction d'un projet de développement ne peut s'inscrire que dans le long terme et la production locale des zones de la marge, essentiellement, ne saurait être concurrentielle que dans le domaine de l'économie territoriale et touristique, en jouant la carte de la différenciation du produit (Boujrouf, 2014).

Considéré comme un arrière-pays, il a compté dans l'économie de la ville, mais il est tout de même resté en marge du développement. Il englobe les activités annexes, artisanales et culturelles, qui lui sont liées depuis toujours (Mésini, 2007). Au Maroc, par exemple, la référence aux produits ruraux est un signe de qualité désigné par le mot *Beldi* (du pays) qui désigne l'origine géographique liée à l'espace rural reconnu généralement par son authenticité. Dans le secteur touristique, ces ressources se présentent comme une opportunité en réponse à une demande qui émane de gens de plus en plus à la recherche de ressources nouvelles spécifiques, dédiées à un usage productif particulier et parfois même non reproductible en dehors des systèmes productifs locaux (Pecqueur. B et al., 2010). Ses ressources ancrées dans le territoire, majoritairement en marge du développement économique et parfois en crise, offrent une possibilité à composer une offre qui se distingue des produits standards et qui peut reconquérir des marges de profit.

Dans la région d'étude, notre terrain d'investigation, la découverte des vertus de l'Argan¹, cosmétiques et nutritionnistes, a permis à plusieurs dynamiques qui convergent avec le tourisme de s'y développer. Parmi les projets étudiés dans les communes de l'arrière-pays d'Essaouira, des coopératives, des gîtes ruraux et des auberges se sont construits autour des thématiques de la typicité, du bio, des savoir-faire, etc. Ils mobilisent une référence affirmée à «l'Argan». Ces produits touristiques ont assez souvent modifié

¹ L'huile d'argan est obtenue à partir des amandes écrasées du fruit de l'arganier, un arbre uniquement endémique au Maroc. L'huile d'argan est utilisée en cosmétologie ou comme huile alimentaire.

les structures de gouvernance et ont fait évoluer certaines attitudes pour se rapprocher des formes, des normes et des contenus majoritairement recherchés par les touristes qui fréquentent ce type de destination. Ce processus de valorisation d'une ressource spécifique a conduit à l'incorporation d'une proportion accrue d'intrants et l'ouverture sur une multitude d'interventions externes, au nom de la valorisation des qualités du terroir et des savoir-faire. Dans un tel processus, l'espace est donc amené à développer des stratégies au niveau local qui se basent sur les ressources endogènes, mais qui ne doivent surtout pas nier les facteurs globaux, les politiques nationales et internationales, les logiques de proximité géographique et les circuits productifs externes afin de tirer un profit économique accru de leurs ressources territoriales locales et profiter de leur attractivité (Hirczak et al., 2008).

Toutefois, ce processus de développement de tourisme est soumis à un certain nombre de contingences: il dépend de la capacité des acteurs publics et privés à s'organiser pour pérenniser, enrichir et valoriser leur offre de produits (Pecqueur et al. 2006). Pour que le territoire tire profit de son image, les actions politiques se voient obligées de viser un développement stratégique qui se base sur les ressources territoriales et permettent à ce système de durer et de se recycler. Un système territorial patiemment bâti à coup d'ajustements successifs qui a besoin — pour ne pas mettre en péril l'ensemble de l'édifice, en un mot pour se pérenniser et se reproduire — de stabilité institutionnelle en son centre (Antheaume & Giraut, 2002). Cette construction est fondée sur un cadre idéalement fonctionnel, où toutes les autorités spécialisées de ces régions participent, et vise une coopération efficace de communication et de fonctionnement, ainsi que sur la coordination des différentes actions. L'espace construit, avec un «dehors» et un «dedans», est alors doté aussi bien d'activités économiques que de relations sociales. Il désigne ainsi un ensemble territorialisé (processus qui résulte de régulation entre enjeu du marché et coordination des acteurs) dans lequel un ensemble d'agents économiques vont interagir et s'organiser pour l'apprentissage et la convergence de relations multilatérales génératrices d'externalités vers des formes de plus en plus performantes de gestion en commun des ressources pour construire de nouveaux processus d'innovation (Coppin, 2002).

Les interactions entre ces agents font face à des problèmes productifs, et à des difficultés de coordination, entraînant ainsi une dynamique d'apprentissage favorable à l'innovation. La capacité d'apprentissage des acteurs peut être de ce point de vue

important, car elle présente ces espaces ruraux non seulement comme un contexte ouvert, mais comme un catalyseur d'initiatives participant à la création de nouvelles combinaisons productives plus attractives. Cette logique d'apprentissage apporte une dimension plus dynamique (une histoire et des stratégies) et souligne l'importance d'éléments tels que le savoir-faire, le niveau de qualification et de compétence ou la culture technique (Coppin, 2002). L'innovation, créée en dehors du marché, traduit alors la manière dont les organisations hors marché des agents économiques mettent en commun leurs capacités et leurs ressources. Dans ce type d'organisation, le succès est attribué à une cohérence qui simplifie la complexité des structures locales et qui facilite les relations marchandes et non marchandes de coordination entre les agents économiques. Dans ce sens, l'idée de ressources territoriales permet d'introduire le poids de l'histoire, des connaissances et des savoir-faire, ainsi que les avantages externes au projet que fournit ce type d'organisation. Cette conception amène à considérer les relations comme un facteur important des mécanismes sociologiques locaux.

En s'inscrivant ainsi dans la lignée de recherches qui raisonnent en termes de ressource, il s'agit de mettre au cœur de l'étude l'action humaine intentionnelle. Le tourisme est alors envisagé comme un facteur qui influence les sociétés de la marge en interaction avec leur évolution et leurs stratégies. Les acteurs locaux peuvent alors l'inscrire dans des processus de construction de destination touristique capable d'influencer le développement humain. Cette synthèse des multiples interprétations des concepts clés est dans le but de construire un cadrage théorique qui facilitera la lecture des expériences de terrain cible de cette recherche ainsi que les projets mis en œuvre sous l'influence des changements qui investissent ces espaces de la marge.

3. Protocole méthodologique

Le choix méthodologique, la délimitation de terrains de recherche et les outils d'investigation posent des problèmes tels qu'ils constituent une recherche en elle-même. Dans le cas de notre position de recherche, il nous a semblé intéressant de diversifier nos sources par une posture principalement réflexive de va-et-vient entre la théorie et la réalité de la société pluraliste où prend place notre enquête. Le but n'est pas de donner des résultats universels, mais de comprendre en profondeur les cas étudiés à la lumière des

théories avancées. Et, quel que soit le choix des méthodes de travail, la qualité des données recueillies concernant la problématique dépend de leur modalité de production. Notre étude s'est concentrée sur cinq communes rurales distinctes qui ont fait l'objet de nos enquêtes de terrains (cartes 1 et 2). Le choix de cette unité spatiale de commune est justifié par sa signification dans l'unité de découpage de l'espace du point de vue du clivage urbain / rural ainsi que par la présence de statistiques et de données officielles. Il s'agit d'assembler plusieurs situations, différentes mais complémentaires, pour reconstituer une image globale du phénomène d'étude. L'approche pluri-spatiale permet de prendre en compte les différentes situations dans lesquels s'inscrivent le phénomène étudié et également les différentes temporalités. Cette proposition fait sens dans cette thèse: le développement touristique se positionne par rapport aux éléments historiques et sociaux, aux représentations locales et aux influences externes, et à la position géographique. Il a donc paru nécessaire de chercher une multitude d'espaces complémentaires capable de répondre à la question de recherche.

L'ensemble de terrains choisis essaye de mettre en commun un territoire multi-site où chaque territoire présente des éléments qui le positionnent par rapport à son intérêt dans l'analyse empirique. Par le lien entre un centre émetteur et une périphérie réceptrice, les terrains d'étude peuvent être regroupés en deux zones:

La commune d'Asni qui s'étend sur une partie du Parc National de Toubkal dans l'arrière-pays de Marrakech. Il s'agit d'une zone où s'est développé depuis des décennies un tourisme de randonnée, né de la forte attractivité des principaux sommets du haut Atlas. Les projets touristiques sont majoritairement de petite taille et nés des initiatives locales.

Les communes de Sidi Kaouki, Aguerd, Meskala et Imintlit qui font partie de la Réserve de Biosphère des Arganeraies dans l'arrière-pays d'Essaouira, représentent différents paysages entre plages de sable, forêts d'arganier, petites montagnes et sites historiques. Ces communes regroupent une offre touristique très variée où cohabitent des projets littoraux de grande dimension et une multitude de petits projets récents et variés.



Figure 1 - localisation des communes étudiées. Source: Réalisation personnelle – 2015

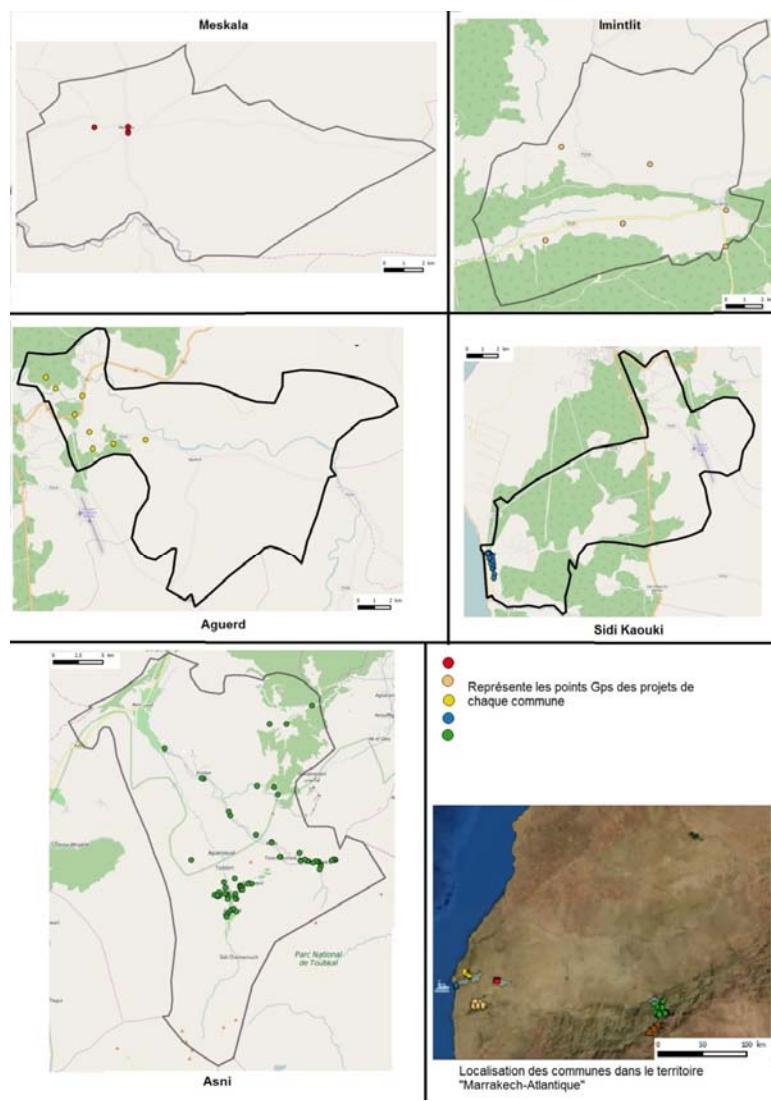


Figure 2 - localisation des projets touristiques dans les communes d'étude. Source: Réalisation personnelle – 2015.

Au total, cette recherche a analysé 118 projets, ayant un point commun à savoir leur exploitation des ressources territoriales en lien direct ou indirect avec l'activité touristique. En ce qui concerne leur statut juridique, trois catégories de projets existent: les associations à but non lucratif, les sociétés coopératives d'intérêt collectif et les entreprises à but lucratif. Ces projets s'inscrivent tous dans une dynamique induite par le secteur touristique, mobilisent des ressources locales et influencent le développement de ces régions. Ils réalisent tous des entrées monétaires, engagent des individus comme employés ou ressources humaines et se partagent toutes les variables définies pour la collecte de données.

Parmi les projets touristiques dans les communes cibles de l'enquête, il y a ceux qui mobilisent des capitaux importants. Ils sont au nombre de 6 dont certains emploient plus de 100 personnes et réalisent des chiffres d'affaires annuels qui parfois dépassent 350 790 000 de dirhams. L'étude de ses projets est très intéressante et leur impact est important sur l'emploi notamment sur des projets plus petits qui sont subordonnés, sur la mobilisation des ressources et le développement en général. Inscrits dans des démarches marketing mondiales, ils propagent les approches universelles des nouvelles tendances du tourisme rural et dépassent la sphère territoriale pour inscrire ces régions dans l'espace mondial. Cependant nous avons fait le choix de les exclure de nos analyses afin d'avoir un groupe plus homogène capable de nous présenter des résultats plus réels et représentatifs de la majorité des projets qui se développent dans ces régions rurales.

L'objectif était d'interroger la totalité des projets recensés depuis les documents et les listes fournis par les communes (Tableau 1) toutefois certains projets (16,78 %) se sont abstenus de répondre ou ils n'existent plus.

Tableau 1- Recensement des projets par leur statut juridique dans les différentes communes d'étude.
Source: Enquête personnelle - 2016

Commune	Privé	Coopérative	Association	Total
Asni	73	2	5	80
Aguerd	5	3	3	11
Imintlit	28	5	2	35
Meskala	1	2	5	8
Sidi Kaouki	1	4	4	9
Total	108	16	19	143

Les projets ont été approchés de trois façons différentes, une première étape préliminaire qui a permis de produire des connaissances sur les régions, sur les chiffres et sur le contexte général du projet. Ensuite, nous avons réalisé des enquêtes qualitatives et quantitatives afin d'analyser les faits et les processus, et de confronter les idées et les opinions exprimées par les différents acteurs, et avoir différents angles de vision. Les enquêtes ont été menées sur de longues et différentes périodes durant les années 2015, 2016 en suivant deux méthodes qui se complètent:

Le guide d'entretien destiné essentiellement aux porteurs de projet ainsi que les acteurs locaux (élus, délégués du tourisme et de l'agriculture, société civile, etc...) il est réalisé pour une double fin: une fin exploratoire pour décrire, justifier et expliquer, et une fin de validation de certains items qui allaient former le questionnaire, et fournir certains résultats.

Le questionnaire s'est penché sur plusieurs axes thématiques afin de cerner le contexte local, de déterminer les différentes propositions et attentes d'un développement par le biais des projets touristiques. Il permet aussi de mesurer l'impact des activités touristiques sur le développement social et économique des personnes qui ont intégré ce secteur.

Ces questionnaires ont été destinés aux «employés» qui travaillent au sein de ces projets. Sur 594 personnes recensées 282 personnes ont été enquêtées. Il s'agit de 47,47 % de la population des employés, une taille idéale statistiquement pour obtenir une estimation représentative. Cette taille était définie essentiellement selon l'accessibilité aux personnes-ressources. Les données sont alors regroupées dans des tableaux Excel et analysées dans le logiciel R pour le traitement et d'analyse de données statistiques.

À l'origine de l'activité touristique, l'attractivité des régions de la marge: opportunités et contraintes!

Le Maroc ne fait pas exception aux changements qui influencent le monde actuellement. Ces transformations rapides dans le domaine économique, social et culturel ont des impacts territoriaux et conduisent à une mutation des rapports entre la population et leur territoire. Ces derniers renforcent la complexité des formes d'organisation socio-économique. Ils affectent alors les systèmes et les modes de production et de mobilisation des ressources territoriales (Lazarev, 2012). Dans la région rurale marocaine, les ressources sont mobilisées depuis l'époque de la colonisation, mais essentiellement avec

les promesses de modernisation visant l'intégration au marché mondial de ces productions (Lazarev, 2012). Cette mobilisation ne peut se comprendre que dans un double contexte: celui de la marginalisation au plan socio-économique des sociétés rurales difficiles d'accès par rapport aux villes et les plaines avoisinantes et également l'ignorance des pratiques populaires et des spécificités locales, dans leur complexité et leurs contradictions dans la formulation des stratégies centralisées de l'État. Même si les pratiques ont marqué l'évolution de l'économie, la culture et la société dans son ensemble, elles n'ont pas été prises en considération dans les politiques de développement rural (Auclair et al., 2010).

La mobilisation touristique des ressources ne fait pas exception à cette logique et les stratégies du secteur ont, jusqu'à ces dernières années, consenti leurs efforts essentiellement pour le développement des régions balnéaires et des villes impériales, avec quelques ouvertures sur le rural, longtemps marginalisé (Berriane, 2009). En effet, le potentiel touristique rural est considérable et la volonté d'en faire un secteur pour le développement de ces régions s'est exprimée récemment par plusieurs acteurs publics, privés et associatifs. Néanmoins, sa conception comme produit, à part entière, partenaire du développement, n'a pas encore abouti (Berriane & Aderghal, 2012). Les communes cibles de notre enquête de terrain confirment ce constat même si elles ont pu tout tailler une place dans les circuits internationaux en répondant à une demande par le biais de l'impact des flux touristiques ordinaires.

Parmi les régions d'étude retenues ici, la zone montagneuse de Marrakech était le premier espace de l'arrière-pays de cette ville touristique à avoir accueilli des touristes. Selon les constatations faites sur le terrain, le premier projet de la région a débuté en 1948 avec la création du refuge rural du Club Alpin Français dans la commune d'Asni en réponse à une demande spontanée qui s'est développée en lien avec le mont Toubkal et le parc national portant le même nom. Une vingtaine d'années après, d'autres gîtes ruraux commencent à voir le jour par des gens de la région. Les premiers projets touristiques ont été initiés par des investisseurs étrangers intéressés par la région et la proximité de Marrakech. Ce secteur d'investissement n'était pas accessible pour la population locale par manque de moyens et d'expérience. Par la suite des initiatives locales se sont développées en suivant la tendance étrangère de tourisme rural alpin classique en réponse à l'arrivée de touristes dans cette région. «*La population locale, livrée à elle-même, s'est organisée pour répondre à cette demande en évolution. Elle offrait ses services comme*



muletiers, guides, porteurs et très rares sont ceux qui offrent l'hébergement lors des premières années».²

Aujourd’hui, parmi les 54 projets investigués dans la région d’Asni, 94% sont portés par des habitants de la commune. Après avoir acquiert une expérience préalable dans le secteur touristique et appuyés en général par leurs proches, ils se tournent vers le tourisme pour diversifier leurs revenus en s’engageant dans des petits projets familiaux.

Ce changement de situation a influencé les mouvements d’exode vers les villes, essentiellement vers Marrakech. En comparant les recensements de 1994 et de 2004, force est de constater que l’effectif de la population et celui des ménages dans le village d’Armed est passé de 873 à 1394. Il a presque doublé en l’espace de dix ans. Cette croissance démographique s’explique, en partie, par un faible mouvement d’exode lié au développement de l’activité touristique. Cette dernière a pris une place importante dans le système d’activité des familles. Le tourisme est devenu l’activité principale pour 62 % des chefs de foyers et l’activité secondaire pour 30 % d’entre eux.

Dans la région d’Essaouira, Sidi Kaouki est le premier site rural balnéaire où se sont créés de petits projets touristiques. Petit village de pêcheurs qui s’est rendu célèbre par la visite de Jimi Hendrix, suivi par toute une communauté de gens en quête de paix et de quiétude. Les guides touristiques racontent que «*les plus grands rassemblements hippies ont été organisés dans ces régions, à l’initiative d’un certain Jimi Hendrix*»³.

À cette époque, «*(...) le lieu était un Eldorado des hippies, un lieu sauvage qui a attiré les touristes par son caractère exceptionnel*»⁴. Des campements de touristes étrangers ont envahi les lieux et de petits projets de service informels se sont développés afin de satisfaire les besoins immédiats des touristes. Le site a eu une renommée de plus en plus large et plusieurs projets de grande envergure se sont développés. Aujourd’hui cette image de marque «*hippie*» n’est pas l’unique spécificité du lieu, elle persiste comme une histoire qui se raconte dans les guides ou par la population locale avec nostalgie.

Selon nos enquêtes de terrain, plus de 29 différents projets ont vu le jour à Sidi Kaouki, dont certains existent depuis 24 ans. Aujourd’hui, le trop-plein de la station vient se répandre dans les communes avoisinantes comme Aguerd. Cette nouvelle venue dans

² Entretien avec le gardien actuel du refuge de Toubkal.

³ Petit Futé, 2009, p. 238.

⁴ Propos recueillis lors des entretiens avec les propriétaires des quiosques.

le paysage touristique de l'arrière-pays d'Essaouira, présente une offre touristique différente encore dominée par des investissements étrangers. Meskala, une région à vocation purement agricole s'ouvre petit à petit au tourisme. Une importante ferme d'hôtes construite au sein d'une ancienne maison d'un ancien notable rural, Caïd Khouban, à titre d'exemple souligne cette tendance. La structure propose une multitude d'activités, elle emploie 4 personnes, et réalise à elle seule 3,13 % de la somme totale du chiffre d'affaires des projets privés. Enfin, Imintlit se présente comme la région où le tourisme s'est développé en lien avec une coopérative de l'huile d'argan. Cette dernière a pu gagner une grande renommée dans les guides touristiques, ce qui a fait connaître la commune et encourager les visites des touristes à cette coopérative qui cherchent à rester plus longtemps pour découvrir la région.

Toute cette dynamique autour de la renommée de Sidi Kakouki et la notoriété de la ressource sylvestre endémique de l'arganier a fait de cette station balnéaire à la périphérie de la ville d'Essaouira, un centre de d'activité touristique dans cette région. Les projets touristiques ont influencé l'essor des coopératives de l'arganier qui se trouvent tout au long des routes qui mènent vers cette la station depuis Essaouira et les autres villes avoisinantes pour offrir leurs produits et leurs services aux touristes qui se rendent dans la région. Les projets ont évolué en suivant des exemples pionniers, essentiellement français, dans ces régions. Ils ont avancé en tâtonnant dans leur gestion pour une offre informelle et uniforme en réponse à une demande spontanée.

En somme, les ressources naturelles encore intactes (sommets, plage, forêts) de ces régions étaient à l'origine du développement de l'activité touristique, qui au début se limitait à quelques échanges marchands entre touristes et population locale. Ces derniers s'organisaient pour répondre à la demande sans savoir ce que pouvait être une économie touristique. Certains étrangers de leur côté visitant la région ont pris conscience du potentiel touristique existant et également le manque en infrastructures. Ils ont donc fait le choix d'investir dans des projets touristiques, initiant ainsi une dynamique économique. Les habitants qui, en premier, se présente comme une main d'œuvre accessible, accueillante et très peu exigeante, saisit de plus en plus l'intérêt de cette nouvelle activité pour diversifier leurs revenus. De nombreux petits investisseurs se lancent dans la création de gîtes avec des moyens modestes.

Ce processus confirme la théorie qui avance que le tourisme dans les régions qui sont en marge des destinations touristiques principales s'impose par les spécificités de

ces lieux et ensuite comme une réponse à une demande de plus en plus intéressante. D'un autre côté, l'investissement dans des activités touristiques a contribué à l'ouverture de ces régions rurales sur les villes et conduit par la suite à un développement urbanistique important qui dans la plupart ne respecte pas malheureusement les normes et les particularités de la région. Les nouvelles constructions réalisées pour des fins commerciales et touristiques sont en béton armé, des panneaux de signalisation interposés partout sans aucune valeur esthétique constituent une atteinte au paysage rural. Ces espaces se retrouvent entre de nouveaux visiteurs, et de nouveaux enjeux... Une situation nouvelle et délicate que la population locale essaye de gérer selon ses moyens. En somme, on peut dire que certaines de ces communes deviennent des stations touristiques importantes et confirmées, néanmoins le développement touristique reste très informel et se limite toujours aux initiatives individuelles, qui dans la plupart des cas manquent de visibilité et de cohérence. Ces projets ne répondent pas aux enjeux d'un développement touristique qui s'inscrit dans une dimension territoriale et qui se concrétise à travers une concertation efficace entre les différents acteurs. Ce constat rejoint Les résultats de plusieurs études menées dans ces régions (Bellaoui, 2004, Berriane & Adrghal, 2012, Boujrouf, 2014, etc.) et montre que les différentes actions n'ont pas réussi la régulation du secteur touristique.



Logique d'acteurs et construction d'une offre touristique dans les régions de la marge...

En dehors des stratégies officielles, les communes d'étude, de par leur proximité aux aéroports et aux villes émettrices, ont pu construire une offre touristique qui reste tout de même dépendante et informelle. Les projets étudiés répondent, en fait, à une demande et construisent une offre, la première se définit par rapport au client et la deuxième correspond à la logique des différents acteurs. Ce double enjeu influence la mobilisation des ressources, la construction de la destination et l'image territoriale du produit touristique.

Dans notre cas d'étude, la majorité des porteurs de projets ont un faible niveau d'étude; 64 % ont un niveau d'étude primaire, 34 % n'ont aucun niveau d'étude car ils n'ont jamais été à l'école et 17 % uniquement dispose d'un diplôme d'études supérieur. Ils développent leurs projets sans être accompagnés par des instances étatiques et sans une vraie connaissance dans la création et la gestion des projets touristiques; 7,63% des projets seulement ont reçu des aides étatiques dans le cadre de l'initiative nationale de développement humain. Pour la majorité, la gestion se fait de façon usuelle pour gérer le quotidien. Il s'agit de mener au jour le jour selon les situations qui se présentent et les informations reçues spontanément en contact avec les clients et le territoire. Cette méthode de gestion influence non seulement l'évolution du projet, mais aussi l'offre touristique du territoire dans son ensemble.

«Ces dernières années, il y a de plus en plus de projets qui se sont installés le long de la côte et de la route. Chaque catégorie propose presque les mêmes prestations. Tout le monde fait pareil ! C'est difficile de trouver quelque chose d'intéressant à faire dans la région. La plupart des nationaux viennent uniquement pour passer la journée. L'offre n'est pas diversifiée et rien ne marque la visite des touristes étrangers à Sidi Kaouki!»⁵

La gestion externe des marchés influence également cette mobilisation en s'inscrivant plus dans une réponse de la demande mondiale que dans la mise en valeur des ressources propres au territoire. La mobilisation des ressources se présente en tant qu'une offre classique, uniforme, peu originale qui ne s'inscrit pas dans une construction spécifique d'une destination touristique, mais dans une perspective de projets individuels. Dans l'ensemble, la façon de gérer les projets touristiques enquêtés influence fortement la qualité de l'offre en général par la dispersion des actions et la banalisation des potentialités touristiques. En effet, aucun projet ne présente une vision claire qui renvoie à la conception du territoire dans sa complexité et aux externalités des projets touristiques.

«Les touristes du monde entier, visitant la région, investissent avec leurs pratiques et attentes touristiques ces espaces de la marge, y apportant leurs représentations, réinventant de la sorte ces espaces et leurs ressources ! Il ne s'agit pas de construire ou

⁵ Entretien avec un propriétaire d'une école de surf

de mobiliser, mais de répondre à une demande et de satisfaire des désirs ! Nous n'avons ni le temps, ni les moyens, ni les possibilités de bâtir ensemble.»⁶

Selon nos analyses, les discours des acteurs s'inscrivent dans les tendances de la demande touristique actuelle, mais la notion de ressource, par exemple, est employée par les porteurs de projet afin de représenter essentiellement «le potentiel touristique» des régions sans inclure «le construit social». Ce dernier renvoie essentiellement à la logique d'acteurs pour la mobilisation des potentialités, mais en mettant souvent l'accent sur une interprétation particulière des logiques de proximité et des circuits productifs externes qui offrent des opportunités pour le développement des ressources spécifiques. L'idée capitale sous-jacente est que le construit social résulte d'un processus de coordination des acteurs, réunis pour résoudre un problème productif inédit et de construction de ressources territoriales qui sont activées (ou révélées) pour une dynamique renouvelée du territoire (Lamara, 2009). Ces théories pensent l'innovation en termes de coordination qui met en commun plusieurs acteurs. Pour les porteurs de projets enquêtés, les ressources culturelles, naturelles, etc., sont évoquées en dehors de leur lien avec la communauté et les savoir-faire qui ont marqué la destination. Ces discours analysés du point de vue de l'usage du terme de ressource ne rendent pas compte de l'idée d'un système d'organisation liée à la vie sociale, aux externalités ou à une production ancrée territorialement. Le contexte socio-culturel et historique de ces territoires, longtemps resté en marge, n'importe pour ces projets que dans les représentations «imagées» recherchées par les touristes. Les stratégies d'acteurs concernant la mobilisation des ressources émanent alors de l'intérêt et l'accès individuel des ressources sans coordination par rapport aux dispositifs divers de leur révélation et valorisation afin de contribuer à une construction territoriale de l'offre touristique au sein de projets de développement de ces régions.

«J'investis dans le tourisme, mon objectif et d'avoir des clients! Leur satisfaction est ma stratégie ! Il ne s'agit pas de collaborer avec les autres porteurs de projet, mais avec des partenaires en dehors de la région (...).»⁷

⁶ Propos recueillis lors des entretiens avec un propriétaire d'un hôtel à Meskala, 2015.

⁷ Propos recueillis lors des entretiens avec un gérant de restaurant à Ghighaya, 2015.

L'offre est alors marquée par une concurrence accrue et continue entre les divers projets touristiques. La réponse à la demande par les moyens limités des porteurs de projets laisse peu de marge pour le développement des stratégies de la qualité et de l'offre et à la conformité aux critères socio-environnementaux du tourisme rural alternatif. Les projets portés localement sont dans une logique de survie et commencent, dans certaines régions, à s'organiser dans des associations de développement qui jouent sur des réseaux qui se déploient du local à l'international dans le but de gérer l'activité touristique. Ces initiatives attestent d'un certain esprit d'entreprise et participent tout de même à l'amélioration des conditions de vie avec des revenus complémentaires dans ces régions. Cependant, le manque d'expérience et d'appui rend parfois ces organisations faibles et les empêche par la suite d'avoir un rôle clé dans la construction d'une offre touristique solide et compétitive.

Ces zones de la marge font face à plusieurs défis et aux nouvelles opportunités qui nécessitent la mise en place de politiques de développement rural approprié et une exploitation plus rationnelle des ressources limitées et fragiles. L'appui de l'État doit essentiellement s'orienter vers «l'apprentissage du capital humain» et l'accompagnement adéquat à chaque catégorie de projet. Pour être efficace, les aides étatiques aux projets touristiques ruraux peuvent s'appuyer sur un cadre idéalement fonctionnel conçu selon les besoins de chaque région. Ils peuvent s'appuyer aussi sur la conception de nouvelles stratégies qui considèrent le poids de l'histoire de ces régions, les mécanismes socio-culturels locaux.

La construction d'une offre rurale pourrait, non seulement diversifier le produit touristique dans le pays, longtemps basée sur le balnéaire, mais aiderait également à développer des zones pauvres marginalisées et contribuer à un développement social et humain. En effet, le rural peut participer à la réhabilitation du produit marocain vieillissant, en le rendant plus compétitif par rapport à ses concurrents méditerranéens, diffuser davantage les retombées directes du tourisme au fin fond des campagnes et contribuer au développement humain au niveau local (Berriane & Aderghal, 2012). La sensibilisation, la formation et le renforcement des capacités des acteurs sur des formes de plus en plus performantes de gestion en commun et de construction d'une offre territoriale sont aujourd'hui une nécessité. Il s'agit de penser les projets territoriaux partagés par une planification concrète mettant le tourisme dans la question cruciale de la

fragilité des ressources territoriales et du développement économique social de ces territoires.

4. Conclusion

Les régions rurales se présentent comme des espaces riches de ressources à mobiliser dans les nouvelles offres du tourisme. Ces reconstitutions territoriales en cours, un peu partout dans les campagnes du Maroc, conduit forcément à des changements sociaux, qui peuvent avoir un impact aussi bien positif que négatif sur les différents aspects de la société locale.

Les politiques publiques concernant le rural - Plan Maroc Vert, INDH, Pays d'accueil touristique - s'inscrivent de plus en plus dans une vision multisectorielle qui trouve dans le tourisme un secteur capable de mobiliser les ressources territoriales, auparavant inexploitées, et donc participe à la création d'un élan de développement local. Toutefois, l'approche territoriale commune à tous les discours de ces stratégies n'était pas une adaptation historique de plusieurs éléments de l'espace ni une construction sociale forgée par l'interaction, profondément imprégnée des relations sociales. La notion de développement territorial à force d'être employée dans différents contextes pose des problèmes de définition, mais aussi de mise en pratique, car malgré son inscription dans une démarche territoriale, son appréhension de la diversité et des spécificités internes des espaces n'est qu'une simple répartition techniciste qui n'inclut pas les dimensions sociales. Ces politiques n'aboutissent pas à une différenciation des territoires considérés comme des entités construites grâce à l'action des acteurs au niveau local dans ces régions de la marge.

Cependant, nous avons essayé de démontrer que l'action commune semble constituer une problématique dans la mesure où elle renvoie aux processus complexes de structuration et de mise en compatibilité de différentes modalités de coordination, plus ou moins conflictuelles et qui ne se limitent pas à un mode unique de résolution entre les différents acteurs. Ces projets touristiques ruraux n'ont pas les capacités ni les connaissances suffisantes pour inscrire la mobilisation des potentialités du territoire dans des stratégies de construction, d'innovation, de valorisation et de création. Les aides étatiques peuvent déboucher sur des processus nouveaux et des constructions territoriales originales en se basant sur les ressources spécifiques de chaque territoire. Les stratégies des acteurs doivent mettre en avant les ressources territoriales matérielles et immatérielles



qui font l'attractivité de ces régions afin de les inscrire dans la durabilité sur la base d'une synergie qui peut aider davantage à construire une destination touristique capable de faire profiter les territoires de la marge.

Notre recherche s'ouvre certainement sur plusieurs questions qui mériteraient d'autres recherches; comment inciter, réellement, les responsables, les citoyens et les différents acteurs à s'engager dans des projets communs en adoptant les concepts de développement humain? Comment réaliser des territoires de projet comme cadre de mobilisation des acteurs locaux vu leur indifférence et leur «incapacité» d'action ? Comment préparer les territoires ruraux aux démarches de valorisation des ressources avant même de les inscrire dans ces nouvelles dynamiques ?

Bibliographie

- Angeon, V. & Garon, A. (2004). Valorisation de ressources et attractivité des territoires. L'environnement, facteur de spécification des ressources. In *Revue Montagnes Méditerranéennes*, n° 20, 55-68.
- Antheaume, B. & Giraut, F. (2002). Les marges au cœur de l'innovation territoriale? Regards croisés sur les confins administratifs (Afrique du Sud, France, Maroc, Niger, Togo...). In *Historiens et géographes*, n° 379, 133-151.
- Appadurai, A. [1996] (2001). *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot, 322 p.
- Auclair, L., Simenel, R., Alifriqui, M. & Michon, G. (2010). "Agdal", les voies Imazighen de la patrimonialisation du territoire. In *Hespéris-Tamuda*, vol. XLV, 129-149.
- Aufavre, C., Bennafa, K. & Monserrat, E. B. (2011). Fabrication et sens des marges au Maroc. In Aufavre, C., Bennafa, K. & Monserrat, E. B. (dir), *Marges, normes et éthique. Marges et marginalité au Maroc*. Paris: L'Harmattan, 17-19.
- Bernard, N., Blondy, C. & Duhamel, P. (dir.) (2017). *Tourisme et périphéries: la centralité des lieux en question*. Presses universitaires de Rennes, Collection: Espace et Territoires, 325 p.
- Berriane M. (2018). *Les terroirs au Sud, vers un nouveau modèle?: Une expérience marocaine*. IRD Éditions.

- Berriane, M. (dir.) (2009). *Tourisme des nationaux, tourisme des étrangers: quelles articulations en Méditerranée?*. Rabat: FLSH Rabat. Série Essais et Études n° 41, 125-168.
- Berriane, M. & et Nakhli, S. (2011). En marge des grands chantiers touristiques mondialisés, l'émergence de territoires touristiques "informels" et leur connexion directe avec le système monde. In *Méditerranée*, n° 116, 115-122.
- Berriane, M. & Aderghal, M. (2012). *Tourisme rural, Gouvernance Territoriale et Développement Local en zones de montagnes*. Rabat: Université Mohamed V, 108 p.
- Boujrouf, S. (2014). Ressources patrimoniales et développement des territoires touristiques dans le Haut Atlas et les régions sud du Maroc. In *Journal of Alpine Research Revue de géographie alpine* [En ligne], 102-1 | 2014, mis en ligne le 17 juin 2014. <http://rga.revues.org/2259>
- Campagne, P. & Pecqueur, B. (2014). *Le développement territorial. Une réponse émergente à la mondialisation*, France: Éditions Charles Léopold Mayer, 268 p.
- Chartier, A.-M. (1996). *Essai critique sur le développement*. Paris: PUF, 98 p.
- Coumaye, C.-C. (2018). Gouvernance durable des collectivités territoriales: l'ancrage du développement durable dans la gouvernance territorial. In *Études africaines*. Série Administration publique, l'Harmattan, Paris.
- Coppin, O. (2002). Le milieu innovateur: une approche par le système. In *Innovations*, n° 16, 29-50.
- Corrado, F. (2004). Les territoires fragiles dans la région alpine: une proposition de lecture entre innovation et marginalité. In *Revue de Géographie Alpine | Journal of Alpine Research* [En ligne], <http://rga.revues.org/1164>
- Debarbieux, B. (2008). Construits identitaires et imaginaires de la territorialité: variations autour de la figure du "montagnard". In *Annales de géographie*, n ° 660-661, 90-115.
- Klein, J.-L., Pecqueur, B., Koop, K. & Soussi & S. A. (2016). *L'innovation locale à l'épreuve du global: un défi pour les acteurs*, Collection Géographie contemporaine, 232 p.
- Hirczak, M., Moalla, M., Mollard, A., Pecqueur, B., Ramponilaza, M. & Vollet, D. (2008). Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. In *Economie Rurale*, n°308, 55-70.

- Lazarev, G. (2012). Les politiques agraires au Maroc 1956-2006. Un témoignage engage. In *Economie critique*, Rabat.
- Mésini, B. (2007). Une terre, un toit. L'appropriation des moyens d'existence dans les villes et les campagnes. In *Nouvelles urbanités; nouvelles ruralités en Europe de Yves Luginbuhl*. Éditions scientifiques internationales, Belgique, 141-152.
- Mourji, F. & Masmoudi, H. (2015). L'état de l'économie marocaine: un potentiel de développement réel mais constraint. In Baudouin D., Zakaria, R., Boutaleb, A. & Ferrié, J.-N. (dir.), *Le Maroc au présent: d'une époque à l'autre, une société en mutation*. Casablanca, collection: Description du Maghreb, 907-944.
- Rakhmatova, Z. (2015). Tourisme et autonomisation des communautés locales. In *Téoros* [Online], 34, 1-2 |, Online since 15 March 2016, connection on 23 April 2019.
<http://journals.openedition.org/teoros/2792>
- Pecqueur, B. (2001). Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. In *Économie rurale*, n°261, 37-49.
- Pecqueur, B. & Ternaux, P. (2005). Mondialisation, restructuration et gouvernance territorial. In *Géographie, Économie, Société*, 7, 315-319.
- Pecqueur, B. & Peyrache-Gadeau, V. (2010). Fondements interdisciplinaires et systémiques de l'approche territoriale introduction. In *Revue d'Economie régionale et urbaine*, 613-623.

CEMITÉRIOS HISTÓRICOS EM SANTO AUGUSTO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: ASPECTOS DE SIMBOLOGIA E CULTURA MATERIAL EM TRÊS ESPAÇOS CEMITERIAIS

HISTORIC CEMETERIES IN SANTO AUGUSTO, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL: ASPECTS OF SYMBOLS AND MATERIAL CULTURE IN THREE CEMETERIAL SPACES

Recebido a 28 de maio de 2021
Revisto a 12 de julho de 2021
Aceite a 29 de agosto de 2021

Ana Gabriela Ribeiro de Souza Padilha

Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
ana_gabrieladesouza@hotmail.com

Jaison Teixeira Lino

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
lino@uffs.edu.br



Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal promover um estudo comparativo entre os aspectos simbólicos e materiais presentes em jazigos dos cemitérios dos Paivas, dos Prates e do Municipal Papa João XXIII, em Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Datados a partir de meados do século XIX, possuem parâmetros necessários para uma análise comparativa do que chamamos aqui de “arte cemiterial”, em que se constitui de um conjunto de elementos simbólicos e materiais que mantém vivo nestes espaços os costumes, crenças, símbolos e afetos de uma geração. Para tanto, foi desenvolvido um estudo comparativo buscando compreender os aspectos que se aproximavam e distanciavam entre um cemitério e outro.

Palavras-Chave: Cemitérios históricos; Patrimônio cultural; História Local.

Abstract

The present article has as main objective to promote a comparative study between the symbolic and material culture aspects present in the cemeteries of Paivas, Prates and Municipal Pope João XXIII, in Santo Augusto, Rio Grande do Sul State, Brazil. Dating from the middle of the 19th century, they have the necessary parameters for a comparative analysis of what we call here “cemetery art”, in which it constitutes a set of symbolic and material that keeps customs, beliefs, symbols and affections alive in these spaces for different generations. To this end, a comparative study was developed seeking to understand the aspects that approached and distanced between one cemetery and another.

Keywords: Historical Cemeteries; Cultural Heritage; Local History.

1. Introdução

A arte cemiterial e sua ligação com a história das famílias, bem como a história de determinada localidade tem sido aprofundada cada vez mais no universo científico. Conforme Renata de Souza Nogueira (2013, p. 14) apresenta, é preciso estar atento “a configuração de reproduções simbólicas da sociedade extramuros.”

Esse símbolos que se reproduzem nos espaços cemiteriais configuram-se como percepções do que Nogueira (2013) caracteriza por “um mesmo patrimônio cultural”. De um lado tem-se a arte aplicada no monumento, por outro, percebe-se a propagação da subjetividade por meio de elementos que viabilizam crenças e tradições no mesmo espaço.

É a partir da compreensão dessa confluência de fatores que os espaços cemiteriais são percebidos não mais como simples “morada dos mortos”. O valor cultural dos cemitérios de Santo Augusto (Figura 1), no Rio Grande do Sul, só ganha dimensão se percebido pelo olhar de quem o produziu e utilizou daqueles espaços. No entanto, é importante considerar que mesmo as necrópoles que são desprovidas de ornamentos ou adereços religiosos, também possuem um valor simbólico naquele espaço, de acordo com sua configuração temporal e social.

Tiago Nicolau de Araujo (2014, p. 85) corrobora com esta perspectiva ao afirmar que “neste sentido é que a necrópole, portanto, não seria a ‘cidade dos mortos’, mas sim a ‘cidade dos vivos e dos mortos’, pois expressa os sentimentos sociais que marcam determinadas culturas em determinados períodos, bem como o contexto histórico em que estão inseridas.”

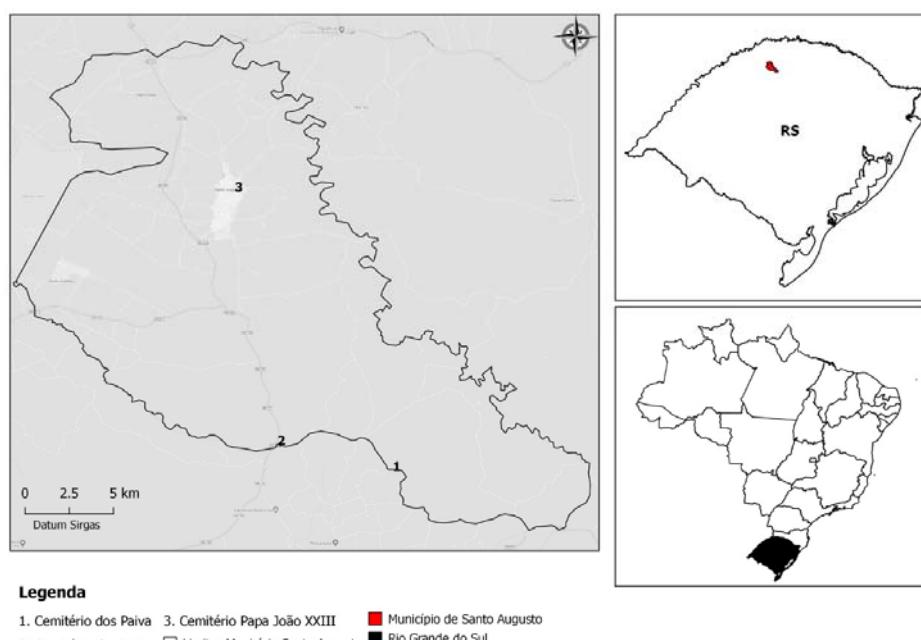


Figura 1 - Mapa dos cemitérios de Santo Augusto, RS. Fonte: Desenho de Fábio Araújo.

Michel Vovelle (1997) chamou a atenção para o fato de que a chamada “arte tumular” só recebeu uma reconfiguração e se estabeleceu de modo maia significativo ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Isso reforça a ideia de que, toda produção material nos espaços cemiteriais anterior a esse período não tinham as formas de ostentação características da arquitetura que foi difundida por meio de estilos estatuários, por exemplo, em meados do século XIX.

A partir de três cemitérios inventariados e analisados, pode-se observar semelhanças e diferenças entre os cemitérios de Santo Augusto – dos Paivas, dos Prates e Municipal Papa João XXIII. Deste modo, neste artigo desenvolveu-se reflexões e comparações sobre este objeto de estudo, demonstrando padrões e idiossincrasias, possíveis mudanças e permanências nos cemitérios em Santo Augusto e seus reflexos para a história local, pois, segundo Araujo (2014, p. 86) “é na diversidade de adereços que compõe a arte funerária que se torna possível identificar as concepções religiosas presentes em um campo santo.”

2. Aspectos materiais e simbólicos do cemitério dos Paivas, do cemitério dos Prates e cemitério Municipal Papa João XXIII.

Antes de iniciar a análise, é importante situar o recorte de tempo deste estudo. Sobre as datações de nascimento presentes nos túmulos, observou-se que o período de ocupação do território de Santo Augusto esteve mais presente. Embora muitas áreas da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul tenham sido colonizadas por populações de origem europeia mais tarde, acompanhando as segundas e terceiras levas de colonização, sobretudo, de origem italiana e alemã, nota-se que na área em tela a ocupação não-indígena remonta à primeira metade do século XIX, menos de 100 anos após a destruição das reduções jesuíticas na região (Golin, 2008).

No cemitério dos Paivas existe um túmulo com data de nascimento no ano de 1842; No cemitério dos Prates há data de nascimento em túmulo do ano de 1853 e no cemitério municipal Papa João XXIII um túmulo com data de nascimento em 01 de janeiro de 1863, (Figuras 2 a 5).



Figura 2 - Cemitério dos Paivas, nasc. 1842. Fonte: Foto dos autores.



Figura 3 - Cemitério dos Prates, nasc. 1853. Fonte: Foto dos autores.



Figura 4 - Cemitério dos Prates, nasc. 1875. Fonte: Foto dos autores.



Figura 5 - Cemitério Municipal, nasc. 1863. Fonte: Foto dos autores.

Assim, havia-se já uma ocupação não-indígena na região antes mesmo das políticas sistemáticas de ocupação do território por migrantes de origem europeia ocorridas no período do segundo império brasileiro (1840-1889), da lei de Terras de 1850 (Oliveira, 2000, p. 25), e de conflitos importantes como a Guerra do Paraguai (1864-1870). De acordo com Oliveira (2000), a ocupação histórica na região se deu pela instalação de fazendas de criação de gado no decorrer do século XIX, em torno da qual a economia local se desenvolveu.

2.1. Datas de nascimento

No cemitério dos Paivas, existem túmulos com datas de nascimento cobrindo um período de oitenta anos (1840 a 1920). No cemitério dos Prates as datas de nascimento cobrem um período que vai da década de 1850 à 1970, havendo ocorrências maiores nas

décadas de 1870, 1880, 1900, 1910 e 1940. No cemitério municipal Papa João XXIII temos ocorrências que vão das décadas de 1860 à 1970, com uma maior frequência nas décadas de 1880 e 1900. Conclui-se que o cemitério dos Paivas já foi abandonado faz um longo tempo, o dos Prates e o cemitério municipal ainda estão em funcionamento (Figuras 6 e 7).



Figura 6 - Cemitério dos Prates, nasc. década de 1970.
Fonte: Foto dos autores.

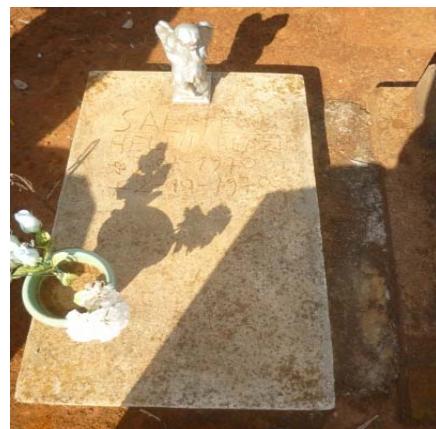


Figura 7 - Cemitério dos Prates, nasc. 1970. Fonte: Foto dos autores.

2.2. Datas de falecimento

Sobre as datas de falecimento, temos as mais antigas em um túmulo da década de 1910 no cemitério dos Paivas; um jazigo da década de 1900 no cemitério dos Prates e um da década de 1920 no cemitério municipal. Observa-se uma regularidade na antiguidade dos enterros entre os três cemitérios, devendo estar associado com o período de colonização de origem europeia da área e as semelhanças dos primeiros óbitos. É importante destacar, conforme ressalta Sandro Blume (2010, p. 12), que “a religiosidade dos imigrantes alemães perpassava as questões do cotidiano, no que se refere a mentalidades, rituais e práticas relacionadas à morte e ao morrer.” (Figuras 8 e 9).



Figura 8 - Túmulo do Cemitério dos Prates, falecimento década de 1900. Fonte: Foto dos autores.



Figura 9 - Túmulo Cemitério Municipal Papa João XXIII, falecimento década de 1930. Fonte: Foto dos autores

A cronologia exibe datas de morte no cemitério dos Paivas que vão da década de 1910 à década de 1970; no cemitério dos Prates temos túmulos com mortes da década de 1900 à 1990 e no cemitério municipal da década de 1920 à 1990. Nota-se que o cemitério dos Paivas provavelmente foi desativado na década de 1970. Em resumo, tem-se datas de falecimentos que cobrem um período de 70 anos do século XX.

2.3. Aspectos gerais dos jazigos

As datas de nascimento e de morte fornecem informações importantes sobre a cronologia de povoamento histórico da região e as datas nos túmulos estão em consonância com o período de povoamento não-indígena na área segundo pesquisas de Odilon Gomes de Oliveira (2000, 2010), que atesta para a área o início da colonização na década de 1820. Assim, 20 anos depois pessoas estavam sendo enterradas nos cemitérios pesquisados neste artigo.

Embora não se possa afirmar com segurança a origem de diversos sobrenomes, no que se referem aos países/etnias europeias de origem, tenta-se aqui esboçar uma análise deles, considerando que aqueles classificados como luso-brasileiros sejam os mais

problemáticos de conceituação. Contudo, entende-se que os sobrenomes luso-brasileiros são aqueles pertencentes obviamente à matriz portuguesa, mas somados com indivíduos que também nasceram no Brasil e com origens étnicas diversas ou miscigenadas como índios e afrodescendentes que, geralmente, adotaram sobrenomes lusitanos. Já os sobrenomes de origem alemã e italiana, por exemplo, parecem mais fáceis de identificação. Outro dificultador é que a região foi desde o início da colonização europeia disputada por portugueses e espanhóis e assim, podem existir sobrenomes comuns na península ibérica como um todo, sendo um desafio enorme diferenciar sobrenomes de ambos os países.

No cemitério dos Paivas tem-se maioria de sobrenomes luso-brasileiros, havendo também a presença de sobrenomes de origem espanhola, alemã e compostos, existindo entre eles pouca variabilidade, já que os luso-brasileiros se encontram em número de 3. Já no cemitério dos Prates observa-se uma grande quantidade de túmulos com nominações luso-brasileiras, seguidas de modo muito eventual por sobrenomes espanhóis, alemães e compostos. Por fim, no cemitério municipal aparecem mais túmulos com nominações italianas, mas acompanhado de perto pelos luso-brasileiros, seguidos de maneira eventual por espanhóis e compostos, (Figuras 10 e 11).



Figura 10 - Cemitério dos Prates, sobrenome luso-brasileiro.
Fonte: Foto dos autores.



Figura 11 - Cemitério Municipal, sobrenome italiano. Fonte:
Foto dos autores.

Apesar de atualmente existirem diversas etnias que compuseram o quadro da colonização regional, observa-se uma preponderância de sobrenomes luso-brasileiros. Isto pode ser explicado por dois motivos básicos. Primeiro, trata-se da ocupação de origem europeia mais antiga da região, que remonta desde o início da instalação das missões jesuíticas em 1630 (Gutierrez, 1987).

Segundo, além da ocupação portuguesa, índios e africanos compunham o povoamento e mesmo com as relações interétnicas na maior parte dos casos os sobrenomes portugueses foram mantidos. As colonizações italianas e alemãs, mais tardias que ocorreram em fins do século XIX estão pouco presentes nestes cemitérios, com exceção do cemitério municipal na qual os italianos aparecem em número proporcional considerável.

Em outras áreas tem-se observado que os colonos de origem alemã procuravam muitas vezes enterrarem seus entes em cemitérios específicos, segregados de outras etnias. Seria o caso de investigar se na região poderia ter acontecido o mesmo processo. Como região de fronteira colonial, podemos observar a presença de sobrenomes espanhóis. Mesmo que em minoria, denotam origens que remontam às disputas territoriais entre as duas potências ultramarinas ibéricas.

Sobre as matérias-primas empregadas na confecção dos túmulos, nos três cemitérios analisados tem-se como resultado uma predominância do uso de alvenaria. Isto aponta para um cuidado maior na produção deles, já que a alvenaria, dos materiais empregados, parece ser o mais resistente de todos, mostrando cuidados para que os jazigos não fossem facilmente destruídos pelas intempéries ou mesmo ações antrópicas.

Além disso, alguns modismos decorativos foram observados no uso da matéria-prima, como azulejos que cobrem túmulos de diversas décadas do século XX, podendo ter sido colocados no ato do enterro ou a posteriori. O mármore, encontrado em poucos túmulos é um dos materiais mais caros, e dependendo de cada caso, podem denotar seu uso como diferenciador socioeconômico do falecido e seus familiares (Figuras 12 e 13).



Figura 12 - Cemitério Municipal, túmulo com azulejo.
Fonte: Foto dos autores.



Figura 13 - Cemitério Municipal, túmulo de alvenaria.
Fonte: Foto dos autores.

Segundo Jacqueline Ahlert (2017, p. 2) ‘A religiosidade, associada aos hábitos culturais, a posição social e as possibilidades econômicas de cada família ou pessoa, presta características únicas aos cemitérios. Na configuração de seus sentidos, utilizam-se imagens, formas, dizeres e símbolos que distinguem suas crenças e o lugar que ocupavam na sociedade enquanto vivos.’

O desejo dos familiares de deixarem gravados nos jazigos mensagens de religiosidade, conforto, dor, saudades e esperança estão materializados pelas epígrafes, frases geralmente curtas que expressam ideias e comportamentos. No cemitério dos Paivas temos uma maioria de jazigos que apresentam epígrafes. No cemitério dos Prates tem-se resultado oposto, com uma grande maioria de sepulturas sem epígrafes. No cemitério municipal João XXIII também tinha-se um maior número sem epígrafes, apesar de que neste caso a diferença para com as que possuem é menor.

Dentre os epitáfios, a maior parte quando presente nos jazigos refere-se às lembranças e saudades familiares e ao tradicional “Aqui jaz...” seguido do nome do falecido. Alguns exemplos de epitáfios:

a) No Cemitério dos Paivas: “Lembrança de seu filho”; “Aqui jaz os restos mortais de...”, “Kein Arzt Keine heilung wahrfür mich bis Jesus sprach ich heile dich” (Tradução livre: Nenhum médico pode mais que Jesus que falou: 'irei curar você');

b) No cemitério dos Prates: “Prezente do seu padrinho”; “Há um portão aberto no fim dessa estrada por onde cada um de nós há de passar...”; “Lembranças dos filhos e netos”;

c) No Cemitério Municipal Papa João XXIII: “Fal. 26/11/1929 com 88 anos de idade”; “Lembrança eterna dos filhos e genros”; “Aqui jaz ... Saudades de seus filhos”; “Uma lágrima pelos finados se evapora uma flor sobre seu túmulo fenece uma oração pela sua alma recolhe a Deus.”

Em geral, se percebe um certo padrão nas frases presentes nos epitáfios, seja a nível diacrônico, seja sincrônico. Existem, contudo, algumas singularidades, dentre elas destacando-se um epitáfio no cemitério dos Paivas escrito em alemão, podendo ser um elemento de diferenciação e orgulho étnico expressado no túmulo, mantendo uma distinção étnica em vida e transportada para o epitáfio que mantém a distinção no cemitério e que, por estar em outra língua, segmenta àquelas pessoas que tem condições

de entender o que está escrito. No cemitério municipal destaca-se o epítápio em forma de poema com mensagem de dor (lágrima), homenagem (flor) e prece (oração).

A simbologia cristã está presente nos três cemitérios estudados, com vários símbolos que buscam transmitir mensagens e códigos, com reflexos na sociedade dos vivos. Abaixo, apresentamos os símbolos mais comuns, sendo sua descrição baseada em Dalmaz (2008) e no Dicionário de Símbolos (dicionariodesimbolos.com.br) e de símbolos cemiteriais (graveaddction.com). Bellomo (1996, p. 3) afirmou que “As inscrições, símbolos, estátuas, pinturas nos mostram a religiosidade local e a relação religião/morte. Anjos, Cristos, crucifixos e estátuas de santos nos revelam a visão cristã e as devoções mais comuns da região”.

a) Cruz: Este símbolo tem sido utilizado por diversas culturas e religiões, inclusive pré-cristãs, no decorrer da história, cada qual com significados diferentes. Trata-se do símbolo máximo do cristianismo, estando presente com diferentes formas em igrejas, cemitérios e outros espaços religiosos. Nos cemitérios possui fortes significados ligados à morte, mas também à ressureição e vida eterna, já que Jesus Cristo morreu crucificado e depois ressuscitou. Em quase todos os túmulos dos três cemitérios a cruz está presente ou como um artefato na parte superior, ou gravada em baixo ou alto relevo junto às outras simbologias. Pode estar presente somente a cruz ou ainda pode aparecer com Jesus crucificado (crucifixo);

b) Ramo de Palma: Os ramos de Palma possuem basicamente dois significados antagônicos no contexto dos cemitérios: de um lado expressam vitória e renascimento, e de outro, dor e sofrimento. A ligação entre este símbolo e a presença nos cemitérios se deu devido às passagens bíblicas que mostraram a ligação dos ramos de palma com estes sentimentos. Trata-se de simbologia muito comum em dois dos três cemitérios analisados, podendo encontrar-se sozinhos ou compostos com outras imagens. No cemitério dos Prates foram identificados 16 destes símbolos e no Cemitério Municipal está presente em 8 túmulos. Nas composições, destacam-se a presença do ramo de palma junto à anjos, cruzes, e flores como rosas, lótus e copos de leite;

c) Flores: As flores aparecem em considerável quantidade nos túmulos pesquisados e são comuns em jazigos por cemitérios mundo afora. Dentre as flores, a mais comum é a rosa, que desde antes do advento do cristianismo possui significados de amor, beleza e virgindade, como no caso da mitologia grega. Provavelmente a rosa nos

cemitérios cristãos simboliza estes mesmos sentimentos, sendo inclusive símbolo da Virgem Maria. No cemitério dos Paivas as rosas aparecem em 3 túmulos, no cemitério dos Prates em 7 e no Cemitério Municipal em 6 túmulos. A flor de lótus também está presente em alguns jazigos, possui significados especiais entre diversas culturas e religiões mundo afora e expressa sentimentos de paz, prosperidade, fertilidade, nascimento e ao que parece, expressa nos túmulos sentimentos de renascimento. No cemitério dos Paivas aparece em 2 túmulos, no dos Prates em 1 e no cemitério municipal em 1. Outra flor identificada é a popular “copo de leite” encontrada em 2 túmulos do cemitério Municipal, não havendo significado relacionado com simbologias religiosas. Também foram encontradas figuras de flores não identificadas nas lápides, sendo que devem expressar os mesmos sentimentos das rosas e lótus. A composição das flores com outros símbolos é bem variada, podendo estar associada com cruzes, Virgem Maria, ramos de palmas, corações, estrelas e anjos;

d) Coração: Dentre os diversos sentimentos positivos que o coração tem e que está fortemente consolidado em passagens bíblicas, o do amor é o que se sobressai e este deve ter sido o sentido básico da presença do coração nos jazigos mortuários. Pode aparecer como o Sagrado Coração de Jesus, que expressa o amor por todos os seus “irmãos” ou o Sagrado Coração de Maria, que representa o amor da mãe pelo filho. No cemitério dos Prates o Sagrado Coração de Jesus está presente em 4 túmulos e do Sagrado Coração de Maria em 2. No cemitério municipal o Sagrado Coração de Jesus aparece em 1 e um coração em outro;

e) Estrela: A estrela para o cristianismo possui significados de luz, renascimento, sabedoria, renovação, esperança ou ainda é utilizada como metáforas de Jesus e Maria, conforme passagens bíblicas que atestam isso. No cemitério dos Paivas a estrela aparece em 1 lápide e no cemitério Municipal em 3;

f) Uvas: Tal fruta representa o sangue de Cristo e não se trata de tema muito comum em cemitérios. Em nossa pesquisa encontramos o “cacho” de uvas somente em 1 lápide no cemitério Municipal;

g) Trevo de Quatro Folhas: Possui diversos significados, podendo significar no contexto cemiterial o desejo de sorte além-vida. Observa-se também que possui semelhanças com a cruz e entre algumas culturas cada folha significa fé, esperança, sorte e amor. Chama atenção que o trevo de três folhas não aparece nos jazigos analisados, já que é símbolo da Santíssima Trindade e seria de se supor que pudesse estar presente.



Contudo, o trevo de quatro folhas está presente em 2 lápides no cemitério dos Paivas, em 6 no cemitério dos Prates e em 3 no cemitério Municipal;

h) Anjos: Como mensageiros e intermediários entre o céu e a terra, os anjos podem ser considerados no contexto da morte como os guias dos entes queridos que estão fazendo a passagem do mundo terreno para o céu e por isso aparecem em algumas artes tumulares. Aparece em 8 jazigos no cemitério dos Prates e em 4 no cemitério municipal. Pode aparecer de pé ou sentado, às vezes, compondo a cena com outras simbologias como flores, ramos de palmas, etc;

i) Outros: Ainda há a presença de outros símbolos, como “mãos se cumprimentando” ou “mãos dadas” que aparece com grande frequência e que possivelmente podem representar **união**, companheirismo, cuidado, respeito, cumplicidade, amizade, amor, confiança. As “mãos se cumprimentando” podem representar a confiança e união com Deus ao se encontrar com ele na pós-vida; isso mostra uma crença na continuidade (Figuras 14 a 17).

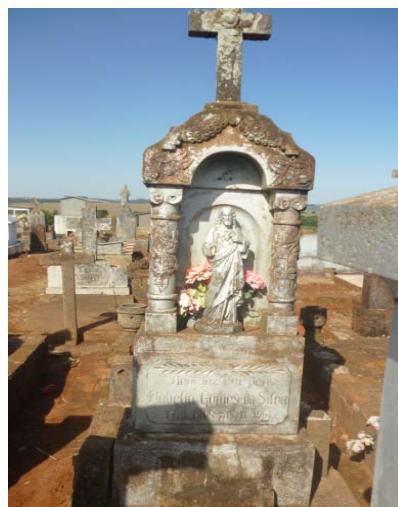


Figura 14: Cemitério dos Prates, coração. Fonte: Foto dos autores.



Figura 15: Cemitério Municipal, flores. Fonte: Foto dos autores.



Figura 16: Cemitério dos Prates, aperto de mãos. Fonte: Foto dos autores.



Figura 17: Cemitério dos Prates, anjo. Fonte: Foto dos autores.

3. Comentários de encerramento

A delimitação deste artigo dedicou-se a realizar o registro dos dados observados nos três cemitérios supracitados, estando esses dados relacionados à data de nascimento, data de óbito, sobrenomes, matéria-prima, apresentação ou não de epígrafe, dentre outros.

Diante das informações apreendidas, foi possível fazer comparações e diferenciações entre os cemitérios, reflexões e questionamentos.

A partir das datas de nascimento registradas foi possível perceber que a ocupação remete à segunda metade do século XIX; embora as áreas da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul tenham sido colonizadas por populações europeias, posteriormente, acompanhando um segundo momento de colonização alemã e italiana. Percebeu-se uma presença do não indígena na região antes mesmo do sistema de ocupação por migração europeia do segundo império brasileiro.

As datas de óbitos mais antigas registradas nos túmulos ocorreram na primeira metade do século XX. A partir dessas datas, houve uma continuação desses óbitos devendo significar uma associação ao período de colonização europeia.

No que diz respeito aos sobrenomes, é possível visualizar uma etnia em que os luso-brasileiros apareciam em maior número no Cemitério dos Paivas e dos Prates, enquanto no cemitério municipal havia uma maioria italiana. Luso-brasileiros, referem-se aos que vieram originalmente de Portugal, mas que ocorreu miscigenação com outras origens étnicas. Como a região foi local de disputa entre portugueses e espanhóis, a

interpretação é dificultada, pois poderia haver sobrenomes comuns em toda península ibérica.

A matéria-prima que predomina nos três cemitérios é a alvenaria e possivelmente isso se dá devido à maior resistência que este material apresenta. Há ainda aqueles que foram modificados ou decorados com azulejos e os de mármore em menor número.

Dos túmulos analisados nos Cemitério Municipal Papa João XXIII e no Cemitério dos Prates, a maioria não apresenta epígrafe, enquanto no Cemitério dos Paivas os túmulos com epígrafe são a maioria. Porém, é importante destacar que no Cemitério dos Paivas o número de túmulos catalogados é menor, devido à ausência de informações nas lápides; destruição de alguns túmulos e ao fato de que o Cemitério é relativamente menor se comparado aos outros, pois possivelmente sua utilização ocorreu somente até a década de 1970 (segundo o que consta em nossos registros cemiteriais). Destacamos também que epítáfios observados em todos os cemitérios estão em grande medida relacionados às lembranças familiares.

No que diz respeito à simbologia é possível observar uma predominância do cristianismo através de símbolos gravados nas lápides, como: cruzes, flores, ramos de palmas, estrelas, uvas, trevos de quatro folhas e anjos.

Isso corrobora com a ideia de Ahlert (2017, p. 2) ao afirmar que “É próprio da ação do símbolo a representação de algo que está ausente. Sua criação e seu uso estão, deste modo, intrinsecamente vinculados a algo que não está e deve se fazer presente através de signos metafóricos, que afiançarão sua memória. A morte e os monumentos funerários, nesta perspectiva, são um grande meio de expressão simbólica.”

Diante de tudo que foi observado e diagnosticado, não podemos deixar de falar que há um descaso muito grande em relação aos cemitérios e acreditamos que isso possa ser explicado por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar a percepção de que servem “apenas” para sepultar os mortos; ausência de familiares que possam buscar a manutenção e limpeza dos túmulos; descaso da administração pública e não compreensão do cemitério como fonte histórica.

Portanto, diante de tudo que foi discutido a partir da reflexão e estudo dos dados coletados, conclui-se que o diálogo destes dados nos permite a visão de que o cemitério serve como fonte histórica e que sua importância é inquestionável, no entanto, para compreender a materialidade presente em seu espaço é preciso levar em consideração que há uma perspectiva simbólica que constitui toda a dinâmica do que pode ser considerado “arte cemiterial”.

Referências Bibliográficas

- Ahlert, J. (2017). Cultura material funerária: as alegorias do Cemitério Vera Cruz (Passo Fundo/RS). Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia, Passo Fundo, v. 1, (2017), 1-16. [Consult. 25 Jan. 2021]. Obtido na: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ppgh/anais-seminario-internacional/2017/ahlert.pdf.
- Araújo, T. N. de (2014). Hermenêutica e cemitérios: um olhar sobre o cemitério da santa casa em porto alegre. In *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 16, n. 20, (2014), 82-95. [Consult. 20 Jan. 2021]. Obtido na: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/download/12703/8075>.
- Bellomo, H. R. (Org.) (1994). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro.
- Blume, S. (2010). *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano*, 291p. [Consult. 19 Dez. 2020]. Obtido na: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7649/Sandro%20Blume_.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Dalmáz, M. (2000). Símbolos e seus Significados na Arte Funerária Cristã do Rio Grande do Sul. In Bellomo, Harry R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Golin, T. (2008). A Guerra Guaranítica. In AXT, G. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 44-55.
- Gutierrez, R. (1987). *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Brasil: Unesco, 110p.
- Oliveira, O. G. de. (2000). *Santo Augusto: 1815/20 até 1940*. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 158 p.
- Vovelle, M. (1997). *Imagens e Imaginário na História: fantasmas e incertezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática.

**“ESSE CHÃO TEM FUNDAMENTO DE PRETO
VELHO”
AS TERRITORIALIDADES INVISÍVEIS E
INVISIBILIZADAS DA CHARQUEADA SÃO JOÃO,
PELOTAS/RS-BRASIL**

**"THIS FLOOR HAS OLD BLACK FOUNDATION"
THE INVISIBLE AND INVISIBILIZED
TERRITORIALITIES OF ST. JOHN'S CHARQUEADA,
PELOTAS/RS-BRAZIL**

Recebido a 2 de junho de 2021
Revisto a 13 de julho de 2021
Aceite a 22 de julho de 2021

Estefânia Jaekel da Rosa

Mestra em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Sócia Diretora Híbrida Arqueologia e Gestão Cultural
estefania.hibridarqueologia@gmail.com



Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre os elementos da diáspora africana presentes na paisagem da charqueada São João, um estabelecimento escravista criado no século XIX visando a produção de carne salgada para exportação. Os elementos materiais preservados na senzala no entorno da casa grande já foram alvo de estudos arqueológicos, mas nossa intenção aqui é propor uma leitura a partir da periferia, centrada nas narrativas dos moradores do entorno e das entidades espirituais que cultuam a ancestralidade africana. Compreendemos assim que a arqueologia da diáspora africana não pode se eximir de seu papel social, de compartilhar conhecimentos para além das fronteiras acadêmicas, incluindo os saberes e experiências afro-diaspóricas dos coletivos negros da contemporaneidade.

Palavras-chave: Arqueologia da diáspora africana; Paisagem; Territorialidades; Preto Velho; Religiões de Matriz Africana.

Abstract

This article presents some reflections on the elements of the African diaspora present in the landscape of St. John's charqueada, a slave establishment created in the 19th century aiming the production of salted meat for export. The material elements preserved in the surroundings of the large house have already been the subject of archaeological studies, but our intention here is to propose a reading from the periphery, centered on the narratives of the surrounding residents and spiritual entities that worship African ancestry. Thus, we understand that the archeology of the African diaspora cannot exempt itself from its social role, of sharing knowledge beyond academic borders, including the Afro-diaspora knowledge and experiences of contemporary black collectives.

Keywords: Archeology of the African Diaspora; Landscape; territorialities; Old Black; religions of African origin.



1. Introdução

A charqueada São João é um bem patrimonial do município de Pelotas. Aberta à visitação, a antiga sede do estabelecimento escravista rememora e enaltece os hábitos luxuosos dos charqueadores no século XIX, exibindo móveis e objetos requintados que foram adquiridos com o sangue e o suor de homens e mulheres negras escravizadas. Esses espaços que outrora africanos e afrodescendentes foram presos e forçados ao trabalho exaustivo da matança e da salga, hoje são palco de festas e eventos, onde os turistas, logo na entrada, são convidados a conhecer as “histórias” do passado escravista, a partir da exposição de instrumentos de trabalho e tortura. Apesar da dor e do sofrimento, as charqueadas também foram espaços de existências e resistências afro-diaspóricas, as quais foram buscadas nesse estudo a partir de uma outra perspectiva, ancorada nas subjetividades das cosmologias afro-religiosas e das pessoas que vivem na Vila da Palha, loteamento popular situado às margens da Charqueada São João.

O primeiro ponto, portanto, nessa busca por outras narrativas sobre a paisagem dessa charqueada foi repensar o nosso posicionamento ontológico em relação à territorialidade da diáspora africana, nos desprendendo de uma visão condicionada pelo discurso hegemônico, que prioriza a historicidade territorial com base no domínio da propriedade, passando a pensar na perspectiva do nômade, o qual se reterritorializa na própria desterritorialização, ou seja, a partir dos trajetos entre os pontos no qual se desloca, a terra é apenas um suporte físico, pois o *habitat* está vinculado a um itinerário, antes de um território, dessa forma ele atravessa o espaço ao invés de apropriar-se dele (Deleuze & Guattari, 1997, p. 40).

Essa noção de desterritorialização é basilar para pensarmos as dinâmicas culturais da diáspora africana em suas temporalidades, seja ao falar do passado, onde os africanos foram forçados a atravessar o oceano, sendo destituídos de qualquer laço físico ou material com seu lugar de origem, seja no presente, onde as comunidades negras possuem laços fluidos com o território por estarem sujeitas a um constante movimento migratório devido às tentativas constantes de diluição e invisibilização das periferias.

Nesse sentido, devemos compreender que se estamos tratando de um coletivo diaspórico, que recriou sua condição de existência num novo território, nem sempre vamos encontrar a historicidade nos espaços e materialidades, mas justamente na permanência e recriação das práticas, dos rituais, dos costumes, da manipulação dos

recursos naturais, entre outros conhecimentos que são passados de geração em geração. Logo, a *práxis* arqueológica da diáspora africana não depende de suportes materiais antigos, pois antes disso necessitamos perceber como os lugares e as materialidades são significados pelas pessoas afro-centradas, permitindo que as memórias e saberes de ancestralidade africana sejam significativas para os próprios coletivos contemporâneos.

É nessa perspectiva que proponho pensarmos a paisagem da charqueada São João a partir da noção de territorialidades invisíveis, de domínio da espiritualidade, e invisibilizadas, que consistem nos devires das pessoas negras na periferia. Compreendemos, portanto, que se observarmos a paisagem pela ontologia desses grupos obtemos uma nova territorialidade, que não se estabelece pela propriedade privada, mas sim pelo habitar espiritual. É dessa forma que as cosmologias afro-religiosas compensam a desterritorialização das comunidades de periferia com uma reterritorialização espiritual e física (Deluze & Guattari, 1997, p. 44) desses espaços, sendo apropriados por essas comunidades por meio de usos e rituais, evidenciando um processo de resistência que atravessa o tempo, podendo ser observado até hoje nesses lugares que outrora foram espaços de repressão e que ainda hoje excluem esses coletivos de seus discursos.

2. Arqueologias da Escravidão à Diáspora Africana

Os estudos arqueológicos sobre as materialidades das pessoas negras em contextos escravistas tiveram suas práticas e ideias embrionárias nos Estados Unidos na década de 1960, com a formação de uma linha de pesquisa da arqueologia histórica denominada na época de arqueologia da escravidão. O surgimento dessa disciplina marcou uma ruptura nas abordagens arqueológicas históricas, que até então se dedicavam aos contextos brancos e elitistas, invisibilizando a participação das populações africanas e afrodescendentes na construção desse mundo material.

Essa nova conjuntura que se expandia no campo das ciências humanas foi impulsionada, principalmente, por pesquisadores engajados em movimentos sociais como o “*The U.S. Civil Rights Movement*” (Blakey, 2001, p. 389) e pelas novas abordagens sobre etnicidade e história social, influenciando a arqueologia a buscar o registro material da presença negra em contextos escravistas das *plantations* norte-americanas (Singleton, 1995, p. 120). Esse novo campo de pesquisa chegou rompendo

com as barreiras tradicionais do campo acadêmico, sob a égide de dar visibilidade aos grupos subordinados (Orser, 1998, p. 67).

Já no Brasil, essa perspectiva foi adotada apenas nos anos 1980, a partir de alguns estudos pioneiros realizados em quilombos e senzalas (Funari, 1996, p. 8, Singleton & Souza, 2009, p. 456). As discussões sobre visibilidade do registro arqueológico dos africanos e afrodescendente avançaram muito nas últimas décadas, com uma produção crescente de pesquisas arqueológicas nos contextos de moradia de escravizados nas *plantations* sul-americanas (Symanski, 2009, p. 285, Singleton & Souza, 2009, p. 230).

Apesar da diversidade de temas abordados, os espaços domésticos de escravizados ainda centralizam as pesquisas acadêmicas, tornando a identificação desses contextos uma questão primordial na arqueologia, uma vez que a cultura material associada a esses grupos só se torna passível de análise quando está visível (ou visibilizada) no registro arqueológico (Symanski & Souza, 2007, p. 230). Dessa forma, um dos primeiros procedimentos adotados pelos arqueólogos é analisar a distribuição espacial da propriedade identificando suas unidades domésticas e produtivas. Esta análise, baseada em informações documentais e arqueológicas, permite a compreensão dos padrões e, assim, é possível analisar a cultura material desses grupos evitando essencialismos (Symanski & Souza, 2007, p. 232).

Na tentativa de romper com alguns paradigmas dos estudos em arqueologia da escravidão é que definimos os conceitos e abordagens dessa pesquisa na perspectiva da arqueologia da diáspora africana, compreendendo que não devemos fazer uma Arqueologia para estudar os instrumentos de “opressão e vigilância”, tampouco reproduzir uma análise dos “padrões de consumo” ou outras questões que apenas “posicionam” os corpos negros numa escala social pretérita. Compreendemos aqui que se a Arqueologia tem alguma contribuição a fazer a esses coletivos, precisa também conhecer o mundo material das mulheres e homens de origem africana a partir daquilo que foi e é significativo para sua ontologia, pois isso demonstra a resistência dos antepassados, e ainda, se torna potente nos processos de empoderamento das comunidades afro-diaspóricas da atualidade.

Dessa forma, se a escravidão foi o instrumento de opressão, a diáspora africana de saberes e crenças consistiu numa estratégia de resistência, pois manteve vivos Orixás, rituais e saberes que ainda hoje movimentam as casas e a vidas das pessoas negras.

Conforme explica a arqueóloga Patrícia de Carvalho (2018, p. 13), ao adotarmos o termo “diáspora africana” em detrimento de “escravidão” compreendemos que o uso desse termo na arqueologia vai além de uma escolha gramatical, pois não estamos tratando aqui da condição de escravidão imposta, mas justamente dos elementos materiais que representam a experiência diaspórica dos grupos afrodescendentes.

Dessa forma, esse estudo foi orientado por referenciais teóricos da *arqueologia da diáspora africana*, cujo foco principal é compreender a dinâmica social e cultural das populações afrodescendentes através da cultura material identificada nos sítios históricos, buscando elementos que evidenciem os processos de hibridismo que se preservaram através da resistência cultural desses povos, materializando saberes e crenças que podem ser identificados nesses contextos escravistas (Agostini, 2009, 2017, Souza & Symanski, 2007, Symanski, 2007, 2009, Singleton & Souza, 2009, Ferreira, 2009).

A diáspora africana, portanto, define as experiências dos africanos e afrodescendentes que foram forçados a abandonar sua terra e se territorializaram pelo Atlântico Negro (Gilroy, 2001, p. 33), resistindo à escravidão e ao colonialismo preservando códigos culturais e laços de ancestralidade que sobreviveram por meio de hibridismos culturais, entrelaçadas por intercâmbios com outros povos presentes na sociedade colonial (Hall, 2010, p. 74), marcando essa identidade diaspórica ao redor do mundo (Werneck, 2003, p. 8). Segundo Márcio Goldman (2014, p. 214), a diáspora africana sustentou a constituição do mundo capitalista moderno, e, na coexistência entre aniquilações e potências vitais de criatividade, as religiões de matriz africana surgiram como um dos resultados do processo criativo de reterritorialização de milhões desses africanos que foram explorados pelo trabalho escravo na América. Esses saberes, identidades e códigos culturais resistiram ao colonialismo através da oralidade e difusão das memórias afro-diásporicas (Hartemann & Moraes, 2018, p. 17), as quais encontraram ressonância através de re-existências das pessoas negras.

Nessa perspectiva, a materialização das manifestações religiosas de matriz africana tornou-se um tema relevante para os estudos arqueológicos da Diáspora Africana. A identificação de cristais de quartzo, moedas furadas, contas de colar, conchas, búzios, cachimbos, garrafas inteiras entre outras coisas presentes nos contextos de escravizados, despertaram o interesse dos arqueólogos sobre os usos simbólicos e ritualísticos desses elementos a partir das cosmologias afro-diaspóricas.

Nas pesquisas arqueológicas sobre as *plantations* dos Estados Unidos, por exemplo, essas coisas contextualizadas em áreas de habitação de escravizados foram interpretadas como “mágico-religiosas”, resultando em diversos estudos sobre seus possíveis significados rituais, fazendo associações às práticas religiosas da África (Samford, 2007, p. 106, Manning, 2012, p. 157). No Brasil, Luís Claudio Symanski (2007, p. 23) defende que as possíveis manifestações de caráter religioso presente nos contextos de senzala consistem em táticas que os escravizados usaram para preservar suas memórias africanas, rejeitando os valores impostos pelos senhores de engenho. Por isso, também buscou analisar os elementos africanos nos conjuntos de materiais enterrados estrategicamente nas senzalas e casas grandes.

No entanto, esses conjuntos de coisas rituais podem facilmente passar despercebidos e seus itens confundidos com lixo doméstico, materiais utilitários e artigos de subsistência, perdendo o significado ritual quando coletados dispersamente, sem um controle contextual rígido dos demais materiais associados e do local exato onde foi enterrado. Conforme já observaram Luís Cláudio Symanski e Marcos André Souza (2007, p. 218) a visibilidade desses contextos condiciona-se à habilidade dos arqueólogos em escavá-los e identificá-los, não apenas a partir dos materiais, mas de sua distribuição espacial e associações com demais estruturas do sítio arqueológico. Em vista disso, alguns pesquisadores têm conduzido suas escavações para reconhecer e interpretar o uso dos espaços domésticos enquanto *lócus* de práticas ritualísticas e religiosas.

Patrícia Samford (2007, p. 163) analisou contextualmente diversos conjuntos de materiais enterrados nos cantos e portas de áreas de habitação de escravizados nos Estados Unidos e interpretou como santuários domésticos, associando estes aos cultos à ancestrais e às práticas ritualísticas da África Ocidental. A arqueóloga afirma que diante da limitação de acesso a bens de consumo, dificilmente garrafas inteiras e outros objetos funcionais seriam descartados intencionalmente, por isso acredita que garrafas e panelas inteiras associadas a coisas como conchas, miçangas, giz, peças de bonecas, ossos de animais, entre outros, formavam conjuntos ritualísticos que atuavam como “santuários domésticos” para venerar antepassados, uma performance que os descendentes de africanos ocidentais usaram para obter controle sobre aspectos de sua vida cotidiana.

No Brasil, os estudos arqueológicos realizados nos contextos de senzala também evidenciaram objetos ritualísticos nos cantos das estruturas, próximos às portas ou à sua

soleira, sendo comum a identificação de garrafas inteiras enterradas intencionalmente nesses locais. Na senzala do sítio Engenho Água Fria, Chapada dos Guimarães, Luís Claudio Symanski (2007, p. 25) identificou um par de garrafas completas, uma de vidro preto e outra de grés branca, enterrado no canto noroeste da estrutura, apontada pelo arqueólogo como “indicativo da possível manutenção de sistemas de crença de origem africana” (Symanski, 2007, p. 25). Nesse mesmo sítio, o arqueólogo identificou um prato de cerâmica com uma moeda de cobre ao centro, conjunto enterrado do canto de uma das casas, uma prática associada às feitiçarias e conjuros a inimigos, interpretada a partir da analogia com pesquisas históricas, arqueológicas e etnográficas realizadas no Brasil, Estados Unidos e na África.

Conforme podemos observar, a identificação de vestígios que atestam o uso de práticas religiosas de origem africana é usual nos contextos de moradia de escravizados. Entretanto, as interpretações costumam buscar referências diretamente na África, sendo ainda poucos os estudos que exploram a dimensão espiritual dessas evidências na forma como são compreendidas pelas ontologias religiosas de matriz africana contemporâneas. A pesquisa desenvolvida pela arqueóloga Camila Agostini (2017, p. 22) nas ruínas na praia do Sahy, no litoral sul do Rio de Janeiro, ilustra um exemplo da importância da participação dos coletivos afro-religiosos nas práticas arqueológicas de campo e nos processos de interpretação dos sítios em suas múltiplas temporalidades, compreendida pela autora como uma perspectiva de *intersaberes* que “(...) abre margens para processos interpretativos diversos, nem sempre reféns da linearidade cronológica e de contextos históricos fechados (...)” (Agostini, 2017, p. 23).

No entanto, essa percepção só foi possível à arqueóloga durante a própria pesquisa de campo, no momento que ela se deparou com o uso presente do sítio arqueológico para a realização de cultos e rituais de Umbanda e passou a incorporar essas narrativas na compreensão do sítio em suas diferentes temporalidades. Apresentando o que ela chama de “improvisos e imprevistos” que geralmente são silenciados na pesquisa arqueológica, como a fala de espíritos incorporados nos médiuns, ela rompe com essa barreira, ao mesmo tempo que questiona a necessidade de criar uma base metodológica na arqueologia para dar conta dessas narrativas.

Outra situação, que exemplifica o *processo* da pesquisa, parte da dimensão religiosa das ruínas, que, à semelhança de cemitérios, cachoeiras ou encruzilhadas, são de interesse para festividades, devoções, práticas de cura, oferendas, “trabalhos”, já que

ali moram os espíritos, e que esse é o lugar *deles*. Essa presença ou mesmo “posse” dos espíritos sobre esses espaços é materializada pelas pessoas de diferentes maneiras. Além das práticas mencionadas, quando o canto, a dança e o toque de tambores ocupam o local, com a efemeridade dos corpos que dali se apropriam e partem ao fim de cada ritual, pequenas esculturas são instaladas pelas ruínas, entre outros objetos. Algumas já abandonadas se somam aos fragmentos das peças arqueológicas, outras ainda em uso são cultuadas e mantidas vivas. Expressão de antigos espíritos que “ficam ali, moram ali, por ser aquele o lugar *deles*”. (Agostini, 2017, p. 17).

Os exemplos apresentados acima são apenas alguns dentre as novas abordagens sobre os sítios afro-diaspóricos, escolhidos aqui justamente para discutir uma questão que considero relevante para o fazer arqueológico, que consiste na necessidade de incluir a participação dos coletivos afro-religiosos nas pesquisas arqueológicas desde a formulação do projeto, não apenas na etapa final de análise e interpretação dos materiais coletados.

Seguindo essa perspectiva, apresentarei algumas discussões sobre as territorialidades da Charqueada São João em Pelotas, partindo dos movimentos cotidianos dos escravizados narrados a partir das fontes documentais, alcançando as interpretações arqueológicas contemporâneas tecidas sobre esses espaços. A partir disso, trarei algumas observações sobre as reterritorializações das comunidades periféricas do entorno e do mundo espiritual que rememora as vivências do período escravista.

3. As Territorialidades invisíveis da Charqueada São João

A charqueada São João foi construída por volta de 1810 às margens do arroio Pelotas, caracterizando-se por um estabelecimento escravista de produção de carne salgada (charque), atividade esta que levou ao desenvolvimento e criação do município de Pelotas no século XIX. De propriedade da família Gonçalves Chaves, essa charqueada abrangia uma faixa de terra comprida e estreita, que se estendia da margem direita do arroio até o logradouro público (espaço de comercialização de gado), sendo formada por estruturas como casas de moradia, galpões, espaço produtivo de abate e manufatura de charque, olaria e potreiros (Rosa, 2012, pp. 96-97).

De acordo com as informações arroladas em fontes primárias, essa charqueada era sustentada pela exploração de africanos e afrodescendentes escravizados, possuindo uma média de 50 trabalhadores, número que possivelmente variava nos períodos de safra,

pois com o aumento da demanda produtiva os charqueadores costumavam alugar trabalhadores por um curto período (Loner et al., 2012, p. 140). Considerando, portanto, que os dados demográficos que temos sobre a população escravizada que vivia nessa charqueada se baseia em momentos específicos, a partir de registros em documentos como inventários, testamentos e livros de compra e venda, não podemos aferir sobre o quantitativo exato de trabalhadores que residiam nesse estabelecimento, o que gera questionamentos inclusive sobre os espaços de moradia dos grupos escravizados.

A charqueada São João foi inaugurada por Antônio José Gonçalves Chaves e, após o seu falecimento, passou a ser administrada por seus filhos João Maria e Antônio José Gonçalves Chaves. Em 1856 estes em sociedade compraram de seu outro irmão José Maria Chaves parte do valor de 42 trabalhadores escravizados que haviam recebido de herança de seus pais. Estes 42 escravizados não possuem informações específicas, são apenas mencionados como “(...) de todas as idades, rezas, maiores e menores”¹. No inventário de Maria Luiza Chaves², sobrinha e esposa de João Maria Chaves, constam 56 trabalhadores escravizados em 1872, sendo 51 homens, 3 mulheres e 2 crianças, dos quais 14 eram declarados de origem Mina, 21 africanos, 17 naturais do Rio Grande do Sul e 3 de outras regiões do Brasil. Destaca-se ainda que do total de escravizados listados no inventário 61% trabalhavam nas atividades diretamente ligadas à produção de charque, com 12 carneadores, que supõe-se serem especializado nas atividades de matança, e 19 serventes que deviam auxiliar nas demais etapas do trabalho. O restante exercia outras atividades especializadas como de pedreiro, carpinteiro, marinheiro, campeiro, sapateiro e cozinheiro (Rosa, 2012, p. 97). Como Antônio José Gonçalves Chaves filho faleceu em 1871 e não tivemos acesso ao inventário, não podemos afirmar se o número de trabalhadores apresentados no inventário de Maria Luiza incluía todos os residentes na charqueada, ou apenas a parte que cabia ao casal.

¹ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da Documentos escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pp. 92-99.

² APERS. Inventário de Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 46, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.



No testamento escrito por Antônio José Gonçalves Chaves³ em 1862, e aberto após a sua morte em 1871, ele deixou a sua parte da charqueada e seus trabalhadores ao seu irmão João Maria:

Deixo a meu mano João Maria Chaves toda a parte que tenho na charqueada com casa de moradia, chácara, galpão, utensílios competentes, terrenos até o logradouro público, assim como esta pronta a trabalhar e assim lhe deixo toda a parte que tenho em todos os escravos de nossa sociedade, a escolha nestes bens/charqueada e escravos o que neles couber até os limites do que posso dispor com o meu e obrigação de cumprir a sua custa as disposições e legado de meu testamento que importa em dinheiro.⁴

No mesmo testamento⁵ Antônio Gonçalves Chaves deixou registrada a intenção de dar liberdade ao “Creoulo Júlio”, a qual devia ser cumprida oito anos após sua morte, momento que este também teria direito a ganhar uma quantia de duzentos mil réis. O texto menciona ainda os escravizados Artur, José e a “creoula Quitéria”, deixados em herança para sua esposa e o “creoulo Fernando” para o seu filho Guido.

Para o “Mulato Lucindo” foi concedida a liberdade e a quantia de duzentos mil réis, devendo acontecer sete anos após a sua morte e sob a condição que este aceitasse viver em companhia de um de seus filhos ou de sua mulher. Cumprindo com o estabelecido, João Maria concedeu a liberdade a Lucindo em 14/08/1878:

A carta foi concedida “tendo-se completado o prazo de 7 anos, na verba sétima do testamento do finado meu irmão Dr. Antônio José Gonçalves Chaves, na qualidade de testamenteiro do mesmo, e de conformidade com o disposto no testamento, declaro liberto o escravo mulato Lucindo, de hoje para sempre, obrigando-se ele, a cumprir as disposições do testamento, de residir em companhia de um dos filhos do falecido ou de sua mulher, fazendo-lhe entregar no mesmo ato a quantia de 200\$, deixado no testamento”⁶.

Observa-se que, embora Lucindo tivesse recebido a carta de liberdade, conforme estabelecido no testamento, a família o manteve na obrigação de viver junto aos herdeiros,

³ APERS. Testamento de Antônio José Gonçalves Chaves. N.1791, M.87, E.06, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 455.

o que de fato não alterou a sua condição servil. Essa situação foi igualmente observada nas cartas de liberdade concedida às mulheres negras escravizadas.

No inventário de Maria Luiza Chaves (1872) encontramos o registro das escravizadas Maria de 30 anos que trabalhava como lavadeira, Florêncio de 28 anos e Lucrécia de 31 anos que eram costureiras. Esta última foi alforriada ainda em 1872 mediante o pagamento do “preço convencionado”⁷. Supomos ainda que outras mulheres negras residiam na charqueada exercendo atividades domésticas, pois o mesmo inventário menciona os nomes de Raquel, mãe de um campeiro de 19 anos, Narcisa, mãe de três homens e Luiza mãe de um servente de 40 anos. Dentre essas encontramos o registro da carta de liberdade apenas de Raquel, parda de 30 anos, concedida por João Maria Chaves em 1867 mediante o pagamento de 1:200\$. As demais também podiam continuar vivendo na charqueada, a exemplo da africana Isabel, que recebeu a carta de liberdade em 1859 em retribuição aos bons serviços prestados, sendo que “nunca foi incluída entre os bens da dita herança, nem inventariada e partilhada a nenhum dos herdeiros, porque era intenção de todos dá-la por livre”⁸.

Essa situação reforça invisibilização da presença feminina nesses espaços, pois mesmo com a condição de libertas essas mulheres continuavam vivendo sob o domínio escravista, servindo aos senhores e com a mobilidade cerceada (Rosa, 2019, p. 147). Podemos ainda supor que essas mulheres recebiam essas “liberdades ilusórias” justamente para evitar possíveis ameaças à família, já que elas conviviam nos espaços domésticos e eram as responsáveis pelos cuidados das crianças.

A resistência por meio da violência era uma ameaça constante nos espaços charqueadores. Os processos-crime da época apresentam diversos episódios de agressões, homicídios, envenenamento e outros crimes cometidos entre os escravizados e, também, contra feitores, senhores e suas famílias.

Na charqueada São João não foi diferente, por diversas vezes o nome da família aparece associado a processos envolvendo acusações contra os escravizados, incluindo dois episódios de homicídio de feitores.

O primeiro ocorreu em 1819 quando o escravizado Francisco de 30 anos, que trabalhava como campeiro e falquejador, assassinou o capataz Caetano, também escravizado por Antônio Gonçalves Chaves (pai), a facadas sob a alegação de que foi

⁷ Idem, p. 498.

⁸ Idem, p. 534

ferido e repreendido por “não cumprir corretamente o seu dever de estender o charque nos varais”⁹.

Condenado à prisão, Francisco voltou a ser processado em 1824 por fuga e arrombamento de cadeia, citado junto a outros 22 presos que não tiveram os nomes declarados, mas são descritos como pretos, crioulos e pardos, livres e escravizados, e ainda, um índio e um branco¹⁰. Em 1870 o campeiro Ricardo, preto de 15 anos escravizado por Antônio Gonçalves Chaves (filho), assassinou com uma facada o capataz Estevão Gonçalves Chaves, sendo por isso condenado a 100 açoites e um ano de ferros no pescoço¹¹. Em seu julgamento Ricardo alegou que cometeu o homicídio porque havia sido castigado sem motivo.

Segundo sua declaração ao delegado de Pelotas “o Capatáz da estancia, há a tempos andava de mau humor com elle respondente, e que pella mais diminuta couza lhe prometia castigar”. O capataz havia lhe mandado abrir uma porteira e, quando demorou um pouco para realizar a tarefa, começou a castigá-lo com um laço. Ricardo alegou depois que pediu várias vezes para o capataz parar, mas ele continuou batendo. Com isso, Ricardo puxou uma faca e matou-o. (Monsma, 2011, p. 4) Esses episódios nos mostram o quanto complexas eram as relações escravistas, pois mesmo com todo o sistema repressivo e vigilante montado pelos charqueadores, as mulheres e homens escravizados resistiam e enfrentavam o sistema, afrontando as ameaças de castigo, prisão e até a morte, quando forçados a se submeter a situações desumanas. Os senhores, por sua vez, também procuravam impor seu domínio por meio de outros tipos de coerção e manipulações, como as aparentes cartas de alforria que deviam figurar como um instrumento de promessa e chantagem para seduzir os escravizados, sendo que mesmo quando cumpridas condicionavam as pessoas negras a continuarem submetidas à servidão.

Nos raros trechos onde os africanos e afrodescendentes aparecem nas fontes históricas escritas pelos brancos, vimos que a Charqueada São João possuía uma movimentação intensa de entrada e saída de trabalhadores, sendo que alguns acabaram vivendo no local por muitas décadas ou até o fim de suas vidas. Mesmo diante da opressão

⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: processos crime - o escravo como vítima ou réu. Coord. Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 60.

¹⁰ Idem, p. 68.

¹¹ Idem, p. 213.

e violências, esses homens, mulheres e crianças buscaram estratégias cotidianas de adaptação e resistência, extrapolando, por vezes, sua condição submissa. Por essa razão, os espaços ainda preservados da antiga charqueada guardam resquícios das práticas cotidianas, dos saberes e crenças afro-religiosas, tornando este um terreno fértil para os estudos arqueológicos da Diáspora Africana.

Em busca desses contextos afro-diaspóricos, o arqueólogo Lúcio Ferreira realizou escavações arqueológicas na antiga senzala da charqueada São João em 2016, evidenciando os pisos e fundações das estruturas construtivas, local onde identificaram elementos como fragmentos de ferro, um cadeado e uma chave, os quais denotam uma intencionalidade de ligação com o mundo espiritual, que pode ser interpretada como uma forma de resistência contra o poder senhorial (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 149). A potência espiritual e cosmológica do conjunto de ferros foi analisada por diversos líderes religiosos de matriz africana, os quais contribuíram com diferentes interpretações sobre as divindades assentadas, mas que segundo Lúcio Ferreira são importantes porque constituem os gabaritos de inteligibilidade de saberes seculares (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 150). Nesse sentido, o arqueólogo afirma que a participação dos Babalorixás e Ialorixás no processo de interpretação das materialidades sagradas foge aos essencialismos e buscas nostálgicas por africanismos, pois esses conhecimentos são alicerçados nas práticas cotidianas dos terreiros de Batuque.

Evidenciam que seus ancestrais, mesmo vivendo sob cativeiro, também plantavam axés. Resultam, também, por parte dos pesquisadores do projeto, da emulação deliberada de um terceiro espaço (*sensu* Bhabha, 1994), no qual as tipologias arqueológicas, ou a literatura especializada africanista e em diáspora africana, é cotejada com saberes locais. Nesse aspecto, surgem, obviamente, diferenças interpretativas, mas também confluências produtivas. Ressaltemos, nesse momento, duas congruências. Uma delas é a premissa ontológica que consubstancia a análise arqueológica e a dos representantes do Batuque. Para mencionar novamente uma das elegantíssimas sintéticas sentenças da Ialorixá Flávia Padilha (conversação em 12/04/2018): “nossa sagrado é nossa cultura”. Não há oposições duais entre o sagrado e outras dimensões da vida. A terra deve ser alimentada porque está viva; ela nutre e é nutrita, protege e é protegida. Como os humanos e Orixás, a terra tem boca e se alimenta. Terra, objetos, pessoas e Orixás formam coletivos sinergéticos. (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 150).

Na pesquisa etnográfica realizada pela arqueóloga Elis Meza (2018, p. 43) junto aos praticantes do Batuque, a autora defende que a comunidade religiosa compreende os ferros enquanto a presença do sagrado, que materializava um assentamento de Orixás na senzala. Portanto, não deviam ter sido desenterrados, sendo recomendado que os axés sejam “re-plantados” para garantir o equilíbrio energético da charqueada, respeitando assim a ancestralidade e o sagrado de matriz africana.

Independente das discussões geradas em torno das interpretações e da remoção do assentamento de seu lugar de origem, comprehendo que a identificação desse contexto ritualístico é de grande importância para reafirmar a potência da espiritualidade e das práticas afro-religiosas entre os escravizados da charqueada. Mais uma vez vimos que apesar da paisagem da charqueada ter sido organizada formando “*um dispositivo de controle dos escravos*” (Monteiro, 2017, p. 137), a opressão e a vigilância não foram determinantes nas territorialização dos africanos e afrodescendentes, os quais mantiveram suas crenças apesar das possíveis tentativas de intimidação e repressão.

Partindo da ótica do opressor, o arqueólogo Vitor Monteiro (2017, p. 144) considera a paisagem da charqueada São João “*um elemento fundamental na conformação das relações escravistas e para a consolidação da escravidão*”, uma vez que o domínio sobre os trabalhadores escravizados passava pelo controle do espaço produtivo, das áreas domésticas e de circulação, onde a casa grande ocupava uma posição central e privilegiada configurando-se como um ponto de vigilância sobre os escravos (Monteiro, 2017, p. 137). Para o autor a posição estratégica da senzala ao lado da casa do feitor, do pelourinho e sob o olhar da casa grande servia como um instrumento de controle e vigilância sobre as práticas cotidianas desses grupos (Monteiro, 2017, p. 144). Apesar disso, o assentamento de Orixás enterrado no chão da senzala mostra o contrário, que essa vigilância era burlada, ou ainda, desafiada com o som de sino e o toque dos tambores, pelo movimento dos corpos, pelo cheiro das ervas e das defumações e pela invocação dos seres espirituais que protegiam e empoderava as mulheres e homens negros que cultuavam a sua ancestralidade.

Longe de negar ou redimir a intencionalidade e a efetivação das práticas colonialistas citadas por Monteiro (2017, p. 137), comprehendemos que se o nosso objetivo é conhecer e valorizar os saberes afro-diaspóricos nós precisamos nos apartar dos discursos opressores, deixando de lado as interpretações influenciadas pela lógica

capitalista hegemônica, que generaliza as experiências afro-diaspóricas e rejeita suas individualidades, minimizando suas manifestações culturais e religiosas. Para isso, acredito que precisamos manter a luta contra o preconceito e as barreiras impostas à participação dos coletivos afro-centrados nos processos de pesquisa, evitando as usuais premissas epistêmicas colonialistas e alheias às ontologias das comunidades locais. Caso contrário, os arqueólogos continuarão mais interessados em falar sobre “*coisas enterradas do que de pessoas em devir*” (Novaes, 2017, p. 26). Por isso, devemos cada vez mais descolonizar nossas práticas científicas e nos aproximar desses coletivos, integrando os conhecimentos localizados (Haraway, 1995, p. 16) das pessoas negras aos estudos arqueológicos promovidos nos espaços escravistas.

A virada ontológica (Sampeck & Ferreira, 2020, p. 149) almejada nessa pesquisa consistiu, portanto, na mudança de posicionamento e de perspectiva do olhar da pesquisadora. Se até então os estudos arqueológicos miravam os corpos escravizados a partir da paisagem observada da casa grande e da senzala doméstica, nós passamos a olhar a tal casa grande a partir da periferia, deixando-a pequena e invisibilizada numa paisagem onde se destaca a chaminé e a caixa d’água da antiga área de produção, a grande e frondosa figueira envolva por oferendas e seres espirituais, o arroio onde pessoas pescam por lazer e para o sustento, para a vila que ainda hoje abriga os descendentes dos homens e mulheres negras que um dia foram escravizados naquelas charqueadas. Assim, deixei de procurar por “escravos” na senzala e fui em busca das histórias de Preto Velho na periferia.

Não sou escravo, eu fui escravizado...

Nessa tentativa de se apartar de discursos colonialistas sobre a presença africana no continente americano, a arqueologia vem buscando outras fontes de conhecimento, principalmente aquela que é o suporte principal da ancestralidade africana, a oralidade, que foi responsável pela permanência de conhecimentos e de memórias que atravessaram o tempo e o espaço, transformando a diáspora africana numa celebração de elementos culturais que sobreviveram até os dias de hoje. Dessa forma, os arqueólogos devem ir além do material, buscando ressaltar “*a importância de entender a arqueologia como contação de história para criar uma ciência decolonial, engajada politicamente para a comunidade e que dê uma centralidade à noção de memória*” (Hartemann & Moraes, 2017, p. 26).

Na trajetória dessa pesquisa as memórias afro-diaspóricas foram buscadas justamente a partir da oralidade, priorizando os conhecimentos situados de pessoas da periferia, espaço onde a Umbanda figura como uma religião agregadora, que acolhe a todos através do trabalho da caridade prestada pelos médiuns e as entidades espirituais. Convivendo com essa comunidade comecei a perceber que muitas histórias do “tempo da escravidão” estavam longe de serem ignoradas ou esquecidas, sendo rememoradas cotidianamente através da incorporação das Pretas e Pretos Velhos.

Essa representação do Preto-Velho, passível de “leitura” por uma comunidade específica, cumpre uma espécie de função social. É ele, o preto-velho, um dos responsáveis por manter viva uma memória da escravidão (com seus sofrimentos, sua resistência e sua superação) e, concomitantemente, por auxiliar no sobrepujamento das dores daqueles que o procuram (Rezende, 2017, p. 178).

A Umbanda é uma religião afro-brasileira predominante nas comunidades de periferia em Pelotas. Segundo o mito fundador, amplamente difundido no Brasil, a Umbanda surgiu no Rio de Janeiro em 1908, com o médium Zélio de Moraes, quando este recebeu pela primeira vez a manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, que questionou a exclusão dos espíritos dos negros e indígenas dos centros de mesa e anunciou a criação de um novo culto, que permitiria a incorporação desses espíritos auxiliando-os a cumprirem sua missão espiritual na terra, baseando-se assim em preceitos como a humildade e a caridade, sob a qual recebeu o nome de Umbanda. No Rio Grande do Sul, Ari Oro (2012, p. 357) afirma que a Umbanda iniciou em 1926 com a fundação do centro “Reino de São Jorge” em Rio Grande, expandindo-se para Porto Alegre em 1932 com a criação da Congregação Espírita dos Franciscanos de Umbanda. Contudo, ao aprofundar a análise em estudos bibliográficos sobre as origens da Umbanda e suas raízes africanas, encontramos referências que questionam essa tentativa de homogeneização, bem como seu papel relegado diante das demais religiões de matriz africana, reafirmando as suas similitudes aos rituais à ancestralidade praticados pelos povos africanos de origem Banto.

A cosmovisão dos povos Banto compartilhava a crença que o mundo invisível governava o mundo visível, estabelecendo uma comunicação por meio de interações estabelecidas por rituais. Esses mundos se estruturavam em uma pirâmide vital, numa hierarquia onde acima dos vivos estão os pais, os feiticeiros, seus antepassados e seus

ancestrais, e todos são regidos por um Deus Supremo. Especialistas em magia, acreditavam na força vital e em forças malignas, por isso, para manter seu equilíbrio, obter favores e solucionar problemas, os povos Bantos apresentavam oferendas aos antepassados como fumo, bebidas e sacrifícios de animais. (Malandrino, 2010, p. 2, Daibert, 2015, p. 16).

Apesar das semelhanças com os rituais e crenças Banto, essas origens são pouco discutidas, pois o senso comum costuma descrever a Umbanda como uma religião brasileira, cujos hibridismos (intencionalmente) diluíram as influências africanas. No entanto alguns estudos mais recentes (Rohde, 2009, p. 91, Giumbelli, 2011, p. 110, Fernandes, 2015, p. 72) apontam que o ocultamento das raízes negras da Umbanda é uma imposição colonialista de branqueamento e ocidentalização das práticas afro-religiosas. Logo, a instituição de um “marco fundador” da Umbanda é uma estratégia para relegar a trajetória da diáspora africana como constituinte de suas práticas religiosas, invisibilizando os elementos culturais de matriz Banto¹² que, antes de Zélio de Moraes, já estavam presentes nos Calundus¹³ do período colonial (Mott, 2008, p. 92, Marcuse, 2009, p. 6) e nas Macumbas¹⁴ do século XIX (Oliveira, 2007, p. 93; Fernandes, 2015, p. 70).

Por outro lado, Emerson Giumbelli (2011, p. 112) argumenta que se o processo de institucionalização da Umbanda recusa a África, ela não desaparece, pois se mantém viva nas palavras e nas práticas umbandistas, portanto, a tentativa de branqueamento imposta com a normatização empreitada no início do século XX não supriu as referências africanas, reconhecendo a África principalmente na figura do Preto-velho. Foi justamente a busca pelo Preto Velho que me levou a seguir os caminhos da Umbanda Cruzada, adentrando essa esfera religiosa nas periferias juntando “fragmentos” de uma

¹² “Os bantos são um conjunto de povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda. Apesar das diferenças étnicas, esses povos compartilhavam o mesmo tronco linguístico: eram falantes das línguas bantos. Essa base comum permitiu que muitos traços culturais e significados religiosos fundamentais fossem compartilhados entre os diferentes grupos dessa grande região, vista hoje como um espaço geográfico menos heterogêneo do que se imaginava (Daibert, 2015, p. 10)

¹³ “Os calundus eram um tipo de ritual mágico-religioso realizado por africanos na América Portuguesa, bastante difundido nos séculos XVII e XVIII, especialmente nas regiões de Minas Gerais e da Bahia. Vários procedimentos rituais distintos entre si recebiam por vezes a denominação de “calundu”, mas eles tinham em comum o fato de serem ritos que contavam com acompanhamento musical de atabaques e com a possessão ritual por espíritos e que tinham entre seus objetivos a adivinhação e a cura.” (Marcussi, 2009, p. 6)

¹⁴ “A primitiva Macumba, longe de ser um culto organizado, era um agregado de elementos da cabula, do Candomblé, das tradições indígenas e do Catolicismo popular, sem o suporte de uma doutrina capaz de integrar os diversos pedaços que lhe davam forma. É deste conjunto heterogêneo que nascerá a Umbanda, a partir do encontro de representantes da classe mais pobre com elementos da classe média egressos do espiritismo Kardecista. Foi este último grupo que se apropriou do ritual da macumba, impôs-lhe uma nova estrutura e, articulando um novo discurso, deu início ao processo de legitimação. (Oliveira, 2007, p. 93)



diáspora africana que se mescla na “bricolagem” étnica, cultural e ritualística dessa religião considerada essencialmente afro-brasileira.

A Umbanda de Linha Cruzada se mostra como uma prática afro-religiosa mais próxima dos Calundus e das Macumbas, populares entre os escravizados no período colonial. Enquanto aos Pretos Velhos da Umbanda Branca não lhes é permitido beber e fumar quando estão no mundo prestando caridade, pois o kardecismo considera isso prejudicial ao seu processo evolutivo; na Umbanda Cruzada eles são chamados pelo toque do tambor, com bebida e mesa farta, prestando a caridade através da doutrina, contando suas histórias de vida a todos que estão presentes.

A fome e a privação são as principais lembranças do cativeiro, assim como os castigos físicos, por isso as Giras de Preto Velho costumam ser preparadas com várias comidas e bebidas do agrado dessas entidades. A mesa é uma forma dos filhos de fé reverenciarem e agradecerem aos Pretos Velhos, que apesar de todo o sofrimento que passaram na terra hoje voltam para ajudar através da caridade.

Os Pretos Velhos fumam cachimbo ou cigarro de palha, gostam de beber cachaça ou vinho e de alimentos como frango assado, linguiça, farofa, ovo cozido, feijão mexido, bolo de milho, rapadura, entre outros. Os alimentos ofertados são colocados sobre uma toalha branca no chão, e antes de comer, os Pretos Velhos dançam em volta, reverenciam a mesa farta e agradecem aos Orixás, benzendo os alimentos com vinho e galhos de arruda, dividindo os alimentos com todos os presentes e os Pretos Velhos do Congá.



Figura 1 - Homenagem ao dia de Preto Velho na terreira de Pai Diego de Iansã. Fonte: Da Rosa, 2019.

A falange dos Pretos Velhos na Umbanda é formada por espíritos de idosos africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil, são os anciãos que viveram nas senzalas resistindo à dor e ao sofrimento impostos pelo sistema escravista. Os Pretos Velhos são considerados espíritos que trabalham na linha da direita, prestando auxílio através de curas, benzeduras e conselhos, praticando a caridade a serviço do bem (Santos, 2007, p. 174). Já representação feminina na figura da Preta Velha geralmente está associada ao papel materno, como a imagem da “Mãe Preta” dos engenhos, carinhosa, bondosa e devotada. Na terra foram escravizadas como parteiras, amas-de-leite, rezadoras. São entidades prestigiadas pela eficácia de suas mandingas, simpatias e patuás, ajudam mulheres grávidas, crianças, doentes e auxiliam nos problemas da esfera íntima. Contudo, poucos trabalhos centram-se na figura da Preta Velha, geralmente apenas transpõe o arquétipo da sua figura masculina, reproduzindo à ideia de acomodação e subserviência, deixando de lado temas como a sexualidade, a feitiçaria e a resistência (Dias & Bairrão, 2011, p. 170).

As Pretas e Pretos Velhos feiticeiros, curandeiros, as benzedeiras, os quilombolas entre outras representações de rebeldia, orgulho e liberdade acabam sucumbindo nessa cosmovisão dominante que prioriza o escravizado afrodescendente servil, humilde e obediente. (Souza, 2006, p. 6, Dias & Bairrão, 2011, p. 170). Mas por vezes, essas entidades consideradas “da esquerda” ainda estão presentes nas terreiras de Umbanda cruzada. Os Pretos e as Pretas “Feiticeiras” fogem ao padrão da branquitude e são vistos insurgentes, agressivos e ressentidos, por isso são chamados “Pretos Velhos quimbandeiros” (Bastide, 1971, p. 437).

A fé e o feitiço¹⁵ eram os principais instrumentos de resistência dos negros e negras que lutavam contra a opressão escravista. Por isso, ainda hoje a designação de feiticeiro, cunhada pelos brancos de forma pejorativa para minimizar as práticas afro-religiosas, é ressignificada pelas pessoas afro-religiosas que, quando exclamam os *feiticeiros*, estão reafirmando sua luta, como se este fosse um grito de resistência.

Preta velha Dona Maria era uma velhinha cabeça branca, que cuidava um filho de sinhorzinho, mas te digo “*Oh nega feiticeira!*” (Relato de Maria, junho de 2018).

¹⁵ “Para designar a aberração dos negros da Costa da Guine e para dissimular o mal-entendido, os portugueses (muito católicos, exploradores, conquistadores, até mesmo mercadores de escravos), teriam utilizado o adjetivo *feitiço*, originário de *feito*, particípio passado do verbo fazer, forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, factício, e por fim, fascinado, encantado.” (Latour, 2002, p. 16).

Povo de Preto Velho também, tudo que eles te dizem é certeiro, pode acontecer daqui um mês, um dia, daqui há 10 anos. O que Preto Velho fala e faz ninguém mais desfaz. Porque “*Oh povo bem feiticeiro!*” (Mãe de Santo Ilsa Carla Farias, junho de 2018).

A ancestralidade dos saberes africanos faz do feitiço dos Pretos Velhos os mais temidos e poderosos, conforme falam os praticantes de Umbanda. Com conhecimentos antigos trazidos da África, o Preto Velho conhece mandingas que não são possíveis de serem desfeitas por outras entidades, nem mesmo o temido Exu (povo da rua), pois só os ancestrais africanos compartilham desses segredos. Os Pretos Velhos são chamados de milongueiros¹⁶, pois conhecem bem as ervas e seus efeitos curativos. Por isso geralmente são procurados pela comunidade para resolver problemas de saúde, buscando chás, infusões e benzeduras. Herança africana, esses conhecimentos medicinais curavam as doenças e aliviavam as dores provocadas pelos castigos físicos de pessoas escravizadas, sendo os feiticeiros importantes agentes no auxílio dos companheiros de senzala.

É justamente o papel da ancestralidade personificada na figura do Preto Velho que lhe dá o poder sobre as palavras, as quais são passadas através da oralidade, em histórias de vida e de resistência no “tempo da escravidão” contadas durante a doutrina nas terreiras. E foi a partir dessas histórias que ouvi junto aos pretos e pretas velhas nas terreiras da periferia que comecei a observar que alguns desses temas são transversais ao estudo das coisas e suas temporalidades, como as suas memórias do sofrimento no cativeiro, sobre fugas, brigas e feitiçarias.

Compreendendo, portanto, os Pretos e Pretas Velhas como os ancestrais afro-centrados que continuam vindo ao mundo físico através da incorporação, que por meio de seus cuidados seguem personificando a resistência de seu povo que hoje luta contra as mazelas cotidianas da vida na periferia, e ainda, com sua doutrina atuam na preservação das memórias, seja da África ou do cativeiro, e na transmissão das crenças e saberes afro-diaspóricos para os mais novos. Nesse sentido, ao voltar à charqueada São João fui em busca de outras narrativas sobre o povo escravizado, as quais permanecem potentes nas memórias das terreiras de umbanda da Vila da Palha.

¹⁶ Aquele que, entre os Negros da África faz ou aplica os milongos (nome com que designam qualquer medicamento em Angola). Consultado em: <https://www.lexico.pt/milongueiro/>

4. As territorialidades invisibilizadas da Vila da Palha

A Vila da Palha é uma pequena comunidade situada na divisa entre a charqueada São João e a charqueada Santa Rita, no bairro Areal em Pelotas. Consiste em uma rua sem saída com acesso pela antiga estrada da Costa, que termina às margens do arroio Pelotas. Segundo os relatos orais o nome pejorativo da vila se deve às casinhas com telhado de palha, que foram construídas pelos descendentes de escravizados após a abolição. Denominada atualmente como Avenida Augusto Saint Hilaire, em homenagem ao naturalista francês que se hospedou na charqueada São João no século XIX, os terrenos se encontram em processo de regulamentação fundiária desde a década de 1990.

É nesse território que o médium Diego Costa desenvolve seus trabalhos espirituais no Centro Espírita de Umbanda Junco Verde, terreira que ele herdou de seu avô, o sr. Geraldo Costa, já falecido, onde trabalha junto de sua mãe dona Vera e sua avó dona Eloisa. Considerada a casa de religião mais antiga da vila ainda em funcionamento, ela está assentada num chão que pertence a sua família há várias gerações. O terreno é dividido entre as casas de moradia da família e aos fundos possui um salão preparado para a terreira, com o congá que cultua as entidades da casa e um pequeno quarto de Santo onde Pai Diego cuida de sua Orixá de cabeça Iansã. Ele conta que entrou para a nação há alguns anos, justamente porque queria aprender mais sobre as suas origens e ancestralidade, mas seu avô cultuava inicialmente apenas os Preto Velhos e Caboclos, incorporando depois as outras entidades da Umbanda.

Pai Diego de Iansã conta que todo o entorno da casa é preparado e protegido energeticamente, desde o portão onde possui fundamentos enterrados, até as plantas que também são alimentadas conforme as suas entidades. Na entrada do pátio já avistamos uma pequena casinha que assenta os Exus guardiões e todo o pátio é cercado por plantas que não só assentam as entidades e protegem a família, como também são usadas para o preparo de banhos, chás e outros usos rituais.

A ancestralidade define a terreira de Pai Diego de Iansã, desde o território em que ocupa, onde africanos e afrodescendentes escravizados nas charqueadas circularam e deixaram suas marcas, em “coisas que os antigos enterraram no pátio”, que Pai Diego comenta já ter encontrado com seu avô quando ainda era criança, até a corporeidade da família, que se identifica e cultua suas raízes africanas. Podemos ver essa ancestralidade

atuando também no devir das práticas rituais, onde quatro gerações da família se fazem presente, e ainda, cultuam entidades que também atravessaram o tempo e permanecem na casa.



Figura 2 - Foto do Sr. Geraldo incorporado com o Preto Velho, ao lado de Pai Diego ainda criança e sua mãe Vera. Fonte: Acervo pessoal de Dona Eloísa Costa, 1996.



Figura 3 - Foto de Vô Zuza incorporado em Pai Diego e Tia Maria incorporado em Vera, iniciando o pequeno Diogo, filho de Diego, nos ensinamentos da Umbanda. Ao fundo as pequenas Luiza e Julia auxiliando nos cuidados das entidades. Foto da autora, maio de 2021.

Nos dias de gira a pequena Luiza de 5 anos e Julia de 15 anos, filha e sobrinha de Pai Diego, participam da corrente, aprendem os pontos cantados e ajudam as cambonas a servir as entidades, assim como sua irmã Viviane que ajuda no preparo dos alimentos e da mesa nos dias de festa. A mãe Vera faz a frente da terreira ao lado de Pai Diego e avó Dona Eloisa até pouco tempo era a principal cambona. Atualmente Dona Eloísa passou o papel para as netas, mas segue acompanhando e orientando todo o ritual que acontece na

casa, sempre sentada em sua cadeira que fica no canto da terreira, em frente ao quarto de santo e abaixo de um quadro de Ogum, local em que os filhos da casa vão para lhe pedir a benção e todas as entidades que chegam na terra vão para lhe saudar, reverenciando a grande matriarca.



Figura 4 - Foto da matriarca Dona Eloísa na festa de encerramento de ano da terreira. Foto da autora, dezembro de 2019.

Embora Pai Diego de Iansã esteja no comando da terreira, ele está cercado por quatro gerações de mulheres que junto a ele desenvolvem o trabalho mediúnico e lhe dão a base de seus fundamentos. Quando perguntei a ele por que recebeu a liderança de herança, ele disse que isso não foi uma imposição, mas que aconteceu naturalmente pois sua mãe Vera não quis assumir a responsabilidade sozinha, já que também trabalha, cuida da casa dos filhos e netos. Sua irmã Viviane também se divide entre o trabalho e o cuidado dos filhos pequenos. Ele por ter mais tempo e mobilidade, acabou assumindo as obrigações com a terreira, o cumprimento das obrigações e o atendimento ao público para a caridade.

Ele conta que sua avó Eloisa sempre foi a cambona, um papel que ele afirma ter tanta importância quanto o do médium que incorpora, pois é preciso ter alguém com conhecimento e sabedoria para segurar a casa quando todos os médiuns estão em transe.

“A cambona é a maior feiticeira”, falou Pai Diego, pois conhece todos os segredos e mandingas das entidades, enquanto o médium “apaga” e não lembra depois o que foi falado. Com amor e respeito à sua ancestralidade, Pai Diego de Iansã sempre reforça a importância dos ensinamentos de sua avó, falando que sempre, para qualquer coisa, recorre a ela para pedir permissão, tirar suas dúvidas e perguntar se está fazendo o certo. Foi na terreira de Pai Diego de Iansã onde eu pude acompanhar e conhecer um pouco mais sobre a doutrina e os fundamentos dos Pretos Velhos, principalmente pelas mãos do Vô Zuza, que me abraçou¹⁷ e passou a me orientar sobre como “mexer” nas coisas dos pretos com cuidado. Quando vem ao mundo ele sempre diz que meu trabalho é pesado, pois estou sempre desenterrando as coisas e alguns pretos não gostam que mexam com eles.

O Preto Velho Vô Zuza é uma entidade muito antiga e rara, contou Pai Diego, pois veio da África. Ele já cuida da família há muitos anos, pois antes de vir em Pai Diego ele já incorporava em seu avô Geraldo, quando tinha permissão da Preta Velha Vó Maria. Pai Diego conta que Vô Zuza é uma entidade “pesada” e gosta muito de beber cachaça, por isso quando seu avô já estava mais velho, Vó Maria não o deixava chegar com frequência. Um dia na terreira Vô Zuza, incorporado em Pai Diego, disse que preparou “esse meu” desde que ele estava na barriga de sua mãe, pois sabia que teria um médium forte para poder atuar na terra. Ao falar isso o Preto Velho chamou Vera, mãe de Pai Diego, lhe pegou pela mão e repetiu as palavras, ela sorriu confirmando a história.

Vô Zuza é um Preto Velho de Xapanã que nasceu na África, onde foi um poderoso guerreiro, lá ele também aprendeu os “segredos” da religião, por isso sempre fala que é um grande feiticeiro. Vô Zuza possui um arquétipo diferente das entidades que comumente costumam se apresentar como um idoso curvado e cansado. Ele tem postura firme e quando chega na terra solta um grito forte e bate o pé no chão, depois senta em seu banco e ali conta suas histórias, fumando e tomando sua cachaça pura, os quais são seus instrumentos de trabalho, conforme já contou várias vezes durante a doutrina, onde fala sobre o “tempo da escravidão” ensinando lições de resistência, de como ele enfrentava os brancos para resistir aos castigos e proteger seus irmãos de senzala.

Em suas histórias Vô Zuza conta que no tempo do cativo ele sempre tinha a sua cachaça escondida, pois quando sabia que ia apanhar ele ia lá e bebia, pois assim

¹⁷ “Abraçar” na religião significa passar a cuidar da espiritualidade do filho.

“amortecia o lombo” para tomar as chicotadas. Orgulhoso, afirma que nunca aceitava os castigos de forma passiva, falando de várias das mandingas que fazia para derrubar aqueles que lhe oprimiam: “eu apanhava, mas eles também levavam”. Em doutrina ele nos contou que uma vez enterrou uma galinha viva junto com os panos do feitor e alguns feitiços, enquanto a galinha morria o feitor definhava junto.

Um dia perguntei a ele sobre a sua história, ele disse que algumas coisas ficam confusas porque ele já viveu na terra há muito tempo. Por isso possui poderes e transita entre os Orixás pelo quarto de Santo, dizendo que foi a pedido dele que Pai Diego procurou o Batuque, pois isso lhe fortaleceu ainda mais. Ele contou que foi um grande guerreiro na África, por isso, quando teve oportunidade fugiu para o quilombo, pois em sua vida nem sempre esteve no cativeiro. Sua missão na terra era ajudar seus irmãos, por isso aprendeu muito sobre as ervas, fazendo chás e unguentos para curar as feridas e doenças dos escravizados que apanhavam ou fugiam.

Certo dia durante a doutrina aos filhos da casa ele contou sobre como cultuava os Orixás no seu tempo, dizendo que como os senhores não podiam ver eles precisavam esconder ou disfarçar. Por isso usavam as pedras para assentar os Orixás, pois os brancos olhavam e achavam que era só enfeite, também faziam coisas com barro para deixar enterradas ou usavam as proteções junto ao próprio corpo. Tudo tinha que ser muito disfarçado e escondido, pois se os senhores os pegassem eles iam para o tronco.

Os ensinamentos de Vô Zuza nos levam a refletir não só sobre as memórias do cativeiro e da resistência dos escravizados, mas também sobre as nossas práticas no campo da arqueologia, onde muitas vezes desenterramos coisas que para o povo que o enterrou não são apenas coisas, são potências vitais de Orixás e entidades, ou mesmo, instrumentos de demandas e feitiços enterrados com intencionalidade, portanto, não devem ser tocados ou mexidos sem a devida permissão. Por essa razão, os estudos que realizamos em sítios arqueológicos da diáspora africana podem ser vistos pelo povo de religião, assim como pelo próprio mundo espiritual, como perturbações em solos sagrados da ancestralidade, lugares de morada das Pretas e Pretos Velhos. Por isso deveríamos sempre nos orientar a partir de suas histórias e pensar que, antes de buscar por evidências de grupos escravizados, devemos sentir a energia e pedir agô não só aos Orixás, mas também aos Pretos Velhos.

5. A Paisagem da Charqueada São João na perspectiva da periferia

Quem é aquele velhinho

*Que vem no caminho andando divagar
Com seu cachimbo na boca*

Chupando a fumaça e saltando no ar...

Ele é do cativeiro ...

Ele é mirongueiro...

Ponto de Preto Velho

A partir das histórias de Vô Zuza e dos ensinamentos que comecei a compartilhar na terreira da família Costa na Vila da Palha, passei a observar as territorialidades da Charqueada São João a partir de novas perspectivas, analisando os elementos invisíveis e invisibilizados daquela paisagem que ainda podem guardar memórias e resquícios das práticas afro-diaspóricas dos escravizados que vivenciaram aqueles espaços.

Desde os primórdios da ocupação da vila até os dias atuais, seus moradores se territorializam pelos campos que um dia abrigaram as instalações da área de produção da antiga charqueada. Mesmo com a construção de um grande muro de concreto no início da década de 1990, que passou a delimitar e esconder a vila da vista da casa grande, homens, mulheres e crianças transitam por aquele espaço, para andar de bicicleta, passear, correr, brincar, tomar chimarrão, pescar, enfim, embora todos saibam que se trata de uma propriedade privada pertencente aos atuais donos da charqueada, aquele espaço faz parte dos devires e das memórias dos moradores do entorno.

Observando esses campos ainda a partir dos olhares afro-religiosos, esse espaço é muito mais do que uma área de lazer, ela abriga Orixás e entidades espirituais que são cultuados desde os tempos da escravidão. Às margens do arroio podemos sentir a presença das Orixás das águas, Oxum mãe da água doce, mas também a grande mãe Iemanjá. Nas matas fechadas, presentes nos limites da propriedade, irradia as energias de Oxóssi, de Ogum e dos caboclos das matas. Os gramados abertos guardam a vez com oferendas aos Ibejis (Cosme e Damião) e em todos os espaços é possível ver trabalhos e oferendas aos Exus e Pomba-Giras, pois estes respondem em diferentes lugares de acordo com a sua linha de atuação (por exemplo águas e matas).

Ao andar pelos campos não conseguimos avistar a charqueada São João, pois a sede é cercada com vegetação que recobre todo o seu entorno. O que se destaca na paisagem é a grande chaminé e uma antiga caixa d’água, resquícios do espaço de produção de charque. Ao centro do campo, um pouco mais afastado do arroio, o destaque é para a majestosa figueira centenária, que fascina o olhar de quem chega emanando uma energia que não passa despercebida.

As Figueiras (*Ficus cestrifolia*) são árvores de grande porte que figuram como importantes indicativos arqueológicos na paisagem, destacando-se em contextos escravistas e quilombolas como marcadores mnemônicos de antigos locais de habitação (Damin, 2015, p. 24), ou mesmo por seus aspectos mágico-religiosos (Carvalho, 2012, 2018). De acordo com o Dicionário de História da África (Lopes, 2017, s/p), as árvores sempre desempenharam um papel simbólico importante na tradição africana, como um indício de soberania. De acordo com a cosmologia de diversos povos africanos, bem como entre seus descendentes na América, as árvores são associadas a espíritos de antepassados, representando um símbolo de autoridade que faz a mediação entre os espíritos ancestrais e os vivos, podendo “*proteger ou causar malefícios aos humanos, devendo, por isso, ser invocados, reverenciados e receber oferendas apropriadas aos pés ou mesmo dentro das árvores que os simbolizam*” (Lopes, 2017, s/p).

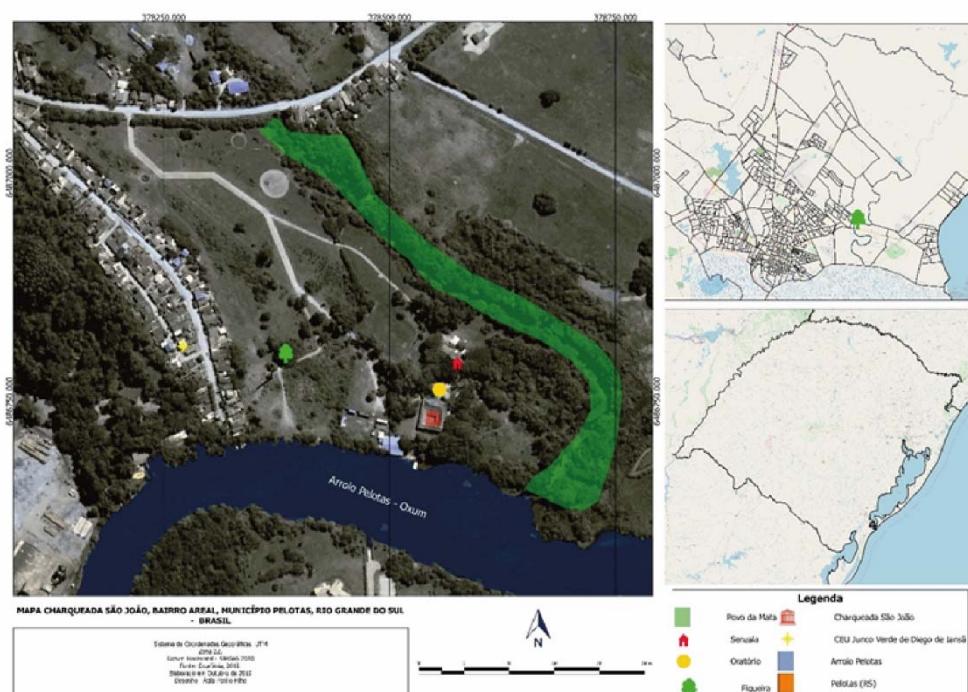


Figura 5 - Mapa da Charqueada São João demarcando o local da figueira e a terreira de Diego de Iansã. Fonte: Rosa, 2019.

Ao chegar na grande figueira e pedir licença aos Orixás e entidades ali presentes, é possível perceber a presença de vários vestígios ritualísticos, como velas, garrafas de cachaça, vinho e champagne, taças, cigarro, entre outros, indicando seu uso para trabalhos, principalmente de Exu e Pomba-Gira. Por isso, em agosto de 2019 pedi para Pai Diego de Iansã me acompanhar até o campo e me falar sobre o povo que mora na figueira. Chegando lá perguntei: *Quem é que responde na figueira, nessa figueira?*

Na raiz é Ogum, principalmente Ogum Avagã, aqui a gente faz muito serviço pra Ogum Avagã no meio da figueira, porque parece as cobras, a casa das cobras. Pra cima a mãe Iansã também responde. A gente lida mais pro lado dos Exus, por isso que a mãe responde no topo da figueira. É como se fosse a escala, na volta os Exus, o Exu Maioral, que é um dos Exus mais antigos e a Milongueira que é a Pomba-gira das matas. Ela responde muito porque é filha de Iansã. Mas é melindroso de mexer com ela. (Relato do Pai-de-santo Diego de Iansã em agosto de 2019).

Falei para ele que estava surpresa em saber que Iansã também respondia na figueira, pois sabia de outros domínios como o bambuzal, mas até então ninguém havia mencionado a atuação dela nas figueiras. Então ele explicou:

A Iansã Dirã que é a dona do buraco, a dona do balé, o pessoal cuida muito dos Exus na figueira e esquece dela, porque traz muita alma pra volta deles, aí ela fica aí, a Dirã, a Baruque, porque tu vê que vira um buraco de balé. Quer mais Egun que aqui na volta? Aí fica ela lá em cima cuidando deles. Tu sente a Dirã, podia ser outra Iansã, mas tu sente porque ela é muito gelada e tu sente eles na volta, e lá tá ela, não sai. (Relato do Pai-de-santo Diego de Iansã em agosto de 2019).

Como a maioria dos trabalhos ritualísticos presentes no entorno da figueira são para os Exus, perguntei para ele da relação da árvore com essas entidades.

A figueira em si é dos Exus, “se balançar a figueira cai os Exus”¹⁸, de dia onde eles se escondem, na figueira, eles ficam tudo escondido. Mas Preto velho fazia muito serviço na figueira, eles usam muito a figueira, porque era onde eles se reuniam (Relato do Pai-de-santo Diego de Iansã em agosto de 2019).

Ao mencionar o Preto Velho, falei a ele que já tinha escutado que a figueira é dos Pretos Velhos, inclusive na terreira já tinha presenciado o Vô Zuza falando a um dos

¹⁸ Referência ao ponto cantado “Balança a figueira(Exu).”

filhos para fazer um trabalho pedindo ao final “*deixa lá na minha figueira!*”, então Pai Diego de Iansã explicou a relação de ancestralidade que existe entre as figueiras e Pretos Velhos, pois a prática de fazer os rituais sob a copa dessas grandes árvores é uma herança desses ancestrais.

Era do Preto Velho porque eles cultuavam os Orixás aqui, depois que vinham, mas eles cultuavam muito Exu, faziam ele trabalhar. Aí ficou a figueira do Preto Velho, mas não, eles cultuavam. (Relato do Pai-de-santo Diego de Iansã em agosto de 2019).

As palavras de Pai Diego remetem às memórias sobre os negros escravizados que buscavam a figueira para invocar os espíritos e fazer seus rituais, por isso, ainda hoje essa árvore possui um papel importante para a comunidade afro-religiosa local, pois além de morada de Orixás e entidades espirituais é um lugar que materializa as memórias da ancestralidade dos homens e mulheres que buscavam alentos para a vida sofrida que levavam no trabalho árduo das charqueadas. Por isso, mesmo com todas as barreiras que foram impostas ao longo dos anos para que os moradores da Vila da Palha não entrassem no campo¹⁹, como muros, cercas e placas indicando “Entrada Proibida”, esse espaço sempre foi reterritorializado pelos usos físicos e espirituais da comunidade do entorno.



Figura 6 - Pai-de-santo Diego de Iansã na figueira dos campos da charqueada São João, em Pelotas. Fonte: Rosa, 2019.

¹⁹ “Campo” é a forma como todos os moradores se referem a esse lugar que antigamente era o espaço fabril da charqueada.

As narrativas de Pai Diego de Iansã sobre a figueira nos mostram como os conhecimentos e saberes afro-diaspóricos se tornam multitemporais através da oralidade. Apesar de jovem, o atual Pai de Santo nasceu e cresceu ouvindo histórias sobre os seus ancestrais, cultuando-os junto a sua família. A potência de suas palavras vai além de sua autoridade religiosa, pois é legitimada pelas territorialidades de seus antepassados que rememoraram a ancestralidade cotidianamente nos seus ritos e devires pelo entorno da charqueada.

Por fim, o objetivo aqui não é procurar uma linearidade temporal ou uma associação essencialista da família Costa com os escravizados da charqueada, pelo contrário, é justamente alertar para as relações mnemônicas, sensoriais e cognitivas que as comunidades da periferia estabelecem com esses espaços, que se fazem importantes para a sua ontologia não apenas por uma conotação de historicidade, mas sim por seus usos e ressignificações simbólicas e ritualísticas, que seguem cultuando e alimentando os seres espirituais que se manifestam nos diversos domínios naturais, como o arroio, as matas e a própria figueira preservada nos campos da antiga charqueada, os quais também atuam como “axés plantados” e que, ainda hoje, são invisíveis e invisibilizados aos olhares colonialistas.

6. Considerações Finais

A arqueologia da Diáspora Africana é um campo de atuação amplo e complexo, que ainda carece de espaços de análise e discussão na cidade de Pelotas, principalmente no que tange aos estudos dos espaços de moradia dos escravizados, já que muitos dos estabelecimentos escravistas ainda são propriedade da elite, a qual não tem interesse em promover pesquisas que não tenham por objetivo enaltecer o seu passado “ilustre”. Apesar disso, esse artigo procurou demonstrar que a arqueologia pode ir além das narrativas centradas na materialidade das senzalas, principalmente quando deixamos de lado as práticas cartesianas e academicistas, formadas a partir de moldes epistemológicos excludentes que se distanciam do conhecimento localizado das pessoas que vivenciam e constroem a história cotidianamente.

A partir do olhar da periferia e da ancestralidade africana personificada na figura das Pretas e Pretos Velhos foi possível “ver” a paisagem da Charqueada São João de outra perspectiva, contada a partir de outras narrativas que não estão interessadas em reproduzir

os mecanismos de opressão e vigilância, que todos sabemos que foram impostas aos africanos e afrodescendentes escravizados, mas sim através das histórias de resistência e resiliência que ainda hoje são necessárias para a sobrevivência dos saberes da diáspora africana entre seus descendentes. Portanto, nós arqueólogos também devemos procurar o nosso “lugar de fala” e de aprendizado junto ao povo afro-religioso, pois a potência de seu mundo espiritual e seus conhecimentos nem sempre estarão materializados da forma como procuramos, o que não a torna menos vivas ou importante de serem “gritadas na terra”.

Eparrey Oyá! Agô Vô Zuza!

Referências Bibliográficas

- Agostini, C. (2009). Cultura Material e a Experiência Africana no Sudeste Oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 10, 39–47. Obtido na <https://www.scielo.br/j/topoi/a/c6cjmwLsHwGyCZZ7pYkCMn/?lang=pt>.
- Agostini, C. (2017). O Duelo. In Preguer, G. Silvano, A., Rodrigues, A., Fontenele, J. & Pizzinga, V. (Org). *Clube da Leitura*. Vol. 4, 1^a edição, 149–154.
- Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Blakey, M. L. (2001). Bioarchaeology of the Diasporain the Americas: its originsand scope. *Anual Review of Anthropology*. Vol. 30, 387-422. Obtido na <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.anthro.30.1.387>
- Carvalho, P. M. (2012). *A travessia atlântica de árvores sagradas: Estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP. Obtido na <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-28082012-141548/pt-br.php>.
- Carvalho, P. M. (2018). *Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. Obtido na <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-20022019-154725/pt-br.php>.
- Da Silva, K. H. & Sampaio, J. C. (2010). *Mulher e Feitiçaria na América Portuguesa Do Século XVI: Cotidiano, Magia e Inquisição*. X Encontro Estadual Anpuh-PE.

- Obtido na http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/35/1398265369_ARQUIVO_Artigo.pdf.
- Daibert, R. (2015). A Religião dos Bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. *Estudos Históricos*. vol. 28, n. 55. Obtido na https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862015000100007&script=sci_abstract&tlang=pt.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 715 p.
- Dias, R. N. & Bairrão, J. F. M. H. (2011). Aquém e além do cativeiro dos conceitos: perspectivas do preto-velho nos estudos afrobrasileiros. *Memorandum*, n. 20, 145-176. Obtido na <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6629>
- Fernandes, S. C. (2013). Entre linhas e falanges: a diversidade da umbanda na contemporaneidade. *Anais do I Simpósio Regional Sudeste da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões)*. São Paulo, USP. Obtido na https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/fernandes_linhas_falanges_umbanda_2014.pdf.
- Ferreira, L. M. (2009). Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS: história & cultura*. v. 8, n. 16, jul./dez., 267-275. Obtido na <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/961/682>.
- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. São Paulo: Editora 34.
- Goldman, M. (2014). A relação afroindígena. In *Cadernos de Campo*, 213-222. Obtido na <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/98442>.
- Giumbelli, E. (2011). Presença na Recusa: a África dos pioneiros umbandistas. *Esboços* (UFSC). Vol. 17, n. 23, 107-117. Obtido na <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n23p107>.
- Hall, S. (2010). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Hamilakis, Y. (2015). Arqueología y los Sentidos: experiencia, memoria y afecto. In *JAS Arqueología*. Obtido na https://www.researchgate.net/publication/340610526_Hamilakis_Y_2015_Arqueo

- logia y los Sentidos Experiencia Memoria y Afecto Madrid JAS Arqueología a Traducción de Nekbet Corpas Cívicos.
- Hartemann, G. & Moraes, I. P. (2018). Contar Histórias e Caminhar com Ancestrais: perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios – revista Latino-Americana de Arqueología Histórica*. Vol. 12. N. 2. Obtido na <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/12196>.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu*, 7–41. Obtido na <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- Loner, B. A., Gill, L. A. & Scheer, M. I. (2012). Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, 133-152. Obtido na https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702012000500008&script=sci_abstract&tlang=pt.
- Lopes, N. B. & Macedo, J. R. (2017). *Dicionário de História da África: séculos VII a XVI*. Autêntica.
- Malandrino, B. C. (2010). *"Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém": dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo.
- Manning, M. C. (2012). *Homemade Magic: Concealed Deposits in Architectural Contexts in the Eastern United States*. (Tese). College of Sciences and Humanities. Obtido na https://www.academia.edu/2174815/Homemade_Magic_Concealed_Deposits_in_Architectural_Contexts_in_the_Eastern_United_States.
- Marcussi, A. A. (2009). Iniciações Rituais nas Minas Gerais do Século XVIII: os calundus de Luzia Pinta. In *Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades*. Maringá (PR). Obtido na http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/iniciacoes_rituais_nas_minas_gerais.pdf.
- Meza, E. (2018). *O Sagrado e a Performance na Diáspora Africana: arqueologia colaborativa na Charqueada São João, Pelotas (RS)*. (Dossiê de Qualificação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia com Área de Concentração em Antropologia Social. Universidade Federal de Pelotas, UFPel. Pelotas – RS.
- Monteiro, V. G. (2017). *Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832 – 1850)*. (Dissertação) Programa de Pós-

- graduação em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas, UFPel. Pelotas – RS. Obtido na http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/3623/1/Victor_Gomes_Monteiro_disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Mott L. (2008). Feiticeiros de Angola na América Portuguesa Vítimas da Inquisição. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís, v. 5, n. 9/10, 85-104. Obtido na <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/773>.
- Novaes, L. C. N. (2017). Breve Imaginação Antropológica Sobre Animação da Escrita e Animismo na Ciência Arqueológica. *Revista Ambivalências*. V.5, n. 10, 22 – 48. Obtido na <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/7634>.
- Oliveira, J. H. M. O. (2007). *Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise comparativa das estratégias de legitimação da Umbanda durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ. Obtido na <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-29611/entre-a-macumba-e-o-espiritismo--uma-analise-comparativa-das-estragetias-de-legitimacao-da-umbanda-durante-o-estado-novo>.
- Oro, A. (2002). Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. *Estudos Afro-Ásia*. Vol. 24, n. 2. Rio de Janeiro. Obtido na https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000200006&script=sci_abstract&tlang=pt.
- Orser Jr., C. (1998). The Archaeology of the African Diaspora. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 27, 63-82. Obtido na <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.27.1.63>.
- Rohde, B. F. (2009). Umbanda, uma Religião que não Nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do Universo Umbandista. *Revista de Estudos da Religião*. Obtido na https://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf.
- Da Rosa, E. J. (2012). *Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)*. Dissertação de Mestrado. Pelotas: UFPEL. Obtido na <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1060>.
- Rosa, E. J. (2019). *O feitiço da Preta Velha tem (Re)existência de Preta Nova: uma etnografia arqueológica da materialização do sagrado Afro-diaspórico na vida*

- cotidiana das periferias de Bagé e Pelotas, RS.* 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Obtido na <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5532>.
- Samford, P. (2007). *Subfloor pits and the archaeology of slavery in Colonial Virginia.* University of Alabama Press. Obtido na https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1548-1425.2009.01142_8.x.
- Sampeck, K. E. & Ferreira, L. M. (2020). Delineando a Arqueologia Afro-Latino-Americana. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 14, n. 1, 141-168. Obtido na <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/13895>.
- Santos, E. C. M. (2007). A construção simbólica de um personagem religioso: o preto velho. *Revista TOMO*, n. 11, 161-195. Obtido na <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/452>.
- Singleton, T. (1995). The Archaeology of Slavery in North America.: *Annual Review of Anthropology*. Vol. 24, 119–140. Obtido na <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.24.100195.001003>.
- Singleton, T. & Souza, M. A. T. (2009). *Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. International Handbook of Historical Archaeology*, 449-469. Obtido na https://www.researchgate.net/publication/227207484_Archaeologies_of_the_African_Diaspora_Brazil_Cuba_and_the_United_States.
- Souza, M. D. (2006). *Pretos-velhos: oráculos, crença e magia entre os cariocas.* 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Obtido na <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12661710/pretos-velhos-oraculos-crenca-e-magia-entre-os-cariocas-ufrj>.
- Symanski, L. C. (2007). O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Argvmentvm. Vol. 1, n. 2, 7-36. Obtido na <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11925>.
- Symanski, L. C. (2009). Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In Morales Walter & Moi, Flávia Prado. *Centenários regionais em*

Arqueologia Brasileira. São Paulo: Annablume, 279-310. Obtido na <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao?idProducao=2409781&key=e0b39bac2a90e391d1138af82c95ce19>.

Symanski, L. C. & Souza, M. A. T. (2007). O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 33, 215-244. Obtido na http://www.academia.edu/2901001/O_Registro_Arqueológico_dos_Grupos_Escravos_Questões_de_Visibilidade_e_Preservação.

Werneck, J. (2003). *Da Diáspora Globalizada: notas sobre os afrodescendentes no Brasil e o início do século XXI.* Obtido na <http://www.criola.org.br/artigos/Da%20Diaspora%20Globalizada.pdf>

A PSYCHOGEOGRAPHY OF TOMAR CITYSCAPE

UMA PSICOGEOGRAFIA DA PAISAGEM URBANA DE TOMAR

Recebido 06 a julho de 2021
Revisto 12 a julho de 2021
Aceite a 16 de julho de 2021

Mihaela Moțăianu

Visual Artist / PhD Candidate at the National University of Arts Bucharest
3, Firidei Street, 032174 Bucharest, Romania
mihaela.motaianu@gmail.com



Abstract

“A Psychogeography of Tomar Cityscape” is a cultural project that represents an artistic research based on urban exploration that captures fragments of the urban environment in a poetic way. The photographies that capture the emotion of the discoveries of the author in the city of Tomar coagulate six visual narratives correlated with Fernando Pessoa's poems. The visual narratives are based on the Saudade concept and recompose through the eyes of the photographer the poet's turmoil. Thus, a whole range of emotions and feelings is transferred to the viewer through the visual narratives presented.

Keywords: Psychogeography, Artistic Research, Emotions, Poetry, Visual narratives, Urban Exploration, Saudade, Tomar Cityscape.

Resumo

A Psicogeografia da Paisagem Urbana de Tomar é um projeto cultural que representa uma investigação artística baseada na exploração urbana que capta fragmentos do ambiente urbano de forma poética.

As fotografias que captam a emoção das descobertas da autora na cidade de Tomar conjugam seis narrativas visuais correlacionadas com os poemas de Fernando Pessoa. As narrativas visuais partem do conceito de Saudade e recompõem através do olhar do fotógrafo a turbulência do poeta. Assim, toda uma gama de emoções e sentimentos é transferida para o espectador por meio das narrativas visuais apresentadas.

Palavras-chave: Psicogeografia, Pesquisa Artística, Emoções, Poesia, Narrativas visuais, Exploração Urbana, Saudade, Paisagem Urbana de Tomar.

1. A Voyage with Pessoa in Tomar

The discovery of Portuguese culture was a real revelation for me on the occasion of an Erasmus scholarship in 2019. I discovered through psychogeographic experience the charm of the traditional community of Tomar located outside the present time. I also discovered the charm of Pessoa's poetry and the melancholy of the Saudade concept.



My visual research relates Humans and Time, an original and also a classical perspective on the existence of man in the world, viewed from the perspective of Art.

My artistic research focuses on the relationship between external stimuli that act on the visual perception and the psychic processes (i.e., emotions) that occur during a visual exploration.

2. Metodology

The most appropriate tool for a dynamic approach to the concepts of exploration and transformation (i.e., Time) is Psychogeography, which is a method of studying the “[...] precise laws and specific effects of the geographical environment, whether consciously organized or not, on the emotions and behavior of individuals.” (Debord, 1955, p. 23).

Therefore, the two main concepts of my visual research, Humans and Time, bring together the idea of movement, passage and transformation.

Walking is considered by Michel De Certeau to have an enunciative function; he compares the movement to the act of speaking, saying that walking, like language, are creative acts through which connections or interpretations can be made.

In this perspective, the language of movement in De Certeau's vision has “[...] three characteristics to distinguish it at the outset from the spatial system: the present, the discrete, the «phatic».” (De Certeau, 1984, pp. 97-98).

Walking is today a tool for exploration and analysis (see interartive.org), and this phenomenon raises questions about the perception of walking, aiming at the presence of being connected to the environment.

Therefore, walking is studied as an art form by contemporary artists. This attempt by contemporary artists (see Schneider, 2012) to demonstrate through various artistic or scientific projects, that an interaction between the human body while walking and the space in which it moves, as well as with the other bodies it encounters when moving, can represent an aesthetic experience, in a word an artistic act (see Morris, n.d.).

The psychogeographic method I apply in my urban experiments involves a detached study of the city as proposed by Guy Debord and the Situationist School (Internationale Situationniste). One of the Situationist practices is the drift (Fr. *dérive*), a technique of rapid passage through various environments. The *dérive* involves a playful-constructive



behavior and awareness of psychogeographic effects, but different from the classic notions of travel or walking (Debord, 1958, p. 62).

3. Saudade as Visual Poetry

The urban experiment carried out in Tomar in 2019, generated the project **A Psychogeography of Tomar Cityscape**, inspired by the poems of Fernando Pessoa and the Saudade concept, which I present in a condensed form in the images of this text.

The psychogeographic experiment was materialized in the images captured in the urban environment, i.e., images that use juxtapositions (connections, overlaps or insertions), as well as cutouts of some features or accentuations of some meanings for an instant transfer of the transmitted emotion. Thus, the purpose of the psychogeographic experiments in this research was to transform the urban experience into an empathic experience, which creates a strong connection with the environment in which I discovered the urban details. Walking involves attention, rhythm, meditation, and can be likened to poetry.

Studying the traditional Portuguese City, I tried to get closer to the concept of Saudade, that melancholy I had first encountered in Fernando Pessoa's poetry.

In my opinion, he is the author who best expressed the concept of Saudade. I found in his poems this melancholy specific to the Portuguese people, which inspired me to perceive the urban environment as a poetic experience of Saudade.

Consequently, Pessoa's poems were a real source of inspiration for the way I perceived Man, the City and Time in Portugal. I embarked on a detached exploration of the City, photographing only those images that triggered a melancholic emotion that I associated with Saudade, and I sought to intensify in photographic images this type of melancholy, along with my own emotions, through the condensation of all visual and spiritual experiences in each of the photographs.



Original verses

Bóiam farrapos de sombra

[...] É todo um céu que se escombra
Sem me o deixar entrever.
[...] Desfaz-se em ritmos sem forma
Nas desregradas negruras
[...] O universo um ser desfeito

English version

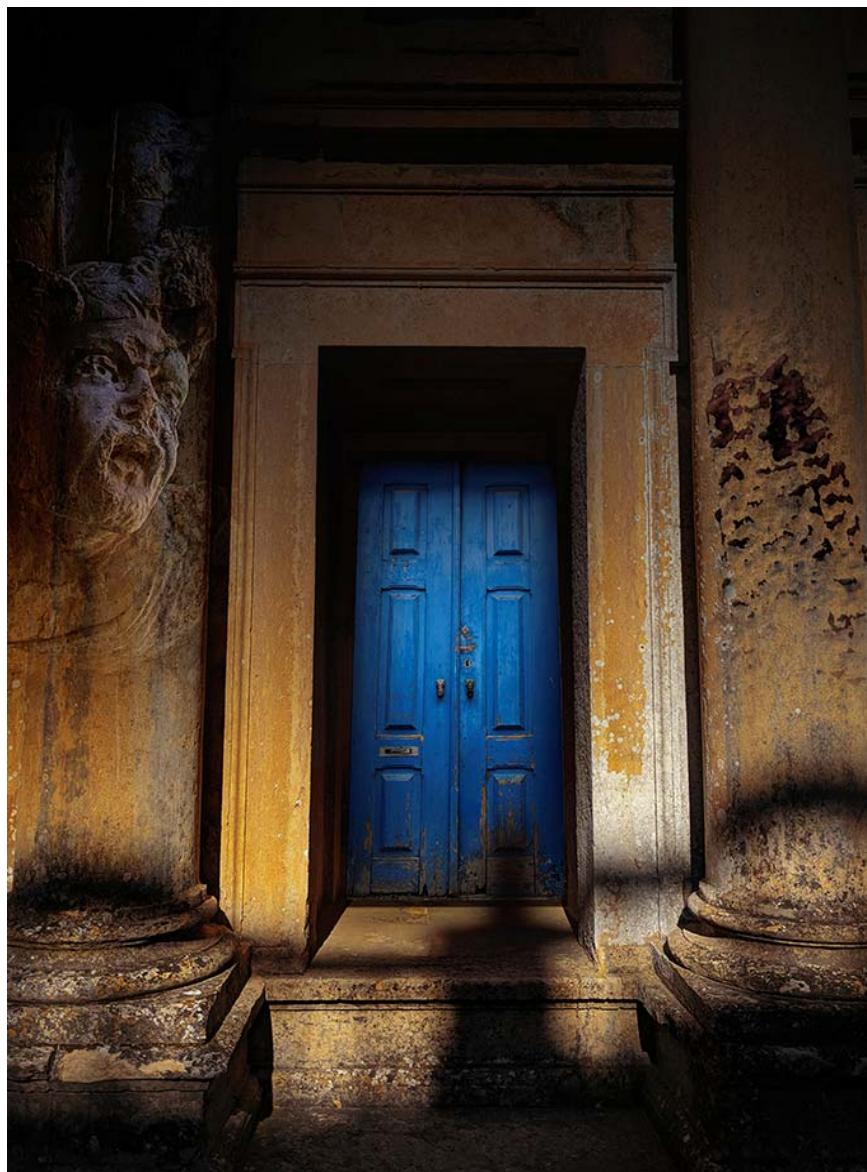
Shadow rags float

[...] It's a whole sky that crumbles
Without letting me see it.
[...] Unravels in formless rhythms
In the unruly black
[...] The universe is a being undone

Fragment from the poem **Bóiam farrapos de sombra** by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu.

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăian



Original verses

*Se alguém bater um dia à tua porta,
Dizendo que é um emissário meu,
Não acredites, nem que seja eu;
[...] Bater sequer à porta irreal do céu.
Mas se, naturalmente, e sem ouvir
[...] De ousar bater; medita um pouco.
[...] Abre a quem não bater à tua porta!*

English version

*If someone knocks on your door one day,
Saying he's an emissary of mine,
Don't believe it, even if it is me;
[...] Knock even on the unreal door of heaven.
But if, of course, and without listening
[...] To dare to hit; meditate a little.
[...] Open to anyone who doesn't knock on
your door*

Fragment from the poem *Se alguém bater um dia à tua porta* by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu.

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăianu.



Original verses

Ah, quanta vez, na hora suave
[...] Vejo passar um voo de ave
E me entristeço!
[...] Que a vida nega e a alma precisa?
Sei que me invade
Um horror de me ter que cobre
[...] Dentro em meu ser.

English version

Ah, how often, in the gentle hour
[...] I see a bird fly by
And I feel sad!
[...] What does life deny and the soul needs?
I know it invades me
A horror of having me cover
[...] Inside my being

Fragment from the poem **Ah, quanta vez, na hora suave** by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu.

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăi



Original verses

*A nuvem veio e o sol parou,
[...] Como se luz a sombra fosse.
Às vezes, quando a vida passa
Por sobre a alma que é ninguém,
[...] Vai uma nuvem destroçada
[...] E, como tudo, não é nada.*

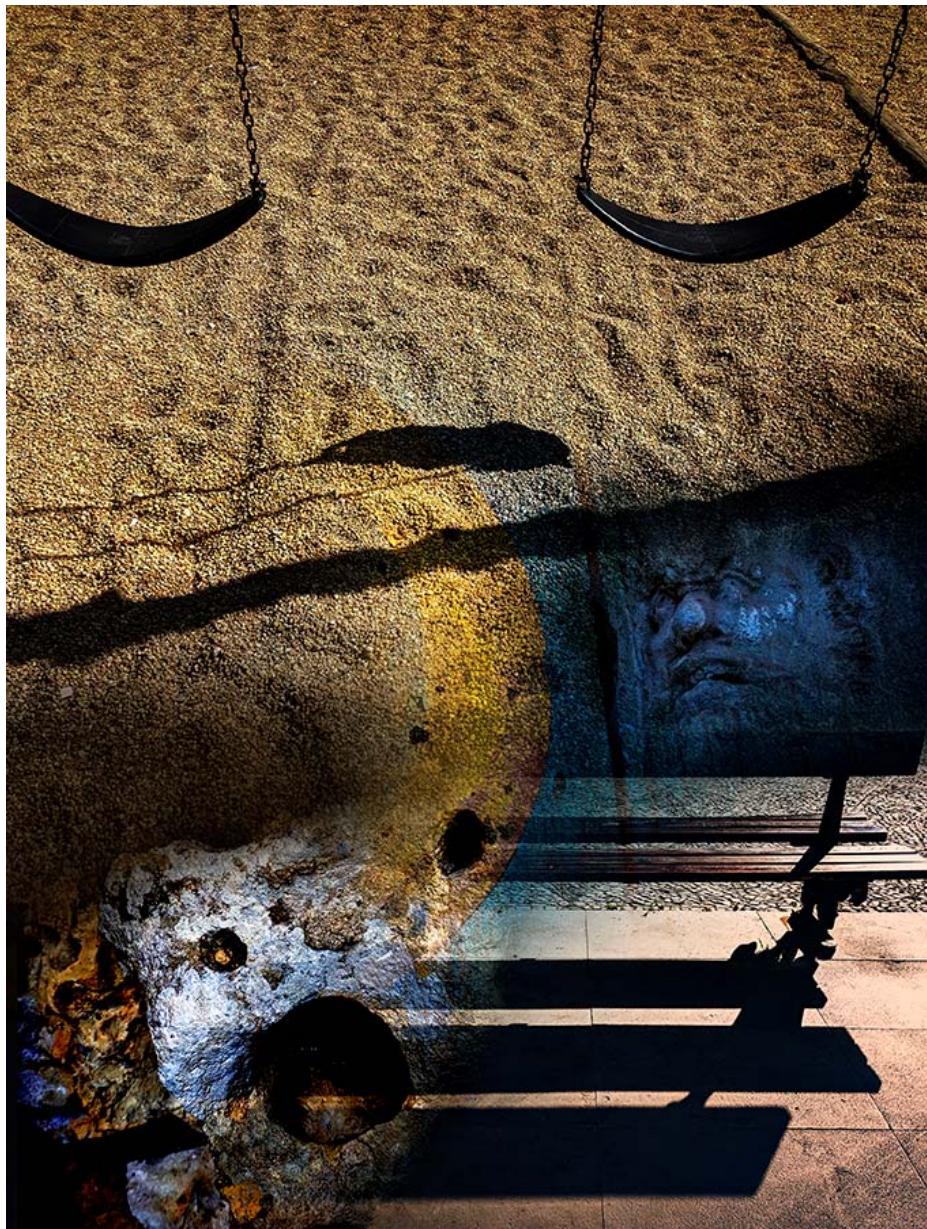
English version

*The cloud came and the sun stopped,
[...] As if light the shadow was.
Sometimes when life passes
Over the soul that is nobody,
[...] There goes a shattered cloud
[...] And, like everything else, it's nothing*

Fragment from the poem *A nuvem veio e o sol parou* by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăianu.



Original verses

Sonhei, confuso, e o sono foi disperso,

[...] Obscra luz paira onde estou converso
A esta realidade da ilusão.
[...] Se fecho os olhos, sou de novo imerso
Naquelas sombras que há na escuridão.
[...] É a mesma mistura de entre-seres
[...] Rastro visto de coisa só ouvida.

English version

I dreamed, confused, the sleep was dispersed

[...] Obscure light hovers where I'm talking
To this reality of illusion.
[...] If I close my eyes, I'm immersed again
In those shadows in the darkness.
[...] It is the same mixture of inter-beings
[...] Trail seen from a thing only heard.

Fragment from the poem *Sonhei, confuso, e o sono foi disperso* by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu.

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăianu.



Original verses

*Sou o fantasma de um rei
[...] As salas de um palácio abandonado...
[...] A ideia de que tive algum passado...
Eu não sei o que sou.
Não sei se sou o sonho
[...] Sendo um perfil casual de rei tristonho.*

English version

*I'm the ghost of a king
[...] The rooms of an abandoned palace...
[...] The idea that I had some past...
I don't know what I am.
I don't know if I'm the dream
[...] Being a casual profile of sad king*

Fragment from the poem *Sou o fantasma de um rei* by Fernando Pessoa.

(<http://arquivopessoa.net/>). English translation Mihaela Moțăianu.

Photo collage by Mihaela Moțăianu | Images ©2021 Mihaela Moțăianu

Acknowledgments

I would like to thank Dr. Ana Pinto da Cruz, the editor of O Ideário Patrimonial, for the opportunity to present my research in Portugal. Many thanks to Professor Antonio Ventura for the coordination during the Erasmus internship in Tomar, and for the collaboration with the Center for Photographic Studies in Tomar (CEFT). Last but not least, thanks to the community of Tomar for the pleasure of discovering it.

References

- De Certeau, M. (1984). *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, pp. 97-98.
- Debord, G. (1955). Introduction to a Critique of Urban Geography, in Ken Knabb (ed.), *Situationist International Anthology*. Berkeley: Bureau of Public Secrets, p. 23.

Web sources

- Debord, G. (1955), Introduction to a Critique of Urban Geography. *Les Lèvres Nues*, Chapter 3. Available at: <https://atrium.lib.uoguelph.ca/xmlui/handle/10214/1798> [Accessed in 30.06.2021].
- Debord, G, 1958, International Situationniste #2, Theory of the Dérive, 62. Available at: <http://topologicalmedialab.net/xinwei/classes/readings/Debord.Guy/DebordTheoryOfTheDerve.pdf> [Accessed in 14.04.2021].
- <https://walkingart.interartive.org/2018/12/hbm-walking> [Accessed in 20.02.2021].
- <https://glasstire.com/2012/11/23/the-ten-list-walk-as-art/> [Accessed in 8.05.2021].
- Blake Morris, The Artistic Medium of Walking. Available at: walkingart.interartive.org/walking-medium-specificity [Accessed in 15.03.2021].
- Portuguese sentiment 'saudade' is central element to creation of a play. Available at: <https://international.uiowa.edu/news/portuguese-sentiment-saudade-central-element-creation-play> [Accessed in 7.05.2021].

